

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
CPDA.**

TESE

**Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em
assentamentos rurais formados por migrantes na
região do entorno do Distrito Federal**

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

2007



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

TESE

**Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por
migrantes na região do entorno do Distrito Federal**

MARCELO LELES ROMARCO DE OLIVEIRA

Sob a Orientação da Professora
Dra. Eli de Fátima Napoleão de Lima

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no
Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Seropédica, RJ.
Junho de 2007

333.3181
048r
T

Oliveira, Marcelo Leles Romarco de
Retratos de assentamentos: Um
estudo de caso em assentamentos
rurais formados por migrantes na
região do entorno do Distrito
Federal/ Marcelo Leles Romarco de
Oliveira. - 2007.
193 f.

Orientador: Eli de Fátima
Napoleão de Lima.

Tese (Doutorado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro,
Instituto de Ciências Humanas e
Sociais.

Bibliografia: f. 190.

1. Assentamento rural - Teses.
2. Migração regional - Teses. I.
Lima, Eli de Fátima Napoleão de.
II. Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA.**

MARCELO LELES ROMARCO DE OLIVEIRA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 25/06 /2007

Dra. Eli de Fátima Napoleão de Lima (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Dr. José Roberto Pereira (UFLA)

Dr. Marcelo Miná Dias (UFV)

Dra. Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

Dr. John Cunha Comeford (CPDA/UFRRJ)

AGRADECIMENTOS

Ao fim desse trabalho foram muitos os caminhos que percorri, muitas idas e vindas e, muitas as pessoas que encontrei, as quais me legaram prestimosas contribuições, aprendizados e lições. Porém algumas são especiais.

A DEUS, que no seu infinito amor cobriu-me de bênçãos e fez frutuosos todos os meus projetos. Aos meus queridos pais e familiares pela atenção e confiança depositada na minha pessoa durante toda a minha trajetória. A minha querida companheira Eva que encontrei ao final dessa caminhada, mas que foi fonte de inspiração e fundamental para o alcance dos meus objetivos.

Aos professores do CPDA, que foram fundamentais para a minha formação, orientação e ampliação dos meus horizontes acadêmicos. Aos amigos assentados da região de Pé de Serra que com imensa paciência e presteza guiaram os meus passos em especial ao casal Kleber e Arlete e ao Sr. Raimundo, por terem me acolhido com carinho em suas casas no assentamento.

Aos colegas do CPDA e da Ecology Brasil que optarei por não listar seus nomes para não correr o risco de esquecer algum, mas que foram fundamentais na troca de experiência, de apoio e aprendizado ao longo dessa minha trajetória.

A banca examinadora que com um olhar apurado e crítico deu um retoque final ao meu trabalho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio (bolsa de demanda social) financeiro durante a realização do curso, imprescindível para minha formação e manutenção.

A todos os funcionários do CPDA e GTRA da UnB que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

Esta tese se baseia numa pesquisa realizada na região do entorno do DF no município de Padre Bernardo-GO, na região de Pé de Serra, entre os anos de 2004 a 2006, em quatro assentamentos rurais. Em linhas gerais, visa conhecer o cotidiano e as formas de sociabilidade nesses assentamentos rurais formados por famílias migrantes. Um dos caminhos escolhidos para entender o que foi proposto foi a observação e a análise do dia-dia nos assentamentos. Essa escolha permitiu compreender o sistema de relações que sustentam esse espaço, ou que nele se articulam as diversas formas de convivência. Durante o trabalho foi possível perceber que os assentados estão ligados a múltiplos universos sociais, como a casa, vizinhança, a circulação das pessoas no ônibus, parentes, Brasília, as relações de trabalho, igreja, grupo de mediadores, Estado, entre outros. Assim sendo, é possível afirmar que esses assentamentos estão em contínua relação com outros espaços. Isso porque, pelo fato da maioria dos assentados não serem da região e terem chegado ali com relações sociais pré-constituídas mesmo estando em outros universos sociais - os assentamentos -, essas relações ainda existem. De uma forma geral, os assentados, sobretudo aqueles que vivem e produzem nos assentamentos, reproduzem nesse espaço relações com a terra e trabalho bem próxima daquelas estabelecidas por Woortmann (1997), ao estudar os sítios no sertão. No entanto, a falta de experiência com as terras do cerrado, o desconhecimento técnico e a falta de infraestrutura e de acompanhamento da assistência técnica são apontados pelos assentados como os principais motivos dos baixos resultados na utilização dos créditos e da ausência de produção efetiva. E, por fim, é possível refletir que os assentamentos seja um ponto final relativo, uma vez que as experiências vivenciadas nos assentamentos podem servir de subsídios necessários para que as pessoas tornem a migrar, ou seja, é preciso aceitar que as pessoas podem sair do assentamento e que ali talvez não seja um ponto final para algumas famílias. Além disso, aquele assentado que vendeu a sua chácara ou utilizou os créditos para outra finalidade pode ter visto neste ato a possibilidade de um salto para outro degrau socioeconômico na estrutura social.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. **Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**. 201 p. Tese (Doutorado em Ciências em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

Palavras chave: Migração, entorno do Distrito Federal, assentamentos rurais.

ABSTRACT

This thesis is based on a research made in Federal District overturn region, in the town of Padre Bernardo – GO, in the Pé de Serra region, between 2004 and 2006, in four rural settles. In general lines, it aims to know the daily routine and the sociability forms in these rural settles, formed by migrant families. One of the chosen ways to understand the proposal was the observation and the analysis of the day-by-day of settled people. This choice allowed comprehending the relationship systems which sustain this space, or which articulate different forms of living together in it. During the work, it was possible to notice that the settled people are linked to multiple social universes, as the house, the neighborhood, the circulation of people in the bus, relatives, Brasília, work relations, church, mediators group, State, and others. This way, it is possible to state that these settles are in a continuing relation to other spaces. It is, because of the fact that most of settled people are not from the region and have arrived there with previously built social relations, even in other social universes, the settles, these relations still exist. In a general way, the settled people, specially those who live and produce in the settles, reproduce in this space relations with the earth and the work very similar to the ones established by Woortmann (1997), when studying sites in inlands. However, the lack of experience with the “cerrado” (open pasture with patches of stunted vegetation), the lack of technical knowledge and the lack of infrastructure and of technical assistance attendance are pointed by many people as the main reasons for low results in the using of credits and for the lack of an effective production. And, finally, it is possible to reflect if the settles are a relative final point, once the experiences live in the settles can be subsidies people need to migrate, that it, it is necessary to accept that people can go away from the settles and that they may not be a final point for some families. Besides, the settled person who has sold his/her site and has used the credit for another thing may have seen, in this act, a possibility of a step to another social-economic degree in the social structure.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. **Settles Portraits: A case study in rural settles formed by migrants in Federal District Overturn Region.** 201 p Thesis (Doctorate in Development, Agriculture and Society). Human and Social Science Institute, Development, Agriculture, and Society Department. UFRRJ. Seropédica, RJ, 2006.

Key words: Migration, Federal District Overturn, Rural Settles.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Número de famílias e áreas dos assentamentos no Pé de Serra.....	6
Figura 1. Localização do município de Padre Bernardo	19
Tabela 2. Distribuição populacional de Padre Bernardo.	20
Tabela 3. Número de propriedades e área ocupada por estabelecimentos rurais por categoria fundiária até 2003	21
Tabela 4. Número de famílias e áreas dos assentamentos em Padre Bernardo	21
Tabela 5. Estados de origem dos acampados	31
Tabela 6. Número de crianças e adolescentes matriculados na Escola da Região ano de referência 2005	67
Tabela 7: Bares e mercearias existentes nos assentamentos da região Pé de Serra.....	83
Tabela 8. Número de Igreja Evangélicas nos assentamentos da região	88
Figura 3: Representação da folia do Divino Espírito Santo na região Pé de Serra	92
Tabela 9- Rotina diária de mulheres nos assentamentos Pé de Serra.....	107
Tabela 10. Calendário agrícola referente às principais culturas dos assentamentos (arroz, milho e feijão).....	112
Figura 4. Diagrama de Venn (“Jogo das Bolas”) - assentamento Vereda I.....	130
Figura 5. Área de Abrangência da SR (28)	132
Figura 6. Ano de Criação dos assentamentos do entorno do Distrito Federal. SR 28.....	134
Figura 7. Entrevista reallizada em 2001 referente aos problemas causados pela falta de água.	167
Figura 8. Eleições de prioridades do Assentamento Vereda I.....	169
Figura 9. Eleições de prioridades do Assentamento Vereda II	169
Tabela 11. Evolução no aumento das regiões administrativas no DF	174
Tabela 12. Evolução do número de habitantes em Brasília.....	177

LISTA DE SIGLAS

1. AMAB: Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília;
2. CODEPLAN: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central;
3. EFA: Escola Família Agrícola;
4. DF: Distrito Federal;
5. DRPE: Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador;
6. EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
7. IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
8. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
9. INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
10. GT-RA/UnB: Grupo de Trabalho e Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília;
11. MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário;
12. MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra;
13. NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
14. PDA: Plano de Desenvolvimento de Assentamento;
15. PRONAF A: Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, destinado aos assentados da Reforma Agrária;
16. PRONAF A/C: Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, destinado aos assentados da Reforma Agrária (Custeio);
17. R.As: Regiões Administrativas do Distrito Federal;
18. R.B: Relação de Beneficiário;
19. RIDE: Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno;
20. SIPRA: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária;
21. SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural;
22. SR (28): Superintendência Regional do INCRA, jurisdição do Distrito Federal e do entorno;
23. UnB: Universidade de Brasília;
24. UCB: Universidade Católica de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I: OS CAMINHOS DA PESQUISA	5
O TRABALHO DE CAMPO E OS BASTIDORES DA PESQUISA	6
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	13
O RITUAL DE ESCREVER UMA TESE	15
PARTE II: GÊNESIS	17
CAPÍTULO 1	18
O MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO E A CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA REGIÃO PÉ DE SERRA	18
1.1. O Município de Padre Bernardo	19
1.2. As condições para a ocupação das terras na região de Pé de Serra em Padre Bernardo	21
1.3 As motivações dos atores para as ocupações de terras na região de Pé de Serra	23
1.4. Histórico da ocupação de terras na região de Pé de Serra em Pe Bernardo	29
1.4.1. A ocupação da área	29
1.4.2. A organização social dos acampados	32
1.4.3 A transformação dos acampamentos em assentamentos	40
1.5. Observações finais do capítulo	47
PARTE III: RETRATOS DE ASSENTAMENTOS	50
CAPÍTULO 2	51
TORNAR-SE ASSENTADO	51
2.1. Descrição ambiental da região	52
2.2. A moradia e a <i>poética do espaço</i>	56
2.3. <i>Meus vizinhos, minha família</i>	59
2.4. Relações entre os assentamentos	62
2.5. <i>A fofoca aqui serve é pra desunir!</i>	63
2.6. O cotidiano das crianças e dos adolescentes	65
2.7. <i>Nossa identidade é de agricultor familiar. Sem-terra não! Agricultor familiar!</i>	70
2.8. Considerações finais do capítulo	74
CAPÍTULO 3	76
ORGANIZAÇÃO, UNIÃO E AGRUPAMENTO	76
3.1. O ônibus: veículo de ligação entre o urbano – rural	77
3.2. A importância da cidade para os assentados	80
3.3. O bar e a pinga: diversão e perdição	82
3.4. Religiosidade e a importância das práticas religiosas	87
3.4.1. A igreja Evangélica Missão de Cristo Mundial	88
3.4.2. Festa do Divino Espírito Santo	90
3.5. Organização associativista e grupos de afinidades nos assentamentos	95
3.5.1. As associações ao longo dos anos	96
3.5.2. As outras formas de organização	98
3.6. As áreas de reserva dos assentamentos	101
3.7 Considerações finais do capítulo	103

CAPÍTULO 4	104
AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	104
4.1. As similaridades entre os assentamentos e o sítio	105
4.2. As relações de trabalho e produção	106
4.2.1. A roça: lugar do trabalho e de saber	109
4.3. Cultivar, criar e comer	111
4.3.1. As culturas mais cultivadas nos assentamentos da região	112
4.3.2. Principais criações encontradas nos assentamentos da região	115
4.3.3. Alimentação e saúde dos assentados	116
4.4. Perfil tecnológico dos assentamentos da região	119
4.4.1. Utilização dos créditos	121
4.4.2. Assistência técnica	123
4.5. Considerações finais do capítulo	126
 CAPÍTULO 5	 127
OS ATORES EXTERNOS AOS ASSENTAMENTOS	127
5.1. O contexto institucional	128
5.2. Superintendência Regional do Distrito Federal e entorno – SR (28)	131
5.2.1. A relação do INCRA com os assentamentos da região de Pé de Serra	134
5.3. Academia	139
5.3.1. Grupo de Trabalho e Apoio a Reforma Agrária da Universidade de Brasília	139
5.3.2. Curso Técnico em Unaí	144
5.3.3. Escola Família Agrícola	145
5.4. A relação dos assentados no contexto do poder local	148
5.4.1. Prefeitura municipal de Padre Bernardo	148
5.4.2. Banco do Brasil de Padre Bernardo	153
5.4.3. A atuação dos políticos no local	156
5.5. Sindicato dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo	163
5.6. Considerações finais do capítulo	165
 CAPÍTULO 6	 166
A ROTATIVIDADE NOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO	166
6.1. Rotatividade pelo problema da falta de infra-estrutura	167
6.2. Rotatividade pela dificuldade de adaptação ao novo espaço	170
6.3. As chácaras dentro do mercado de terras do Distrito Federal	172
6.4. A relação entre os compradores e os assentados	182
6.5. Considerações finais do capítulo	185
 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	 187
 8. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	 191

GLOSSÁRIO

O objetivo desse glossário é apresentar um conjunto de termos e/ou classificações utilizadas pelos atores da região, possibilitando ao leitor a compreensão de termos comumente utilizados nesta pesquisa.

1. **Agregado:** Morador antigo da fazenda que já estava na área antes da ocupação pelos trabalhadores sem terra;
2. **Almas sebosas:** Termo usado por um antigo superintendente da SR 28, para designar, acampados que estavam explorando outros acampados;
3. **Barraco:** Casa que não é de alvenaria; *“Essa casa é um barraco porque não é de tijolos ou de cimento. É só de madeira com lona”*;
4. **Bicos:** Trabalhos temporários que os assentados conseguem nas cidades, sobretudo no Distrito Federal;
5. **Bulir:** Exercer alguma atividade de trabalho, horta, gado, servente, freteiro, dentre outras; *“Quando eu cheguei em Brasília eu fui bulir com massa [servente], mas lá no Piauí eu bulia com gado”*;
6. **Cachorra:** Disco do arado pendurado em um poste, usado como sino pela guarda do acampamento para alertar os acampados sobre possíveis invasões de pistoleiros e convocar para as reuniões; *“A cachorra a gente usava para alertar os acampados da invasão de pistoleiros ou para convocar a turma para reuniões”*;
7. **Capão:** Grota seca com presença de árvores;
8. **Chácara:** Termo utilizado pelos assentados da região para definir a parcela de terra. Seria maior que um lote e menor que uma fazenda, o suficiente para produzir para a família e vender o excedente. Essa classificação se deve à influência de Brasília, pois a maioria dos assentados da região, antes de terem sido assentados nas áreas, foram caseiros em chácaras de Brasília;
9. **Cisterna:** Poço perfurado para obtenção de água variando de quatro a 30 metros de profundidade. Reservatório subterrâneo de água potável;
10. **Comprador:** Aquele ator que adquiriu a chácara através da compra, não participando do período de ocupação ou da elaboração do PDA;
11. **Cortar a fazenda na corda:** É uma expressão comumente utilizada pelos assentados para demarcar e lotear a área de uma fazenda, com vista a criar um assentamento. Com um arame liso de pouco mais de 50 metros e um esquadro de 4X3 metros, os assentados demarcaram toda a fazenda em lotes de 1000 metros de lateral com 200 metros de fundos, totalizando 20 hectares para cada família, num total de 70 chácaras;
12. **Currutela:** Denominação dada pelos assentados à vila ou cidade muito pequena;
13. **Curral fechado:** termo utilizado pelos nativos para tratar do número de votos que uma liderança local conseguia para um determinado candidato a vereador ou prefeito.
14. **Diversão:** Ato de brincar, reunir os assentados para beber ou conversar;
15. **Doador:** Acampado que trabalha fora durante a semana e leva comida para os que ficam permanentemente no acampamento; *“(...) eu fui doador um tempo. Eu trazia todo o final de semana verduras e legumes que eu conseguia na CEASA. Depois eu passei a ser permanente”*;
16. **Eldorado:** É um termo que se refere ao sonho dos migrantes de encontrar uma “vida melhor e ficarem ricos em Brasília”. *“Eu achei que ia chegar aqui [Brasília] e ficar rico ganhar muito dinheiro e ajudar a minha família. Todo mundo naquela época falava que aqui era o Eldorado”*;

17. **Excedente:** É um termo muito comum utilizado pelos assentados e técnicos do INCRA para definir as pessoas cadastradas como beneficiários da reforma agrária, que não foram contempladas num determinado assentamento e que, pela menor pontuação obtida, ficaram na lista de espera para serem assentadas;
18. **Festeira:** Designação dada àquela pessoa que organiza todos os preparativos para folia do Divino Espírito Santo. Seria o administrador da festa.
19. **Fofoqueiro:** Indivíduo que fala da vida alheia, geralmente depreciando ou espalhando algum boato;
20. **Grupo de afinidades:** Relacionado a objetivos e a semelhanças em comum que os assentados buscam para formar grupos de trabalhos;
21. **Gambira:** Fazer um negócio, uma troca; “(...) *quando eu vim pra cá eu fiz uma gambira numa carroça. Eu dei uns móveis e uma TV nessa carroça*”;
22. **Kátia:** Apelido dado pelos assentados para cachaça, pinga, aguardente, cana e outros derivados;
23. **Lideranças:** Acampados ou assentados, que representam os assentados durante uma reunião ou negociações com o algum ator externo;
24. **Lotada:** Transporte de passageiros feito em kombis ou vans, geralmente clandestino, nas cidades do entorno do Distrito Federal;
25. **Mata:** Parte do assentamento, considerada pelos assentados como a melhor terra para cultivar, ficando próxima da reserva legal;
26. **Matraca:** Instrumento manual utilizado no plantio de grãos;
27. **Milipança:** Denominação dada aos militantes ou líderes que escolhiam a melhor doação para a sua família ou para os peixes; “*Tinha vez que a doação chegava tinha militante que corria e escolhia as melhores coisas como carne ou leite, para a família ou para amigos mais próximos que a gente chama de peixe*”;
28. **Militância:** Líderes do acampamento que faziam a interlocução entre os acampados e o INCRA; “*A Iv [acampada] é que era liderança principal aqui. Era a militância que ia falar com o pessoal do INCRA na época do acampamento*”;
29. **Mutirão:** Tipo de ajuda mútua realizado principalmente para tarefas maiores, como capina e colheita de milho;
30. **Peixe:** Acampado que recebia privilégios dos militantes; “*Fulano era peixe da militância. Vivia puxando o saco para ver se ganhava terra, mas acabou ficando de fora*”;
31. **Pente Fino:** Termo usado pelos técnicos do INCRA, com o objetivo de “separar” os assentados que são clientes da Reforma Agrária daqueles que não são;
32. **Permanente:** Acampado que permanece no acampamento, saindo só para situações de emergência; “*Eu ficava aqui até três meses direto sem ir à cidade. Eu ia fazer o quê lá na cidade? Por isso eu era permanente (...)*”;
33. **Roça de toco:** Roça feita depois do corte das árvores, que se planta lavoura no meio dos tocos;
34. **Taca:** É uma palavra utilizada pelos assentados como sinônimo de bater, dar uma surra, como caráter de punição; “*Teve uma vez que um acampado ficou bêbado e bateu na mulher dele. Aí a militância mandou pegar ele, amarrar na árvore e dar uma taca e depois expulsou o acampado daqui. Isso foi lá no acampamento do Capão Bonito*”;
35. **Terra de cultura:** Terra pouco mexida, ótima para cultura de milho, feijão, arroz, mandioca e abóbora;
36. **Troca de dia:** Quando um ou mais chacareiros trabalham entre si sem cobrar dinheiro; é uma forma de reciprocidade de trabalho que se estabelece entre iguais.

INTRODUÇÃO

Esta tese se baseia numa pesquisa realizada na região do entorno do Distrito Federal, no município de Padre Bernardo-GO, na região de Pé de Serra, entre os anos de 2004 e 2006 em quatro assentamentos rurais¹. Em linhas gerais, visa conhecer o cotidiano e as formas de sociabilidade nesses assentamentos rurais.

Meu contato com essa região se deu anteriormente a esta pesquisa, durante meu mestrado no curso de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. A época, o objetivo da dissertação foi descrever e analisar a trajetória de vida de trabalhadores para assentamentos rurais, no entorno do Distrito Federal. A idéia era contribuir para a compreensão desse fenômeno migratório nesses espaços. O interesse em estudar esse fenômeno nesse local partiu de observações em campo, durante trabalhos de elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos² no município de Padre Bernardo, região do entorno do Distrito Federal no ano de 2001. Dentre as questões abordadas procurei analisar os motivos que levaram os assentados a migrarem de seus locais de origem para Brasília, bem como os motivos que os levaram a migrarem para o assentamento. Portanto, o eixo central que orientou o trabalho foi migração, analisada a partir de relatos orais dos entrevistados.

É importante ressaltar que esses assentados, antes de migrarem para a região de Pé de Serra, deixaram parentes residindo em Brasília, que vão ser fundamentais para que essas famílias continuem ocupando a área. Em Brasília, as cidades satélites Ceilândia, Águas Lindas³ (GO), Recanto das Emas, Samambaia e Céu Azul, são os principais endereços dos parentes dessas famílias. Nessas cidades, através de parentes, amigos ou vizinhos que esses atores ficaram sabendo dos assentamentos.

Dentre os assentados entrevistados, foi possível distinguir dois grupos de migrantes que vieram para Brasília, com características distintas. O primeiro grupo foi aquele que veio de caminhão pau-de-arara antes dos anos 1970, para trabalhar na construção civil e, inclusive havendo exemplo de assentados que participaram da construção de prédios públicos da nova capital. Nesse período, esses migrantes não tiveram dificuldades para encontrar empregos.

No segundo grupo estão aqueles que vieram depois dos anos 1970 e foram trabalhar, sobretudo, na prestação de serviços como, por exemplo, em oficinas mecânicas. A principal característica desse grupo está relacionada à conquista do emprego, graças aos parentes. Desta forma, a presença de parentes e conterrâneos foi imprescindível para a adaptação nesse novo *habitat*, contribuindo para que Brasília fosse escolhida por causa do apoio logístico que teriam na *nova cidade*.

Na cidade principalmente a partir dos anos 1990, esses migrantes passaram a ter dificuldade em encontrar trabalho, principalmente para aqueles com baixo grau de escolarização, além do problema da falta de moradia, que os obrigavam a percorrer longas distâncias de casa até o trabalho. De acordo com os entrevistados, as condições de vida nessas cidades sempre foram difíceis, principalmente por falta de infra-estrutura, da violência e do desemprego. Além desses fatores foi possível perceber outros motivos como desestruturação familiar e alcoolismo, entre outros.

¹ Os assentamentos são: Vereda I, Vereda II, Boa Vista e Água Quente. Mais à frente abordarei a história de cada assentamento.

² Fiz parte de uma equipe de quatro estudantes da UFV coordenada pelo Professor José Roberto Pereira. Nesse trabalho utilizamos de metodologias participativas para abordar junto com a comunidade o planejamento do assentamento.

³ Águas Lindas faz divisa com Brasília, no entanto, pertence ao estado de Goiás.

Nessa pesquisa o que percebi foi que na cidade, o sonho do *eldorado*⁴ não foi possível de se concretizar, sobretudo pelas mudanças que ocorreram no mercado de trabalho nas últimas décadas, em relação, principalmente, à especialização e à qualificação da mão-de-obra. Isso fez com que os migrantes buscassem, no assentamento, um local para viver e trabalhar. Uma alternativa que se fez presente naquele momento de suas vidas (1998), ou seja, naquele momento a reforma agrária surge para esses indivíduos como um campo de possibilidades em suas trajetórias. É importante ressaltar que na época da pesquisa os assentados entrevistados tinham em média 50 anos de idade, com baixo nível de escolaridade, o que contribuiu para a sua exclusão do mercado de trabalho. Desta forma, o assentamento torna-se para esses migrantes um campo de possibilidades dentro das estratégias adotadas por esses assentados pesquisados, ao longo de suas vidas. Essa experiência com esses assentados durante o mestrado me motivou a aprofundar o estudo nessa região.

Já no doutorado, tendo em mente a intenção de estudar o cotidiano e as formas de sociabilidade em assentamentos rurais, busquei problematizar noções como união e conflito no interior de assentamentos rurais, tomando como chave de análise as dinâmicas de convivência cotidiana.

Observei que as múltiplas formas de agregação e desagregação no interior dos assentamentos estão relacionadas também às formas de relação com a cidade [Brasília] e com distintos interesses, sempre mutantes e reconstruídos no dia-a-dia dos assentamentos. As relações de vizinhança, afinidades, solidariedade e com a terra não se desenvolvem de forma isolada e permanente. Isso quer dizer que muitas vezes o conflito está diluído no cotidiano das pessoas e não compõe um universo à parte, senão a própria representação sobre variadas cisões presentes em cada contexto. Como exemplo, há os mutirões de ajuda mútua, que se dividem em grupos de vizinhança, de afinidades, etc.

Essa dicotomia união – conflito é um dos temas trabalhados pela ciência social desde muito tempo. Sobretudo no que diz respeito aos debates referentes às teorias de campesinato e estudos de comunidade, a questão da união e da cisão é apontada de distintas maneiras, ora deslocando a questão para o tamanho de um dado grupo, ora para as formas pacíficas e/ou conflituosas de convivência e de conformação de grupos sociais.

Assim, procurei partir das informações que trazia da pesquisa anterior a esta e das leituras que fiz e refiz no doutorado. Como foco de análise, considere, preliminarmente, que a região é constituída por assentados que têm uma trajetória campo-cidade-assentamento- e uma relação estreita com a cidade.

Portanto, procuro estudar assentamentos formados por famílias migrantes. Ressalte-se que a escolha dessa região se deu, sobretudo, pelo fato de se constituírem como um grupo social composto por trajetórias distintas, a partir da aglutinação de pessoas que não tinham convívios anteriores na região ocupada, ou seja, com exceção de pouco mais de 20 moradores da região⁵, a grande maioria veio dos mais diferentes lugares, sobretudo das cidades satélites de Brasília. Mas é importante ressaltar que os assentamentos estão em contínua relação com outros espaços. Isso se dá pelo fato da maioria dos assentados não serem da região, terem chegado ali com relações sociais pré-constituídas e, mesmo estando em outros universos sociais - os assentamentos - essas relações ainda existem, além da própria dinâmica de relações entre o campo e a cidade.

⁴ É um termo que se refere ao sonho dos migrantes de encontrar uma “*vida melhor e ficarem ricos em Brasília*”.

⁵ Em sua maioria esses moradores eram trabalhadores das fazendas que foram desapropriadas.

Assim, privilegio migrantes que, num determinado momento de suas vidas, fizeram a opção de lutar para ter terras e viver muitas vezes em áreas de conflito⁶ como foi o caso em alguns acampamentos da região. É importante ressaltar que a reforma agrária surge para esses migrantes como mais uma alternativa dentro de um campo de possibilidades em suas vidas, um espaço que pode proporcionar certos recursos como moradia, terra, créditos e outros. Portanto, acredito que compreender e dimensionar esse fenômeno são tarefas importantes para os propósitos da pesquisa e do conhecimento científico.

Pensar no título retratos de assentamentos me levou a refletir que o trabalho tem o enfoque na aproximação da percepção da realidade, visando à reconstrução histórica, ao reavivar as lembranças, da vida, da memória, do cotidiano de assentados, no entorno do Distrito Federal. Sei que estudos dessa natureza – método etnográfico- já receberam várias críticas, mas como aponta Fonseca (2000) não existe método sem fragilidades, é pensando assim, a autora coloca que,

“(...) em certos casos, este processo de ‘eterna auto vigilância epistemológica’ leva a uma espécie de paralisia. Ao almejar corrigir todos os defeitos possíveis e assim evitar qualquer crítica, ao tema, o pesquisador deixa de tirar proveito da perspectiva pela qual optou. Reconhecer os limites *inevitáveis* do método (seja ele etnográfico ou não) tem efeito contrário: libera o pesquisador para explorar ao máximo as vantagens de sua proposta” (Fonseca, 2000:11).

Nesse sentido, que procurei construir esse trabalho procurando aproveitar ao máximo essa perspectiva de trabalho que optei, e procurando estar atento sobre suas potencialidades e fragilidades. Assim sendo, muito mais do que uma imagem estática e parada que a idéia de retrato pode passar, penso que o meu objetivo nesse trabalho é mostrar as significativas transformações que esse espaço vem passando ao longo dos anos, como pude perceber em cada ida a campo que realizei.

Para apresentação desta tese, optei por trabalhar com um fio condutor que buscasse descrever uma trajetória de vida desses assentados, quanto, ao cotidiano, trabalho, relação de vizinhança, moradia, usos e ocupações da terra, rotatividade, assim como a relação com os seus mediadores.

Portanto, para discutir e trabalhar com esse fio condutor os resultados do trabalho, da presente tese foi dividida em três partes e seis capítulos. Na primeira parte da tese vou tratar dos aspectos introdutórios sobre o tema de estudo, do trabalho de campo, dos atores contatados, bem como os caminhos da escrita desta tese.

Na segunda parte, trata-se do resgate histórico do período de acampamento, buscando entender quais as razões, formas e mecanismos que esses assentados utilizaram para conseguir conquistar a terra. Essa parte contém o primeiro capítulo e demonstra que a reforma agrária para os atores estudados surgiu mais como uma alternativa dentro de um campo de possibilidades em um determinado momento da vida daqueles assentados.

A terceira e última parte são os acampados tornando-se assentados. Para tanto, apresenta o cotidiano desses espaços dando ênfase para as sociabilidades, conflitos, a relação com a terra e os modos de vida existentes nesses lugares. Essa parte está dividida em cinco capítulos.

⁶ Durante o período de ocupações, ocorreram confrontos entre jagunços e os acampados, principalmente, na fazenda Serra Feia atual assentamento Vereda I. Como pode ser observado no relato “(...) foi a hora que peguemos a foice, todo mundo e fomos roçar. Foi quando veio o tiroteio de lá. Isso foi na parte da manhã, mais ou menos nove horas. Aí teve um morado de gente que correu. Teve gente que perdeu o chinelo. Abaixamos, eles deram mais de cinco tiros em nós”. (Sr. D Pesquisa de campo, 2001).

No capítulo dois, decidi começar pela configuração dos assentamentos, da constituição da vizinhança e do cotidiano, mostrando a importância das redes de sociabilidades como a vizinhança, das relações com o espaço e a casa.

No capítulo três optei por apresentar os espaços de organização e de agrupamento, como a relação com o ônibus, com a associação, com os grupos de ajuda mútua, os bares, a relação com o divino e as práticas religiosas.

O capítulo quatro é destinado a tratar dos espaços de produção, de relação com a terra e o cotidiano do trabalho na terra, a utilização dos recursos e da assistência técnica.

O capítulo cinco trata da relação entre os assentados com os atores externos aos assentamentos, como prefeitura, políticos locais, INCRA, Universidades e agentes financeiros como o Banco do Brasil.

No último capítulo, tenho o objetivo de descrever e a analisar as seguintes questões: quais os motivos que levam os assentados, depois de muita luta, a vender suas chácaras? Como é construída a relação com os que compraram e conseqüentemente não fizeram parte do processo de ocupação? Por isso, o objetivo deste capítulo será apresentar os mecanismos de rotatividades nos assentamentos da região. Para isso, apontarei algumas variáveis que contribuíram para essa dinâmica na região. Nesse sentido, utilizarei o termo rotatividade nos assentamentos por acreditar que esse termo abarca elementos tais como evasão, venda, abandono, a relação com os compradores entre outros. É importante ressaltar que nesse capítulo não pretendo fazer generalizações, mas sim apresentar alguns elementos sobre a rotatividade dessa região de Pé de Serra em Padre Bernardo – GO. Nas considerações finais, serão apresentadas as minhas reflexões acerca da pesquisa e do tema tratado.

No último capítulo, tenho o objetivo de descrever e a analisar as seguintes questões: quais os motivos que levam os assentados, depois de muita luta, a vender suas chácaras? Como é construída a relação com os que compraram e conseqüentemente não fizeram parte do processo de ocupação? Por isso, o objetivo deste capítulo será apresentar os mecanismos de rotatividades nos assentamentos da região. Para isso, apontarei algumas variáveis que contribuíram para essa dinâmica na região. Nesse sentido, utilizarei o termo rotatividade nos assentamentos por acreditar que esse termo abarca elementos tais como evasão, venda, abandono, a relação com os compradores entre outros. É importante ressaltar que nesse capítulo não pretendo fazer generalizações, mas sim apresentar alguns elementos sobre a rotatividade dessa região de Pé de Serra em Padre Bernardo – GO. Nas considerações finais, serão apresentadas as minhas reflexões acerca da pesquisa e do tema tratado.

PARTE I: OS CAMINHOS DA PESQUISA

Esta parte do trabalho tem por objetivo apresentar os caminhos seguidos nesta pesquisa, procurando refletir sobre os caminhos que levaram a escolha, e demonstrar, como diria Bourdieu (1989), um estado *nascente* da pesquisa. Sei que tal procedimento poderia me expor, mas prefiro apresentar os vestígios, os toques e retoques das pinceladas que foram necessárias serem dadas para que esse retrato fosse produzido.

“O cume da arte, em Ciências Sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo ‘coisas teóricas’ muito importantes a respeito de objetos ditos ‘empíricos’ muito precisos, freqüentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios” (Bourdieu, 1989:20).

Por isso, como aponta Bourdieu (1989), acredito que esse caminho se faz necessário para que possamos refletir sobre as dificuldades que marcam a construção da pesquisa e tentar aprender com elas.

Bourdieu (1989) chama atenção para eficácia de pensar um método que possibilite construir um objeto que possa ser confrontado com a realidade empírica e ser sujeitado à teoria; assim, tanto o empírico quanto o teórico estariam relacionados entre si. Desta maneira essa seria uma proposta que possibilita compreender o fenômeno estudado.

Para isso, um dos caminhos seguidos para a construção do objeto foi o trabalho de campo, que permitiu participar do cotidiano dos assentados, observando as práticas e os discursos que emergem nos espaços formais e informais dos assentamentos - espaços esses que geraram tensões e reformulações nas questões que tinha em mente ao iniciar o estudo.

Nesse sentido, Menezes (2004) retrata que o trabalho de campo além de ser um importante momento de coleta de informação e integração com o objeto de pesquisa, permite múltiplos aprendizados e é também um espaço gerador de tensões e questionamentos - o que possibilita a revelação de limites e entraves de suas proposições e contribui para a reformulação de novas análises dos fenômenos sociais.

Assim, esse processo da pesquisa como bem coloca Alencar (1999) obedece a um processo circular da pesquisa que permite que as pressuposições que o pesquisador buscava ao iniciar a pesquisa possam ser alteradas durante o processo de trabalho, possibilitando outros questionamentos. Esses demandariam novas observações, por isso a importância das pré-análises para amenizar tais problemas que porventura possam ocorrer.

O TRABALHO DE CAMPO E OS BASTIDORES DA PESQUISA

Um dos caminhos escolhidos para entender a proposta foi a observação e análise do dia-dia nos assentamentos, que permitiu entender o sistema de relações que sustentam esse espaço, ou que nele se articulam com as diversas formas de convivência. Desta forma, procurei privilegiar principalmente, a observação participante por considerar uma das maneiras mais adequadas de obter informações do cotidiano num contexto de maior informalidade e descontração.

Além disso, utilizei as entrevistas como ferramentas metodológicas de coleta de dados, por acreditar que seria possível perceber as expressões, tensões e estratégias, bem como os mecanismos que orientam o comportamento dos atores desse universo.

Assim, minha atenção foi atraída para a região por algumas características que pareciam ser favoráveis para a escolha desta. Primeiramente, a minha inserção na região; eu já não era um desconhecido para os assentados por ter participado da elaboração do PDA de dois assentamentos da região.

Segundo, trata-se de uma região basicamente formada por famílias migrantes, que já tinham tido uma experiência de anos na cidade, sobretudo, em Brasília.

Na tabela 1 logo abaixo são apresentados os assentamentos pesquisados na região Pé de Serra.

Tabela 1. Número de famílias e áreas dos assentamentos no Pé de Serra

Assentamentos	Número aproximado de Famílias	Área (ha)	Tamanho médio de cada chácara em ha	Data da desapropriação
Água Quente	66	2829,3041	28	17/12/1998
Boa Vista	145	4380,0339	15-17	17/12/1998
Vereda I	70	2063,7800	20	21/12/1999
Vereda II	163	3760,7900	12-15	23/08/2000
Total	444	13033,91		

Fonte: Superintendência do INCRA do entorno e DF (SR 28), 2006.

Durante a pesquisa, fiquei hospedado em casas de assentados, passei a freqüentar os seus espaços de reuniões como os bares, ônibus, casa de cultos, assembléias, reuniões, dentre outros. Assim, convivi com os atores nos seus diversos espaços de sociabilidade.

Tal como Malinowski (1978) expressou, através da convivência diária, da capacidade de compreender o que está sendo dito, ou seja, atentando para as categorias e para as formas como as pessoas falam de seus próprios mundos, além de participar das conversas e acontecimentos do cotidiano dos nativos referentes ao objeto de estudo, a observação participante seria ideal e mais interessante metodologicamente nesses casos.

“Ao lado da objetividade científica, o antropólogo também deve, por vezes, deixar de lado a câmera fotográfica, o caderno e o lápis e participar pessoalmente do que está acontecendo. Ele pode tomar parte dos jogos dos nativos, acompanhá-los em suas visitas e passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas (...) Esses mergulhos na vida nativa (...) sempre me deram a impressão de permitir uma compreensão mais fácil e transparente do comportamento nativo e de sua maneira de ser em todos os tipos de transações sociais” (Malinowski, 1978:31-32).

James Clifford (1998), analisando o modelo malinowskiano de etnografia⁷, concluiu que a observação participante permitiria ao pesquisador alcançar o *ponto de vista dos nativos*, aliando experiência subjetiva e métodos científicos de interpretação cultural.

Elias e Scotson (2000) também me fizeram refletir a importância dos estudos mais localizados em que são abordados os benefícios de uma investigação intensiva numa comunidade, como um caminho que ajuda a entender melhor a natureza dos fenômenos pesquisados.

Por tais motivos, considerei, e ainda considero a inserção junto aos assentados em suas diversas formas de manifestações sociais - aqueles espaços de sociabilidade – como o recurso metodológico mais adequado para apreensão dos problemas sociológicos e culturais no caso exposto nesta pesquisa.

As minhas primeiras observações e anotações em campo se deram na casa do casal Kleber e Arlete⁸ do assentamento Vereda I. O casal esta na região desde a criação dos primeiros assentamentos. Como os demais assentados da região eles antes de virem para a região eles eram moradores do Distrito Federal. A minha relação com o casal Kleber e Arlete, é datada do período de PDA época em que os conheci juntamente com a maioria dos assentados, sobretudo do assentamento Vereda I e Vereda II que estão na região desde 1998. Desta forma nas primeiras incursões a campo durante o doutorado entre os meses de setembro e novembro de 2004, fiquei hospedado na casa do casal.

Kleber e Arlete por estarem envolvidos com diversas atividades ligadas aos assentamentos da região foram os primeiros a relataram os acontecimentos ocorridos desde a minha última visita à região em setembro de 2001. Os primeiros relatos se deram na cozinha do casal à luz de lampião, pois no assentamento, naquela época, não tinha energia elétrica, enquanto Arlete preparava um delicioso jantar (frango, mandioca, arroz e feijão) no fogão à lenha.

O casal me contava as novidades, como a construção das casas, as brigas na associação e a participação deles no curso de formação de técnicos em Unaí-MG⁹. Além disso, fiquei sabendo das frustrações tais como: a decepção com assistência técnica, a desunião entre os assentados depois da assinatura dos contratos, as pessoas que deixaram o assentamento e a chegada dos novos moradores, além das disputas que estavam girando em torno da associação. Nessa noite, lembro que era mais de meia noite quando fomos dormir. Tal evento aconteceu quase todos os dias em que fiquei na casa do casal. Nos demais dias, o Kleber se dispôs a me levar numa moto aos locais das entrevistas mais distantes, o que fez por pelo menos uma semana.

É importante ressaltar que essa gentileza do Kleber facilitou muito a pesquisa de campo, pois não dispunha de veículo próprio para fazer tais deslocamentos. Mas durante as entrevistas eu pedia ao Kleber que não interviesse só se fosse indagado por algum entrevistado ou convidado a participar do assunto, o que ele aceitou e entendeu. Durante a companhia do Kleber pude observar nele um interesse enorme em aprender, pois nos intervalos das entrevistas conversávamos de tudo, inclusive de sociologia, matéria que ele passou a se interessar depois que começou a estudar no curso técnico de Unaí-MG e segundo suas próprias palavras, ele tinha uma sede por aprender e conhecer mais.

⁷ Clifford (1998) procura definir a etnografia como um dos principais produtos do trabalho do antropólogo. Seria, portanto, um modo de representar um outro cultural através da escrita. Resumindo, a etnografia está, por todos os lados, imersa na escrita.

⁸ O casal Kleber e Arlete, se formou em 2006 pelo curso Técnico de Unaí-MG.

⁹ A escola agrícola de Unaí-MG, em parceria com o MDA, organizado pelo Grupo de Trabalho em Reforma Agrária da UnB. Oferece um curso de formação de técnicos agrícolas para assentados dos assentamentos localizados na região do entorno do Distrito Federal.

No restante dos dias que passei no assentamento, fiquei hospedado na casa do Sr. Raimundo, proprietário de um bar. A escolha do local foi proposital, pois sabia que o bar seria um *locus* privilegiado para observações, o que se confirmou, pois neste local foi possível observar eventos ocorridos somente nesse espaço. O bar é um espaço de sociabilidade em que diversos eventos da vida cotidiana acontecem e em que as pessoas que se encontram, estimulam a divulgação de informações, conflitos, relacionamentos. Lá, permaneci por cerca de 10 dias.

Na residência moravam Sr. Raimundo e o seu filho de 12 anos mais ou menos, que o ajudava no bar e estudava na escola do assentamento da Boa Vista, no período da tarde. A esposa do Sr. Raimundo morava em Brasília, trabalhava na Unimed e vinha para o assentamento só nos finais de semana. Outras famílias tinham realidades semelhantes, em que um dos parceiros trabalhava na cidade e voltava para o assentamento, apenas nos finais de semana.

Em Padre Bernardo, fiquei hospedado na casa que o Kleber e a Arlete possuem no município. É importante ressaltar que esse casal até a presente data da pesquisa eram os únicos assentados da região que tinham adquirido uma casa¹⁰ no município. Segundo o casal essa decisão tinha sido tomada porque eles acreditavam que era preciso viver no assentamento e manter um vínculo com o município.

Em sua casa em Padre Bernardo moravam, os três filhos que eram menores (duas meninas e um menino). As crianças estudavam na cidade de Padre Bernardo. A casa de Padre Bernardo, também, servia de guarita para os assentados que precisassem resolver alguma pendência no banco, prefeitura ou que precisassem realizar uma consulta dentro da sede município. Também, é importante ressaltar que, como a maioria dos assentados, o casal possui familiares morando na cidade satélite da Taguatinga no DF.

Durante a minha estada na casa deles em Padre Bernardo o casal se encontrava fazendo o curso na escola agrícola de Unaí-MG, portanto fiquei na residência junto com os filhos do casal que moram na cidade para poderem estudar. Na cidade, foi possível acompanhar o dia das eleições municipais de 2004, além de entrevistar algumas pessoas (gerente do Banco do Brasil, presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais do município etc.), que, de uma maneira ou de outra, tinham algum contato com os assentados do município. Esses momentos serão tratados analiticamente ao longo do trabalho de tese.

A segunda parte da pesquisa ocorreu no ano de 2006 no mês de fevereiro (fiquei no assentamento 20 dias) e 10 dias do mês de julho do mesmo ano. Nesta fase, fui para o trabalho de campo com um olhar atento às sugestões da minha banca de qualificação de doutorado, que ocorrera em maio de 2005. A partir das observações feitas, elaborei um roteiro que privilegiasse questões referentes, por exemplo, à relação assentados-cidade, relações de vizinhança, relação com a política, relação com os atores externos, entre outras.

No texto da qualificação, estava com o olhar que chamarei de meio de idílio ou romantizado sobre o campo, observação feita pela banca; mais à frente compreendi o que os professores queriam dizer. Talvez eu estivesse idealizando muito o meu objeto de pesquisa.

Nesse sentido, penso que o pesquisador, ao enveredar em uma pesquisa, se encontra numa situação muito difícil, de deixar as suas convicções e opiniões de lado. Hoje avalio que foi fundamental um certo afastamento de minhas próprias pré-noções, pois permitiu-me olhar o tema de pesquisa de outra maneira, com outra lente mais apurada e com o foco mais preciso.

Dito isso, o campo do ano de 2006, que chamarei de segunda etapa da pesquisa de campo, procurou seguir essa orientação. Nesse campo, como no anterior fiquei hospedado na casa do Kleber e da Arlete. Era um momento de muita festa e alegria para o casal, pois os mesmos acabavam de se formar no curso técnico agrícola de Unaí, uma conquista para ambos

¹⁰ Para adquirir a casa em Padre Bernardo o casal vendeu uma outra casa que possuíam no Distrito Federal.

que na opinião deles *com muito sacrifício e perseverança, tinham conseguido*. Acompanhei esse processo de longe, pois sempre nos comunicávamos por telefone para saber como andavam as coisas na região. Em duas ocasiões duas famílias de assentados chegaram a escrever para me colocar a par das novidades. Em uma dessas cartas uma família de assentado encaminhou várias sementes de pimenta, pois eles sabiam que eu apreciava não só o tempero da pimenta bem como o pé.

Como não era de se surpreender, as coisas na região aconteciam numa dinâmica fantástica e rápida. A novidade naquele momento era o prêmio do Banco Real, patrocinado pelo programa Universidade Solidária¹¹ conquistado pelo assentamento Vereda I, que previa ações de trabalho em forma de mutirão e ações coletivas. Esse prêmio, segundo as falas dos assentados, veio num momento muito importante para os assentados daquele assentamento, pois teria trazido esperança e reconhecimento pelos anos de luta pela terra, além de incentivar e estimular que os outros assentamentos da região procurassem ações que privilegiassem o trabalho coletivo. Outra novidade que trazia felicidade para os assentados era a chegada da luz, que iniciara em meados de 2005, através do Programa do Governo Federal Luz Para Todos. Na avaliação dos assentados até o final do ano de 2006 todas as famílias da região já teriam luz em suas casas.

Nessa fase, também adotei a estratégia da primeira, e fiquei nas casas das famílias que já havia ficado. A exceção é que passei a freqüentar mais intimamente outras casas dos assentamentos, inclusive realizando refeições exigências dos assentados. Assim, nos dias em que convivi com os assentados passei a experimentar o cotidiano dos assentados.

Como de costume, Kleber me transportou para vários lugares e passei também a freqüentar mais os demais assentamentos. Fui convidado a participar de uma Reunião Pública promovida por um Deputado Federal pelo PT de Goiás, na escola municipal localizada no assentamento Boa Vista. Nessa reunião, além do parlamentar, outras autoridades municipais, regionais e o próprio Superintendente do INCRA estavam presentes, além, é claro, de vários assentados dos quatros assentamentos e do assentamento do Banco da Terra. Nessa reunião tive oportunidade, mesmo que rapidamente, de entender um pouco da relação dos políticos e da superintendência com os assentados. O tema principal da reunião era falar do programa Luz Para Todos, tema esse abordado pelo deputado e por um representante do Ministério das Minas e Energia que estava presente na ocasião. No entanto, os assentados que estavam presentes na audiência chegaram a cobrar do INCRA e da prefeitura melhorias para os assentamentos.

Durante essa fase, procurei variar na forma de coletar as informações. Além das entrevistas, utilizei algumas técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador DRPE, que consiste, segundo Pereira (1998), em uma metodologia composta por uma série de métodos e técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo.

¹¹No assentamento Vereda I em parceria com o Grupo de Trabalho de Reforma Agrária da UnB. Coordenado pela Prof^a. Cláudia Valéria de Assis Dansa, participou com o seguinte projeto: Projeto Vereda Sustentável: pensando a segurança alimentar, geração de renda e manejo ambiental no assentamento Vereda I, município de Padre Bernardo – GO. Ao longo da tese voltarei a esse tema.

Dentre as diversas técnicas, utilizei o Diagrama de Venn ou Jogo das Bolas¹², com o objetivo de entender como os assentados da região se relacionam e vêm os atores externos aos assentamentos.

Além disso, utilizei o Calendário Sazonal com vista a ampliar o entendimento dos ciclos dentro do sistema de vida local. Isso possibilitou mostrar, mês a mês, os padrões de precipitação das chuvas, as seqüências dos cultivos, a utilização das fontes de água, a alimentação dos rebanhos, rendimentos, dívidas, migrações, colheita natural, demanda de trabalho, disponibilidade da mão de obra, dentre outros. Portanto, o Calendário Sazonal foi importante para entender a articulação dos diferentes componentes na vida dos assentados, como mutirão ou a troca de dias, bem como qualquer característica especificamente sazonal do ambiente.

Essa etapa foi muito proveitosa, mas ao voltar de campo e transcrever o material e fazer as análises parciais fiquei com algumas indagações, que só puderam ser esclarecidas no retorno que fiz em julho. Como diria Alencar (1999), a seqüência de análises facilita a interação da pesquisa. Essa análise pode ser considerada parcial, em que a mesma pode auxiliar na identificação de novas situações a serem observadas, de temas a serem cobertos nas novas entrevistas, dos novos indivíduos a serem entrevistados, ou, até mesmo, das fontes secundárias a serem consultadas, dentre outras.

A escolha do mês de julho de 2006 para o retorno foi proposital porque é o momento das principais festas nos assentamentos, como a Folia do Divino e o campeonato de futebol entre assentamentos da região.

Também nessa fase, outra questão que rondava a região, para não falar em todo o Brasil, eram as eleições nacionais. Nessa época, os assentados já comentavam as mobilizações que os cabos eleitorais estavam fazendo na região. O que mais comentavam era a transferência do domicílio eleitoral do Deputado Federal por Brasília José Fuscaldi Tatiko para Goiás, estado em que o mesmo elegeu-se Deputado Federal pelo PTB em 2006, com 84.633 votos. Na região, pode-se dizer que ali seria um reduto do deputado. Tatiko, como é conhecido, é dono de uma rede de supermercados populares, de onde a maioria dos assentados é cliente. Em uma dessas idas a campo, acompanhei uma família assentada fazendo compras em um dos supermercados da rede em Taguatinga.

As conversas sobre as eleições aconteciam mais ao final do dia nas casas dos assentados próximos a onde eu me encontrava hospedado. Nesses bate papo descontraídos os assentados comentavam uma certa decepção com a política de reforma agrária do governo Lula ou sobre porque alguns votariam¹³ no Roriz para senador. Segundo os assentados a crença no Roriz, estaria relacionada à idéia do lote “dado” por ele em alguma cidade satélite

¹² O diagrama é elaborado para ajudar na compreensão das relações que as instituições formais e informais têm para com a comunidade. **Usando a técnica:** em primeiro lugar pede-se para a comunidade listar todas as entidades ou instituições que ela acha importante para o grupo. Nesse momento, o animador tem que ter o cuidado para não influenciar a comunidade, deixando a mesma à vontade para fazer a listagem das instituições. Ao se iniciar o jogo, o animador tem que deixar claro que a bola de referência ou a unidade chave sempre será a comunidade, que ficará no centro do jogo. A partir da bola de referência as demais bolas serão jogadas considerando duas regras **a primeira** relacionada com a importância, ou seja, o tamanho da bola, quanto maior a bola mais importante será a organização, e a **segunda** regra, relacionada com a distância da bola em relação a bola que representa a comunidade, assim, quanto mais perto da bola da comunidade mais atuante ou mais contato a instituição tem com a comunidade, e quanto mais distante, indica pouca atuação ou contato nenhum que a instituição tenha com a comunidade. Observação: Com exceção da bola que representa a comunidade, as demais bolas deverão ser feitas por pessoas presentes na reunião e não pela pessoa que estiver puxando a técnica.

¹³ É importante ressaltar que grande parte dos assentados ainda vota em Brasília, “*Tem gente que vota em Brasília porque ainda tem alguma benefício do governo e se ele transferir o título para Goiás perde o benefício*” (assentado, vereda I, 2006).

de Brasília. Assim, depois de conviver por algum tempo com os assentados é que apresento algumas impressões sobre o que foi visto vivenciado e apreendido com esses assentados.



Foto: 1 – Pesquisador participando de mutirão com os assentados.



Foto: 2 – momento de descontração depois de reunião com os assentados.

Além dos espaços de convivência - como reuniões, assembléias, cultos e festas -, foram feitas entrevistas semi-estruturadas individualmente com atores, que contribuíram para a confecção do retrato. E para o leitor ter uma idéia de quais as cores que contribuíram para o tom desse retrato de assentamento, apresento uma listagem de quantos atores foram contatados individualmente¹⁴. Foram, a saber,

- Aproximadamente 48 assentados moradores da região de Pé de Serra. Sendo 22 do assentamento Vereda I¹⁵, 11 do assentamento Vereda II, oito do Boa Vista, cinco do Água Quente e dois do Baixão;
- Cinco assentados moradores de assentamentos da região do entorno do DF, (essas entrevistas ocorreram durante o evento Tecendo a Rede Territorial de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno promovido pela GTRA da UnB em 2004);
- Diretora da Escola do assentamento Boa Vista no ano de 2006;
- Uma professora da Escola do assentamento Boa Vista, moradora do assentamento Vereda II;
- Uma aluna do curso de agronomia da UnB monitora nos assentamentos Vereda I e Vereda II;
- Uma família moradora de Brasília que tem parentes no assentamento Vereda I;
- Três técnicos do INCRA da Superintendência do DF e entorno SR-28, que atuam nos assentamentos da região de Padre Bernardo;
- Quatro compradores de chácaras na região, no assentamento Boa Vista e assentamento Vereda II;
- O Motorista do ônibus que transportam os assentados da região;

¹⁴ É importante ressaltar que nessa listagem estão incluídas apenas entrevistas realizadas entre os anos de 2004 e 2006.

¹⁵ O maior número de assentados individualmente ter sido do Vereda I, deveu-se a maior presença minha nesse assentamento.

- Um técnico do Grupo de Trabalho de Reforma Agrária da UnB;
- Um técnico da Agência Rural de Padre Bernardo;
- A Secretária da Educação de Padre Bernardo gestão (2001-2004);
- A Gerente da agência do Banco do Brasil de Padre Bernardo em 2004;
- O Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo em 2004;
- Um candidato a Vereador de Padre Bernardo em 2004;
- O Chefe de gabinete e secretário de Administração da prefeitura de Padre Bernardo gestão (2005-2008);
- Um comerciante de Padre Bernardo em 2006;
- Três ex.assentados que venderam suas chácaras (dois moradores do assentamento Vereda I e um do assentamento Vereda II);
- 10 crianças e adolescentes moradoras dos assentamentos da região de Pé de Serra;
- Um pastor da Igreja Evangélica Missão de Cristo Mundial do assentamento Vereda I;

É importante destacar que para a escolha desses atores entrevistados individualmente, utilizei o critério de importância dos cargos que esses indivíduos ocupavam e/ou das relações que esses atores mantinham com os assentados da região durante a realização da pesquisa. A exceção foram apenas os assentados e seus familiares que, neste caso escolhi o critério da aleatoriedade e da disponibilidade deles.

Desta forma, a pesquisa de campo foi finalizada. É importante ressaltar que mesmo antes de finalizar a tese, mantenho contato com os assentados por telefone. Tais entrevistas seguiram um roteiro que serviu para conduzir as conversas.

Para a compreensão de algumas questões, elaborei um relatório fotográfico que está incorporado no texto e auxiliará no entendimento do que está sendo pesquisado e também no desenvolvimento da multiplicidade de olhares que se desenvolvem ao longo da pesquisa.

Gostaria de ressaltar que, durante a apresentação das falas no texto, omitirei os verdadeiros nomes dos entrevistados, apesar de todas as entrevistas terem sido gravadas com o consentimento deles. Mas por uma questão de preservar a privacidade dos entrevistados, tomei essa decisão; as únicas exceções serão com os meus anfitriões, Kleber e Arlete, que apareceram apenas nesta seção.

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Dentro do processo de pesquisa, um dos primeiros momentos é o levantamento bibliográfico. Como já vinha de uma experiência em trabalhar o tema da migração desde a iniciação científica, época em que tive a oportunidade de pesquisar o fenômeno da migração de trabalhadores rurais que vinham para o Sul de Minas Gerais com o objetivo de trabalhar na colheita do café, procurei seguir então uma orientação partindo da migração. No entanto, a oportunidade de me encontrar de fato com atores que viveram um intenso processo migratório foi no mestrado, época em que tive oportunidade de conciliar migração e assentamentos rurais.

Como foi abordado anteriormente na época do mestrado procurei analisar os motivos que levaram os assentados a migrarem de seus locais de origem, a vida na cidade, os motivos que os levaram a migrar para o assentamento, a conquista da terra, a vida no assentamento e suas perspectivas de futuro. Na dissertação de mestrado, um dos eixos centrais que orientaram o trabalho foi a migração, que foi analisada a partir de relatos orais de pessoas de “carne e osso”.

Diversos autores têm apontado que a abordagem teórica metodológica das migrações é decorrente de vários campos científicos, como da demografia, história, sociologia, antropologia, economia, política, direito e mais recentemente, da psicologia. Entretanto, apesar dessa gama multidisciplinar de “olhares”, a migração de uma maneira geral, tem sido tratada predominantemente, por um lado, por enfoques analíticos macro-estruturais, (sejam determinantes políticos, econômicos ou sociais); e por outro lado, por enfoques que procuram entender o fenômeno a partir da decisão apenas individual (racional) do sujeito de migrar.

No entanto, é possível resumir que ambas as abordagens acabam, de uma maneira geral, relegando a segundo plano elementos mais subjetivos desse fenômeno como, por exemplo, as redes de solidariedade que se constituem ao longo do processo de migração.

Nesse sentido, Menezes (2002), ao refletir sobre todo esse contexto, sugere a necessidade que se busquem estudos que procurem compreender a formação de redes sociais no fenômeno da migração.

Para efeito de exemplificação, citarei o estudo de caso analisado por Margolis (1994) com brasileiros migrantes em Nova York (EUA), no qual a autora utiliza o conceito de redes, elaborado por Portes e Rumbaut, para argumentar que as redes sociais que se desenvolvem no fenômeno migratório das pessoas estão no cerne das microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo.

Os migrantes estrangeiros vão para territórios familiares quando possível, e nada torna um lugar mais familiar do que ter uma família lá. Os benefícios proporcionados por uma rede de familiares numa cidade como Nova York são evidentes. (...) Não há qualquer dúvida, assim, de que a presença de redes familiares reduz o custo da migração, tanto material quanto psicológico. (idem, 1994:168).

Durante o doutorado, outras leituras foram aos poucos incorporadas a esse contexto para entender a dinâmica de convivência de migrantes nos assentamentos. Além dos textos lidos nas disciplinas cursadas, o processo de orientação e o contato com os colegas, sobretudo nas disciplinas de Seminário de Tese, ministrada no primeiro semestre de 2004 pela professora Leonilde Medeiros, e das disciplinas de Antropologia, ministradas pelo professor John Comeford, trouxeram acréscimos importantes em que percebi que era necessário ampliar o leque de temas e de leituras e que o meu foco não deveria concentrar-se só no caráter migratório para assentamentos rurais, mas era necessário entender esse contexto dentro de

outros assuntos, como comunidade, campesinato, política e parentesco. Para isso, autores como Malinowisk, Elias, Mauss, Clifford, Weber, Woortmanns, Borges, Heredia, Palmeiras, Candido e outros foram importantes para a compreensão do que eu gostaria de entender. Uma vez que eu proponho analisar o cotidiano e as formas de sociabilidade em assentamentos rurais, essas leituras foram importantes para confrontar com os meus dados de campo.

Assim, longe de dar conta de todo o debate sobre a temática, procurei selecionar autores que colocaram diante desse tema questões cujas formulações poderiam contribuir para iluminar os meus dados de campo.

Além dos trabalhos de campo e das leituras realizadas, outra fonte de informação importante foram os dados secundários ou “dados frios”⁸ que foram coletados através de dados fornecidos pela SR (28): Superintendência Regional do INCRA, jurisdição do Distrito Federal e do entorno, prefeitura, atas de reuniões das associações e informações fornecidas pelo Grupo de Trabalho e Apoio a Reforma Agrária da Universidade de Brasília. Esses dados ajudaram a compreender e a dimensionar as questões referentes aos assentamentos na região.

⁸ Dados frios são chamados assim porque são coletados de maneira não participativa, ou seja, as informações são obtidas independentes de como os “atores” vêem a realidade, embora possa ser necessário consultar alguns deles (Pereira: 1999:185).

O RITUAL DE ESCREVER UMA TESE

Se olhar e ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo (...), é, seguramente, no ato de escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica. (Roberto Cardoso de Oliveira, 2000:25).

Acredito que um dos maiores desafios dentro do ritual do meu doutorado foi o momento da escrita da tese. Esse é o período de dar vida às idéias e interpretações sobre a vida dos nativos. Como bem lembra Oliveira (2000)¹⁶, o trabalho do antropólogo consiste em *olhar e ouvir*, e por fim *escrever*.

Acredito que o momento de textualizar é o mais desafiador, pois é nesse momento, em que estou sozinho no escritório, que preciso dar corpo a tudo o que foi observado. Assim sendo, creio que um dos maiores problemas é justamente a conjunção dos tempos *entre estar lá e escrever aqui*, ou seja, no momento de *estar lá* é a fase das companhias dos nativos, das observações, das trocas de idéias e do conhecimento; é um momento de comunhão e trocas. Já o *de escrever aqui* é o momento da solidão do ritual entre o pensar e o escrever. De certa forma, é uma fase que senti um monólogo entre os meus dados e os meus pensamentos. No entanto, apesar de todo esse ritual, ressalto que a todo o momento os dados e os nativos estão dialogando comigo nesse trabalho.

É nesse sentido que essa seção procura refletir sobre o desafio e o ritual de colocar no papel todas as observações e análises feitas da vida cotidiana e das formas de sociabilidade dos atores que proponho investigar nesse trabalho.

Como bem coloca Malinowski (1979), um dos recursos utilizados pelo etnógrafo é a forma diferenciada de coleta dos dados sobre os fatos observados para com isso formular as suas análises e inferências. Essa por sua vez, passa pelo âmbito da análise e da escrita desses fatos.

Oliveira (2000) já havia apontado a importância do momento da escrita como um elemento do ritual de produção do conhecimento. É um exercício textualizar os nossos pensamentos. É o momento de colocar no papel todas as análises e inferências que estão “soltas no ar”, ou seja, é nessa fase que dialogamos mais incisivamente com a teoria, observações e reflexões, vivenciadas no trabalho de campo, e damos carne e osso ao documento, aqui no caso, na forma da tese.

Como todo pesquisador sabe, essa fase da escrita é marcada pela solidão e pelas reflexões que às vezes levam ao limbo ou a um vazio. Ou ainda mais, a uma dificuldade de colocar no papel uma experiência altamente pessoal numa análise científica e crítica da realidade do outro.

Entretanto, com a queima de muito fosfato e o amadurecimento dessas reflexões, foi possível conceber um texto que tem por objetivo disponibilizar aos leitores as reflexões realizadas a partir das informações coletadas em campo, de forma simples e objetiva, da realidade vivenciada junto aos assentados da região de Pé de Serra.

Assim sendo, procurei estruturar os capítulos dentro de um escopo de análises que permitisse ao leitor perceber o texto numa união entre a teoria e a empiria, concebendo assim

¹⁶ Roberto Cardoso de Oliveira (2000), em seu livro o trabalho do antropólogo, capítulo 1: *olhar, ouvir e escrever* destacou a importância desses três elementos para a produção do conhecimento.

um documento que comungasse esses elementos de forma bem descritiva dos fatos observados naquela região.

Como aponta Clifford (1998), tentei colocar nessa tese a tradução da minha experiência com os assentados na forma textual, ressaltando que não tenho a pretensão de dar conta de todos os elementos existentes naquele espaço. Até porque como no caso de uma fotografia o fotógrafo precisa focar um ângulo que ele acredita ser o ideal para capturar aquilo que ele gostaria de mostrar, eu, como pesquisador, também procurei fazer esse mesmo exercício. Portanto, esse material aqui apresentado é a interpretação e a recuperação de determinados fatos etnográficos, que chamo de retratos de assentamentos.

PARTE II: GÊNESIS

“Comprei vinte e cinco alqueire/ Bem lá no meio do mato
Fui coçar barba de onça, picada de carrapato/ O sertão era grilado
Por valentões desiguais/ Enfrentei o sol e a chuva
E bravios animais/ Depois que eu plantei a roça
E fiz a minha casinha/ Começou chegar jagunço
Prá tomar tudo que tinha/ Me queixei pro delegado
Mas êle não atendeu/ Resolvi brigar com eles e fica no que é meu ai ai.

Eu fui muito ameaçado/ Pra deixar aquele chão
Quiseram acabar comigo/ Na bala foice e facão
Mas a minha carabina/ Era muito mais ligeira
Fiz jagunço comer fogo/ Beber água na peneira
Enfrentei a bicharada/ Com minha papo amarelo
Pra defender meu direito/ Enfrentei muito duelo
Se pisar no que é meu/ Grande risco vai correr
Eu só tenho uma saída/ De matar ou de morrer ai ai

Não sou nenhum desordeiro/ Pra sofrer tanta tortura
E também não sou poceiro/ Tenho minha escritura
Derrubei muito alqueire/ No baque do meu machado
Fiz brotar tinguera verde/ No lugar do meu roçado
Quando sento no meu eito/ Tenho Deus e muita fé
Quiseram acabar comigo/ Mas ainda tou de pé
Esses grilheiros de terra/ Tiveram uma triste sina
Mas eu defendi meu sítio/ No coice da carabina ai ai”.

Grilheiro de Terra

Dino Franco / Quirino Andrade

CAPÍTULO 1

O MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO E A CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA REGIÃO PÉ DE SERRA

“Na minha cabeça, eu tinha a idéia que a gente invadia, passava lá dois a três meses e depois ganhava a terra. Então, pra mim, era um dos melhores prêmios que podia ter era ganhar um pedaço de terra, por isso eu resolvi acompanhar esse movimento. Isso foi em 1998, no mês de maio de 1998. Aí quando eu cheguei na Ceilândia o pessoal estava vindo pra cá. Aí eu resolvi vim com eles e nós acampamos na beira da ponte, lá no primeiro acampamento. Isso foi em setembro de 1998” (Assentado da região de Pé de Serra, 2004).

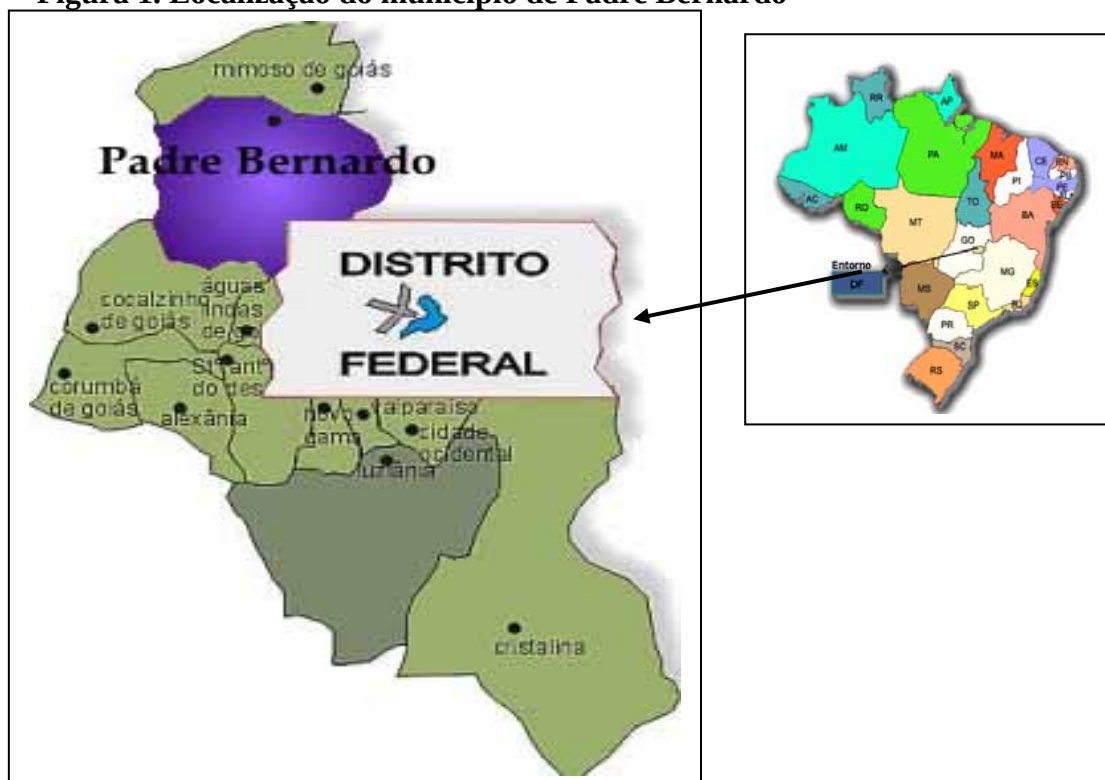
Neste capítulo pretende-se apresentar uma discussão sobre o processo de ocupação das terras na região Pé de Serra, bem como apresentar quem são esses atores que aderiram à luta pela terra na região e o processo de constituição dos assentamentos, mostrando as estratégias adotadas por esses atores. Para isso, esse capítulo está dividido em cinco seções e três subseções.

1.1. O Município de Padre Bernardo

As terras do município de Padre Bernardo começaram a ser ocupadas no final do século XIX, na época denominado Vão dos Angicos, que pertencia ao município de Luziânia e cuja principal atividade era a criação de gado. Em 1932, Januário de Amorim e Valentim José Cabral doaram um terreno de 12 alqueires para o Padre Bernardo¹⁷ construir uma igreja em homenagem ao Divino Espírito Santo. Atualmente, a igreja é um dos principais pontos turísticos do município e local onde foi sepultado o Padre Bernardo até a transferência dos seus restos mortais para Luziânia.

O desenvolvimento da região se deu a partir da construção de Brasília no final da década de 1950; e em 1963, Padre Bernardo foi transformado em município, através da Lei n 4.797 de novembro daquele ano. Padre Bernardo está localizado na mesorregião do leste goiano e na microrregião do entorno do Distrito Federal, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1. Localização do município de Padre Bernardo



Fonte: Oliveira, 2002

A praça central é cortada pela avenida principal da cidade, onde se concentram os estabelecimentos comerciais, banco, posto de gasolina, restaurantes, bares, hotéis, delegacia de polícia e correios. No município existem duas linhas de ônibus: a principal que liga Padre Bernardo a Brasília, com horários de 6h30 até as 19h45 e a outra linha de ônibus diária para Anápolis, sai às 7h da manhã.

¹⁷ O pároco foi fundamental na formação do antigo povoado. Por isso, em sua homenagem, a cidade leva o seu nome.



No último Censo demográfico de 2000, o município de Padre Bernardo possuía uma população de 21.495 habitantes, conforme mostra a Tabela 2. Essa população está distribuída por uma área total de 3.148,9 Km², localizando-se a uma altitude de 629 metros.

. A taxa de crescimento populacional anual do município é de 6,23 acima da média nacional. Segundo o IBGE, havia a estimativa que em 2006 a população tenha chegado a 25.220 habitantes.

Tabela 2. Distribuição populacional de Padre Bernardo.

Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total
11.066	10.429	13.272	8.223	21.495

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Dentre as principais atividades econômicas do município, destacam-se a pecuária extensiva e as lavouras de soja, milho, feijão, mandioca e mais recentemente a mamona destinada ao biodiesel. Essa característica de monocultura favoreceu a concentração de terras nas mãos de poucos produtores, favorecendo uma forte especulação fundiária.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) de outubro de 2003, no município existiam cerca de 759 estabelecimentos rurais, ocupando uma área 259.246,7 hectares. Um dado interessante é que, em se tratando de estrutura fundiária, 87,24% da área rural do município é ocupada por propriedades com mais de 200 hectares e o destaque fica para as grandes propriedades (acima de 2000 hectares) que, apesar do município possuir 29 propriedades, estas ocupam 32,19% da área total dos estabelecimentos rurais cadastrados em outubro de 2003 no INCRA, conforme pode ser observado na Tabela 3 logo abaixo.

Tabela 3. Número de propriedades e área ocupada por estabelecimentos rurais por categoria fundiária até 2003

Padre Bernardo	De 0 a 50 hectares	50 a 200 hectares	200 a 2000 hectares	Acima de 2000 hectares	Total
Total de estabelecimentos	236	250	244	29	759
Área ocupada	5.909	27.177	142.721	83.439	259.247
(%) da Área ocupada	2,28	10,48	55,05	32,19	100

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, INCRA (2003).

Outro dado interessante diz respeito à contratação de mão-de-obra. Ao utilizar os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996, percebe-se que os estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares contrataram cerca de 38% da mesma, enquanto os estabelecimentos acima de 1000 hectares contrataram 20%: demonstrando que, no município, estabelecimentos menores têm mais importância na geração de emprego e de renda do que as grandes propriedades.

Em relação aos assentamentos rurais sobre responsabilidade do INCRA, no município existiam em 2006 oito assentamentos, sendo destes quatro na região de Pé de Serra (região do estudo) onde se concentra a maior parte, e os demais espalhados em outras regiões do município, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4. Número de famílias e áreas dos assentamentos em Padre Bernardo

Assentamentos	Número aproximado de Famílias	Área (ha)	Tamanho médio de cada chácara em ha	Data da desapropriação
Água Quente	66	2.829,3041	28	17/12/1998
Boa Vista	145	4.380,0339	15-17	17/12/1998
Vereda I	70	2.063,7800	20	21/12/1999
Vereda II	163	3.760,7900	12-15	23/08/2000
Colônia I	24	598,46	?	15/09/1995
Colônia II	23	590,00	?	20/06/1997
Jacinto Durães	60	1.623,82	?	23/08/2000
G-13	50	1.245,50	?	25/11/2005
Total	601	17.091,69		

Fonte: Pesquisa de campo 2006 e INCRA (SR-28)

1.2. As condições para a ocupação das terras na região de Pé de Serra em Padre Bernardo

Estudos realizados por Aguiar et al (1994) mostraram que as regiões do entorno do Distrito Federal, principalmente os municípios de Cristalina e Padre Bernardo em Goiás, que têm uma agricultura centrada na monocultura, têm causado sérios danos ao meio ambiente pelo uso excessivo de agrotóxico, pelo manejo inadequado e pela utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, forçando o deslocamento da população rural para as áreas

urbanas do entorno. Paralelo a essa situação, segundo os mesmos autores, é cada vez mais freqüente os sítios de finais de semana no entorno, substituindo áreas de agricultura de subsistência, consideradas essenciais para a região por manter um equilíbrio mais compatível com o meio ambiente, além de contribuir para que parte da população rural permaneça no campo. Assim, essa transformação vem modificando as relações de produção existentes, os antigos pequenos produtores transformando-se em trabalhadores que nem sempre são absorvidos no local pelo mercado de trabalho rural ou urbano, forçando-os a uma mudança para a periferia das cidades satélites.

Esses elementos associados ao processo de redemocratização do país possibilitaram um cenário político-social favorável à reforma agrária. E a partir dos anos de 1970, com mediadores ligados principalmente à igreja católica e posteriormente com o movimento sindical nos anos 1980, a bandeira por reforma agrária passou a ganhar força e culminou com a ocupação de áreas improdutivas nos estados de Goiás e Minas Gerais, próximas ao entorno do Distrito Federal. No final da década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST) passou a ter também uma participação efetiva na luta pela terra na região.

Desta forma, a concentração de terras e a proximidade com Brasília foram elementos que contribuíram para que a disputa por terras e a ocupação destas acontecesse no município. O marco dessa luta na região Pé de Serra foi o ano de 1998, quando, segundo os entrevistados, o MST já trabalhava na possibilidade da criação de assentamentos na região. O primeiro passo foi o levantamento das propriedades consideradas improdutivas. Em seu levantamento os militantes do MST descobriram cinco fazendas que foram avaliadas como improdutivas pelo MST; a partir dessa avaliação o passo seguinte foi organizar as famílias que iriam ocupar tais fazendas. É importante ressaltar que uma das principais formas de reivindicação pela reforma agrária no Brasil tem sido a ocupação de terra e a formação dos acampamentos. Para muitos, essa é a principal forma de pressionar o Estado a realizar a reforma agrária.

Esse processo de ocupação foi organizado por militantes do MST que atuavam em Brasília e que já realizavam um trabalho de base junto a moradores, principalmente nas periferias das cidades satélites de Brasília, *convidando* para que esses viessem a ocupar terras na região. Além disso, os assentados que foram para região acabaram sabendo das ocupações através do *boca-boca*, e das redes de amizades e parentesco ali existentes. Nesses espaços essas redes tendem a ser mais fortes e por isso podem ser vistas como bases importantes para a mobilização desses trabalhadores.

Esse tipo de estratégia de mobilização por parte do MST na região do entorno do Distrito Federal também foi observada por Sigaud (2005) em acampamentos na Zona da Mata Sul pernambucana. Lá, muitos dos trabalhadores que foram engrossar a luta nos acampamentos o foram a partir de convites feitos por militantes do MST e sindicalistas nas periferias das cidades da Zona da Mata pernambucana.

Assim, esses atores que participaram das ocupações vieram das cidades satélites de Brasília e de regiões do entorno de Brasília como Luziânia, Trajanópolis, Parque da Barragem, Taboquinha, Cristalina, lugares onde já existiam ocupações de terras¹⁸ organizadas pelo MST e sindicato de trabalhadores rurais dos municípios.

¹⁸ Muitos foram excedentes da Fazenda Líder no município de Luziânia-GO, próximo a Brasília. A ocupação dessa fazenda culminou com a criação em 1998 do assentamento Líder, com 31 famílias. Luziânia, por sua proximidade com Brasília é conhecida como cidade dormitório, pois muitos de seus moradores trabalham em Brasília e moram na cidade.

1.3 As motivações dos atores para as ocupações de terras na região de Pé de Serra

Como já foi abordado anteriormente os assentados da região em sua maioria, eram de trabalhadores desempregados das cidades satélites de Brasília¹⁹ que tinham uma trajetória: campo-cidade-acampamento²⁰, a maioria originária dos estados do Nordeste e dos Estados de Goiás e Minas Gerais. Esses atores sociais vieram para Brasília ao longo das últimas décadas do recente século XX e em alguns casos vieram no período da construção da cidade na década de 1950²¹ para tentar a sorte e, como eles gostam de falar, vieram para o *eldorado*.

Portanto, migrar para Brasília era visto como uma alternativa para conseguir melhorar de vida, ou mesmo como um recomeço de vida em outro local. Era uma estratégia de reprodução adotada por esses atores. Nesse sentido, pensar a migração como uma estratégia de reprodução conduz-me às observações feitas por Garcia Jr (1989), que entende que migrar pode ser uma estratégia importante para a reprodução social do migrante. O autor, em seu estudo com migrantes do Brejo e Agreste da Paraíba, conclui que a migração para as cidades industriais significava uma forma de *escapar da sujeição*, o que passou a ser associado à noção de *liberdade* porque, com o dinheiro obtido no Centro-Sul, podia-se comprar terras para a família cultivar e sair da condição de *sujeitos* para condição de *libertos*.

Nesse estudo, Garcia Jr (1989) observou que os trabalhadores organizam seu discurso através de categorias como: **sujeito morador**: aquele que morava nos domínios dos senhores-de-engenho, submetido às suas ordens, caracterizando assim uma situação de sujeição. **Liberto**: aquele pequeno produtor que morava ao redor da grande propriedade. É importante ressaltar que os pequenos proprietários eram subordinados a jogos sociais em que elementos como honra eram um dos interesses da disputa entre senhores-de-engenho e fazendeiros. Entretanto, ser *liberto* não implica forçosamente ser proprietário, pode ser um arrendatário, mas o chão de casa ou uma tripa de terra é o meio que permite práticas associadas à condição de *liberto*.

Assim, as condições de vida difíceis que esses atores levavam em seus locais de origem e a própria atração que as cidades exerciam sobre eles foram fatores decisivos para que esses viessem para Brasília.

P: Qual foi o motivo do Sr. sair do Piauí?

R: Rapaz, na época em que estávamos lá nós considerávamos Brasília, vamos dizer assim, um paraíso. Porque o pessoal sai de lá [Piauí], aquele pessoal lavrador, saíam e quando voltavam vinham com uma roupa diferente, com uma pele bonita, chegavam aplumados. Ai a gente criava aquela imagem que aqui [Brasília] as coisas eram uma coisa super boa, muito boa. Como de fato eu não tenho nada a dizer de Brasília. Eu não tenho muita coisa material é porque eu joguei muita coisa fora. Mas eu acho que Brasília é bom. Cheguei naquela época, em 1961, arrumei logo emprego. E no Piauí a vida era mais difícil, as terras eram poucas e não dava pra todos os irmãos. (Assentado no Vereda I, 2004).

¹⁹ As cidades satélites do Recanto das Emas, Samambaia, Ceilândia e Céu Azul eram as principais cidades do DF que os assentados moravam antes do acampamento.

²⁰ Para entender mais sobre esses atores ver Oliveira (2002).

²¹ A construção de Brasília fez com que desencadeasse um conjunto de outras obras que estavam diretamente relacionadas à nova capital, por exemplo, a construção de rodovias que davam acesso à nova sede do governo, como a Belém-Brasília (2.000 km); Acre-Brasília (2.500 km); Fortaleza-Brasília (1.500 km); Belo Horizonte-Brasília (700 km) e a Goiânia-Brasília (200 km), dentre outras obras viárias. Segundo Moreira (1998), no ano de 1960 foram pavimentadas 6.202 km de estradas e construídos outros 14.970 km de rodovias. Assim, Brasília passou a ser um ponto de integração entre os centros urbanos e a regiões agropecuárias do país.

Gouvêa (1998) constatou, em estudo realizado nas cidades satélites do Gama e do Guará, que a migração para Brasília estava diretamente relacionada com a situação difícil que o indivíduo encontrava em seu local de origem. Constatou também que a vinda para Brasília estava diretamente relacionada com a busca de emprego e com melhores condições de assistência médica que na maioria das vezes, apesar das deficiências dos serviços prestados em educação e saúde em Brasília, estes ainda eram muito superiores aos prestados na maioria das regiões do país.

Segundo Romeiro (1994), o motivo de o trabalhador rural migrar para as cidades é a falta de emprego no campo porque o trabalhador fica sem condições de sobrevivência. Dessa maneira, sem emprego, ele vai para as cidades, independente das oportunidades de trabalho que poderá encontrar. Outro fator seria a qualidade de vida que o trabalhador rural vai buscar nas cidades, pois nestas a qualidade de vida da população favelada e subempregada pode ser, apesar de tudo, superior à do campo, onde o trabalhador rural enfrenta problemas como a falta de escola para os filhos, a falta de assistência médica, dentre outros.

A imagem que a cidade é um lugar melhor e com maiores possibilidades é observada também por autores como Sayad (1998) que, ao estudar imigrantes de origem argelina na França, constatou que as dificuldades encontradas no seu local de origem, como o endividamento e a impossibilidade de ganhar dinheiro, fazem com que esses migrantes vejam a França como uma alternativa para melhorar de vida e como alternativa até para parentes que ficam na Argélia.

“Todos aqueles que têm dinheiro, todos aqueles que fizeram alguma coisa, que compraram, ou construíram, foi porque tinham o dinheiro da França” (idem, 1998:29).

Nesse sentido, para Klaas Woortmann (1990), a migração em determinadas situações²² permitiria a reprodução da família, migração essa classificada por ele como migração pré-matrimonial que consiste numa modalidade de migração relacionada com a necessidade do jovem que pretende se casar migrar temporariamente para conseguir e acumular recursos necessários que possibilitarão iniciar a vida de casado, isto é, ser chefe de uma família. O autor menciona ainda que essa migração tende a ocorrer após o casamento, ao longo de muitos anos.

No caso dos atores sociais aqui analisados, identifiquei que a expectativa que tinham de Brasília era maior facilidade em arrumar um bom emprego e ganhar muito dinheiro porque era essa *estória* que eles ouviam falar no Norte. Isso porque parentes ou amigos voltavam para visitar “o pessoal que ficava”, contando vantagens e trazendo a moda do Sul impressionando principalmente os jovens.

P: Qual a imagem que o senhor tinha da cidade?

R: “Rapaz, na época em que estávamos lá nós considerávamos Brasília, vamos dizer assim, um paraíso. Porque o pessoal sai de lá, aquele pessoal lavrador, saíam e quando voltavam vinham com uma roupa diferente, com uma pele bonita, chegavam aplumados. Ai a gente criava aquela imagem que aqui as coisas era uma coisa super boa, muito boa” (Sr. B, assentamento Vereda I, 2001).

P: Qual a imagem que você tinha de Brasília?

²² Em uma destas situações Woortmann (1990) analisa a migração sobre a ótica da utilização desta como um mecanismo para evitar o fracionamento do *Sítio*. Ressaltando que, em muitos os casos, a família estimula alguns filhos a migrarem para São Paulo para que esses abram mão de suas heranças, para que outros a tenham, evitando assim o fracionamento do *Sítio*.

R: “Ah! Era a idéia da cidade grande, era um sonho. Eu achava que ia chegar, arrumar um bom emprego, ter uma casa boa, aqueles sonhos da cidade. Só que é tudo muito difícil. Você bate numa porta, ela se fecha, você bate na outra, ela também se fecha” (Sra. E, assentamento Vereda I, 2001).

Para Gouvêa (1998), essas expectativas eram alimentadas pela intensa propaganda existente na época, que estimulava os brasileiros a migrar para construir a nova capital. Eles chegavam de todas as partes cheias de sonhos de encontrar na cidade a possibilidade de melhorar de vida. A cidade era o paraíso idealizado através de histórias contadas por amigos ou parentes que regressavam aos seus locais de origem e até mesmo através dos discursos dos políticos da época que enalteciam o feito da construção da nova capital.

“Os candangos vinham para o Planalto Central não somente para construir uma cidade, mas para construir a capital da esperança, pois tinham a esperança de melhores dias para trazer suas famílias e viver com dignidade. Sonho realimentado pela atuação dos políticos da época, incluindo o próprio presidente Juscelino Kubitschek, dando a ilusão de que as coisas iriam mudar realmente com a construção de Brasília” (Gouvêa, 1998:81).

Sayad (1998), ao observar o imaginário de imigrantes na França sobre o local de destino, aponta que este é construído, principalmente, através dos relatos e vantagens contadas pelos que regressam.

“(...) todos os homens da aldeia fala da França! Os antigos da França repetem suas lembranças (...) Os que estão de ‘folga’ falam da França, no meio de sua aldeia eles acham que ainda estão na França; os jovens que estão à espera de partir sonham com a França. Só o que ouve falar da França: a França é assim, a França é assado; parece que na França é assim; ou que fulano na França disse isso ou aquilo; faz isso ou aquilo; (...)” . (idem, 1998:32).

Essa situação acabava gerando, principalmente nos mais jovens²³, uma expectativa e uma vontade de migrar, de partir para o desconhecido ou conhecido apenas através dos relatos contados pelos que voltaram. Esses relatos são sempre de sucessos e nunca de fracassos. Seria muito mais interessante contar vantagens do que possíveis dificuldades que estariam passando.

Em Brasília esses atores constroem uma rede de relações sociais, principalmente de parentesco, que possibilitam que esses permaneçam na cidade e que busquem familiares que ficaram nos locais de origem. Desta forma, o indivíduo que resolve migrar normalmente escolhe um local em que será amparado e onde receberá ajuda de um migrante mais antigo ou “aventureiro”. Por isso, a decisão sobre o destino do migrante, na maioria das vezes, depende das relações de solidariedade construídas com parentes ou conhecidos que migraram primeiro. Assim, essas redes formais e informais de parentesco, amigos ou vizinhança, servirão de estratégias para que o indivíduo se integre no novo universo pretendido.

Nesse sentido podemos argumentar que, quando um indivíduo resolve deslocar-se em busca de trabalho, o mesmo procura acompanhar as rotas que foram percorridas anteriormente por parentes e amigos, indo com conhecidos ou à procura destes, normalmente sozinhos ou em pequenos grupos, de duas ou três pessoas. Dessa forma, as relações pessoais servem de referência para a movimentação espacial destes trabalhadores. Chegando ao local de destino o apoio de parentes e amigos é fundamental para a adaptação dos mesmos.

²³ Isso porque a migração é mais forte em certas etapas do ciclo da vida “nas idades de entrada na faixa econômica ativa, nas idades de contrair matrimônio e de gerar filhos” (Cavalcanti, 2002).

Na pesquisa realizada por Lomnitz (1981) com migrantes, na Serra do Condor no México, a autora observou que nesse bairro, normalmente, um membro mais velho da família que migra procura se estabelecer no bairro e depois busca aos poucos os outros membros da família, até formar um núcleo familiar no local de destino, mantendo uma rede de parentesco, procurando desta forma evitar a desorganização familiar, do grupo.

Nesse sentido Durhan (1978) chama atenção que, no caso de famílias de trabalhadores rurais sem terras, frequentemente, a migração dessas famílias se dá em direção a agrupamentos de parentes e amigos, pois a *zanzação* que essas famílias fazem está relacionada com os laços pessoais e de solidariedade que unem diferentes famílias. Assim, segundo a autora, as famílias chamam outras quando as condições são favoráveis, ou mudam-se para onde estão outras, quando as condições não o são.

Essas observações relacionadas com a importância da família como apoio para a migração foi constatado por mim com os assentados estudados, uma vez que eles justificavam a escolha de Brasília por acreditarem ser mais fácil arrumar emprego e porque ali seriam amparadas por parentes ou vizinhos que tinham vindo anteriormente. Assim, os laços de solidariedade construídos em suas comunidades de origem são fundamentais. A importância do apoio da família também é importante quando resolvem ir para o acampamento.

Portanto, quando chegaram a Brasília a maioria foi morar com parentes que já estavam estabelecidos, principalmente no Núcleo Bandeirantes, Vila Planalto e na Vila dos Parafusos. Posteriormente, ao constituírem famílias, foram morar em “invasões”²⁴ próximas ao Plano Piloto, como a “invasão” do IAPI. Nesses locais, acabaram sendo removidos para cidades mais distantes, como Ceilândia, Samambaia, entre outras.

Em relação ao mercado de trabalho, os atores entrevistados foram trabalhar na prestação de serviços como, por exemplo, em oficinas mecânicas, construção civil, diaristas, garçons, vendedores ambulantes, caseiros, normalmente atividades que exigem baixa qualificação. Além disso, teve assentado que participou da construção de prédios públicos na década de 1950. Assim, geralmente o primeiro serviço na cidade foi arrumado por algum parente ou amigo que já estava empregado e fez a indicação.

No entanto, na cidade, os objetivos não puderam ser concretizados, sobretudo pelas mudanças que ocorreram no mercado de trabalho nas últimas décadas em relação, principalmente, à especialização e à qualificação da mão-de-obra. Isso fez com que esses atores buscassem no acampamento uma oportunidade de conseguir um trabalho ou uma terra para viver.

“Aqui no assentamento eu sou útil, lá [Brasília] eu era considerado um velho e ninguém me dava trabalho. Aqui no assentamento eu planto, crio as minhas galinhas e vai dando para viver. Foi por isso que na época eu resolvi vim para o acampamento” (Assentado no Vereda II. 2004).

Assim, depois de anos ou até décadas morando na cidade, esses atores que ingressaram na luta pela terra resolvem buscar, por meios da organização de movimentos populares - no caso aqui o MST-, condições mínimas de sobrevivência. É importante ressaltar que os assentados que entraram no processo de ocupação de terras na região inicialmente o fizeram pela possibilidade de conseguir algo como ter uma terra, trabalho, créditos, moradia e não por um engajamento político, estimulado pelo movimento, nos moldes ideológicos do MST, conforme é observado em outros assentamentos no país.

“Eu nem sabia direito o que era reforma agrária, achava errado esse negócio de invadir terras dos outros, mas como estava desempregado e sem perspectiva

²⁴ Para os informantes, as ocupações das áreas próximas ao Plano Piloto são chamadas de “invasões”.

resolvi acompanhar os vizinhos que vinham para o acampamento, quem sabe assim, eu não me arranjaria”. (Assentado na Boa Vista, 2006).

Nesse sentido Sigaud (2005), aponta que, na Zona da Mata de Pernambuco os trabalhadores que resolveram aderir aos acampamentos o fizeram porque as ocupações eram vistas como um campo de possibilidades que levaria a um futuro melhor. Seria uma alternativa nova, mas que, no entanto não deixava de ser uma alternativa como qualquer outra.

“Interpretando-a desta forma pode-se melhor explicar fatos que permaneceriam obscuros se víssemos a ida para os acampamentos como o produto de uma conversão à “luta pela terra”, tal como sugerem análises encantadas sobre movimentos sociais” (ide, 2004:18).

Em outras regiões do país, como o Rio de Janeiro, situação semelhante foi observada por outros autores, como Macedo (2003) que estudou acampamentos no Norte Fluminense, onde este identificou que os trabalhadores que foram para o acampamento *Zé Pureza* o fizeram pelas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e na obtenção de um emprego que oferecesse condições capazes de suprir as necessidades básicas de seus familiares.

Nessa região do entorno do Distrito Federal, observei que a questão do desemprego e a falta de perspectiva em relação ao mercado de trabalho, que passava por um processo de reestruturação, contribuíram para a exclusão, sobretudo, dos mais velhos e dos com menos qualificação, ou seja, a pessoa com idade avançada e sem estudo “*não presta mais para arrumar emprego*” (Sr. C, assentamento Água Quente, 2004).

“Teve uma vez que eu cheguei lá e fiz uma ficha num abatedor de frango, em Brasília, quando eles descobriram a minha idade, eles mandaram embora na mesma hora. Eu tinha 55 anos na época. A vida lá é muito sofrida” (Sra. Or, assentamento Vereda I, 2004).

“O cara com mais de 40 anos é muito difícil, você vê como o pobre sofre na cidade. Você com mais de 40 anos, não arruma emprego, o governo vem aposentar o cidadão com 60 a 65 anos. Quer dizer que nesse período ele tem que ralar. Ele vai comer o que, pedra?” (Sr. B, assentamento Vereda II, 2004).

Assim, a questão do desemprego também pode ser apontada como um elemento incentivador para essas famílias irem para um acampamento. Isso fica evidente ao analisar as taxas de desemprego do Distrito Federal nos anos de 1990, quando a região passou quase toda a década com taxas muito elevadas de desemprego, com destaque para o ano de 1998, em que a taxa de 19,50% foi a maior de todo o período.

Há, entretanto, outras condições, como a violência da cidade, que vem crescendo em Brasília e tem assustado seus moradores: “*nós moradores era quem ficava preso em casa assustados com a bandidagem*”. Nesse sentido, Martins (1999) chama atenção que Brasília tem se tornado de ilha da tranquilidade e da fantasia em império do medo e do pavor.

“Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do DF, no primeiro semestre de 1998, ocorreram 172 estupros, 23 a mais do que em igual período, 242 homicídios, 484 roubos de carros e 448 arrombamentos de residências” (idem, 1999:71).

O que parece interessante é que essa violência da cidade contribuiu para que esses atores fossem para uma área de conflito de terras, ou seja, o acampamento, e posteriormente o

assentamento. No assentamento eles acreditavam que seria mais tranquilo do que viver na periferia das cidades satélites.

“Eu nem quero mais saber de cidade. Hoje até os jovens estão desempregados e outra é porque na cidade tem muito vagabundo. Nós dormimos presos e eles ficam soltos, porque nas casas tem que ter tudo com grade e trancado de cadeado” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2001).

“Em 1995 eu vinha do serviço e vinha na frente. Eu peguei uma carona com um colega. Aí foi quando os vagabundos me pegaram para assaltar e na época me levaram uns 20 contos. Acho que na época era R\$ 20,00. Eu usava uns cordões de michelin. Levaram e me deram um tiro no pescoço e depois deram mais dois tiros. Não morri mesmo porque não chegou o dia” (Sr. F, assentamento Vereda I, 2001).

Além disso, as decepções com a vida (morte de parente, fim de casamentos e a própria solidão) e a vontade de possuir um pedaço de terra, ter uma chácara ou até mesmo uma moradia própria estão presentes nos objetivos desses atores.

O que se percebe é que a reforma agrária surgiu para essas famílias que resolveram acampar em Padre Bernardo como mais uma possibilidade a curto prazo de ter acesso a recursos, emprego e outros bens que no momento da vida em que se encontravam não era possível de se alcançar. Por isso, foram engrossar as fileiras do MST, na região.

Desta maneira, segundo Sousa (1999), uma das possibilidades que esses trabalhadores encontram foi organizarem-se ocupando terras, buscando resolver suas necessidades econômicas e sociais, como ter acesso a terra, lutar por direitos políticos e culturais, enfim, um momento marcado por uma série de ambigüidades, caracterizadas pela situação limiar em que vivem. Segundo a mesma autora, esses trabalhadores, após anos vivendo na cidade, percebem que um dos mecanismos possíveis para que possam mudar de vida é se organizarem junto a movimentos sociais como os sem-terra em busca dessas possibilidades.

Na opinião de Marques (2000), o processo de luta pela terra permite a esse trabalhador a experimentação de novos elementos, como a própria contestação de suas condições. Esses questionamentos são vivenciados na prática, através da mobilização e das ocupações. Esse processo contribui para estimular a capacidade crítica dos trabalhadores sem-terra em relação a sua condição subalterna.

Na região a ocupação das propriedades foi modificando não só a estrutura fundiária, mas também o perfil da região, além de evidenciar o despreparo do município em relação ao grande número de famílias que se deslocaram de uma só vez de Brasília ou da região para o município, como pôde ser observado na fala de um funcionário da secretaria da Educação.

“Eu me lembro, na época foi uma confusão muito grande, porque naquela região de Pé de Serra praticamente não morava ninguém e de repente veio para lá cerca de 1000 famílias querendo posto de saúde e escolas para os seus filhos. A gente não tinha nem prédio e nem professores, só com o tempo e com as pessoas assentadas que a coisa normalizou, mas isso demorou um pouco, o município não estava preparado para tanta gente de uma vez” (Funcionário da secretaria da Educação, 2004).

Até meados do ano de 2006, o posto de saúde não estava funcionando integralmente. Já a escola passou a funcionar inicialmente na sede da fazenda Boa Vista em 1999 e o atual prédio foi inaugurado em agosto de 2002, com recursos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Fundo de Fortalecimento da Escola, no assentamento Boa Vista e atende a todos os outros assentamentos da região de Pé de Serra.

1.4. Histórico da ocupação de terras na região de Pé de Serra em Pe Bernardo

“Uma das principais formas de reivindicar terra no Brasil nos últimos 20 anos, pelos movimentos sociais rurais, tem sido as ocupações de terras e conseqüentemente a instalação e a formação dos acampamentos” (Sigaud, 2005).

Nesta seção, apresento um breve resgate histórico do processo de ocupação da região, apontando que o dia-a-dia num acampamento, para os acampados, é um teste de resistência, de incerteza e de aprendizado que são construídos principalmente, no coletivo. Assim, essa contextualização da história do acampamento, pela memória social dos assentados, nota-se, primeiramente, que as histórias do período de acampamento são sempre lembradas a partir da recordação do que foi a conquista daquele espaço e como um instrumento que possibilita aos assentados refletirem em outras formas de organização do período de acampamento, que foram se perdendo ao longo do tempo.

Para ilustrar esse período, os assentados sempre recorrem a frases do tipo: *na época do acampamento todo mundo era unido, a gente fazia as coisas tudo junto, a gente cozinhava junto, trocava alimentação, era uma família só*. Esse tipo de recordação aponta que os vínculos estão presentes como algo marcante na história dos assentados, através de um sentimento de união, solidariedade e de resistência que existiu no período de acampamento. Desta forma, a fase do acampamento representaria um momento que reúne as manifestações mais significativas do espírito coletivo.

Para Silva (2004), o acampamento representa um espaço que tem como objetivo dar, por um lado, maior visibilidade à luta pela terra e por outro, contribui para a construção de uma consciência coletiva de pertencimento comum.

Martins (2003) tenta apontar o período de acampamento como um momento de revigoração de elementos fundantes da sociabilidade tradicional. Para ele, nesse espaço é possível pensar em um território de trabalhadores rurais, mesmo que seja em novas bases e com outros significados. Ainda segundo observações suas, o acampamento seria um preâmbulo importante para o entendimento do que poderá ser o assentamento, além disso, se constituiria um importante elemento de medição da luta e da própria reforma agrária.

Nesse sentido, segundo observações feitas por Alentejano (2003), um dos elementos centrais para entender o uso do espaço nos assentamentos é a contextualização histórica da ocupação das áreas onde foram criados e das suas peculiaridades ambientais. Em sua visão, esses elementos são importantes para entender a dinâmica do uso e apropriação do espaço.

Além disso, recapitular essa história significa entender que os acampamentos, por um lado, serviram como um elemento de pressão na conquista da terra e por outro, tiveram como função primordial a demarcação do território pretendido, e, para isso, se fizeram necessárias uma série de estratégias que possibilitassem às famílias conquistarem um *pedaço de chão ou uma chácara*.

1.4.1. A ocupação da área

A ação de ocupação na região foi coordenada principalmente por militantes do MST, que atuavam na região do entorno do Distrito Federal, mas também contou com a participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Padre Bernardo, que ficou responsável de organizar

a ocupação da fazenda do Capão do Chiqueiro, atual assentamento Água Quente ou *assentamento do sindicato*²⁵ como também é conhecido..

No caso dos militantes do MST, a primeira fazenda a ser ocupada na região foi a fazenda Boa Vista, em setembro de 1998. A estratégia adotada para ocupar a área foi dividir as famílias em dois grupos. Um dos grupos se deslocou de um posto fiscal, localizado na estrada que liga Brasília a Padre Bernardo e o outro grupo saiu da região da Taboquinha, na estrada de Padre Bernardo – Cocalzinho-GO. O grupo que saiu do posto fiscal foi o primeiro a chegar à fazenda Boa Vista, na região de Pé de Serra.

Os acampados ficaram na ponte do rio Quente até meados de outubro de 1998, quando então, resolveram deslocar o acampamento para mais perto da fazenda Boa Vista, local a que deram o nome de acampamento do Capão Bonito. Chegaram a construir cerca de 800 barracos e ficaram até o início de fevereiro de 1999 neste local. A escolha do lugar deveu-se, principalmente, à disponibilidade de água para todos. De acordo com os entrevistados, no período de maior movimentação no acampamento, foi registrado algo em torno de 1000 famílias que vinham tentar uma chácara.

“Era gente de todo o lado que chegava todos os dias, vindo a pé, de cavalo e de carro. Tinha pessoas de todos os tipos: crentes, católicos, desempregados, empregados, fazedores de bico, gente de todo o tipo. Muitos conseguiram uma parcela” (Sra. Ar, 2001).

Esses atores sociais que chegaram estavam organizados pelo MST, que já vinha realizando várias ocupações na região. Segundo Silva (2004), esta organização promovida pelo movimento é fundamental para o sucesso da ocupação, uma vez que, na maioria dos casos os militantes realizaram um estudo prévio da área a ser ocupada, identificando a viabilidade e os possíveis conflitos.

No mesmo período que essas famílias chegaram à região, organizadas pelo MST, outras famílias vieram ocupar a fazenda Água Quente ou Capão do chiqueiro, bem próxima à fazenda Boa Vista. Essas, por sua vez, estavam sendo organizadas pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo, que, naquela época, participaram de ocupações de terras na região.

“A gente chegou mais ou menos na mesma época do pessoal do MST em 1998, acho que uns 20 dias antes. Todo mundo ficou acampado aqui perto do rio, até sair às terras e o pessoal do MST ficou primeiro na ponte. (...) Mas a historia nossa e praticamente a mesma, as dificuldades são iguais, você vê, hoje tem um pessoal do assentamento que tem que pegar água no poço do pessoal do Vereda I, porque até hoje a nossa situação não se resolveu. Tem muita gente que desistiu do assentamento por causa da falta de água.” (Sr. I, assentamento Água Quente, 2004).

O cotidiano desses acampados que resolveram entrar numa ocupação de terras e fazer parte de um acampamento para lutar por um pedaço de terra foi modificado pela nova situação de vida. E esta nova realidade social – acampamento -, pelas suas regras, pelas suas dificuldades, pela necessidade de lutarem juntos por uma causa comum, fez com que alguns elementos fossem repensados. Para os acampados, a imagem que tinham de uma ocupação de terra era de briga, baderna, e que reforma agrária era uma coisa errada. Nas entrevistas, era recorrente lembrar da morte de Chico Mendes. Entretanto, com o surgimento dos

²⁵ O motivo de o assentamento ser conhecido como Sindicato foi porque esse assentamento foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Padre Bernardo. (voltarei a falar do histórico desse assentamento mais a frente).

acampamentos na região os migrantes viram na possibilidade de participar das ocupações uma alternativa de trabalho, que possibilitasse a manutenção da família.

“Eu pensava que era coisa ruim. Eu pensava que a reforma agrária, MST era só briga, porque eu via tantas imagens terríveis na televisão, como aquilo de Eldorado dos Carajás. Eu pensava que nunca ia entrar num negócio desse. Eu falava que jamais viria para um negócio desse. Só que quando você começa a entrar pra coisa, você começa a vim, dificilmente você sai, porque você vê que é uma alternativa para sua família” (Sra. Assentamento Vereda I, 2004).

Essa expectativa de que um futuro melhor pode acontecer a partir da ocupação de terra é um elemento importante, como aponta Sigaud (2005), para entender porque trabalhadores decidem fazer parte de ocupações de terra.

Se considerarmos dois momentos na vida desses acampados, ou seja, local de nascimento e o anterior à ocupação, podemos observar que a grande maioria realizou uma migração longa. Para isso, tomo como exemplo dados dos chefes de família do último acampamento da região, na fazenda Vereda, atual assentamento Vereda II, em maio de 2001, existiam nesse local 96 famílias acampadas, com origem em vários estados da federação, (ver tabela 5 logo abaixo). É importante ressaltar que antes de virem para o acampamento a grande maioria dessas famílias viveu em algum momento de sua trajetória em cidades satélites do Distrito Federal.

Tabela 5. Estados de origem dos acampados

Estado da Federação	Quantidade de acampados
Goiás	20
Minas Gerais	19
Bahia	13
Maranhão	12
Pernambuco	6
Piauí	5
Distrito Federal	5
Ceará	5
Rio grande do Norte	3
Paraíba	3
Tocantins	2
Alagoas	1
São Paulo	1
Pará	1
Total	96

Fonte: Pesquisa de campo.

Na tabela 5 acima nota-se que mais de 50% dos acampados vieram de Estados do Nordeste. Além disso, 71 moraram antes em Brasília e lá ficaram sabendo do acampamento. Apenas seis eram da região e 19 vieram de municípios próximos ou eram excedentes em outras ocupações do município de Luziânia. A rigor, a ocupação de terras se configurou numa saída possível, numa aposta para uma situação que era tida como precária.

1.4.2. A organização social dos acampados

De acordo com os relatos dos assentados, na época dos acampamentos, as barracas eram feitas com pedaços de madeira e cobertas com palha de buriti, telha de amianto ou, na maioria das vezes, com um plástico grosso denominado *lona*, sobretudo de cor preta. As barracas eram feitas uma ao lado da outra, o tamanho, o número de cômodos e a forma de construção variavam conforme os recursos que o acampado dispunha. O piso era de terra batida e, normalmente, fora da moradia existia um fogão de lenha feito de tijolos de adobe, que ficava suspenso numa plataforma de madeira. Também do lado de fora do barraco existia uma plataforma de madeira que servia como pia improvisada para lavar vasilhas, algo que ainda existe em algumas moradias no assentamento. Quanto às condições higiênicas e sanitárias, o mais comum era os dejetos lançados a céu aberto e o lixo queimado.



Os acampamentos foram instalados principalmente em locais próximos à água. Cada barraca pertencia a uma família e na maioria dos casos outros membros da família ou vizinhos vindos de Brasília construía os barracos próximos um dos outros. Segundo relatos, essa tática se dava pela confiança que existia anterior à vinda para o acampamento. Ressalta-se também que existiam barracas de trabalhadores solteiros que se instalaram nos acampamentos da região.

Para Sigaud (2005), os acampamentos compreendem um conjunto de técnicas ritualizadas como organização espacial, um conjunto de relações construídas, em que existe toda uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras de convivência, além do forte simbolismo - a bandeira e a lona preta - presente nesse espaço, que a autora chama de *a forma acampamento*.

Em estudos realizados por Iha (2005) em acampamentos do MST em Iaras, São Paulo, a autora, a partir de definições apresentadas por lideranças desse movimento, definiu a lona preta como o luto, e o acampamento seria parte de um processo de purificação para a construção de um novo ser humano, por isso, todos devem passar pela lona preta (idem, 110:2005).

Portanto, a configuração do acampamento seguia uma dinâmica de ocupação que permitia que as barracas ficassem alinhadas, formando ruas paralelas. Outro espaço

importante dentro do acampamento era o galpão onde eram feitas as reuniões. Tais reuniões, de acordo com os assentados, eram feitas todos os dias: *batia-se a cachorra* (disco de arado), *chamando as pessoas para a reunião*.

Para Comerford (1999), o termo reunião é caracterizado por um tipo de convocação por alguma organização formalmente definida ou um grupo de pessoas em torno de um “objetivo previamente definido”, ou seja, contando com uma pauta. Segundo os entrevistados, no período do acampamento as reuniões eram constantes:

“Tinha período que tinha reunião o dia todo, para definir desde o local dos barracos à expulsão de acampados baderneiros”. (Assentado do Vereda II, 2004).

Perto do acampamento existia uma igrejinha que os acampados tinham feito para realização dos cultos. Os cultos ainda continuam sendo uma das principais formas de união dentro dos assentamentos. Segundo diversas falas colhidas, as igrejas (evangélicas) são os principais pilares do assentamento. Em seção futura voltarei a falar das igrejas e suas posições na organização social dos assentados.

Além disso, teve acampado que colocou alguns roçadinhos de milho, mandioca e feijão. Esse tipo de configuração dos acampamentos facilitava a movimentação dos acampados. Assim, como diria Silva (2004), o espaço físico vai, aos poucos se transformando num espaço social, e ao contrário do que possa parecer muitas vezes ao senso comum, é um espaço que mantém uma estrutura organizacional bem articulada, como tarefas e divisão do trabalho bem definido, sobretudo nos núcleos que são formados,

“(...) o acampamento não é um lugar de baderneiro e invasores, e sim um espaço social; isto é, além de estar em um território determinado, as pessoas que ali estão são obrigadas a obedecer a um conjunto de normas sociais legítimas necessárias a vida em grupo” (idem, 2004:79).

Diversos assentados no período de acampamento optaram por não trazer as suas famílias. Estas teriam ficado com parentes na cidade ou em casas que residiam antes da entrada no acampamento. Sigurd (2004) observou que na Zona da Mata Pernambucana, os homens adultos participam do ato da ocupação, só depois que as mulheres e crianças vão para o acampamento.

Na região, trazer a família para o acampamento significava envolver o cotidiano dos diversos membros da família como, por exemplo, tirar as crianças da escola ou até mesmo a perda de uma renda que algum membro da família tinha. Por isso, foi preciso combinar a permanência da família na cidade com a manutenção da vaga no acampamento. Assim, experimentaram o revezamento entre parentes e vizinhos, no cuidado da barraca e conseqüentemente da sua vaga no acampamento.

“Montar barraca próximo de irmão, parente ou vizinho é melhor, porque quando um vai na cidade ou precisa sair o outro toma conta das coisas da gente, é mais confiável, e desta forma também o pessoal vê que a barraca não está abandonada, para não perder a vaga”. (Assentado no Vereda II, 2004).

Essas relações construídas antes e durante o acampamento continuaram na fase do assentamento, e hoje são comuns ajudas na troca de dias de trabalho, pequenos favores e auxílio financeiro entre as famílias ou vizinhos.

Assim, de acordo com os relatos colhidos, que retratavam o período de acampamento, foi necessário que a união, a solidariedade, a partilha, o companheirismo, a ajuda mútua, a democracia, a participação de todos, fossem uma constante no seu cotidiano. Para isso, dentro do acampamento existia uma organização bem definida. Os acampados eram divididos por núcleos que poderiam variar de 30 a 40 famílias.

Nesses núcleos organizavam-se as principais tarefas que os acampados tinham que realizar como: alimentação, saúde, educação, segurança, infra-estrutura, lazer e etc. Cada núcleo tinha um líder que ficava responsável de planejar as atividades dos acampados e se reunia com os coordenadores gerais. Além disso, os acampados se classificavam em três categorias²⁶, a saber,

Acampado militante: geralmente esses acampados pertenciam às lideranças regionais do MST, que ficam responsáveis pela organização do acampamento e realização das negociações com o INCRA. Além disso, ficavam responsáveis pela organização da ocupação e por solicitarem a vistoria e o cadastramento das famílias acampadas junto ao INCRA. Segundo relatos, ser acampado militante significava,

“O militante tinha mais mordomia porque ele era quem dividia a comida, dava as ordens e ficava responsável por negociar com INCRA, fazer os cadastros. Então, os protegidos deles, sempre tinham algum privilégio” (Assentado do Vereda II, 2006).

Todavia, os entrevistados reconhecem que para ser *militante* era necessário ter certo *molejo* e ter algum conhecimento sobre reforma agrária que nem todo mundo tinha,

“Eu sei também que para ser militante não pode ser qualquer um, tem que saber falar, não ter medo de se enrolado pelo INCRA e entender de reforma agrária. Marcelo você já imaginou fulano negociando no INCRA? A gente estaria acampado aqui até hoje [o assentado se referia a um assentado que para eles *era metido a falar bonito*, mas na visão deles não entendia nada do assunto]” (Assentado do Vereda II, 2006).

Para uma maior organização dos acampados eles se dividiam em coordenadorias, e as principais eram:

- **Coordenadoria Geral:** principal coordenadoria, composta por lideranças regionais do MST, cujas principais funções eram organizar os acampados, dirigir a assembléia geral, distribuir as doações, definir áreas de produção, negociar a terra com o INCRA e com os proprietários. Também definia as áreas que seriam ocupadas e o local em que seria levantado o acampamento;

As demais coordenadorias descritas abaixo eram escolhidas a partir de pessoas que viam compor o acampamento. Segundo entrevistas realizadas, essas coordenadorias eram geralmente ocupadas por pessoas próximas aos coordenadores gerais.

- **Coordenadoria de Segurança:** segunda coordenadoria em grau de importância, sendo responsável pela ordem e segurança dos acampados;
- **Coordenadoria de Grupo:** os acampados se dividiam em grupos de mais ou menos 30 famílias. Cada grupo tinha um coordenador responsável pela organização do mesmo. Esta coordenadoria participava das reuniões com a coordenadoria geral e de segurança;
- **Coordenadoria de Alimentação:** responsável pela alimentação dos acampados, assim como pela distribuição dos alimentos doados. Neste caso a distribuição passava primeiro pela coordenadoria geral;

²⁶ Tais categorias são classificações nativas designadas pelos acampados na época do acampamento para se auto-identificarem.

- **Coordenadoria de Saúde:** responsável pela distribuição dos remédios doados e encaminhamento ao hospital, em caso de urgência, de quem precisava de atendimento médico;
- **Coordenadoria de Educação:** responsável, na medida do possível, pela educação das crianças do acampamento - no período de acampamento, chegou a funcionar uma escolinha, para as crianças, que acabou virando a Escola da Boa Vista.

Acampado Permanente: era aquele acampado que ficava permanentemente no acampamento, só saindo em caso de necessidade de atendimento médico ou outra emergência. A maioria dos permanentes não tinha para onde ir ou estava desempregada e, por isso, dificilmente iam à cidade, além disso, ficavam responsáveis pela guarda e manutenção do acampamento. Entretanto, dispunham de ajuda de familiares que ficaram na cidade, possibilitando assim, a sua permanência constante no local.

Viana (1988) ao estudar a *invasão da Fazenda Annoni*, no Paraná, observou a necessidade de um apoio familiar que ele definiu como *cálculo familiar*, que consiste num elemento decisivo para a tomada de decisão de uma família na hora de participar de uma ocupação.

Carvalho (1999) aborda que as pessoas que migram para áreas de ocupações de terras saem de seu local de origem em grupo ou em famílias, e o fazem, freqüentemente, com algum respaldo ou algum apoio logístico de amigos, vizinhos ou parentes que continuaram em seus locais de origem.

É possível pensar que migrar para área de ocupações de terra obedeceria a uma lógica de grupo e não apenas dependeria de uma decisão individual. Sendo assim, a família ou o grupo pode ser um elemento importante na decisão do indivíduo ir para área de conflitos de terra.

Leite et al (2004) apontam que a participação nas ocupações ou a ida para um assentamento atinge não apenas famílias isoladas, mas grupos de parentes que se estabelecem, sejam em diferentes lotes dentro do assentamento, seja num único lote ou moradia. Desta forma, o assentamento, por um lado, contribui para a consolidação e até mesmo como espaço de reconstituição de laços familiares, ora perdidos.

“Os assentamentos podem atuar, então, como mecanismo de recomposição das famílias, aproximando membros que anteriormente se encontravam dispersos, possivelmente em função das dificuldades acarretadas pela necessidade de se inserir no mercado de trabalho, contribuindo para garantir a reprodução não apenas econômica, mas também e fundamentalmente social desse grupo de trabalhadores” (Leite et al, 2004:259).

Nos assentamentos da região, no início, foi muito comum que familiares de outros estados viessem morar com as famílias já assentadas ficando assim na casa do parente assentado, até conseguirem tirar um lote em outras ocupações, ou até mesmo no próprio assentamento onde se encontravam.

“Eu trouxe do Maranhão o meu pai e a minha irmã aqui para Goiás para ver se eles conseguem ganhar terras, também, porque lá as coisas eram muito difíceis para eles” (Assentado do Vereda I, 2004).

No caso relatado acima, no ano de 2002, o pai desse assentado conseguiu entrar em um lote do assentamento COOPERVERDA do Banco da Terra, ou assentamento Baixão, na mesma região onde o filho se encontrava. Em conversa com ele, o mesmo relatou que essa ajuda do filho foi muito importante para que ele conseguisse o lote, pois por estar com a idade

avançada, as coisas seriam mais difíceis e sem essa ajuda provavelmente não teria conseguido ficar na região.

“Meu filho já tinha vindo para Brasília há muito tempo, e eu sempre queria vim, mas nunca tinha condição e quando ele falou desse negócio dos sem-terra, eu peguei e falei com ele se tivesse jeito dele arrumar um lote para mim ou se eu pudesse ficar na casa dele até sair alguma coisa eu vinha, porque naquela época tinha muita gente tirando terra aqui” (Sr. José, COOPERVIDA, Banco da Terra 2004).

Acampado Doador: atores que estavam concorrendo a um pedaço de terra, tinham uma barraca no acampamento, mas moravam e trabalhavam na cidade e vinham para o acampamento nas sextas-feiras, retornando à cidade aos domingos. Ou então, era comum a prática de deixar o acampamento para procurarem trabalho em Brasília. Nesse caso, o acampado deixava um representante em seu lugar, um parente ou um amigo. Assim, um dos principais elementos que dava legitimidade a sua participação na ocupação era a barraca.

Normalmente quando retornavam ao acampamento, vinham²⁷ nos finais de semana trazendo gêneros alimentícios como, arroz, feijão, pão e carne, que eram distribuídos para os que ficavam direto no acampamento. Também nos finais de semanas acontecia os bingos ou festas, cujo objetivo era arrecadar dinheiro para a manutenção do acampamento e para a integração dos acampados.

“Porque aqui tem muita gente que deixava a família no acampamento para fazer bicos [trabalhos temporários] na rua [DF] e aparecia somente nos finais de semana, para ver a família, participar das festas e saber notícias das desapropriações”. (Assentado do Vereda II, 2004).

Situação semelhante a esta foi observada por Macedo (2003), no acampamento *Zé Pureza* no Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. Nesse estudo, o autor identificou a categoria *andorinha* que são aqueles acampados que, apesar de serem considerados membros do acampamento, não residem no mesmo, pois vão buscar trabalhos mesmo que sejam temporários em outros lugares, na maioria das vezes distante do acampamento. Ou ainda, em alguns casos, preferem morar nas residências que possuem nos locais de origens a ficar permanentemente no acampamento. O autor conclui que, aqueles que possuem situação financeira melhor, acabam permanecendo no acampamento por um tempo maior, realizando saída com menor frequência, entretanto,

“Percebe-se que, em determinados momentos, trabalhar para prover a família torna-se o mais urgente. Não obstante, passada essa emergência e acumulados alguns recursos, muitas vezes ocorreu o retorno ao acampamento” (idem, 2003:153).

A rigor, Macedo (2003) aponta que a permanência no acampamento está diretamente relacionada com a possibilidade de o acampado ter recursos que garantam a sua subsistência e a da sua família.

“Os problemas para geração de renda que favoreceram a entrada foram os mesmos que dificultaram a permanência e favoreceram a saída. (...) Além da necessidade de gerar ou possuir recursos para a subsistência, o reconhecimento da opção de acampar como uma alternativa legítima pelos parentes e amigos que permaneceram nos locais de origem também foram importantes para a permanência no acampamento” (idem, 2003:154).

²⁷ As lideranças do acampamento definiam as normas e, uma delas era a doação de alimentos pelas pessoas que não ficavam permanentes no acampamento para aqueles que ficavam acampados “*guardando*” a área.

Nos relatos colhidos em campo, sobre por que houve desistência no período de acampamento, os assentados apontaram que as desistências estavam relacionadas a três elementos: o primeiro deles seria a demora para sair a desapropriação e a formação do assentamento, algo que esperavam que acontecesse rápido.

A segunda foi porque tinham emprego e emprego público e isso acabava eliminando o pretendente, pois de acordo com as normas da reforma agrária, funcionário público não pode ser beneficiado desta.

E a terceira e última, as desistências estavam acontecendo porque teve acampado que conseguiu emprego ou outra atividade melhor, segundo suas percepções, do que ficar de baixo da lona preta. Portanto, surgiram outras possibilidades nos horizontes desses atores.

Nesse sentido, Macedo (2003) interpreta que a falta de trabalho pode também levar o acampado a uma possível desistência,

“Se a falta de trabalho ou a busca por um trabalho melhor favoreceram a entrada, essa mesma falta de trabalho ou a necessidade de obter um trabalho melhor para sustentar a família afastaram as pessoas do acampamento” (idem, 2003:161).

O acampamento, apesar de ser considerado um local de dificuldades e de sujeição às intempéries da natureza como chuva, calor excessivo durante o dia e frio à noite, entre outros, pode ser visto também como um espaço onde esses acampados assumem uma luta coletiva com outros trabalhadores. Naquele momento, assumir-se como sem-terra possibilita construir uma nova identidade. Essa fase pode contribuir para que os acampados aprendam que com a união e a organização é mais fácil conseguir conquistas e buscar soluções para os seus problemas.

A fase do acampamento passa a representar um espaço de experiência política, cultural e de resistência de natureza transitória. No entanto, segundo Marques (2000), essa duração debaixo da lona pode ser indeterminada, um período em que se vive na expectativa de ser assentado na área reivindicada. “*A sua continuidade no tempo depende do desenrolar da luta e da forma que o grupo se encontra organizado*” (idem). Esse período de incertezas, segundo os entrevistados, foi um dos mais difíceis na conquista da chácara.

“A gente nunca sabia quando tinha que desmontar os barracos e correr para outra área. Eu mesmo tive que fazer quatro barracos no período de acampamento. Uma vez perdi quase tudo, por causa da mudança, só depois dessa peleja toda é que eu construí esse aqui que você tá vendo”. (Sr. B, assentamento Vereda I, 2001).

Silva (2004) articula o acampamento como um momento de passagem, algo temporário, com durezas e dificuldades para os quais muitas vezes foram alertados. No caso dos acampados da região de Pé de Serra, o que se percebe é que quem estava disposto a acampar na área foram alertados pelos seus familiares que não fossem para o acampamento, pois essa atitude não iria resolver a situação que esses se encontravam.

“Quando eu falei que vinha para os sem-terra, a minha família falou que eu estava louco, porque aqui só tinha bandido e que eu ia passar muita dificuldade, que não era uma vida fácil morar nas barracas, mas eu quis e vim, e hoje estou assentado” (Assentado, Vereda I, 2004).

Pereira (2000) analisou o acampamento como uma fase que define a composição do grupo “*mais ou menos coeso, que enfrenta um processo de luta pela terra por um período de tempo variável, exigindo dos trabalhadores desprendimento de suas relações sociais anteriores*”. Na região, o acampamento, para os assentados, foi visto como um período de incertezas e dificuldades na conquista da chácara. A cada mês que passava muitos desistiam e percebiam que não seria tão rápida a desapropriação das fazendas.

Como foi abordado anteriormente, novas formas de organização passam a surgir e também uma identidade de grupo, somando, desta maneira, um novo elemento na luta pela terra. Segundo Chaves (2000), o contato com esse novo universo de reuniões e mobilizações são fortes instauradoras de sociabilidade. No entanto, é necessário salientar que esse momento de união e organização vivido no acampamento, a construção de uma identidade de sem-terra não se perpetuou de forma mais contundente na fase de assentamento. Voltarei ao tema em seções futuras.

Para Neves (1997), nesse novo espaço, novos personagens, novos valores e diferentes maneiras de agir passam a fazer parte do cotidiano dos acampados e ao mesmo tempo passa a influenciar a organização social do mesmo.

Na época do acampamento já era costume entre os acampados a realização de reuniões no dia a dia e aqueles que apresentavam mais desenvoltura já eram vistos como possíveis interlocutores, que já não tinham mais medo de falar em público, organizar as reuniões (inclusive pauta) ou mesmo negociar com o INCRA.

Comerford (1999) chama atenção para a importância que as reuniões assumem no sentido da construção do universo social desses trabalhadores, uma vez que as reuniões possibilitam a criação de um espaço de sociabilidade, que colabora para a consolidação das redes e relações que ultrapassa a estrutura das organizações.

Os acampados com essas características de interlocução passaram a se distinguir dos demais principalmente por suas ações, passando a ter uma participação efetiva no interesse dos acampados. Assim, eram vistos como novos interlocutores, mas com certa desconfiança.

“Ah! Aqui fulano desde a época do acampamento que corre atrás, ele depois que veio para cá começou correr atrás das coisas para nós, mas até hoje eu ficou meio desconfiado porque ninguém faz nada de graça não” (Sr. C. assentamento Vereda II, 2004).

É possível pensar que esses acampados, a partir desse senso prático, começaram a adquirir novas condições materiais e simbólicas enquadrando-se num novo sistema de posições sociais, ou seja, passam adquirir outros papéis sociais perante aos demais acampados. Entretanto, é importante ressaltar que essas novas lideranças necessitam incorporar os interesses dos acampados além de fazer com que os acampados se reconheça nessas novas lideranças.

Nesse sentido, Bourdieu (1989) chama atenção para a necessidade do exercício da liderança partir da articulação entre a competência social e prática dos indivíduos, e da capacidade do grupo em analisá-las e avaliá-las e, a partir dessa avaliação, dar-lhe maior suporte ou, ao contrário, rejeitá-las. Para tanto, Bourdieu (1989) coloca:

“(...) a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural”. (idem, 1989:164).

Outra questão importante de ser frisada é que esse aprendizado seja ele formal ou informal, pode levar um longo processo.

“É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (...) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política (...)” (Bourdieu, 1989:169).

O surgimento de novas lideranças internas dos próprios acampados facilitava a negociação com o INCRA:

“Pois não estamos mais só nas mãos da Vera ou do Falcão [ex. lideranças do MST do DF entorno expulsas do MST por acusação de vendas de lotes na região], agora nós mesmos trazemos as notícias, negociamos com o INCRA e fazemos a organização do acampamento” (Sra. Iv do assentamento Vereda I, 2001).

É importante ressaltar que a denúncia de vendas de lotes acontecidas no assentamento Boa Vista culminou na expulsão dos militantes do MST envolvidos com essa prática, o que contribuiu para aumentar a desconfiança entre o MST e os acampados, levando inclusive ao rompimento destes com o MST, antes mesmo da consolidação dos assentamentos na região. Depois desse episódio os acampados perderam a confiança no movimento.

Para Neves (1997), essas dificuldades aumentam à medida que a heterogeneidade de interesses, que permeia a opção de cada família, perpassa o interesse aglutinador representado pela terra no momento da ocupação e do acampamento. As diferentes trajetórias percorridas por esses migrantes, agora assentados, fruto de suas experiências, das suas identidades e condições econômicas, religiosas, familiares, etc., se apresentam como questões importantes na definição de um modelo de organização social e produtiva no assentamento.

Mais recentemente, ao indagar sobre o que eles achavam do MST, os mesmos responderam que a conclusão a que chegavam era que na época de acampamento faltou um maior entendimento sobre o tema, e que as pessoas que diziam ser do MST, na verdade não representavam de fato a tônica do movimento. O que eles tinham era um conhecimento maior do que era reforma agrária ou de como tratar com o INCRA. Assim sendo, só apenas recentemente que algumas pessoas ligadas ao MST através da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito Federal (CONTRADF), têm procurado esclarecer e resgatar junto ao grupo *àquilo que ficou há muito tempo parado*.

“Hoje os assentados estão vendo que o MST é uma força política grande, também a federação. Hoje as pessoas já conseguem distinguir o que é federação, o que é sindicato e o que é MST. Antes as pessoas não tinham uma formação, não tinham uma base e as lideranças que vieram para cá dizendo ser do MST, não eram do MST, e não tinha capacitação para esclarecer todo o processo para a gente, isso não teve aqui na região, eram aproveitadores que estavam interessados em ganhar o dinheiro do povo. Algumas dessas pessoas tinham participado de outras ocupações do MST e tinham aprendido um pouco, mas não eram lideranças legítimas do MST. Aqui foi um grupo que foi reunindo gente de todo o lugar e esses que organizavam diziam ser do MST” (Assentada, Vereda I, 2006).

Na visão deles, de fato o MST teve uma atuação incipiente na região e, conseqüentemente, o trabalho de base que fora feito foi insuficiente para esclarecer o que era reforma agrária, acampamento e assentamento. Por isso eles não tinham certeza qual era o papel ou a importância do movimento para o processo que eles vivenciaram. Entretanto, a descoberta da importância do MST, do que era reforma agrária e o que significava estar num assentamento só aconteceria anos depois, com a participação de assentados em cursos de capacitação oferecidos pelas universidades e pela participação de seis assentados da região no curso Técnico de Unai²⁸. Essa experiência tem feito os assentados, principalmente do Vereda I a refletir qual o papel deles na discussão por reforma agrária e/ou agricultura familiar.

²⁸ Sobre o curso técnico de Unai abordarei no capítulo 5

1.4.3 A transformação dos acampamentos em assentamentos

As fazendas ocupadas na região pertenciam aos herdeiros do senhor Nezico Louza, conhecida como a fazenda Boa Vista. A exceção foi a fazenda Vereda, que pertencia a outro proprietário e que, posteriormente, transformou-se no assentamento Vereda II. As principais atividades desenvolvidas pelo proprietário em sua terra era a criação extensiva de gado de corte e a plantação de culturas como: milho, arroz e feijão. No final da década de 80, pouco antes de sua morte, o senhor Nezico dividiu a fazenda com os filhos, originando assim seis propriedades que eram as fazendas Boa Vista, Buriti da Espingarda, Capão do Chiqueiro, Caiapó, Baixão e Serra Feia. Depois da fragmentação da fazenda, os herdeiros deixaram as propriedades abandonadas ou arrendaram a terceiros, como no caso da fazenda Serra Feia.

Segundo relatos de uma agregada, durante a ocupação da Serra Feia, a fazenda estava arrendada ao senhor Sinval, um produtor de Cocalzinho-GO, desde abril de 1998, para a engorda de 250 cabeças de gado. A fazenda tinha apenas uma moradora, a senhora Maria Sousa Cruz, agregada na propriedade há mais de 20 anos. Com a desapropriação da fazenda, a senhora Maria não recebeu indenização por parte da proprietária. Posteriormente, dona Maria foi assentada no assentamento Vereda I, mas acabou vendendo a sua chácara.

“O Sr. Nezico era dono dessa terra toda, era muita coisa. Ele deixava nós plantar milho e feijão pra comer. Pouco antes dele morrer ele dividiu as terras. Aqui ficou para a neta que tinha na época uns dois anos. Era a menina Mariana, mas quem ficou tomando conta foi a mãe, a dona Kátia que na época da ocupação colocou a policia no movimento. A dona Kátia foi muito injusta comigo porque ela prometeu que me ajudaria e não ajudou. Eu tive os mesmos direitos dos outros sem-terra” (ex agregada da fazenda Serra Feia, 2001).

Atualmente, apenas a fazenda Caiapó é de propriedade da família. As fazendas Serra Feia, Capão do Chiqueiro, Boa Vista e Buriti da Espingarda tornaram-se assentamentos de reforma agrária e a fazenda Baixão foi vendida ao comerciante e deputado Federal pelo Distrito Federal na época *Zé Tatiko*, da Ceilândia.

1.4.3.1. Criação do assentamento Água Quente

O acampamento da fazenda Capão do Chiqueiro teve início dias antes do acampamento da Boa Vista. Uma das principais diferenças em relação ao acampamento da Boa Vista foi o modo de organização:

“Aqui a gente foi organizado pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo, a maioria do pessoal veio de Brasília. (...) na época foi umas 150 barracas. Logo depois chegou o pessoal do MST, e montou o acampamento ai na Boa Vista. Nós passamos muitas dificuldades, principalmente por causa do problema de água que era muito ruim, na época do acampamento teve uma criança que morreu o pessoal fala que foi por causa da água” (Sr. I, assentado no Água Quente, 2004).

O período de acampamento durou até final de 1998, época em que o INCRA adquiriu a fazenda e transformou em assentamento Água Quente, ou como também é conhecido *assentamento do sindicato*. Foram assentadas 66 famílias. Uma característica que distinguia dos outros assentamentos foi à adoção de uma área coletiva, situação que perdurou até 2002 mais ou menos,

“(...) na época que criou o assentamento cada família ganhou oito hectares de terra, e ficou uma área coletiva muito grande, mas por problemas internos e porque a terra era pouca, nós resolvemos dividir a terra e hoje cada família tem 28 hectares” (Sr. I, assentado no Água Quente, 2004).

Segundo o que foi apurado, a continuidade da área coletiva não foi possível porque as famílias se queixaram de não conseguirem trabalhar de forma coletiva, pois esses não estavam acostumados com esse tipo de forma de trabalho. E essa proposta tinha partido do sindicato junto com o INCRA, mas por não terem costume de trabalhar dessa forma esse modelo não deu certo. Além disso, eles acharam a área individual muito pequena para uma família. Por isso negociaram com o INCRA até dividir toda área coletiva em lotes individuais para as famílias residentes no assentamento.

1.4.3.2. Criação do assentamento Boa Vista

Como foi dito em seções anteriores, o primeiro acampamento organizado pelo MST na região foi na fazenda Boa Vista e conseqüentemente, lugar da primeira conquista dos acampados, que aconteceu em dezembro de 1998. Na época, os acampados conseguiram fazer um acordo com o proprietário da fazenda Boa Vista, o senhor Zico, que concordo com a ocupação desde que as famílias agregadas na propriedade fossem incluídas na lista dos possíveis assentados. As lideranças que mediavam às negociações acabaram concordando com a proposta do proprietário e cerca de cinco famílias de agregados foram assentadas na Boa Vista.

Com a ocupação da sede da fazenda Boa Vista, o INCRA acabou adquirindo a fazenda junto com a fazenda Buriti da Espingarda, que somavam uma área de 4.380,0339 hectares, para criar o assentamento Boa Vista, no qual foram assentadas 145 famílias. Aquelas famílias que não foram contempladas com esses assentamentos ficaram *de olho* nas fazendas Serra Feia e Vereda. Com a mobilização exercida por essas famílias acampadas, o INCRA acabou comprando essas fazendas e transformando-as em assentamentos rurais.

Com a definição das famílias contempladas no assentamento Boa Vista e Água Quente, os acampados que se tornaram excedentes na região, cerca 600 famílias, resolveram ocupar a fazenda Serra Feia, atual assentamento Vereda I. Nessa época, foi realizada uma reunião para escolher 70 famílias que iriam ocupá-la. Porém, mais de 80 famílias se dispuseram a realizar a ocupação, e as demais famílias resolveram não participar por causa dos pistoleiros que o arrendatário da fazenda havia contratado. Essas famílias, então, continuaram acampadas esperando a fazenda Vereda, atual assentamento Vereda II.

1.4.3.3. A ocupação e criação do assentamento Vereda I

O primeiro acampamento na fazenda Serra Feia foi montado na divisa das fazendas Serra Feia e Buriti da Espingarda, na beira do rio Quente, local escolhido por causa do acesso fácil à água e pela proximidade com a fazenda Buriti, que faria parte do assentamento Boa Vista. O local era estratégico, pois facilitaria uma fuga rápida em caso de necessidade. Neste local, foi construído um galpão comunitário, onde eram preparadas e realizadas as refeições, até que todas as famílias construíssem seus *barracos*.



Foto: 7 – Almoço coletivo no acampamento da Serra Feia. (Fotos cedidas pelos assentados)



Foto: 8 – Protesto dos acampados na Serra Feia, contra a proposta de reintegração de posse. (Fotos cedidas pelos assentados)

As famílias ficaram neste local aguardando as negociações. No início do mês de março de 1999, escolheram uma área coletiva para plantar feijão e milho, quando foram surpreendidos por pistoleiros da fazenda, contratados pelo arrendatário. Houve confronto, mas nenhum acampado ou pistoleiro saiu ferido. Os acampados deram parte à polícia e o juiz *mandou* que os mesmos saíssem do local e aguardassem o término das negociações com o proprietário e com o INCRA.

Através do desenrolar desse episódio, os acampados descobriram que estavam sendo enganados por Vera, Falcão e Zé Boro, lideranças do MST²⁹ na região e que essas lideranças haviam mentido sobre a situação da fazenda. Além disso, descobriram que na fazenda Boa Vista havia acontecido a venda de lotes. Assim, os acampados reunidos em assembléia, no dia dois de novembro de 1999, decidiram romper com o MST como mostra transcrição seguinte.

“Aos dois (2) dias do mês de novembro de 1999, as 15:00 horas, reuniu-se no acampamento Vinte e Cinco de julho, fazenda Serra Feia, município de Padre Bernardo - GO, ficou decidido pelos acampados em assembléia geral, que esses acampados não mais faria parte do MST (Movimento dos Sem Terra), motivo pelo qual foi tomada tal decisão com unanimidade pelos acampados é que o MST, não estava dando assistência ao acampamento faltando com a verdade nas informações trazidas do INCRA, aos acampados, criando um clima de incerteza e desunião entre os acampados e por não concordarem com os anseios dos acampados (...)” (Pe Bernardo novembro de 1999, abaixo assinado).

A partir desse episódio os próprios acampados elegeram uma comissão que ficou responsável pelas negociações com o INCRA. E com a entrada no acampamento definitivo, adotaram postura diferente dos acampamentos anteriores, não se dividindo em grupos, porém mantendo uma coesão maior. Eram mais de oitenta famílias e o acampamento foi denominado por eles de 25 de julho, que é o dia do trabalhador rural. Neste novo acampamento, as famílias cozinham, ou seja, preparam suas refeições, durante um mês e meio, de forma coletiva, até que todos os “barracos” estivessem prontos. A segurança tinha sido reforçada, mas não ocorreram muitos problemas. O único problema que os acampados enfrentaram foi à tentativa

²⁹ Essas três lideranças regionais foram expulsas do MST acusadas de praticar a venda de lotes.

de invasão da fazenda por parte de indivíduos que não estavam acampados na área e tinham vindo para região com o apoio das antigas lideranças do MST que tinham sido expulsas. Porém, um confronto explícito não chegou a acontecer.

Após o rompimento definitivo com o MST, o passo seguinte foi cortar a fazenda na corda³⁰ para que a mesma fosse totalmente ocupada pelas famílias que moravam no acampamento 25 de julho, evitando, dessa forma, a possível volta do MST. O trabalho foi coordenado pelos próprios acampados e levou 11 dias para ser realizado, com média de cinco a seis acampados que se revezavam na abertura das picadas. Apenas o coordenador da medição foi quem acompanhou o trabalho desde o início. As mulheres ajudaram cozinhando e levando a comida ao local de trabalho. A medição foi iniciada no fundo da fazenda, na divisa com a fazenda Marajá, de propriedade do grupo ENCOL.

Os acampados se orientaram pela cerca da fazenda e pelo lado da fazenda Buriti (assentamento Boa Vista), sendo os marcos de aroeira que estavam na divisa utilizados para a orientação dos mesmos. A área total da fazenda é de 2.063,7804 ha (dois mil, sessenta e três hectares e setenta e oito ares), fazendo divisa com os assentamentos Boa Vista, Água Quente e com a Fazenda Marajá, ao sul.

“A medição surgiu para que nós entrássemos depressa nas chácaras para que a fazenda fosse toda ocupada. O pessoal me deu para que eu medisse na corda. A idéia de como seria veio por si mesmo na cabeça. Eu não tinha nem idéia de quanto mil metros era um hectares, ai eu aprendi, eu tinha medido muito alqueire, quadra, litro e tal coisa. Hectare eu não entendia, ai falaram que era dez mil metros quadrados, ai eu disse, pode deixar comigo. Só perguntei quantos hectares era para cada família. Eles falaram que seriam 20 hectares. Essa foi a minha primeira fazenda que medi na corda. Já tinha medido outras coisas mas fazenda não. Essa sabedoria acredito que veio de Deus porque agente ora muito e pede sabedoria e inteligência para Deus” (Assentado responsável pela medição da fazenda, 2001)³¹.

A 16 de janeiro de 2000, depois da realização da medição da fazenda “na corda”, os acampados realizaram o sorteio das *chácaras*, com objetivo de definir a área a ser ocupada pelas famílias. De acordo com Pereira et al (2001a), a área do assentamento pode ser dividida basicamente, em três ecossistemas: a primeira é a área de mata seca com alto teor de matéria orgânica e com diversidade muito grande na fauna; a segunda caracteriza-se pela transição mata-cerrado grosso com predominância de solos mais avermelhados, com incidência de cupinzeiros e algumas partes com baixa fertilidade e escassez de água, lugar em que concentra a maioria das famílias, por último, uma pequena faixa de transição campo-cerrado seguindo o curso do Córrego Quente, com presença de mata ciliar. Uma das principais fontes de água do assentamento é o Córrego Quente, cuja água apresenta alto teor de salinidade, e sua nascente se localiza no assentamento vizinho, denominado pelo INCRA de Água Quente e conhecido como Capão do Chiqueiro.

³⁰ **Cortar a fazenda na corda:** é um termo comumente utilizado pelos assentados para demarcar e lotear a área de uma fazenda, com vista a criar um assentamento. Com um arame liso de pouco mais de 50 metros e um esquadro de 4X3 metros, os assentados demarcaram toda a fazenda em lotes de 1000 metros de lateral com 200 metros de fundos, totalizando 20 hectares para cada família.

³¹ Um fato que me chamou a atenção em relação a esse assentado foi o grande processo de migração que ele impôs a até chegar ao assentamento. Natural de Goiás viveu em diversas regiões do país e até no exterior no Iraque, trabalhando na construção de rodovias naquele país, pela empresa brasileira Andrade Gutierrez. Ele é muito conhecido na região principalmente porque chegou ao assentamento de bicicleta vindo de Anápolis – GO.

Em recente pesquisa de campo, foi possível apurar que na época do sorteio houve certos acordos para que as pessoas que tivessem familiares dentro do assentamento tivessem prioridade de ficarem próximas uma das outras, pois isso facilitaria o processo de organização das famílias no interior do assentamento.

Segundo Oliveira (2002), na época de assinatura dos contratos em julho de 2001 o assentamento era constituído por famílias vindas de vários estados da federação, com destaque para o estado de Minas Gerais com 27,14% e para alguns estados da região Nordeste, que totalizam 40% dos moradores do assentamento. Dentre os estados da região Nordeste, o Maranhão se destaca com 12,86%. Mas ressalta-se que 90% tinham como domicílio anterior ao assentamento alguma cidade satélite de Brasília. Além disso, outra característica importante do grupo do Vereda I é que 82,86% têm origem rural, mas viveram na cidade por um período médio de 15 anos, antes de migrarem para o assentamento.

O nome do assentamento ficou definido como Vereda I pelo INCRA. Porém, de acordo com os assentados, o INCRA não respeitou a vontade dos mesmos quanto à escolha do nome. Eles gostariam que o assentamento fosse chamado de 25 de julho, data da entrada definitiva na terra e, também, dia comemorativo do trabalhador rural. Atualmente, se referem ao assentamento como assentados da fazenda Serra Feia e não Vereda I que, segundo eles, é apenas um nome que serve para tratar com o INCRA.

No primeiro semestre de 2001 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento do Assentamento e a confirmação da demarcação da fazenda pelos topógrafos contratados pelo INCRA. Foi respeitada a “medição na corda” realizada pelos assentados, com pequenas alterações nas áreas consideradas pelo IBAMA como reserva permanente e legal.

Conforme ouvi dos assentados, depois de *muita luta*, no dia 20 de julho de 2001, os mesmos assinaram os contratos e começaram a receber o Crédito Instalação, ou antigo Crédito Apoio. Em 2001 o valor do crédito instalação era de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) sendo R\$ 400,00 (quatrocentos reais) destinados à compra de gêneros alimentícios e R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a compra de ferramentas ou para o pagamento de horas de trator para o plantio.

1.4.3.4. A ocupação e a criação do assentamento Vereda II

O último acampamento da região a se tornar assentamento foi o acampamento da fazenda Vereda. A fazenda Vereda ocupa uma área de 3.760,79 hectares, a principal atividade da fazenda era a bovinocultura extensiva, além de uma grande área de produção de manga. A fazenda era tida como uma das prioridades dos acampados, sobretudo, por causa do grande número de benfeitorias. De acordo com dados contidos no PDA do assentamento eram,

“(...) nove pequenas e médias barragens, casa sede ampla, construída de alvenaria com 14 cômodos; seis casas de morador, construídas de alvenaria; duas casas de funcionários, construídas de alvenaria; casas, depósitos e galpões para guardar produtos agrícolas; cercas de arame farpado e liso; rede elétrica; caixa d’água; curral com cocho duplo para volumoso; conjunto de irrigação e 10.000 metros de cano para distribuição de água” (PDA Vereda II, 2001).

Além de muitas fontes de água, na sede da fazenda, estava previsto o funcionamento da Escola Agrícola familiar (EFA), e as instalações foram cedidas pelo INCRA com objetivo de criar esta escola. Nesta fazenda, a primeira ocupação ocorreu em junho de 1999, ocasião em que às famílias ficaram acampadas na área por cerca de 20 dias, até que o proprietário que residia em Goiânia solicitasse a reintegração de posse. Com a justiça favorável ao

proprietário, a polícia foi acionada e retirou as famílias acampadas que foram para a beira da estrada e continuaram negociando com o INCRA a compra da fazenda.

Em Janeiro de 2000, depois de muita insistência, as famílias entraram novamente na fazenda e não saíram até a imissão de posse, data que aconteceu em fevereiro de 2000. Estas famílias ficaram acampadas na entrada principal da fazenda, próxima à sede da propriedade, onde ficavam acampados os principais interlocutores³² do acampamento. Esses por sua vez, vendo a possibilidade de conseguir tirar proveito da situação começaram a usar a posição que tinham de interlocutores com o INCRA e passaram a manipular os acampados. Esse artifício utilizado por parte desses interlocutores, foi visto pelos acampados como abuso,

“Você vê, o pessoal [interlocutores] não deixou a gente plantar, a gente tinha que trabalhar para eles porque se não eles ameaçavam tirar os nossos nomes da relação de beneficiário, isso aqui, foi um horror, só depois que o doutor Cardoso [superintendente do INCRA na época] veio que a coisa melhorou, porque a gente pode plantar” (trecho de um relato dos assentados durante a reunião de PDA em maio de 2001).

No entanto, apenas uma área comunitária foi destinada para o plantio de hortaliças, mas não se obteve resultado, pois os acampados não concordaram com a escolha da área feita por acampados que estavam ligados aos interlocutores do acampamento. No entanto, esses acampados que ocupavam o papel de interlocutor plantaram uma área de milho. “*Mas acabou não dando certo porque o pessoal do acampamento não quis ajudar*” (Sr. D, Vereda II, 2004). Essa situação mostra uma cisão interna entre os acampados, que trará consequências futuras na organização desse assentamento.

Por volta de novembro de 2000, o próprio INCRA questionou a falta de plantio por parte das famílias, e estas alegaram que não haviam plantado ainda porque quem estava organizando o acampamento não havia permitido plantar. Isso fez com que algumas famílias mudassem do acampamento, dirigindo-se para o interior da fazenda onde começaram a plantar, com autorização do INCRA. Na avaliação dos técnicos do INCRA, todo processo de desapropriação da fazenda e seleção dos assentados do Vereda II foi confuso e tumultuado.

Ademais, existiram denúncias, feitas pelos próprios acampados, de irregularidades de acampados cadastrados que não deveriam ser beneficiários³³. Essa situação fez com que a Relação de Beneficiários (RB) demorasse meses para ser definida pelo INCRA, o que deu margem para denúncias, sobretudo daqueles que se sentiam injustiçados. Dentre as denúncias, a mais grave foi a de que um interlocutor estava submetendo vários acampados a trabalhos forçados, o que foi motivo para o deslocamento do Superintendente da SR (28) da época até ao acampamento, acompanhado da polícia federal, para apurar as denúncias e instaurar inquérito criminal.

Esse evento ocorreu em março de 2001 e ficou conhecida na região como a expulsão das *almas sebosas do lugar*³⁴. A partir de então, aqueles acampados que estavam sendo acusados de utilizar a RB como barganha tiveram que sair do acampamento, porque passaram

³² No caso específico do Vereda II, julgo interlocutor o termo mais apropriado, pois por ter sido o último acampamento da região de Pé de Serra, os acampados já não falavam tanto lideranças e sim *quem fala com o INCRA, quem é responsável pelo acampamento* ao se referirem a aqueles que tinham ficado responsáveis por negociar a Relação de Beneficiários (RB), a desapropriação e demarcação da fazenda junto ao INCRA.

³³ Pois muitos eram funcionários públicos, comerciantes e empresários da região.

³⁴ *Almas sebosas* foi o termo utilizado pelo superintendente do INCRA ao referir sobre aqueles acampados interlocutores, que estavam manipulando os demais e que tinham sido acusados de utilizar o trabalho dos acampados em troca da garantia da manutenção do nome destes na lista de beneficiários (RB) que seria encaminhada ao INCRA.

a ser ameaçados de morte. Além disso, a ida do superintendente no acampamento provocou certa desmobilização, porque nas palavras dele não seria necessário ninguém ficar debaixo de uma lona preta para conseguir um lote.

“O superintendente mandou que a gente fosse pra cidade, que não precisava ficar debaixo de barraca de lona, só que na cidade eu não tenho a onde ficar, vou para debaixo da ponte?” (Sra. Maria, assentada Vereda II, 2001)

Desta forma, vários acampados que tinham condições de partir deixaram o acampamento e voltaram para a cidade, esperando que a situação da fazenda fosse resolvida. Entretanto, cerca de 100 famílias que não tinham para onde ir ou não quiseram deixar o acampamento ficaram na fazenda, sendo que umas 60 famílias permaneceram no antigo acampamento, localizado próximo à entrada da sede da fazenda. E outras famílias, cerca de 40, resolveram-se espalhar em outras áreas da fazenda, que eram denominadas por eles de Veredão, Represa do Búfalo e Ponte Rego D'água.

Esse episódio, da ida do superintendente no acampamento, além de contribuir para que um número menor de famílias continuassem acampadas e desmobilizadas, serviu também para aumentar ainda mais a desconfiança e a divisão na organização dos acampados, uma vez que, a partir desse momento os acampados passaram a ficar desorientados e sem coordenação e o clima de desconfiança foi cada vez maior entre os acampados. Essa situação na avaliação dos assentados do Vereda II perdura até os dias de hoje nesse assentamento.



Foto: 9 – Famílias acampadas na fazenda Vereda, reunidas para discutir o parcelamento da fazenda, maio de 2001, durante o PDA.



Foto: 10 – Crianças acampadas na fazenda Vereda, Atual assentamento Vereda II.

Em julho de 2001, os acampados fizeram uma mobilização maior para que o INCRA realizasse a demarcação da fazenda. Logo em seguida, foi feito o trabalho topográfico de demarcação da área, parcelando-a em 150 lotes de 12 hectares, [número de lotes na avaliação dos técnicos do PDA, exagerado pelo tamanho da fazenda, além disso, 12 hectares eram insuficientes para as famílias] além das áreas de reservas legal e permanente. Um mecanismo encontrado para que as famílias ocupassem as parcelas foi através *da mão na cumbuca*, ou seja, do sorteio, que foi vista pelos acampados como a maneira mais adequada para a distribuição das *chácaras*. No entanto, algumas famílias se sentiram prejudicadas. Isso porque já tinham feito plantio no local onde estavam acampados e saíram do local sem nenhuma indenização.

Essa época de sorteio das *chácaras* foi marcada por muita confusão, pois quem tinha ido para a cidade voltaram para reivindicar o direito de posse de uma *chácara*. Nas palavras deles, o superintendente que já não era o mesmo, tinha garantido um lugar na fazenda independente se estavam acampados ou não. Isso provocou muita revolta por parte dos que ficaram acampados e estavam ficando de fora. Essa situação serviu para verificar a pouca habilidade do INCRA para lidar com a situação. O resultado foi o aumento de algumas parcelas na fazenda e a falta de infra-estrutura para o assentamento que estava começando, além do deslocamento para outros assentamentos criados na região do entorno do DF. No entanto, a maioria desses assentamentos, apesar de serem considerados região do entorno, ficam muito mais distantes de Brasília.

Para os acampados e inclusive os técnicos do INCRA, essas confusões todas envolvendo interlocutores, superintendente, denúncias, INCRA, causaram marcas profundas no assentamento Vereda II, sobretudo no aspecto de organização.

“(...) aqui ninguém confia em ninguém, todo mundo tem medo de acontecer igual na época de acampamento, que foi aquela cachorrada toda. E para piorar o INCRA, não ta nem aí pra gente” (Assentado do Vereda II, 2006)

“O assentamento Vereda II, é o mais problemático daquela região, tem denúncias aqui direto, é roubo, drogas, venda de lote, exploração da reserva, tudo o que não presta, aquilo foi feito tudo errado” (Técnico do INCRA, 2004).

No ano de 2002 já não existia acampamento na região e todos os assentados se encontravam em suas *chácaras* e começavam a receber os créditos destinados a habitação e a custeio. Após esse momento de luta pela terra, as famílias agora iniciam uma nova fase, que abrange desde a implantação da infra-estrutura básica, como moradia, estradas, até o fortalecimento de sua organização. Portanto, essa nova fase é recheada de antigas e novas maneiras de convivências.

1.5. Observações finais do capítulo

Neste capítulo, apresentei algumas características sobre o processo de ocupação da região estudada, observando que o indivíduo, ao se envolver em um processo de organização e ação coletiva, passa a incorporar determinadas ações e posições.

Foi possível perceber que a presença dos movimentos sociais na região, principalmente do MST, foi fundamental para que os assentados conseguissem se articular e conquistar a terra. No entanto, divergências e desconhecimento por parte dos acampados em relação ao que era reforma agrária e MST contribuíram para o rompimento com o movimento.

“Quando a gente veio para o acampamento, a maioria das pessoas não sabia o que era MST, reforma agrária, naquela época o objetivo das pessoas eram ter a terra, mas não sabia como era direito os mecanismos que seriam feitos para alcançar a conquista dessa terra. Ter uma terra para deixar para os filhos era o objetivo da maioria”. (Assentados do Vereda I, 2004).

Além disso, um ponto crucial desse processo é a capacidade desses trabalhadores formarem redes de parentesco, amigos ou vizinhança, que servirão de estratégias para que esse trabalhador se integre no novo universo pretendido e para que estas possibilitem criar os mecanismos de reprodução necessários para a sobrevivência.

Segundo Leite et al (2004), a partir da criação do assentamento, a vida desses trabalhadores sem-terra assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços como

assembléias, reuniões e redes de sociabilidade. Nesse momento, novas formas de organização passam a surgir, contribuindo para a construção e o fortalecimento de uma consciência de grupo. No entanto, os autores chamam atenção para as estratégias de reprodução da unidade centrada na família e pelos vínculos de parentesco ou vizinhança como importantes dentro desse novo espaço:

“(...) as relações familiares e de parentesco, amizade e vizinhança existentes anteriormente, unidas à ação dos mediadores (sindicatos e movimentos) e do Estado, reconstroem as redes de sociabilidade que possibilitaram a participação dos trabalhadores nos processos de organização de luta pela implementação dos assentamentos rurais” (idem, 2004:112).

Durhan (1978) chama atenção que no caso de famílias de trabalhadores rurais sem terras, freqüentemente a migração dessas famílias se dá em direção a agrupamentos de parentes e amigos, pois a *zanzação* que essas famílias fazem está relacionada com os laços pessoais e de solidariedade que unem diferentes famílias. Assim, segundo a autora, as famílias chamam outras quando as condições são favoráveis, ou mudam-se para onde estão outras, quando as condições não o são:

“Conservam-se, portanto as mesmas formas de relacionamento interpessoal. Com laços de parentesco e compadrio se definem como relações virtuais, que são mobilizadas na medida das possibilidades e necessidades, elas se mantêm mesmo quando são destruídas as bases territoriais que garantiam um mínimo de estabilidade aos bairros caboclos”. (idem, 1978:122).

Assim, se por um lado, os assentados se igualam na luta pela terra e por melhores condições de vida, por outro, eles possuem características heterogêneas forjadas nas trajetórias de vida que cada um passou individualmente, desde o momento da desagregação em seus locais de origem até os assentamentos.

Nesse contexto, pode-se considerar a reforma agrária como uma estratégia de mudança para esses atores sociais, podendo representar uma saída não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também para buscar um lugar social que se possa driblar a exclusão. Portanto, os assentamentos rurais podem se tornarem o lugar, o território, o espaço onde poderão ancorar seus valores culturais e estabelecer sua reprodução social. Além disso, os assentamentos podem ser uma porta para alcançar outras possibilidades.

Para Silva (2003), a construção do novo espaço social incorpora traços do mundo tradicional. Isso não significa simplesmente retornar ao passado, mas recriam-se valores do passado e do presente formando uma simbiose. Assim, a vida cotidiana é formada por laços de solidariedade com referência na tradição, no parentesco e na ajuda mútua.

Desta maneira os assentamentos tornam-se lugar para construção de novos elementos e de outros arranjos sociais. Nesse sentido, como diria Carvalho (1999) o assentamento passa a ser uma *encruzilhada social*, onde novas formas de socialização, novos saberes serão adquiridos, e muito dos saberes que foram se acumulados ao longo de suas trajetórias de vida, poderão ser reproduzidos neste ambiente. A partir desse momento, passam a se encontrar “face a face” nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico que irão reproduzir seus meios de vida e de trabalho.

“O assentamento de Reforma Agrária é uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidades, se comparada com a rotina que o cotidiano dessas pessoas e famílias lhes proporcionava” (idem, 1999:13).

De acordo com Carvalho (1999), essa heterogeneidade de pessoas vivendo nos assentamentos é muito ampla, como crianças, jovens, velhos, homens, mulheres, brancos, negros, mulatos e mestiços, católicos, protestantes, espíritas, umbandistas e diversas outras crenças, pessoas originárias de diversas regiões do país, que vieram da zona rural e urbana, de diversas escolaridades, profissões e diversos valores morais, políticos e culturais, e diversas habilidades com uma complexidade de contexto social. Ali milhares de indivíduos estão vivenciando novas formas de interação social.

Podemos perceber que essa heterogeneidade de pessoas que vão viver no assentamento leva a um universo de habilidades que vão além da produção de alimentos e no cultivo da terra, tais como carpintaria, mecânica e artesanato com palha. Essas habilidades são formadas ao longo de suas experiências de vida, ou seja, estão ligadas às formações do *habitus* de cada sujeito que vive no assentamento.

Para Bourdieu (1989), *habitus* seria como o esquema de percepção e ação de cada indivíduo, adquirido e formado pela história social de cada um deles e resultante de um longo processo de aprendizagem formal e informal. O *habitus* adquirido funcionaria no estado prático da vida social, permitindo aos seus portadores operar um senso prático da vida, como esquema de percepção, de apreciação e de ação que é acionado em determinadas situações de suas vidas.

Esses valores culturais diversos dessas famílias vão marcar também diferentes formas de intervenção nos ecossistemas, formas de cultivar a terra, aproximação das pessoas em grupos de interesses comuns e diferentes formas de criação de pequenos espaços coletivos de vivência de novas práticas sociais.

Assim, migrar para uma área de ocupação de terras poderá significar a possibilidade de reprodução, nesse espaço, de laços de parentesco que estavam dispersos. Desta forma podemos pensar que o assentamento pode ser um momento de novas configurações familiares, além de ser um espaço de experiências políticas e culturais, no qual passam a se construir novas redes de relações sociais que se dão através da convivência com pessoas de várias origens. Esses elementos serão fruto de análises na terceira parte da tese, que terá como objetivo desenvolver reflexões sobre o migrante tornado-se assentado.

PARTE III: RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

“Tudo aconteceu num certo dia
Hora de Ave Maria
O Universo viu gerar
No princípio, o verbo se fez fogo
Nem Atlas tinha o Globo
Mas tinha nome o lugar
Era Terra, Terra, Terra, Terra
E fez o criador a Natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela Terra, Terra, Terra, Terra
Madre Terra, nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Sou Sem Terra, sou guerreiro
Com a missão de semear
A Terra, Terra, Terra, Terra
Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
A Terra, Terra, Terra, Terra”

Canção da Terra, Pedro Munhoz

CAPÍTULO 2

TORNAR-SE ASSENTADO

“O preconceito dos sem-terra é igual, é igualzinho o do preto. Eu gosto muito duma linha que a Maura [assentada na Boa Vista] defende. Já tem várias outras pessoas que estão na mesma linha da Maura e é uma linha que eu também adotei ela pra mim, o quê que nós aqui na região estamos fazendo? Estamos organizando em grupos de afinidades, você entendeu? E produzindo, tentando colocar o produto no comércio, pra essa região aqui, esse multidão de gente aqui ser reconhecido como agricultor familiar. Não como sem-terra, em vez de a gente estar indo comprar verdura na cidade, comprar tudo na cidade a gente estar levando pra ver a cidade, por exemplo, Padre Bernardo, pra comprar o produto daqui. Né. Porque Padre Bernardo, por exemplo, as verduras, os verdurão, compra tudo na CEASA de Brasília. Então daqui a um tempo quando as pessoas tiverem produto, aqui pra estar abastecendo ali, nós vamos estar sendo reconhecido como agricultor e não como sem-terra” (Assentada do Vereda I, 2006).

Este capítulo tem por objetivo refletir sobre os assentamentos como um espaço composto de um conjunto de elementos que formam as diferentes relações presentes nos assentamentos da região. É nesse sentido que elementos como vizinhança, moradia, cotidiano, identidade, fofoca, são importantes para entender as múltiplas relações que são construídas nesses assentamentos.

2.1. Descrição ambiental da região

A região Pé de Serra está situada a cerca de 110 km de Brasília e a 50 km da sede do município de Padre Bernardo. A via de acesso mais utilizada pelos assentados é aquela que sai de Brasília pela BR 080 sentido Brazlândia - Padre Bernardo. Na altura do Posto fiscal (posto de fiscalização de receitas do Estado de Goiás) próximo ao rio do Sal, entra-se à esquerda e segue-se por uma estrada de terra, que em alguns trechos está bastante danificada. Seguindo sempre à esquerda, passados cerca de 35 km, já se começa a avistar os assentamentos, que ficam numa área de transição entre cerrados e pastagens.

O outro acesso é através da estrada Anápolis – Padre Bernardo, que vai dar direto na sede do município. Esse acesso é feito parte por estrada de chão e parte por rodovia asfaltada. No período de chuvas o trânsito por essa estrada fica muito difícil.

Com um clima quente quase todo o ano e caracterizado por uma estação seca e outra chuvosa, de uma maneira geral, o relevo do lugar é predominado por planaltos com grotas secas e morros. A região dos assentamentos tem o meio ambiente físico basicamente dividido em três ecossistemas: o primeiro são as áreas de mata seca com alto teor de matéria orgânica, com solos pretos e com diversidade muito grande na fauna. Normalmente essas áreas de mata são lugares que, antes dos assentamentos, não tinham sido tocadas. Em alguns casos é muito comum encontrar veredas de água ao seu redor, sobretudo, nos assentamentos Vereda II e Boa Vista.

O segundo caracteriza-se pela transição mata - cerrado grosso com predominância de solos mais avermelhados e cascalhados e em alguns lugares com formação de pastagem, com incidência de cupinzeiros, em algumas partes com baixa fertilidade, com variação na ondulação dos terrenos e em muitos casos com escassez de água. Essas áreas geralmente eram utilizadas pelos antigos proprietários das fazendas como área de pastagem.

E por último, faixas de transição campo - cerrado seguindo o curso de águas como o Córrego Quente, córrego dos bois, rio Rego d'Água entre outros. Nestes espaços ainda existem em alguns lugares a presença de mata ciliar, com solos branco, argiloso cinzento e com presença de cascalho.

Na região existe também a presença de outras fazendas que fazem parte dessa vizinhança como a fazenda Marajá (do grupo Encol), fazenda Rego d'Água e o assentamento pelo Banco da terra criado em 2003, com o nome de COOPERVIDA³⁵ ou assentamento Baixão. Alguns desses assentados no assentamento Baixão fizeram parte do processo de ocupação, ou ficaram na casa de parentes dos assentamentos da região até conseguirem um lote.

A via de acesso aos assentamentos é feita por estradas de terra, em sua maioria, abertas depois da criação dos assentamentos. No período de chuvas, o acesso às chácaras se torna mais difícil por causa do estado de conservação que as estradas se encontram. Na figura 2 abaixo é possível perceber a configuração espacial dos assentamentos, a partir da concepção dos próprios assentados.

³⁵ Esse assentamento foi criado no início de 2003, onde foram assentadas 68 famílias pelo programa Banco da Terra, que foi implantado pela Lei Complementar nº. 93, de 1998, e pelo Decreto nº. 3.475, de 2000, que possibilita a aquisição de imóvel rural, incluídos os custos da documentação de transferência da propriedade e as despesas cartoriais de registro do contrato de financiamento e também a infra-estrutura comunitária. Assim, o Banco da Terra foi criado com a proposta de oferecer crédito para a compra de terras e construção de infra-estrutura básica para trabalhadores rurais. No entanto, existem sérias críticas sobre essa modalidade de assentamento. Entre estas o Banco da Terra surge como uma forma de desmobilização do movimento, uma vez que a fazenda comprada pelo Banco da Terra dificilmente será ocupada, tendo ainda como objetivo desmobilizar e se opor aos movimentos sociais como o MST, CONTAG entre outros.

Para ocupação dos espaços dos assentamentos, as famílias optaram por parcelas individuais. A única exceção no início foi o assentamento Água Quente, que tinha optado por áreas coletivas, mas mesmo antes de saírem os créditos do PRONAF A em 2002, as famílias resolveram passar para parcelas individuais, por acreditarem que trabalhar no coletivo era muito difícil e não estavam acostumados com esse tipo de organização. E segundo narrativas desses assentados, essa teria sido uma estratégia adotada pelos interlocutores do acampamento na época para conseguir sensibilizar o INCRA mais rápido.

A negação de um projeto coletivista de uso da terra por esses assentados me conduz a pensar no estudo realizado por Pereira (2000) em assentamentos organizados pelo MST. Nesse estudo, o autor aponta que os trabalhadores que rejeitam o modelo coletivista, o fazem porque os ideais coletivistas não dão respostas aos problemas e interesses desses trabalhadores; apesar de expressarem atitudes de amizade, solidariedade e união, os mesmos não abririam mão da posse privada da terra. A idéia de posse privada da terra é muito comum entre os assentados. Para eles, dizer que *são proprietários de uma terra* seria muito importante, pois traria um *status* há muito almejado. Além disso, ser individual significaria ser dono do seu próprio tempo.

Todavia, é preciso ressaltar que mesmo optando por parcelas individuais, em alguma medida os assentados da região tentam experiências que envolvem valores de cunho coletivos e dentre estas podemos citar amizade, solidariedade e união para desenvolverem determinados projetos que necessitam da participação de um coletivo, ou seja, há que se considerar na análise do coletivo presente um grupo social a partir de outras variáveis, que não apenas a divisão de chácaras e relações de posse da terra.

Na configuração do espaço das chácaras, os 16 hectares em média foram divididos entre moradia, terreiro, e em algumas residências é possível avistar a presença de pomar próximo às casas, área de plantio e pastagem e uma área de reserva como foi acordado entre assentados INCRA e IBAMA, a obrigatoriedade de deixar 20% das áreas em cada chacara para as reservas legais e permanentes.

Além disso, nos assentamentos existem as áreas de reservas que são de responsabilidade de toda a comunidade. Em relação a essas áreas não tenho a informação de quantos hectares cada área ocupa dentro dos assentamentos. Também nos assentamentos foram destinadas áreas para uso coletivo com objetivo de construir espaços de usos comuns como igreja, galpão de reunião, campo de futebol, casa de farinha, entre outras. Essas áreas geralmente têm em média o tamanho de uma chacara.

Antes da criação dos assentamentos nas cinco fazendas, apenas duas possuíam sede, que eram as fazendas Boa Vista e a fazenda Vereda. A primeira virou escola municipal de ensino fundamental, até a construção da escola definitiva, que aconteceu em 2003, próxima à sede. Até a presente data, a sede da Fazenda era espaço destinado a reuniões dos assentados da Boa Vista e alojamento para uma guarnição policial, que circula na região.

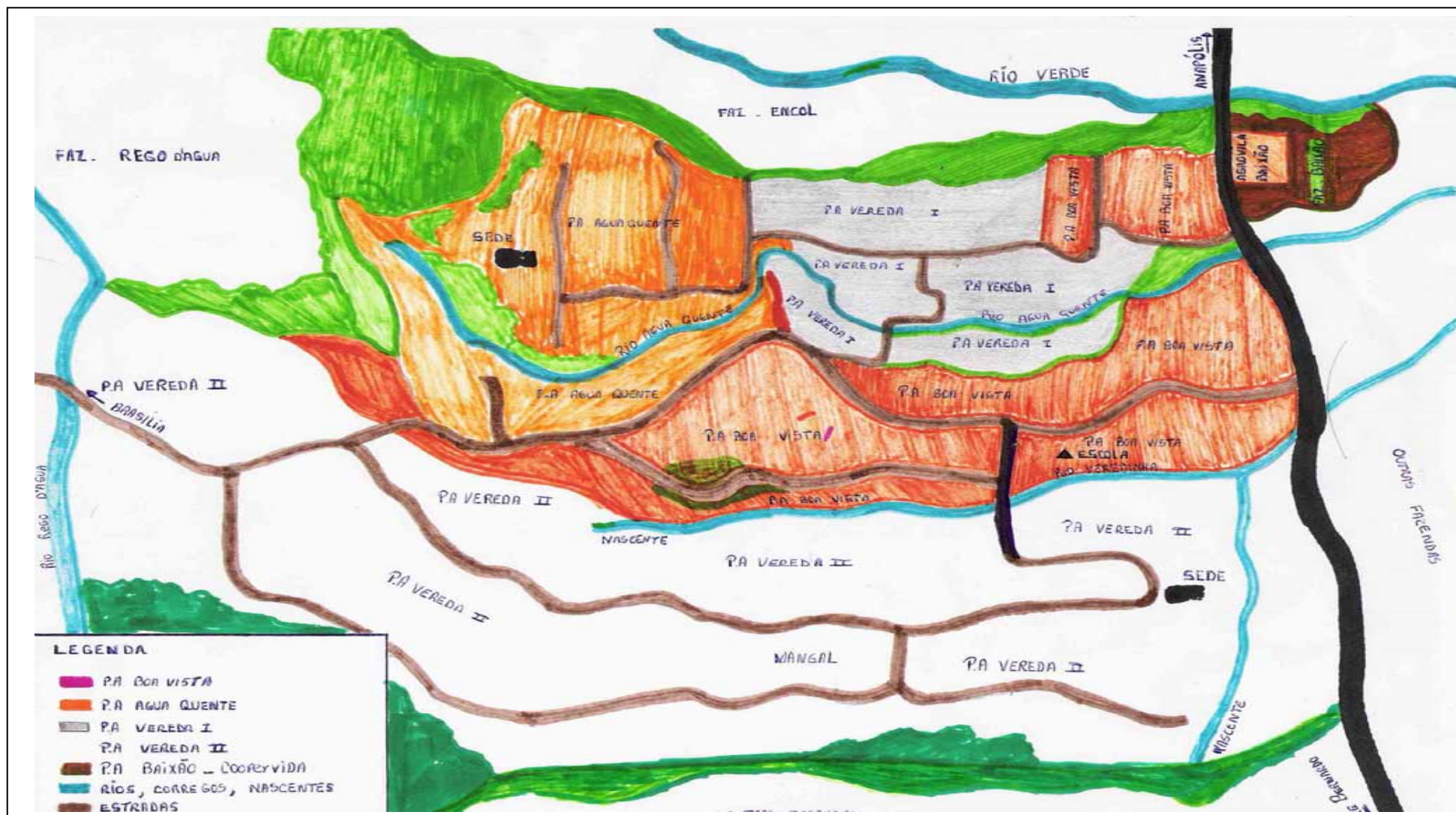
Na fazenda Vereda, a sede virou instalação da Escola Família Agrícola, abrigando sala de aula e alojamento, além de uma biblioteca chamada Sala Verde, destinada a atender as famílias dos assentamentos e os agricultores da região. Essa biblioteca foi inaugurada em maio de 2006, a maior parte dos livros foi doada pelo Ministério do Meio Ambiente. Também no assentamento Vereda II foi formada outra biblioteca na casa que antes era do caseiro da fazenda, tal biblioteca foi financiada pelo Programa Arca das Letras³⁶.

Durante o trabalho de campo os assentados ainda não tinham definido como funcionaria a biblioteca da Sala Verde, mas o mais provável é que a administração da biblioteca ficasse sob responsabilidade da direção da EFA.

³⁶ O Programa de Bibliotecas Rurais **Arca das Letras** foi criado em 2003 pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário para incentivar a leitura e facilitar o acesso aos livros em assentamentos, comunidades de agricultura familiar e de remanescentes de quilombos. (MDA, 2006).

Logo abaixo encontra-se a planta geral da região na visão de seis assentados dos assentamentos Vereda I, Boa Vista e Vereda II. É importante ressaltar que os assentados escolhidos para a confecção dessa planta foram aqueles que conheciam melhor a área dos assentamentos.

Figura 2. Planta Geral da Região de Pé de Serra com a presença dos seis assentados*



Fonte: Pesquisa de campo, 2006. * O desenho final foi confeccionado pelo assentado Kleber do assentamento Vereda I

2.2. A moradia e a *poética do espaço*

Os créditos para a construção das casas foram uma das principais reivindicações dos assentados depois da conquista da terra. Durante o trabalho de elaboração do PDA nos assentamentos Vereda I e II, a importância de conseguir dinheiro para construir as casas eram falas recorrentes entre os entrevistados. Isso me conduz a refletir que a casa teria um papel essencial na vida desses atores.

Nesse sentido, Bachelard (1978), aponta que a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, sonhos e lembranças do homem, pois sem a casa ele seria um disperso.

“(...) A casa na vida do homem afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano (...) E sempre em nossos devaneios, a casa é um grande berço (...). A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa (...)” (idem, 1978:201).

A moradia também pode ser vista como um espaço de tradução das relações sociais onde, através da forma e da utilização conferida aos seus espaços, podem-se identificar os agentes sociais e seus valores em determinado período histórico. (Bachelard, 1978).

Portanto, a moradia constitui uma das necessidades fundamentais do ser humano, um primeiro mundo. Para Lemos (1989), a função básica de uma moradia é a chamada função abrigo, sendo esta entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção. Porém, a simples relação de cômodos numa moradia pouco exprime as questões referentes às funções da habitação, tais como atividades ligadas ao lazer, ao repouso noturno e aos serviços em geral. A enumeração destes espaços especializados pode ser a mesma para qualquer comunidade e para qualquer família, independente das condições sociais.

Por ser uma das principais reivindicações dos assentados, as casas foram construídas no primeiro ano depois da definição de quais famílias seriam assentadas. Os recursos para a construção das casas vieram do Crédito Habitação³⁷. Inicialmente, como foi abordado no capítulo acampamento, as moradias eram feitas de armações de madeira, revestidas com plásticos e folhas de buritis – uma palmeira comum na região.

No período da pesquisa, as casas eram de alvenaria com tijolos furados (25x20x10 cm), com telhados de duas águas cobertos por telhas de amianto, as portas e as janelas são de metalon sem pintura e o chão de cimento grosso. Em sua maioria, as casas não foram embolsadas por causa do valor baixo dos recursos. Na construção das casas foi utilizado também material do lugar, tais, como madeira e pedras. De uma maneira geral, as casas foram construídas próximas à entrada das *chácaras* e conseqüentemente mais perto das estradas de acessos às casas, o que facilita a locomoção de seus moradores.

Para Marcelin (1999), ao construir uma casa os moradores consideram uma série de fatores, como onde construir, qual o material a ser utilizado, com quem construir; isso pode ser uma atividade que reúna a comunidade. Assim, construir acaba sendo uma decisão coletiva que coloca em:

“Jogo negociações matrimoniais, organização ou reforço de um espaço físico no qual exerce a experiência familiar, estratégias individuais, coletivas, recursos econômicos e humanos” (idem, 1999:36).

³⁷ Em 2002 o Crédito Habitação era de R\$ 2.500,00 destinados à compra de material de construção e a pagamento de mão-de-obra relativa à construção.

Os materiais utilizados na construção das casas foram comprados em algumas situações em mutirão, porque de acordo com as narrativas, conseguiram melhores preços e ficaria mais fácil de entregar. Essa ação também possibilitou uma união dos assentados na hora de decidir pela compra do material em comunhão.

O modelo das casas seguiu um padrão de divisão espacial bem similar. A referência para esse padrão foi uma planta fornecida pelo INCRA³⁸. Essa divisão espacial segue a seguinte configuração: geralmente as casas têm dois quartos e a entrada dos quartos se abre para a sala. A sala é o local onde se recebem as pessoas estranhas ou as visitas mais importantes. “*Marcelo é de casa ele entra aqui pela cozinha, mesmo*”. Ouvi muito essa frase dos assentados quando eu os visitava indicando que entrar pela porta da sala significava um ritual destinado a pessoas estranhas; pessoas conhecidas, da família ou vizinhos se recebem é na área próxima à cozinha.

Na sala também é o espaço onde fica o rádio de pilha³⁹, e mais recentemente, com a chegada da luz, a televisão em algumas casas, além de oratório utilizado para consagrar os santos de devoção do morador, no caso dos assentados católicos. Na sala também encontram-se quadros de santos e fotos da família, pendurados na parede. Na sala de algumas famílias é possível encontrar sacos de arroz ou feijão estocados. Ao perceber a utilização da sala como local de armazenamento da produção, percebi que a casa manteria um vínculo direto com a unidade de produção.

Nesse sentido, Heredia (1979) chama atenção para a importância da moradia como um dos aspectos relacionados ao universo simbólico dos agricultores, assim como aspectos associados ao trabalho e à produção de subsistência, relacionados à moradia, pois, para a autora, é o trabalho no roçado que possibilita o consumo familiar que se realiza na casa, adquirindo o roçado um caráter dominante sobre a casa.

Depois vem a cozinha. Segundo os entrevistados, é o espaço por natureza das mulheres, que são responsáveis pelo preparo do alimento. Isso me conduz a observações similares feitas por Heredia (1979) ao descrever a vida cotidiana dos pequenos produtores no nordeste. Nesse estudo, a autora ressalta as diversas divisões e subdivisões de tarefas dentro e fora das casas, o que corresponderia à divisão de autoridade entre eles. Na casa, o pai de família ocupa posição de autoridade máxima e tem seu espaço físico correspondente, enquanto a mulher e os filhos têm papéis secundários e espaços definidos, como a cozinha e o terreiro.

Na cozinha fica o fogão a gás que é raramente utilizado, só quando exige a necessidade de algum prato que precise ir ao forno. Em quase todas as casas existe uma área que é quase a extensão da cozinha. Essa área é onde fica o fogão de lenha revestido de barro e construído pelos próprios moradores; nele é preparado o alimento da família. Nas paredes ficam as panelas dependuradas como se fossem ornamentos decorativos e não necessariamente utilitários.

É nessa área geralmente onde se fazem as refeições e lavam-se as vasilhas. E também é o local onde as pessoas mais próximas da família são recebidas para bater papo, sem a necessidade de interrupções das tarefas. Por ser conhecido de boa parte dos assentados, eram

³⁸ Houve variação entre tamanhos de planta sugerida pelo INCRA, nos assentamentos da região, mas em média o tamanho da planta era de 31 m². Um tamanho muito pequeno para as pretensões e necessidades das famílias ali assentadas.

³⁹ Na época em que os assentamentos não tinham luz, o rádio era o meio mais utilizado para saber as notícias do mundo externo. “Eu gosto muito de ouvir a voz do Brasil, informa tudo que o governo esta fazendo” (Sr. Ad, 2004, Vereda II).

os espaços que me recebiam, local onde também realizei boa parte das conversas. Assim, podemos apontar como a cozinha é um espaço importante na sociabilidade desses assentados.

	
Foto: 11 - Moradia típica dos assentamentos da região.	Foto: 12 – Assentada preparando o almoço no fogão de lenha fora da casa.

Em todas as casas existem banheiros, uma exigência da Caixa Econômica Federal, que financiou as construções e exigiu que todas as casas tivessem banheiro. No entanto, o que eu pude perceber é que uma pequena parcela das famílias não utiliza o banheiro dentro da casa, por acreditarem que um banheiro dentro da casa seria algo desagradável, por causa do cheiro ou do constrangimento do usuário fazer as suas necessidades e algum morador sentir o cheiro. A alternativa encontrada por eles foi construir fossa perto da casa ou até mesmo recorrer ao mato para fazer as necessidades. O lixo em algumas residências é queimado em buraco destinado a essa finalidade, em outras situações o lixo é jogado a céu aberto no meio da chácara.

O quintal é o local onde se encontram vasilhames de todos os tipos, inclusive de agrotóxico e óleo diesel, para o armazenamento de água; em algumas casas essas vasilhas ficam postadas em baixo de um sistema de aproveitamento das águas das chuvas. É no quintal que se encontram as pequenas criações que ficam soltas ou presas em chiqueiros ou galinheiros construídos de madeira e revestidos de tela

Ainda no quintal, normalmente se planta alguma árvore de ciclo de vida menor, como a bananeira e ou as pimenteiras. Em algumas casas os assentados plantam verduras destinadas a tempero, como a cebolinha, em plataformas suspensas para evitar que os animais como aves, porco ou bode, as comam. Mas esses roçadinhos não são muito comuns por causa da escassez de água. Outro elemento que é encontrado em alguns quintais são os fornos de barros para o cozimento de determinados alimentos. Assim, o quintal passa a ser uma extensão da casa.

Além disso, na parte lateral ou de frente das casas é comum encontrar pequenos jardins decorativos, vasos de flores que são cuidados principalmente pelas mulheres. *Esse jardim pra mim é uma benção deixa a casa mais bonita a gente se sente morando num lugar melhor né!* (Assentada do Boa Vista, 2006)

	
Foto: 13 – Forno de barro utilizado para o cozimento de determinados alimentos.	Foto: 14 – Jardim de uma moradia no assentamento Boa Vista.

Tipo semelhante a essa configuração de casas também foi encontrada por Marcelin (1999) ao estudar a linguagem da casa no recôncavo baiano. Nesse estudo, o autor classifica a casa como um conjunto de relação entre ordem de natureza e ordem social, compondo um conjunto formado por uma estrutura de micro-espacos que estariam ligados a outros pontos, que envolveriam circuito social fundamental do bairro que ele estudou.

Em relação à variação do tamanho das casas, ela estaria relacionada à limitação do valor do crédito; aqueles que tiveram ajuda de familiares ou que exerciam o ofício de pedreiro, fizeram casas maiores ou mais sofisticadas, já aqueles que não tiveram ajuda externa tiveram que seguir quase a planta sugerida. No caso de quem era pedreiro não houve a necessidade de pagar pela mão-de-obra utilizada na construção e tiveram assentado que era pedreiro trabalhou na construção das casas de outros assentados.

A luz começou a ser instalada nas casas dos assentamentos entre o final de 2005 e primeiro semestre de 2006. Segundo as narrativas colhidas em campo, a chegada da luz só foi possível graças ao programa do governo Federal, Luz para Todos⁴⁰. Em muitas residências de todos os assentamentos, ainda é grave o problema da falta de água, isso porque nem todas as casas têm água encanada, apesar dos recursos para instalação da água terem sido destinados entre os anos de 2002 e 2003. No capítulo cinco voltarei a essa questão.

2.3. Meus vizinhos, minha família

A frase que dá título a essa seção foi uma frase muito comum que ouvi em campo em diversas vezes que fui aos assentamentos. Geralmente, ela era acionada para se referir à importância que o núcleo de vizinhança, ou seja, aquelas famílias que estariam próximas uma

⁴⁰ "O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. É o programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal" (MME, 2006).

das outras, sendo parentes ou não, teriam. Além disso, atribuem a boa convivência no assentamento a uma boa relação com os vizinhos.

Como é a relação com os vizinhos?

“Eu mesmo, a minha relação com os vizinhos é muito boa, não só com eles, mas com a comunidade toda do assentamento. Eu tenho um dom de conseguir amizades muito fácil com as pessoas. Aí então os meus vizinhos aqui é uma benção, porque a melhor coisa é você ter uma vizinhança boa, porque no aperto e na necessidade os primeiros que a gente recorre são os vizinhos” (Sr. AD, 2004, Vereda I).

“Os vizinhos da gente é como uma família quando a gente precisa, sempre ajuda e também, sempre que eu posso, eu ajudo eles. (...) porque como você mesmo vê as casas não são tão próximas, as que ficam mais próximas são de nossos vizinhos. Se eu quiser falar com a minha sogra eu tenho que andar muito, então numa emergência eu acabo recorrendo ao vizinho” (Sra. ML, 2004, Vereda II)

Nas narrativas acima, é possível perceber que existe uma preocupação em manter uma boa relação com a vizinhança, porque em caso de necessidade são os primeiros que teriam condições de ajudar, principalmente nos casos associados a problemas de saúde. Outro caso que presenciei quando estava com os assentados do Vereda I foi de um garoto que cortou a perna com o machado, mas a família não tinha dinheiro para levar o garoto ao hospital. Rapidamente os assentados que estavam ali presente se dispuseram a realizar uma vaquinha⁴¹ para conseguir a quantia necessária para levar o garoto ao hospital e para comprar os medicamentos.

Portanto, a rede de vizinhança construída é um elemento de integração que envolve compensações e retribuições, características próprias de determinados grupos sociais. Além disso, pude observar que existe uma grande circulação de empréstimos de bens, trocas de serviços e outro tipo de ajuda mútua que contribuiria para:

“Aqui é muito comum, a gente ir ao vizinho pedir emprestado uma enxada, uma foice até panela e quando eles precisam a gente também empresta, é assim que funciona” (Sra. BT: 2006, Boa Vista)

“Eu empresto muito as minhas ferramentas, para o pessoal aqui, porque a gente nunca sabe quando vai precisar da ajuda dos outros, né?” (Sr. At, 2006, Vereda I)

Essa relação de vizinhança, segundo Vianna (1988), é uma relação social considerada essencial, porque os vizinhos participam de diversas atividades como troca de bens e troca de dias, que auxiliam não só na realização dos trabalhos, mas nas diversas formas de sociabilidade.

Nas narrativas acima é possível perceber que é mais interessante disponibilizar algo que o vizinho precise do que negar, pois funcionaria como um ciclo, e a negação ao empréstimo significariam a quebra desse ciclo. Essa relação de empréstimo entre vizinhos pode ser chamada de um ciclo de dádivas semelhantes às analisadas por Marcel Mauss (2003) em sociedades tradicionais, quando o autor analisou a presença da dádiva como um valor que estabelece conexões entre indivíduos e grupos.

Outra observação importante em relação à vizinhança está relacionada com a quase inexistência de relações comerciais entre vizinhos ou parentes. Essa preocupação, segundo os

⁴¹ Uma arrecadação de dinheiro feita através de contribuições espontâneas pelos assentados.

depoimentos colhidos, estaria relacionada ao medo de passar a perna em um amigo e depois ficar mal falado no assentamento.

Essa constatação me leva usar a expressão de Klass Woortmann (1990) em *Com parente não se negoceia*. Nesse estudo o autor analisa que a realização de um negócio significaria a negação da moralidade, pois fazer negócio estaria relacionado com tirar vantagem à custa do trabalho alheio, além de significar a negação da reciprocidade que existiria entre os envolvidos.

“A reciprocidade, seja como troca obrigatória, seja como o espírito que se opõe ao da mercadoria, opera no interior do Sítio (ou de outras construções sociais análogas) porque este sendo um território de reciprocidade é também um campo de honra. O princípio em jogo é o de honra e não o da honestidade” (idem, 1990:60).

Outra questão referente à vizinhança diz respeito às questões relativas à produção, principalmente nos aspectos de manejo do solo, que seria a preocupação que os assentados têm do vizinho de botar fogo na sua chácara sem prévia comunicação, e isso poderia causar prejuízos como a destruição de lavoura ou área de pastagem. Outro seria a construção de cercas, em que para a maioria os custos têm que ser divididos entre ambos os lados. E por último, uma preocupação que tem causado discussões entre vizinhos é a presença de animais de um vizinho pastando na terra do outro sem permissão.

A opção por áreas individuais como configuração física dos assentamentos⁴² é avaliada por duas famílias que entrevistei como uma opção que não deveria ter sido tomada, pois as distâncias entre uma casa e outra são muito grandes, sobretudo quando um assentado precisa se deslocar de uma ponta a outra dentro do assentamento. Para estes que acreditam que esse modelo de assentamento foi equivocado, a opção correta deveria ter sido as agrovilas.

“Sabe Marcelo, na época ninguém queria agrovila, porque a gente queria estar mais quieto no canto da gente, porque na agrovila todo mundo junto, tem muitos problemas, é fofoca, é um se metendo na vida do outro, mas hoje eu vejo que teria sido melhor, porque nós hoje estamos muito distantes uns dos outros, eu quando quero ir na casa da dona Justina, eu preciso andar muito e as minhas pernas já estão cansada. Quando tem reunião no galpão é um sacrifício e por isso que eu acho que tem gente que nem participa, porque do galpão a certa chácara são quase 5km é muito longe, então é por isso, que eu acho que se hoje estivesse todo mundo junto a gente teria mais união, ficaria mais fácil discutir os nossos problemas. É por isso, que eu conto é com os vizinhos que ficam mais perto, porque para recorrer a outros na hora da emergência é mais difícil” (Sra, LD, 2004, Vereda I).

No entanto, é preciso relativizar essa narrativa acima, porque a maioria dos assentados entrevistados acha que a configuração existente hoje nos assentamentos é a mais correta, pois daria mais privacidade, além da moradia ficar dentro do espaço de produção.

⁴² É importante ressaltar que a escolha pela opção por esse modelo de assentamento foi dos assentados. Nenhum dos quatro assentamentos optou por agrovila. E em alguns casos é comum encontrar chácaras mais isoladas, sem vizinhos por perto.

2.4. Relações entre os assentamentos

“Marcelo no ônibus, é o lugar que eu encontro o pessoal dos outros assentamentos, é lá que a gente põe a conversa em as coisas em dia, (...) o pessoal usa muito ônibus para fazer isso para dar recados” (Sra, MD, Vereda I, 2006).

Na região onde se encontram hoje (2006) os assentamentos, num passado recente, praticamente não existia moradores, eram poucos posseiros, trabalhadores das fazendas e os proprietários das fazendas desapropriadas que, em sua maioria, residiam em Goiânia. Como grande parte das fazendas compradas pelo INCRA na região era praticamente de uma família, a região passou a ser ocupada, sobretudo, depois da criação dos assentamentos na região.

Como foi apresentado no capítulo um, os quatro assentamentos da região têm uma trajetória semelhante: três eram do mesmo acampamento e com o tempo foram se formando os quatro assentamentos. Como diria um assentado *todos nós viemos da costela de Adão*, fazendo uma referência bíblica que todos tinham uma mesma história e vieram do mesmo lugar. Um assentado descreveu como era a relação entre assentamentos

Seu A como é a relação de vocês com os outros assentamentos?

A relação aqui até que não é muito ruim, por exemplo, a relação nossa é mais com a Buriti [assentamento Boa Vista] e agora está sendo também com o pessoal do Água Quente, porque quando nós tinha água aqui, nós não tinha uma relação mais próxima com a Buriti, aí quando roubou o motor do poço aí a gente começou a buscar água na Buriti, aí começou um relacionamento melhor porque a gente precisava deles lá. Aí quando o nosso poço passou a funcionar, mas tem gente que busca água lá ainda. Em vez de pagar a nossa taxa de R\$ 10,00 para ter a nossa água, no nosso assentamento para a gente ter a nossa água. Aí tem gente que busca água na Buriti ou outro poço porque tem gente que não quer pagar uma taxa para ter água. Mas eles lá estão pagando luz também, eles lá estão tendo despesas também se uma bomba queima como faz?. E aqui a relação nossa com o Água Quente [assentamento vizinho] e até uma relação boa e eles agora estão pegando água aqui conosco, lá o poço deles dão 12 mil litros por hora, mas eles estão sem água. E essa água não está dando para despesa. Porque eles fizeram a caixa de água lá em baixa quase três mil metros de distancia e quando eles foram ver o transformador não dava conta de mandar água para lá. Tem a água tem o poço, mas não tem como distribuir. E as vezes também o pessoal costuma reunir o povo dos assentamentos na escola lá no Boa Vista, principalmente quando o assunto é o negócio da dívida dos créditos. (Assentado do Vereda I, 2004).

No próprio croqui desse capítulo podemos visualizar que os assentamentos fazem fronteiras e as relações que os assentamentos mantêm entre si são bastante diversificadas, indo desde a relação de parentesco e vizinhança pré-construídas na cidade, até a relação de produção, pois têm assentados, que mantêm o hábito de trabalhar em parceria com os seus vizinhos de outros assentamentos.

“Eu gosto muito de trabalhar com Toizinho do Vereda I, porque eu já trabalhei com ele antes de vim para aqui” (Assentado do Vereda II, 2004)

Esse costume já estava presente antes mesmo de terem vindo da cidade e, apesar de não terem ficado no mesmo assentamento, não se deixou de reproduzir tais costumes morando em assentamentos distintos.

Na região também existem algumas fazendas, mas a convivência com esses fazendeiros é pacífica e até o momento da pesquisa não tinha sido constatado nenhum tipo de conflito envolvendo assentados e fazendeiros. A exceção foi apenas durante o período de acampamento no ano de 2000, quando houve um conflito entre jagunços e acampados na fazenda Serra Feia, atual assentamento Vereda I.

Atualmente, apesar do baixo grau de mobilização dos assentados, os quatro assentamentos possuem lideranças importantes que participam com frequência de discussões com outros assentados de outros municípios. Dentre estes fóruns, pode-se destacar o Tecendo a Rede Territorial de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno promovido pela GTRA da UnB e até mesmo a participação de assentados no comitê gestor do território rural das águas emendadas, um fórum da região que discute várias diretrizes para o território da região do entorno do DF; a assentada representante responde pela agricultura familiar na região.

As associações dos quatro assentamentos juntamente com a associação da COOPERVIDA têm se organizado e buscado soluções para renegociar as dívidas com o Banco do Brasil. Em fevereiro de 2006, houve uma reunião com a gerente do banco e as associações, da qual participei, para discutir mecanismo de renegociar a dívida dos assentados. No entanto, é importante ressaltar que até a presente data da pesquisa, nenhum assentamento fazia parte de um movimento de luta pela terra, como no caso do MST ou MLST.

Nos últimos anos, com o envolvimento de mais assentados com as universidades, tem surgido a idéia de constituir associações ou cooperativas que estejam voltadas para produção ou para organização coletiva dos assentados, como associação de mulheres do cerrado que envolve mulheres de assentamentos da região, para trabalhar o artesanato local. Em seção futura falarei sobre esses grupos.

Além desse envolvimento mais político, o envolvimento religioso entre assentamentos é frequente, pois como veremos no capítulo três, os principais templos estão presentes no assentamento Vereda I e Boa Vista, que acabam recebendo fiéis dos outros assentamentos e até mesmo de outras fazendas da região.

Entretanto, é importante ressaltar que nos últimos anos por causa principalmente da rotatividade nos assentamentos, tem acontecido eventos tais como roubo e assalto, que têm causado um clima de desconfiança mútua na região. Para um assentado entrevistado, isso acontece porque muitas pessoas estranhas estavam entrando em parcelas que eram vendidas ou abandonadas e os assentados tinham perdido o controle de quem era morador e de quem não era.

2.5. A fofoca aqui serve é pra desunir!

O interesse por prestar mais atenção nas observações feitas pelos assentados sobre a fofoca surgiu a partir da leitura da obra de Elias e Scotson (2000) *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Nesse estudo, os autores demonstram como a fofoca pode representar, mesmo que em parte, a estrutura social de uma comunidade enquanto elemento de identificação de dois grupos, ou seja, os *estabelecidos* versus *outsiders*.

“(...) o grupo estabelecido atribuía aos seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo de contato social não profissional com seus próprios; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas contra os suspeitos de transgressão” (idem, 2000:20).

Além disso, os autores apontam que a fofoca permite construir uma rede de intriga ou de solidariedade que servirá de conexão entre *estabelecidos e outsider*, permitindo, no campo simbólico, o mínimo de contato entre os diferentes, com o objetivo de se fortalecer como pessoa integrante de um grupo, residente a mais ou menos tempo na comunidade. Dessa forma, a fofoca também age como instrumento estigmatizador dentro da comunidade.

Nas observações de Fonseca (2000) sobre a fofoca em bairros periféricos de Porto Alegre, fica claro que a fofoca seria um instrumento de definições e limites de grupo, que serviria para informar sobre a reputação dos moradores do lugar através de relatos de fatos reais ou imaginários sobre o comportamento alheio. E que poderia ser utilizada para prejudicar ou enaltecer o ator alvo da fofoca perante o grupo. A fofoca vista dessa maneira, pode ser acionada como instrumento de rivalidade e disputas entre indivíduos.

“A fofoca é uma força niveladora; é, sobretudo, o instrumento dos que se sentem inferiores e que só podem realçar seus status rebaixando o dos outros” (Fonseca, 2000:49).

A frase que carrega essa seção era utilizada recorrentemente para dizer que um dos principais motivos que os assentados não eram unidos se referia às fofocas que eram feitas dentro dos assentamentos. Além disso, a desconfiança mútua contribui para essa pouca união. A fofoca, segundo relatos, era tanto entre os assentados quanto entre técnicos do INCRA e assentados.

“Rapaz, aqui a coisa é feia, eu vejo direto o pessoal ai roubando madeira da mata, mas eu não vou denunciar no INCRA, não! Sabe por que, porque o pessoal do INCRA é muito linguarudo. Teve um caso aqui no Vereda II que um assentado quase matou o outro porque fulano do INCRA, quis saber porque o assentado não estava ficando na chácara, e o assentado foi tirar satisfação com técnico, como ele poderia saber que ele não estava ficando na chácara ai o cara do INCRA pegou e contou que era um vizinho dele que tinha contado para ele, quase deu morte. Por causa dessa fofoca do pessoal do INCRA” (Assentados do Vereda I, 2004).

Na visão da grande parte dos assentados entrevistados, existem técnicos do INCRA que estimulariam a fofoca através das denúncias. Para eles, essa seria uma estratégia que o órgão tem para o que o pessoal não fique unido. Além disso, a fofoca quando vem de fora como no caso de técnicos do INCRA ou de outros mediadores, de uma maneira geral é usada para manipular a opinião dos assentados.

Analisando as fofocas na ótica da denúncia e de acordo com as conversas que tive sobre o assunto, isso me faz remeter a dois caminhos para entender essas fofocas ou denúncias que são feitas junto ao INCRA: o primeiro é que a denúncia serviria de instrumento de controle que seria utilizado dentro dos assentamentos, ou seja, um vigiaria o outro, assim os técnicos do INCRA teriam conhecimento do que se passa dentro dos assentamentos e a única maneira para que isso aconteça é através das denúncias acionadas pela fofoca.

“Marcelo tem cada caso de denúncia aqui, que o pessoal faz lá no INCRA, que você não vai acreditar, eu mesmo vi um vizinho ser denunciado aqui porque o pessoal achava que ele tinha a cara feia, outro vizinho foi denunciado porque fica dando uns gritos aí na mata, outro porque esta trabalhando na cidade. Pode uma coisa desta?” (Sr. T, assentamento Vereda I, 2004).

E o outro caminho seria a própria denúncia como instrumento de barganha, entre assentados e técnicos, ou seja, aquele informante que mantivesse os técnicos informados do que acontece no cotidiano dos assentamentos receberia algum privilégio. Apesar de existir essas duas situações nos assentamentos da região é importante ressaltar que os dois caminhos

apontados acima são dentro da lógica de representações sociais vista pela maioria dos assentados como uma coisa desleal e imoral.

A exceção a esse julgamento seriam os casos em que as denúncias são feitas com intuito do assentado de proteger sua família ou seu próprio patrimônio. Nesse sentido, segundo o que o técnico responsável por receber as denúncias me relatou, entraria no rol dessas denúncias o deslocamento de cercas, roubos, utilização indevida das áreas coletivas como as áreas de reserva. Além disso, há também as denúncias referentes à ausência do morador na chácara ou a venda desta.

É importante considerar que o estigma de ser fofoqueiro pode ser ruim para a reputação de quem carrega, pois, nos termos dos nativos, ser *fofoqueiro* é ser uma pessoa que não se deve confiar. Por isso, certos assuntos devem ser evitados perto das pessoas consideradas fofoqueiras.

Uma observação importante a fazer sobre o fofoqueiro nos assentamentos é que quando alguém quer espalhar um boato ou falar mal de alguém as primeiras pessoas procuradas são os fofoqueiros oficiais do assentamento. Isso porque, por um lado, o fofoqueiro é mais eficiente em espalhar a notícia e o portador da fofoca não ficaria tão mau com os assentados, uma vez que o fofoqueiro nem sempre tem credibilidade com os mesmos.

Em relação ao estigma de ser fofoqueiro, dificilmente uma pessoa assume que o é. Entretanto, esse estigma é maior se o indivíduo for um homem. Eis o trecho de um depoimento típico, onde fofoca é coisa de *mulherzinha*.

P: Aqui tem muita fofoca?

R: [risos] tem um moçado, tem gente aqui que é conhecida como rádio peão da notícia da vida de todo mundo.

P: E quem mais faz fofoca?

As mulheres, essas quando juntam, sai de tudo, tem uma aqui que a gente chama de jornal do assentamento, sabe da vida de todo mundo! E fofoca não é coisa de homem não! Porque homem que faz fofoca é *mulherzinha*, o homem que é homem tem que falar na cara do sujeito. (Assentados do Vereda I, 2004)

Analisando esse trecho de uma entrevista a partir da lente de Fonseca (2000), percebemos que ser fofoqueiro é até permitido entre as mulheres, mas já no caso dos homens, a fofoca seria um elemento que atingiria a reputação do homem.

“A fofoca é permitida às mulheres, não aos homens. O homem fofoqueiro diminui-se a maneira viril de criticar alguém e fazê-lo diretamente por meio de injúrias, e azar do coitado que nato tem a força física para sustentar seus insultos” (idem, 2000:45).

Por outro lado, a fofoca de maneira mais positiva, pode servir de elemento importante, dentro dos assentamentos, no que se refere à divulgação de informações e situações gerais de interesses dos assentados que circulam entre os assentamentos. Essa observação ficou evidente para mim quando os assentados se referiam ao ônibus como um espaço que as pessoas põem a fofoca em dia e a onde as pessoas têm oportunidade de dar notícias de suas vidas ou de seus parentes.

2.6. O cotidiano das crianças e dos adolescentes

As crianças e os adolescentes nos assentamentos representam um grupo importante que, além de auxiliar os pais no cotidiano da roça, acabam indiretamente influenciando nas decisões importantes na vida da família. Essas decisões estariam relacionadas principalmente

à necessidade dos pais de enviarem os filhos para cidade para que esses possam estudar em escolas consideradas melhores. Por isso, é muito comum encontrar famílias que deixaram os filhos na cidade para dar continuidade aos estudos. Em relação aos estudos, percebeu-se a importância que os pais dão para os estudos dos filhos. Para eles seria inadmissível uma criança fora da escola. Estudar hoje significa uma forma de alcançar um futuro melhor para seus filhos.

Os pais entrevistados relataram que na época deles, as crianças iniciavam o trabalho na roça muito cedo, por volta dos sete anos. E por isso deixavam de estudar para ajudar os pais nas atividades da roça ou até mesmo para trabalhar para terceiros.

“Eu comecei a estudar com nove anos, só que fiquei só três meses na escola, porque quem estudava era preguiçoso, era porque não queria trabalhar, e nós era muito pobre e precisava de trabalhar para os outros para comer porque a gente não tinha terra, a gente morava numa currutela que a prefeitura tinha dado, então a gente trabalhava na terra dos outros (...)Eu trabalhava com cultura [milho, mamona, feijão andu e feijão de catar]” (Assentado do Vereda I, 2004).

Para eles, o estudo naquela época não era tão útil como é hoje, era para filho de rico que podia deixar de trabalhar para estudar, e aqueles que tiveram a oportunidade de estudar eram tratados pelos de *fora*⁴³ como preguiçosos. O saber era passado de pai para filho, desenvolvendo atividades como plantar, cuidar da terra, pescar, caçar. Segundo os entrevistados, eram os pais que ensinavam tudo o que eles precisavam saber sobre a terra, pois era da terra que eles tiravam o sustento.

Na opinião dos pais desses jovens, sem estudo não se chegaria a lugar nenhum. E por isso, faziam questão que seus filhos estivessem estudando, pois o estudo é visto como uma alternativa de conseguir empregos ou empregos melhores essa realidade tinha sido vivenciada por eles na cidade, onde nos últimos anos foi ficando mais difícil de arrumar emprego, sobretudo pela falta de estudo e qualificação, principalmente a partir da década de 90, com as transformações tecnológicas, sociais e econômicas que aconteceram em todos os setores da economia. De acordo com Montali (2000), essas transformações ocorridas no mercado de trabalho dos anos 90 já se faziam presentes na década de 80.

“Na última década eleva-se o nível de desemprego, cresce a informalização do trabalho, ou seja, torna-se tendencialmente menor a parcela dos ocupados que se inserem no mercado através de emprego regular e regulamentado, ocorre a redução e o assalariamento” (idem, 2000:56).

Segundo a mesma autora, essas transformações são decorrentes de um lado, pela reestruturação produtiva, e por outro, pela oscilação econômica das últimas décadas que repercutiu negativamente sobre o nível de emprego.

Conversando com adolescentes e crianças que moram na região, muitas narraram que por não terem nascidos ali, a maioria não consegue se acostumar à vida no campo, e acham ruim viver no assentamento, porque sente falta dos amigos que ficaram na cidade e do movimento que tem a vida urbana.

“Sinto falta da minha antiga escola na Ceilândia, lá era mais legal, tinha mais gente, conversávamos de outras coisas, aqui na roça não tem muito que conversar” (Criança, 10 anos do assentamento Vereda II, 2006).

⁴³ O significado de “fora”, para os entrevistados, está relacionado com as pessoas que não fazem parte da parentela.

Assim, foi possível perceber no discurso dos jovens que a cidade tem grandes vantagens sobre o assentamento na medida em que pode oferecer uma gama mais diversificada de diversão e maiores possibilidades de estudo e emprego.

Diante dessa constatação, resolvi elaborar uma dinâmica com cerca de 30 crianças e adolescentes entre 12 e 15 anos, do ensino fundamental, da Escola da Boa Vista. Essas crianças foram escolhidas aleatoriamente durante a minha visita à escola no início do ano letivo de 2006.

Assim sendo, foi solicitado a elas que elaborassem uma redação que procurasse abordar como era a vida nos assentamentos, contando o cotidiano, as brincadeiras e o que elas mais gostavam de viver ali e do que elas menos gostavam. O resultado desses textos foi dividido em pontos negativos e pontos positivos de viver no lugar; em síntese, se resumiram aos seguintes aspectos:

Pontos Positivos de viver no assentamento segundo as crianças e adolescentes

- O colégio como um espaço de fazer amizades, brincar, aprender e se alimentar;
- Mais liberdade que na cidade, ficar a vontade, correr, andar de cavalo, nadar no rio e etc.;
- As pessoas no assentamento são mais humildes que na cidade;
- Contatos com a natureza e com os animais;
- Tem menos violência que na cidade.

A escola é vista como o principal ponto de socialização das crianças, porque como na região o número de crianças e adolescentes é de certa forma pequeno, é na escola que as crianças brincam mais e conhecem o cotidiano dos outros colegas. O número exato de criança e/ou adolescente na região não foi possível de levantar precisamente porque sempre tem alguma criança saindo ou chegando à região, trama da dinâmica vivida por esses atores. Mas se basearmos em dados da escola municipal da Boa Vista⁴⁴, escola essa em que a quase totalidade de seus alunos são assentados, teríamos a seguinte tabela,

Tabela 6. Número de crianças e adolescentes matriculados na Escola da Região ano de referência 2005

Assentamento	Alunos
Água Quente	51
Baixão * COOPERVERDA	71
Boa Vista	115
Vereda I	55
Vereda II	100
Total	392

Fonte: Secretária da Escola Boa Vista, dados referentes ao ano de 2005.

*Assentamento criado pelo Banco da Terra.

O papel da escola na vida desses atores pode ser visto por um lado, como um espaço onde irão aprender o conhecimento formal e se preparar para a vida de adultos. Como gostam de falar:

⁴⁴ A escola surgiu em 1999, funcionando em salas improvisadas na antiga sede da fazenda Boa vista. O prédio da escola só foi inaugurado em agosto de 2002, com dinheiro do FUNDEF.

“Aqui eu vou aprender a ler, fazer conta, brincar e mexer no computador para quando eu crescer arrumar um bom emprego e ajudar a minha família” (Adolescente, 15 anos do assentamento Boa Vista, 2006).

Por outro lado, a escola é vista como o espaço por excelência das brincadeiras, do divertimento, do convívio com crianças dos outros assentamentos e um espaço de troca de experiência. Normalmente é na escola que fazem a principal refeição e *é aonde muitos comem coisas diferentes*. Geralmente as crianças passam um turno na escola, e fazem de duas a três refeições. Para se chegar até a escola a prefeitura disponibiliza ônibus que leva e busca os mesmos, pois apesar da escola ficar em um dos assentamentos, as distâncias percorridas são muito grandes, sendo necessário o transporte escolar.

Outro aspecto apresentado como ponto positivo para esse público estaria relacionado à liberdade que têm de ficar mais à vontade, de estar perto da natureza e de brincadeiras que para esses adolescentes, antes de irem para os assentamentos, eram estranhas, como andar a cavalo, nadar no rio; e até mesmo certos tipos de trabalho são encarados como uma forma de diversão.

Em 2006 com a chegada da luz, as crianças acreditavam que a vida delas iria melhorar, porque poderiam assistir TV e se sintonizar com o mundo. No trecho de uma redação uma criança faz essa análise:

“O assentamento é um lugar legal bom para morar, para quem gosta um pouco de paz. Com a chegada da energia, esta vai facilitar muito o trabalho das pessoas e com luz ficou bem maravilhoso, a gente vai poder ver desenhos e novelas” (Criança de 12 anos, do Vereda I, 2006).

Em relação à violência que vivenciaram na cidade, foi possível perceber que repetem o discurso dos adultos ou até mesmo dos telejornais; como vieram das cidades satélites mais violentas de Brasília, quase todos têm uma história de violência para contar, como a morte de um parente por assalto, ou um conhecido que virou traficante. Assim, viver no assentamento significa para eles o distanciamento desses fatos ou episódios. Estar mais livres, não precisarem ficar preso em casa.

“No assentamento, a gente tem mais liberdade, pode brincar, correr, não precisa ficar cercado por grades. (...) tem dia que eu pego o cavalo e saio por esse mundo todo aí, eu gosto muito de fazer isso [andar a cavalo]” (Criança, de 13 anos Vereda I, 2006).

Pontos Negativos de viver no assentamento segundo as crianças e adolescentes

- Falta de emprego para os pais;
- Poucas diversões (como: televisão, cinema e outros espaços de diversão);
- Distância das casas, dificultando a relação com outras pessoas;
- Sentir falta da cidade;
- Falta de assistência médica no assentamento;
- Ser discriminado, ser tratado de sem-terra;
- A ausência dos pais, quando esses precisam sair para buscar emprego na cidade e deixam os filhos sozinhos.

Já em relação aos pontos negativos, eles demonstram certo descontentamento com a decisão dos pais em irem morar nos assentamentos. Porque viver ali significa estar longe do mundo, sem televisão, cinema e outros espaços de diversão. Sentem-se fora de sua órbita quando tiram férias e vão para as casas de parentes na cidade. Esses adolescentes narraram

que ficam sem saber que novela está passando, que filme passou, é como se vivessem em um mundo paralelo.

O ar de descontentamento é maior entre os adolescentes, que sentem falta das paqueras, das festas da cidade, dos passeios na esplanada dos ministérios. É importante ressaltar que esses adolescentes ou crianças não tinham qualquer vínculo com a terra até irem morar num assentamento. No trecho de uma redação, um adolescente deixa bem claro o seu descontentamento em morar ali.

“Eu odeio morar no assentamento, porque não tem lugar para ir. E só estou aqui porque eu fui obrigada. Aqui não tem lazer e nem festa, não tem energia e a pior coisa que tem é morar nesse lugar” (Adolescente, 14 anos Vereda II, 2006).

Além desses fatores abordados por esses atores, é importante destacar o medo de serem reconhecidos como assentados, porque quase sempre as pessoas de fora dos assentamentos associam os assentados a baderneiros ou a bandidos. Esse tipo de preconceito os adolescentes vivenciaram principalmente quando foram estudar no município de Padre Bernardo. Em seções futuras voltarei a tratar o tema de estigmatização dos jovens.

“No começo, quando a escola aqui não tinha todas as séries e a minha filha foi estudar na cidade, foi muito difícil porque o pessoal ficava insultando a minha filha, a chamando de sem-terra, falava que quem morava aqui não era gente de bem, foi ruim isso, a minha filha ficou até traumatizada com isso”. (Assentada, do Vereda I, 2006).

Outro aspecto importante sobre a vida nos assentamentos diz respeito aos pais. Esses jovens entrevistados sentem os problemas na hora dos pais conseguirem recursos para manter a família, a falta de emprego, ou até mesmo quando eles precisam buscar condições para a manutenção da família. Esses jovens que passam por isso, são os que mais acabam sentindo porque passam a ficar boa parte do dia sozinhos em casa.

Mais recentemente uma preocupação que tem assolado os pais desses adolescentes é o envolvimento de jovens com o crime. Existem relatos na região de traficantes aliciando esses adolescentes para o tráfico e até mesmo para o cometimento de crimes menores. Essa situação vem trazendo preocupação aos assentados da região. Por causa disso, os assentados formaram uma comissão e cobraram providências às autoridades competentes. Depois dessa cobrança e de um assassinato bárbaro⁴⁵ na região, a Polícia Militar disponibilizou para rondas frequentes uma viatura, com dois PM's para circular sempre na região. Esse crime não foi o primeiro na região, mas teria chocado os moradores da região pelo caráter de frieza como aconteceu. Podemos observar no depoimento de uma assentada.

“Marcelo foi muito triste, foi uma barbaridade o pessoal pegou quebrou as pernas da velhinha e bateu muito nele, querendo o dinheiro que ele tinha vendido umas cabeças de gado uns dias antes. **Quem era ele?** Era aquele senhor que estava na casa do V, naquele dia que você foi fazer a entrevista, lembra? Ele era assentado na Boa Vista, aqui perto da Buriti da Espingarda. Pois é, mas quem fez já foi preso, porque esse homem já tinha trabalhado para gente importante e o antigo patrão dele, apertou a polícia que prendeu o pessoal e eles estão tendo o que merece!” (Assentada do Vereda I, 2006).

Além disso, um dos técnicos do INCRA relatou que se descobrirem quem são os infratores e se esses forem reincidentes, quem será punido será o pai, ou seja, o pai ficará sem

⁴⁵ Em abril de 2006 um casal de assentados foi assassinado a porretadas por cerca de quatro rapazes assentados na região que estavam interessados em roubar o dinheiro da negociação da venda de gado, feito pela vítima.

a chácara. Dessa forma, o técnico acredita que, ameaçando o pai, o mesmo teria mais responsabilidade nas ações dos filhos, e por isso coibiria esses maus feitos.

2.7. Nossa identidade é de agricultor familiar. Sem-terra não! Agricultor familiar!

Ao procurar entender qual a identidade que os assentados estavam construindo, a frase mais corriqueira é a que dá nome à seção, sobretudo quando perguntava sobre como os assentados se vêem em relação a outros grupos sociais. Para grande parte dos assentados, a idéia de que eles seriam sem-terra ou até mesmo assentados seria rejeitada por conta do preconceito vivenciado pelos mesmos no cotidiano para além do assentamento.

Essa negação, por um lado, estaria relacionada, na visão deles, ao estigma negativo que a palavra – e, no caso analítico aqui postulado, a categoria - *sem-terra* carrega. O significado do termo é assim explicado por uma assentada,

“(...) Ah, porque é muito feia essa palavra sem-terra. Tipo assim, povo assim desorganizado, sem nada, eu não gosto de ser chamada de sem terra, por causa dos sem terra que passa na televisão mostrando como são baderneiros, olha lá os sem-terra, então eu não gosto de ser chamado de sem-terra por causa disso. Sem-terra é aqueles que estão lá fazendo bagunça e ainda não tem terra” (Assentada do Vereda I, 2006).

Ainda é importante ressaltar que essa negação da identidade de *sem-terra* é apontada desde o início da mobilização conforme foi apresentado no capítulo um. Por outro lado, os assentados sentiriam a necessidade de ser reconhecidos e identificados como agricultores familiares. Tais sentimentos estariam condicionados a uma série de benefícios, reconhecimentos e prestígios que os sem-terra não teriam.

“Agricultor familiar é respeitado. Ele pode ser um pequenininho que ele tem respeito. Quando entrou negócio de sem-terra no meio, não tem respeito pessoal vai ver como se fosse um bicho, aí você fala agricultor familiar porque já dá aquela impressão que ele já está produzindo, entendeu? E quando fala assentado da reforma agrária, o que pessoal passa é o seguinte, que assentado da reforma agrária só tem bagunceiro, só tem gente de toda laia que não presta, então pro povo aí fora, reforma agrária só tem gente que não presta. E agricultor familiar não. Quer dizer, agricultor familiar pra eles né, não é”. (Assentados do Vereda I, 2006).

Assim, ao longo desta seção procurarei trazer um debate de quais os mecanismos que os assentados constroem para se identificar, ou seja, as suas múltiplas identidades que os relacionem em distintas fases de suas vidas: antes, durante e perspectivas para o que seria o futuro da condição de assentado. Portanto, falar da busca de uma identidade por parte de assentados abre um leque de indagações no campo do saber; além de ser um tema complexo e provocante, leva-nos a refletir sobre as principais transformações que influenciam a formação das identidades desses atores. É importante ressaltar que trato aqui da idéia de identidade como algo longe de uma visão semelhante e sim de um olhar de múltiplas resoluções, que vão contribuir para uma auto-identificação dos assentados estudados.

Uma característica importante dos assentados estudados é a heterogeneidade resultante de histórias de vidas distintas entre si. Carvalho (1999) chama atenção que no assentamento não estão presentes os assentados, mas sim atores de diferentes origens e formações que

seriam *portadores de uma biografia com toda diversidade psicosocial e conhecimentos* (idem, 1999:11).

O assentamento seria, portanto, um espaço social onde os atores estranhos entre si começam a atuar uns sobre os outros. E essa atuação permite a construção de novas relações sociais dinâmicas. Assim, portanto, no assentamento, esses atores passaram a se orientar em novos processos de interação social que são construídos e compartilhados entre si, contribuindo para o surgimento de novas identidades.

Essas possibilidades é que permitem a transformação contínua em relação às formas pelas quais somos representados e nos representamos o que Hall (2000) definiu como o sujeito pós-moderno ou o sujeito contemporâneo.

Nesse sentido, podemos pensar na questão que Bourdieu (1989) aponta em que todo indivíduo traz consigo a história incorporada que se cristalizou nas mentes e nas coisas antes dele vir ao mundo e, também, porque estaremos, para nos auto-referir como sujeitos, sempre necessitando do outro para nos identificarmos.

Nos assentamentos da região, é possível refletir que num primeiro momento, na fase de acampamento, os atores se identificavam como *sem-terra*, uma identidade construída num espaço político e de reivindicações. No entanto, ao longo dos anos, depois da conquista da terra, essa identidade é rejeitada e outras tipificações vão surgindo.

Nesse sentido, Heller (1999) menciona que o indivíduo contemporâneo tem a possibilidade de exercer funções que não são mais determinadas por uma estratificação hierárquica fechada; o indivíduo teria a possibilidade de definir sua posição na hierarquia social, com mais “liberdade”. Assim, portanto, poderíamos argumentar que o indivíduo no mundo contemporâneo não tem uma identidade fixa ou imutável, e que nossas identificações são continuamente deslocadas e ou transformadas.

Já Berger e Luckmann (1985) colocam que a identidade é formada através de processos sociais que, uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais:

“A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre o indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidades, por outro lado, são produtos sociais *tout court*, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva” (idem, 1985:230).

Em seu estudo sobre ruralidades e globalizações, Moreira (2002) chama atenção no sentido que cada identidade seria a expressão de múltiplas ordens relacionais que se constituem em redes que se entrelaçam entre si, em que o indivíduo cresce e se relaciona. “*E a identidade só pode se revelar a partir da presença ou ausência nestas redes*” (idem, 2002:3).

Segundo Elias (1994), esse processo contínuo de desenvolvimento leva à condição de identidade do indivíduo: “*Ao longo de nossas trajetórias estaríamos em constantes mudanças*”. Ainda de acordo com o autor, a relação de indivíduo - sociedade é algo singular, não existe comparação em nenhuma esfera da existência. Para ele, não existe sociedade sem indivíduo ou indivíduo sem sociedade.

Para Berger e Luckmann (1985), a relação dos indivíduos em sociedade é construída de modo a que as pessoas se identificam umas as outras “relacionalmente”, ou seja, o que se verifica é que a interação entre sujeitos e grupos sociais revela-se um complexo jogo de idas e vindas, baseado nas experiências recíprocas de cada um e nos processos de interiorização dados pelas estruturas sociais em que ambos se encontram.

Na região, os atores se identificam e se reconhecem por possuírem uma história de luta pela terra, pela moradia e pela permanência no local, são reconhecidos na região como *sem-terras*. Essa imagem que os outros têm dos assentados da região tem levado os mesmos a buscarem a possibilidade de serem reconhecidos como de agricultores familiares e não mais

como sem-terras. Esta designação de sem-terra traria estigmas⁴⁶ que esses indivíduos querem esquecer. Essa realidade pode ser observada nas narrativas de dois assentados logo abaixo.

“A gente tá conversando muito bem, até alguém tocar assim, ah, você é sem-terra não é verdade? Menino sabe onde é que eu estava que eu ouvi essas críticas? Lá na Bahia. Lá todo mundo me conhece há mil anos, aí chega um infeliz daqui, aí ó cara, lá na Bahia, num assentamento, ele chegou eu to lá com um pessoal, ele chegou e disse, e aí? Tá tudo bem? Tá. Tá tudo bom. Ele disse, você também como gado dos outros? (risos) Aí eu olhei pra ele e falei que não porque eu não matava. Os outros é que matam e eu como, aí ele falou, não, eu tô falando porque eu sei que sem-terra come gado dos outros. Ele foi embora e me deixou só. Eu falei que história é essa que sem-terra come gado dos outros? Teve um que falou isso, eu acho que ele perdeu é a cabeça. Perdeu os gados e perdeu a cabeça (risos). Menino, ô coisa horrorosa! Até hoje eu não fui mais nem na casa dele” (Assentada do Vereda I, 2006).

“(…) eu quando cheguei ao banco pra receber o PRONAF A, eu cheguei eu tive que ficar sentado lá do lado de fora do banco lá, eu cheguei eu tive que ficar lendo um jornalzinho lá do lado de fora lá, humilhado, pra não entrar no banco, né. Só porque eu era aqui do assentamento, se eu fosse um agricultor familiar eu acho que o gerente não teria feito isso” (Assentado do Água Quente, 2006).

Nos relatos acima, percebemos que a idéia de serem identificados como sem-terra aciona noções de que eles deveriam ser evitados, indesejável. Portanto, esse estigma de sem-terra é visto como algo ruim, que de certa forma é alimentado pelos canais de comunicação, que depõem contra o processo de reforma agrária no país. Essa realidade faz com que os assentados recusem essa classificação para identificá-los.

Goffman (2004) já havia apontado que a sociedade institui um modelo de classificação e de categorias para identificar os indivíduos de acordo com determinados atributos. Assim, a sociedade determina um modelo ou um padrão externo o qual os grupos devem seguir, ou seja, prevenindo as categorias, os atributos, as identidades sociais e as relações com o meio.

Podemos entender que os assentados da região, por pertencer a uma categoria de trabalhadores que para entrarem na região tiveram que ocupar terras, sejam pouco aceitos num local onde se predomina a grande propriedade ou até mesmo pela influência da imprensa, que faz com que esses assentados sejam vistos como baderneiros ou perigosos. Essa realidade tem levado os assentados a serem estigmatizados e convertidos em pessoas perigosas.

No entanto, a imagem que se cria pode não corresponder de fato à realidade, mas sim aquilo que Goffman (2004) definiu como identidade social virtual, ou seja, é o caráter que imputamos ao indivíduo, ou até mesmo a categoria à qual o indivíduo pertenceria a partir de classificações. Ainda segundo o autor, o estigma é um atributo que produz um descrédito na vida do indivíduo em situações extremas, sendo designada também como defeito, falha ou até mesmo desvantagem em relação ao outro.

É importante ressaltar que, apesar do termo *sem-terra* na região ser encarado de maneira geral como forma depreciativa e por isso os assentados rejeitariam serem reconhecidos como tal, em outras regiões do país, ser sem-terra pode ser visto como uma identidade importante para determinados grupos de assentados, traria reconhecimento pelas lutas que tiveram de passar até conquistar a sua terra. Além de ser uma identidade política

⁴⁶ Goffman (2004) aponta que os gregos já utilizavam o termo estigma para se referirem a *sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre os estatutos moral de quem os apresentava*. (idem, 2004:5)

forte e representativa. Isso constituiria aquilo que Goffman (2004) classifica como uma linguagem de relações.

“Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. Por exemplo, alguns cargos nos Estados Unidos obrigam seus ocupantes que não tenham a educação universitária esperada a esconder isso; outros cargos, entretanto, podem levar os que os ocupam e que possuem uma educação superior a manter isso em segredo para não serem considerados fracassados ou estranhos. (idem, 2004:6)

Acredito que essa forma de ver o mundo por parte dos assentados na região estaria relacionada à própria trajetória de vida deles. Por virem da capital Federal, estavam acostumados com grandes manifestações que eram promovidas pelos movimentos sociais de luta pela terra como o MST, MLST e outros na capital, quase sempre classificados pelos órgãos de imprensa como algo ruim ou desordeiro; ser sem-terra seria depreciativo.

Essa imagem perpetuou-se principalmente quando foram rotulados de sem-terra. O interessante é que isso acontece mesmo depois de terem passando por todo processo de acampamento e depois de conseguirem a chácara. No entanto, grande parte dos assentados passou a rejeitar a classificação de sem-terra. Isso aconteceria por um lado, por uma estratégia adotada pelos assentados de que num primeiro momento aceitaram a identidade de sem-terra, pois esta estava relacionada com a garantia de conseguir a chácara; findada essa etapa eles acreditam não ser mais preciso ser confundidos com sem-terras. Podemos entender um pouco dessa explicação na fala de uma assentada logo abaixo.

“Depois que eu ganhei a chácara eu não sou mais sem-terra, esse negócio de sem-terra é para que esta na lona eu não!” (Assentada, Vereda I, 2004).

E por outra, o próprio caráter político da categoria sem-terra teria sido pouco trabalhada e até mesmo discutida pelos assentados na fase de acampamento, como foi visto no capítulo um. Além disso, vários problemas de ordem moral e política, causados por antigas lideranças levaram os assentados a desacreditarem no caráter político da classificação de sem-terra.

“E como sr. Viu a ocupação?” A gente foi muito enganado pelo MST, porque eles falaram que a fazenda estava negociada e não estava nada. Foram muito sujos, e depois eles tinham umas maneiras de resolver as coisas que eu não concordo. Como teve uma vez que eles roubaram um boi para fazer um churrasco. E isso eu não concordo, porque baderna não dá certo, tem que ser organizado e esse negócio de ficar fazendo bagunça não é comigo. Tem que fazer as coisas certas”. (Assentado, Vereda I, 2004).

Esse preconceito não é uma exclusividade sofrida só pelos adultos, as crianças e os adolescentes procuram esconder a sua condição de filho de assentado, com medo que sejam rejeitados ou até mesmo hostilizados, como aconteceu em determinadas situações na sede do município ou até mesmo em Brasília.

Elias e Scotson (2000) já haviam apontado que esse processo de estigmatização⁴⁷ em muitos casos afetaria a formação dos mais jovens, pois essa situação faz com que os jovens tenham dificuldades de desenvolver a sua auto-imagem e uma idéia de seu valor; isso afetaria o desenvolvimento da personalidade do indivíduo.

⁴⁷ Elias e Scotson (2000) apontavam à idéia de estigma nesse estudo quando estudou uma comunidade com duas divisões, onde um grupo se julgava indivíduos superiores, fazendo com que os indivíduos considerados inferiores se sentissem carentes de virtudes e consequentemente humanamente inferiores.

“Já no início da vida, eles se viam confrontados com uma situação conflituosa, quando começavam a intuir que as normas e valores implícitos nas experiências intra-familiares não se coadunavam com os do mundo lá fora. As vozes e gestos das pessoas ordeiras que os cercavam, inclusive da polícia, ensinavam-lhes desde a infância quão pouco eles e seu familiares eram apreciados. Não havia como extrair muito orgulho e um grande sentimento de orientação do fato de se saberem idênticos e identificados com famílias pouco respeitadas pelos outros”. (Elias e Scotson, 2000:143).

Procurando relativizar a situação dos jovens nos assentamentos, é preciso ressaltar que o que se percebe é que os jovens, ao acompanharem os pais para região, sofreram um processo de ruptura com seus projetos de vida. Além disso, perderam não só as suas raízes espaciais, como também as relacionais. Esse processo é mais sentido entre os adolescentes do que nas crianças, que já chegaram ali ainda pequenas e os impactos foram menores.

A proposta desta seção não foi a de chegar a conclusões ou fazer afirmações verdadeiras e muito menos polarizar ou assumir os discursos dos atores ouvidos, mas sim procurar interpretar e entender como esses assentados se colocam e se percebem dentro da sociedade.

2.8. Considerações finais do capítulo

Ao longo desse capítulo procurei desenvolver algumas reflexões sobre o conjunto de relações que estão inter-relacionados no cotidiano dos assentamentos. Para isso foi necessário apresentar alguns elementos, como moradia, vizinhança, cotidiano, fofoca. Nesse sentido, nessas considerações destaco os seguintes pontos que perpassam o capítulo.

1) Durante a pesquisa foi possível perceber a moradia muito mais que um espaço com a finalidade de abrigo. É um local que guarda elementos ligados à memória e à forma como a família vive. Símbolos como quadros de familiares ou de santos indicam, por exemplo, posições religiosas que aquela família ocupa. A divisão de espaços é outro ponto que ajuda entender a relação dos habitantes com aquele espaço, a cozinha como o espaço predominantemente da mulher. Além disso, ter uma casa é o desejo de muitas famílias que só foi possível a partir da presença desses atores nos assentamentos.

2) A casa também faz parte de uma configuração de relações que estende a vizinhança. Essa vizinhança é vista como uma extensão da família, que seriam as primeiras pessoas a que se recorre em caso de emergência ou até mesmo para as trocas do cotidiano. Esse jogo de relações entre vizinhos segue regras e normas de reciprocidades e de favores, que contribuem para a manutenção da vida em comunidade.

3) Nos assentamentos, como em qualquer outro espaço, existem mecanismos de controles da vida cotidiana, como no caso da fofoca, que é vista como geradora de conflitos e tensões, principalmente no caso das fofocas depreciativas ou aquelas que visam atingir a honra de um determinado indivíduo. A fofoca também é apontada como um elemento que contribuiria para a desconfiança entre os indivíduos.

4) Na região estudada tanto os jovens quanto boa parte dos adultos têm o referencial urbano como uma marca do estilo de vida das famílias assentadas na região. Essa característica está relacionada principalmente, com a própria trajetória de vida desses atores.

5) Sobre a rejeição da identidade política de sem-terra: reforça a tese que esses assentados da região viram na reforma agrária mais um campo de possibilidades, uma

estratégia, que surgiu para que eles pudessem galgar outras condições, sociais e econômicas, e, portanto, não por um engajamento político, estimulado pelos os moldes dos movimentos sociais de luta pela terra em outras regiões do Brasil. Essa relação pode ser mais compreendida, por exemplo, quando percebemos que esses assentados mantêm um forte vínculo com a cidade. Questões dessa natureza será fruto de análises no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO, UNIÃO E AGRUPAMENTO

É o senhor acha que o culto é uma forma de unir?

“É uma forma de unir, e a gente luta para isso convida o povo, por exemplo, a gente tem um culto no N que vai muita gente mesmo, foi um culto maravilhoso. Aqui no Z mesmo tem sempre muita gente, ai vai arrebanhando o povo para conseguir um caminho que compensa. Porque o que a gente vê aqui é cachaça demais, é coisa errada de mais então a gente leva as pessoas para o lado positivo. (...) As pessoas podem pedir um culto na casa e solicitar para o pastor que o culto é feito. Nos cultos, são comuns as pessoas comentarem, a preocupação com os irmãos que estão passando necessidades (não só da igreja, mas de toda a comunidade), ai a gente arrecada algum alimento para aquela família necessitada. Nos cultos vem gente da acidade também que tem algum parente ou amigo aqui no assentamento. A igreja é um ponto de encontro das famílias do assentamento” (Membro da igreja Missão de Cristo Mundial, assentamento Vereda I, 2006).

O objetivo deste capítulo é apresentar os diversos espaços de sociabilidade existentes dentre os assentamentos, mostrando que os assentados da região entrecruzam uma série de espaços que formam um universo mais amplo de convivências dos assentados. Dentre estes, cita-se o ônibus, o bar, as formas de organização e os templos religiosos, dentre outros.

Para apresentar os resultados o capítulo está dividido em sete seções. A primeira procura apresentar o ônibus como um instrumento de ligação entre o rural e o urbano, onde diversos acontecimentos acontecem, e somente ali.

3.1. O ônibus: veículo de ligação entre o urbano – rural

“O ônibus leva notícia, traz notícia algumas coisas que a gente tem para vender ele leva, algumas coisas que a gente compra ele traz. Então o ônibus é muito importante. Ele é o correio é o mercado, é tudo aqui” (Assentado no Vereda II, 2006).

Ao chegar à Rodoferroviária⁴⁸ de Brasília em setembro de 2004, época do retorno ao campo, não imaginava que ia fazer uma viagem surpreendente. Ao chegar a Brasília a minha primeira providência foi procurar o GT de Reforma Agrária da UnB, localizado no campus da universidade. Chegando lá, procurei informar-me como fazia para pegar o ônibus para os assentamentos, porque nas vezes anteriores eu tinha ido à região só de carro. Informaram-me que eu teria que ir para Ceilândia e parar próximo ao supermercado Tático, que é o lugar de onde ônibus sai às 14h30. Peguei o ônibus e fui para Ceilândia como sugerido. Ao chegar ao ponto de saída do ônibus, logo avistei cerca de quatro assentados que me conheciam e logo me deram as boas vindas e ficaram surpresos, pois eu também pegaria o ônibus com eles. E segundo eles, o ônibus é um transporte muito importante, mas que não tem conforto. Tal veículo apresentava-se bastante velho e sem conforto, o ônibus era um circular que não servia mais para atender a passageiros urbanos e acabou sendo destinado ao atendimento aos assentados da região de Pé de Serra.



Foto: 15 – Ônibus que faz o trajeto Ceilândia – Assentamentos.



Foto: 16 – Mantimentos colocados no interior do ônibus.

Ao entrar no ônibus comecei a perceber que ali era um espaço especial e que mereceria uma atenção maior, porque a todo o momento chegavam assentados com sacos de compras, mercadorias as mais diversas e recados entregues ao motorista, que por sua vez também é assentado no assentamento Água Quente. Aquelas atitudes começaram a despertar a minha atenção. Ao meu lado, sentou-se uma senhora do assentamento Vereda II, e foi logo conversando comigo, contando um pouco da vida, e aquela cena se repetia por todo veículo. Percebi que o ônibus faz parte da paisagem daquele lugar.

⁴⁸ A Rodoferroviária é o terminal de ônibus (rodoviária) que recebe os viajantes vindos dos diversos estados do país.

Quando foi as 14h40 mais ou menos o ônibus partiu com destino à região de Pé de Serra, uma viagem que durou cerca de três horas e meia, e foram percorridos 136 km e boa parte do percurso feito em estradas de chão. Segundo o motorista, ele sempre atrasa alguns minutinhos para esperar os possíveis retardatários e, como só tem um ônibus por dia para a região, quem perder dificilmente chegará ao seu destino naquele dia.

Durante a viagem comecei a perceber que aquele ônibus era muito mais que um veículo que transportava passageiros: era um ponto de integração muito importante entre os assentados. No ônibus, percebi cartazes colocados convocando para reuniões e avisando sobre a presença de médicos em determinados locais dos assentamentos.

Ao indagar à senhora que estava ao meu lado sobre o que significava o ônibus para eles, ela me disse:

“O ônibus sem ele aqui as pessoas não iriam nem comer porque ele é tudo, teve uma época que o ônibus quebrou o pessoal ficou com os pés e as mãos amarradas. E no ônibus que eu encontro o pessoal dos outros assentamentos, porque aqui por causa das distancias é muito difícil a gente encontrar o pessoal dos outros assentamentos, (...) só se vê no ônibus e no ônibus é o lugar de encontro.” (Assentada Vereda II, 2004).

Pouco antes de chegar ao ponto onde eu desceria, percebi o motorista entregando pacotes e bilhetes que os familiares que estavam na cidade mandavam para os assentados, demonstrando uma rede de informação bastante interessante. Depois disso comecei a perceber a importância que aquele espaço tinha para a vida daquelas pessoas.

Ao chegar e ser recebido pelos meus anfitriões, comentei a experiência que eu acabara de vivenciar no ônibus e a minha anfitriã respondeu:

“O ônibus é uma fonte importante de comunicação pra nós a gente coloca recado no ônibus, lá todo mundo vê porque o ônibus circula em todos os assentamentos e a gente pode mandar recados para os familiares que estão na cidade, e outras coisas, sem ele o pessoal ficam sem condição porque quase ninguém aqui tem carro”. (Anfitriã, do Vereda I, 2004).

Outra assentada me chamou atenção para importância do ônibus, quando se refere à economia na hora de fazer as compras,

“(...) Só para ir a Brasília fazer compra eu gasto cerca de R\$ 30, 00, com ônibus eu faço a lista, passo para o motorista ele entrega para os meus filhos que esperam no ponto, fazem a compra e entrega para ele trazer para mim, se eu tivesse que ir até lá teria que gastar o dinheiro da passagem que faz falta na compra. Sem ele seria muito difícil. Além de ser uma forma de comunicar com os outros assentamentos.” (Assentada, do Vereda I, 2004).

Ao perceber esses diálogos, dei um jeito de procurar uma forma de entrevistar o motorista do ônibus, que percebi que seria um ator importante dentro dos assentamentos, lembrando que o mesmo é assentado no assentamento Água Quente.

Porém o encontro com o motorista só foi possível dias depois porque ele sai cedo com o ônibus e retornava somente à noite e, como na época não havia luz na região, a entrevista a noite não seria possível.

Pois bem, quando me desloquei para ficar no casa do proprietário do bar, foi o momento que tive de entrevistar o motorista. Isso porque o bar era um dos últimos pontos que o ônibus parava e, como de costume, quase todos os dias o motorista parava no bar. Em uma dessas paradas no bar pude entrevistá-lo.

Como é seu trabalho de motorista do ônibus?

Eu sou motorista do ônibus e assentado aqui no assentamento Água Quente, eu faço viagem todo os dias, saio daqui do assentamento as 6:30 do assentamento até o supermercado Tático na Ceilândia, são 136 km, são quatro horas de viagem. Quando são duas e meia da tarde eu saio da frente do Tático na Ceilândia e venho para o assentamento. No domingo eu saio do assentamento uma e meia da tarde e chego lá e volto, por volta das cinco e meia. Essa é a minha rotina. Fico mais no ônibus que aqui no assentamento, aqui fica a minha família.

E qual é o trajeto do ônibus?

Bom eu saio daqui do assentamento Água Quente, passo aqui na Serra Feia (Vereda I), Boa Vista, pelo lado do Buriti da espingarda, passo no assentamento Baixão do Banco da Terra, Boa vista de novo e saio no Vereda II.

São quantos ônibus a empresa tem?

Hoje tem dois, mas só usa um. O outro só usa se um quebrar, aí usa o outro.

Quanto ta o valor da passagem?

A passagem aqui o pessoal paga é R\$ 10, 00, por enquanto. Mais tem muita gente reclamando do preço. E como só tem esse ônibus o jeito é o pessoal pagar.

Além de passageiro você transporta alguma coisa?

Sim. A gente leva e trás de tudo: carta para parente, comida, mercadoria, ração, adubo, recado tudo o que for possível à gente faz. E até a produção do pessoal a gente leva, quando não é muita coisa.

E o senhor cobra por isso?

Quando é comida ou gênero alimentícios eu não cobro não, se for outra mercadoria é cobrado R\$ 2,00 até 50kg. Passou de 50 kg aí o preço é outro aí tem que combinar. Quando é gasolina eu não trago não, só se o pessoal trazer escondido. Às vezes eu até interio do meu dinheiro, quando pede para comprar alguma coisa e o dinheiro não dá eu interio e depois quando chega aqui o pessoal me paga o que eu interei. Mas a obrigação da gente é trazer passageiro, a mercadoria é por conta da gente. Porque o ônibus tem que trazer é passageiro.

E o sr leva coisa do assentamento para a cidade?

Levo para alguém que fica no ponto lá na Ceilândia esperando, o pessoal já combina, tem gente que sabe ó dia tal vou mandar mandioca com o motorista, aí quando eu chego lá o pessoal já tá esperando e as vezes essa pessoa que está esperando manda alguma coisa pra família que ficou.

Tipo o que?

Ah! Recados, mantimentos como mandioca, abóbora, galinha e o que pessoal manda. Tem gente que leva o que tem para vender aqui do assentamento no ônibus.

E o pessoal pede pra vim fiado?

Tem gente que pede, fala que paga depois ou quando chegar na cidade o parente paga. Hoje eu já sei quem pode e quem não pode vim fiado. Mas o dono da empresa não gosta de fazer fiado, se o cara der o cano quem paga sou eu. Porque eu tenho que prestar contas.

E carona tem gente que pede?

Antes até eu dava de um assentamento pro outro, ou até mesmo até a estrada, mas o dono cortou quem entrar no ônibus tem que pagar, mas quando é pertinho eu levo, não custa nada.

Na narrativa do motorista, fica claro o papel importante que o ônibus desenvolve no cotidiano dos assentados; é um instrumento não só de locomoção, mas também de integração entre o rural e o urbano. Assim, o ônibus seria um dos elos dessa relação. Seria parte integrante da vida dos assentados.

Assim, como a canoa do Kula⁴⁹ estudada por Malinowski, o ônibus vive a vida de seus passageiros, um espaço representativo na vida de seus passageiros. Ali é um espaço de trocas materiais e simbólicas, pois é no ônibus que os assentados levam e trazem os bens necessários para a sobrevivência nos assentamentos. Também é no ônibus que os assentados se interagem e se encontram como diz uma assentada o ônibus, é correio, ponto de encontro, meio de transporte e lugar de trocas.

Em relação ao proprietário do ônibus, quase todos entrevistados são unânimes em dizer que ele seria uma pessoa arrogante e que não trataria bem os assentados. Já quanto ao motorista, não foi feita nenhuma reclamação sobre ele, e frases do tipo *motorista tem muita consideração por nós ele é muito camarada*, foram comuns de ouvir. Desta forma, o motorista é visto como uma pessoa que vive fazendo favores para os assentados e que sempre que pode ajudá-los.

Sobre a questão do ônibus, os assentados colocam que, apesar do ônibus ser muito importante para eles, seria necessário a concorrência de outros veículos, mas que isso não aconteceria porque o dono do ônibus é dono da linha e como tal ele tem exclusividade para o transporte dos passageiros da região.

3.2. A importância da cidade para os assentados

Como foi abordado na seção anterior, o ônibus seria um importante instrumento de ligação entre a cidade e os assentamentos, ou seja, o DF e a região. Apesar dos assentamentos terem sido constituídos na cidade Goiana de Padre Bernardo, a principal ligação que os assentados mantêm são com as cidades satélites de DF. Dentre estas podemos citar Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Brazlândia, Taguatinga como as principais. É importante ressaltar que por se tratar de assentamentos que estão próximos a Brasília, eles teriam características próprias e para os assentados a possibilidade de permanência nos assentamentos só existira por causa dos vínculos que mantêm com o DF.

“(...) a gente mora no assentamento, mas hoje por enquanto nós dependemos da cidade praticamente de tudo, como quando a nossa terra não produz o arroz

⁴⁹ Malinowski (1978) definiu o Kula como uma forma de comércio primitivo complexa de características intertribal realizado por comunidades na região da Nova Guiné e Papua, formando um circuito fechado de trocas. Os dois principais artigos de troca do Kula seriam: os braceletes de conchas (Mwali) e os colares (Soulava). E a canoa seria um dos elos dos atos do Kula.

suficiente à gente precisa ir à cidade, para comprar é uma roupa a gente precisa ir à cidade para comprar, arrumar trabalho tudo é na cidade”. (Assentados do Vereda I e II, 2006).

Nesse sentido, ao debruçar sobre a importância da cidade para os assentados, percebi que, além do vínculo familiar que os assentados mantêm com os parentes que ficaram, ainda existe outro elemento importante que faz com que os assentados busquem a sua manutenção no assentamento na cidade - que é o trabalho temporário ou chamado *bico*. Em determinada situação, o homem deixa a esposa e os filhos no assentamento e vai buscar trabalho na cidade. As atividades desenvolvidas são bastante variadas, indo desde pedreiro, servente a motoristas de lotada.

Assim, seria preferível trabalhar em uma atividade na periferia de Brasília a vender a sua mão-de-obra para um fazendeiro local. A explicação estaria relacionada ao tempo que passaram na cidade e na rede de relações construídas nesse espaço, que possibilita os contatos necessários para se conseguir um bico que remunere melhor e não tenha que aplicar muito esforço.

As mulheres também desenvolvem um papel importante nessa relação assentamento-cidade, pois muito ocorre o contrário: são elas que vão para a cidade trabalhar, de empregada doméstica, diaristas ou merendeiras nas escolas. Com o dinheiro que ganham, ajudam na manutenção da família que ficou no assentamento. Em algumas famílias, o dinheiro ganhado na cidade tanto do homem quanto da mulher é a principal fonte de renda.

É importante ressaltar que no momento da pesquisa grande parte dos assentados ainda não estava produzindo o suficiente para a comercialização. Por isso, sem essa fonte de renda extra, vinda da cidade, que passa a ser a principal fonte de manutenção destes no assentamento, os entrevistados acreditam que já teriam abandonado a terra.

Nessa migração pendular, assentamento – cidade - assentamento, a família que está na cidade passa a desenvolver um papel importante, pois, como disseram sem o aporte da família que esta no Distrito Federal, a vida no assentamento seria quase impossível, pois é geralmente na casa desses parentes que os assentados tendem a ficar durante a semana. E em muitos casos, são os parentes que estão na cidade que conseguem os chamados bicos ou os trabalhos temporários.

Além disso, os parentes servem para abrigar os filhos dos assentados que estão no período escolar. Apesar de a região contar com uma escola pública, muitas famílias preferem que os seus filhos estudem em Brasília por acreditar que lá o ensino seria superior. Por isso, muitos filhos de assentados em idade escolar passam a morar com tios ou avós na cidade e retornam aos assentamentos nos finais de semana.

Também é em Brasília que os assentados da região fazem compras e procuram assistência médica. Além disso, muitos ainda mantêm seus títulos eleitorais no DF, pois recebem benefícios do Governo, como bolsa escola e outros programas do governo do DF, e a forma de comprovar o seu vínculo com a cidade seria o título de eleitor. Assim, temem perder esses benefícios caso seja necessário transferir os seus títulos eleitorais para a cidade de Padre Bernardo. No capítulo cinco voltarei a essa discussão do título eleitoral.

Outro dado importante relativo à cidade é a preferência que todos têm pelo DF. Na opinião deles, apesar de estarem morando num município de Goiás, seria Brasília a cidade que consideram como a mais importante. Essa explicação teria dois argumentos: o primeiro, porque em Brasília há possibilidade de trabalho e, pela estrutura já existente como casa de parentes ou até mesmo algum imóvel que assentado tenha, fica facilitada sua ida para cidade.

E segundo, porque em Padre Bernardo os assentados se sentem discriminados pelos moradores locais, que tratam os assentados como sem-terras e invasores. Essa discriminação em alguns lugares chega a ser velada, como o caso de uma escola na cidade que as crianças e

até professores não viam com bons olhos os filhos dos assentados. Por isso os assentados preferem o anonimato da cidade grande, lá ninguém saberia que eles são moradores de um assentamento rural, portanto não seriam um sem-terra ou invasor.

Durante a pesquisa foi possível identificar que em todos os assentamentos da região, apenas um morador adquiriu um imóvel na cidade de Padre Bernardo. Mesmo assim, essa família é vista pelos demais como bobos, pois é em Brasília que estariam as oportunidades. Outro dado importante é que, apesar de morarem na região há oito anos, grande parte dos assentados entrevistados foram à cidade de Padre Bernardo pouco mais de duas vezes, mesmo assim, para tratar de assuntos referentes aos empréstimos do PRONAF A no Banco do Brasil.

Outra dificuldade apontada por todos para terem uma vida mais intensa em Padre Bernardo seria o transporte que praticamente não existe para a cidade. Como vimos o ônibus faz um importante papel de ligação com o DF e é apontado como um mecanismo essencial na vida deles, como bem diz um assentado.

“Teve uma vez que eu presencie um camarada levando uma caixa de quiabo para vender em Brasília e quando eu votei no ônibus aquele camarada estava lá com umas comprinhas. Que dizer ele foi levando a caixa de quiabo e voltou com as comprinhas e por isso que eu acho que o ônibus é muito importante para nós. Todo mundo depende da cidade todos nós e ônibus e quem leva para lá” (Assentados do Vereda II, 2006)

No entanto, esse ônibus só faz o trajeto do assentamento até a Ceilândia, cidade satélite de Brasília. Assim, justificam o seu pouco contato com Padre Bernardo atribuindo a culpa à falta de um transporte regular para a cidade e ao preconceito que sofreriam nessa cidade.

3.3. O bar e a pinga: diversão e perdição

“Com a marvada pinga é que me atrapaio / Eu entro na venda e já dou meu taio
Pego no copo e dali num saio / Ali mesmo bebo ali mesmo eu caio
Só prá carregar é que eu dou trabaio oi lá (...)”
(**Marvada Pinga**, Ochelsis Laureano / Raul Torres)

Ao falar de agrupamento, união e espaços de convivência, não se pode deixar de lado o bar, um local de *perdição e diversão*, como os assentados gostam de falar. Por isso, com intuito de entender como funcionava essa dinâmica que envolvia o espaço do bar, voltei o meu olhar para esse espaço. Para isso, frequentei esses estabelecimentos, principalmente o bar do Raimundo, no assentamento Vereda I, onde tive a oportunidade de ficar por alguns dias em duas das três idas a campo.

Nesse local existe uma polêmica interessante: como o bar se localiza na principal avenida do assentamento Vereda I, na hora de dar o nome a essa avenida, houve uma tremenda polêmica porque de um lado estavam os “pinguços”, que queriam que se chamasse Avenida Pirassununga, homenagem a uma marca de cachaça muito consumida na região, e do outro os assentados evangélicos que queriam que se chamasse Avenida Canaã, que seria um nome bíblico e estaria associado à terra prometida. Só que no final acabou prevalecendo à vontade dos “pinguços” e hoje todo mundo da região conhece o lugar mais por Avenida Pirassununga.

Ao entrevistar pessoas que tinham interesses opostos sobre essa questão, percebi que batizar uma rua poderia causar certos desentendimentos dentro da comunidade. Um dos

entrevistados que queria que a avenida fosse Canaã me relatou que não se sentia satisfeito em morar numa rua que levava um nome de marca de cachaça, mas se era a vontade da maioria ele não podia fazer nada, mas ele não reconhecia tal despropósito.

Já para os “cachaceiros”, a Avenida, ao ser chamada de Pirassununga, daria a eles uma identidade maior com o lugar, uma vez que os principais “cachaceiros” do assentamento Vereda I residiam na avenida e *pela primeira vez a vontade deles estava prevalecendo*. Os demais moradores do assentamento acabaram achando graça do episódio, que era visto de certa forma como uma disputa entre os assentados crentes, que moravam na avenida, e os assentados “cachaceiros”.

A influência dos bares na vida dos assentados é tão grande que os entrevistados relataram que ali seria o único espaço de diversão dos assentamentos, uma vez que naquela época [2004], não existia luz e por isso não teriam condições de assistir TV, *que era a diversão do pobre*.

Num levantamento feito por mim, em conjunto com os freqüentadores⁵⁰ dos bares dos assentamentos, conseguimos contabilizar em fevereiro de 2006, 13 estabelecimentos que estavam divididos da seguinte forma. Ver (Tabela 7) logo abaixo.

Tabela 7: Bares e mercearias existentes nos assentamentos da região Pé de Serra

Assentamentos	Número de Bares
Água Quente	1
Vereda I	2
Boa Vista	2
Baixão ou COOPERVIDA*	3
Vereda II	5
Total	13

Fonte: pesquisa de campo fevereiro de 2006.

*Assentamento do Banco da Terra

Geralmente os bares são estabelecimentos simples, que ficam na casa de um assentado, onde ele abre um cômodo na parte de frente de sua casa para a realização do negócio. Outros já são um *pouquinho* mais sofisticados, onde é possível encontrar a presença de mesas de Sinucas ou algum outro espaço de recreação para os assentados.

Segundo os comerciantes desses estabelecimentos, os lucros com o local são muito pequenos, porque para eles não existiria muita circulação de dinheiro nos assentamentos, então não haveria lucros; e as pessoas só comprariam aquilo que era mais urgente porque as compras principais eram feitas na cidade de Ceilândia, no Supermercado Tático. No entanto nos primeiros anos dos assentamentos os lucros teriam sido maiores. Essa explicação, segundo o que foi observado em campo e levantado em entrevistas, estaria relacionada com o grande montante de dinheiro que circulou nos primeiros anos dos assentamentos, dinheiro esse advindo principalmente dos créditos do PRONAF A.

Segundo o que foi relatado, teve muito assentado que deixou boa parte de seus créditos nos bares da região e os assentados acreditavam que os comerciantes da região eram aproveitadores, porque teriam aproveitado da fraqueza dos assentados, no caso aqueles daqueles que eram consumidores excessivos de bebidas alcoólicas, e faturado.

“Rapaz, eu vi é gente pegando o dinheiro do PRONAF A, e pagando rodada de cerveja e pinga aí nos bares dos assentamentos, pessoal chegava e falava, bota cerveja pro povo que é por minha conta, aí foi, e o pessoal do bar foi ganhando, não é bobo nem nada né?” (assentado do Vereda II, 2004).

⁵⁰ Esse levantamento foi feito no Bar do Raimundo no assentamento Vereda I.

Esse período em que saíram os créditos, de acordo com os assentados, foi um período de muita fartura para todos, não só para os donos dos bares locais, como também para os cabarés da cidade. Foi o momento em que puderam pagar bebidas a vontade, comprar e gastar. Como diz um assentado *tinha muito tempo que eu não via uma onça*, referindo-se a uma nota de R\$ 50,00.

“Teve muita gente que gastou o dinheiro com farra, com bebida porque não estava acostumado com o dinheiro, e quando viu aquela quantidade o povo ficou doido, para gastar. Na época que saiu o PRONAF A, foi uma festa só”. (Sr. Z, assentamento Vereda I, 2006).



Foto: 17 – Bar do Raimundo: Assentamento Vereda I.



Foto: 18 – Campinho de futebol do Bar do Raimundo.

É importante destacar que a utilização do dinheiro para essa finalidade era ilegal, mas aqueles que o fizeram deram um jeito de conseguir burlar as normas do financiamento e aplicar os recursos em outras coisas.

Além da bebida alcoólica, os bares comercializam gêneros de urgência, tanto para higiene como para a alimentação, além de botijões de gás que são usados para cozinhar ou para abastecerem carros que circulam nos assentamentos.

Uma observação que passei a perceber com as minhas idas ao assentamento é que o assunto bar, nos últimos anos, ficava cada vez mais delicado em tocar com os seus proprietários. Esse temor de certa forma tinha fundamento, porque circulava um boato na região que os técnicos do INCRA já haviam alertado que aqueles estabelecimentos que estivessem vendendo principalmente bebida alcoólica seriam fechados e os seus proprietários seriam desligados do lote. Por isso, na minha última ida a campo o assunto bar com os proprietários era mais delicado, pois esses temiam ter que fechar os seus estabelecimentos ou perder a morada porque na verdade eles não produziam em suas terras e, além disso, a principal mercadoria que comercializavam eram a pinga. E, por via das dúvidas, querendo ou não, eu era um estranho que fazia perguntas.

Outro problema que de uma maneira indireta estaria relacionado com os bares é o alcoolismo. O que pude perceber já durante a minha pesquisa para o meu mestrado é que, nos assentamentos pesquisados, o índice de pessoas alcoólatras, tanto homens quanto mulheres, é muito alto. Mas, infelizmente, não levantei uma estatística precisa porque é um assunto difícil de tratar, um tabu que os assentados têm. Percebi que o alcoolismo era uma doença bastante

presente entre os assentados. Não foram poucos os casos que deparei com assentados caídos no mato dormindo, ou com assentados me pedindo para pagar uma pinga, porque precisavam beber e não tinham dinheiro para sanar a vontade.

Ouvi relatos tristes, recheados de pessoas que tinham sido esfaceladas pelo álcool. Os relatos em sua maioria caminhavam para direções parecidas: assentados que foram abandonados pela família no assentamento por causa do alcoolismo, assentados que foram para o acampamento porque a família não os queria por perto na cidade, assentados que não tinham mais parentes e por isso tinham se apegado à pinga, assentados que não tinham o que comer e bebiam para esquecer a fome ou a condição de vida que levavam.

No entanto, o que eu pude perceber é que aqueles que se encontravam no limiar da indigência procuravam viver, parafraseando Comerford (2004), *como uma família*, pois estavam sempre juntos e sempre resolvendo os problemas do cotidiano, contando com a ajuda um do outro. Em trecho de um depoimento logo abaixo percebemos essa conotação.

E a família de vocês?

R: A família nossa somos nós que estamos juntos diretos, bebendo e sofrendo juntos. Aqui quando um cai o outro ajuda, teve um dia desse que esse aí já ia morrendo de tanto beber, aí foi preciso a gente corre pedir para o fulano levar ele no hospital para se medicar, tã com cirrose, mas não quer parar, eu já falei para ele parar, mas não para” (Sr. H, assentamento Vereda I, 2006).

Para isso citarei um grupo de cerca de cinco assentados do Vereda I que pude acompanhar em vários momentos sóbrios e bêbados - o último estágio era o mais comum. Essas pessoas foram fontes riquíssimas de informações, não sei se foi por causa do estado em que se encontravam ou porque viram que eu não nutria preconceito em relação à condição deles. Sobre isso percebi que quase sempre que algum assentado queria referir-se sobre o grupo, procurava palavras pejorativas ou negativas, como os pinguços, os pés inchados os preguiçosos, sem vergonha, dentre outras. No entanto, para mim esse grupo trouxe bastante esclarecimento sobre alguns pontos que queria abordar e até então não conseguia com os demais assentados.

Esse grupo se identifica basicamente entre si por beberem, como eles gostam de falar, por semanas a fio. Geralmente tem um que está mais sóbrio e vai cuidando um do outro. Dificilmente o grupo frequenta os espaços públicos do assentamento a exceção do bar, que também é frequentado só na hora de comprar a pinga, porque a maioria gosta de beber em casa, entre eles. Os assentados comentam que eles têm essa postura porque quando estão sóbrios eles têm vergonha das condições em que ficam quando estão bêbados.

Sobre a vergonha La Taile (2002), aborda que o termo abrangeria um campo muito diversificado e rico de significados como humilhação, pudor, embaraço e etc., mas o seu conceito estaria associado principalmente a significados que são opostos, a honra/desonra. Além disso, o autor aborda que a vergonha associada à moralidade envolve uma relação entre o juízo do envergonhado e o juízo alheio, ou seja, seria alguma ação que praticamos e estaria relacionada à censura feita por terceiros.

“Um problema essencial do sentimento de vergonha é o lugar do juízo alheio. Uma forma comum de pensar este sentimento é afirmar que ele é simplesmente desencadeado pela opinião de outrem e que, portanto, ele pertence ao domínio da heteronomia, pois corresponderia à dimensão afetiva relacionada a um controle externo” (idem, 17:2002).

Elias (1994) em seu estudo sobre o processo civilizador, entre meados do século XV até o final do século XVIII, apontou que a vergonha seria uma forma que passará a acompanhar os sentimentos humanos. Para isso, ele fez uma alusão sobre as maneiras de se

comportar num quarto de dormir e as transformações que passaram os relacionamentos interpessoais que se manifestam em nossa maneira de viver.

Nesse sentido, ele utiliza a questão da sexualidade, a maneira de como se deve comportar num quarto de dormir, na cama e no vestuário, dentre outras maneiras. Elias (1994) chama atenção que a despreocupação de mostrar o corpo na frente das outras pessoas era uma regra diária, para isso, ele usa o exemplo, das casas de banhos. Para ele, as pessoas tinham uma atitude mais infantil com relação ao corpo e a muitas de suas funções. Os costumes ligados ao ato de dormir, entretanto, mostram menos isso do que os hábitos de banho. Entretanto, esta despreocupação vai perdendo espaço a partir do século XVII, e por fim esta despreocupação desaparece, no início nas classes altas e muito mais devagar nas baixas. Assim, a vergonha passou a acompanhar formas de comportamento que antes haviam estado livres desse sentimento. Todo esse processo fazia parte do *implemento da civilização* que a Europa estava passando.

Esses apontamentos sobre a vergonha nos faz refletir que a vergonha pode estar associada à ridicularização que o envergonhado sofre perante o indivíduo ou até mesmo perante a comunidade. Sobre essa observação presenciei um bêbado sendo importunado por um grupo de assentados que zombavam da sua condição de bêbado. Chamado de *homem da caverna, sujo, mal trapilho*, etc. quando o assentado não estava bêbado se sentia extremamente envergonhado pelo fato ocorrido.

Assim, para La Taile (2002), vergonha seria um sentimento de referência ao juízo alheio, por isso seria pobre e duvidoso no que se refere à moralidade, por ser um sentimento externo. No entanto, é um sentimento importante, pois quem tem vergonha acabaria julgando a si próprio, por ser também um sentimento interno.

Bourdieu (1965), ao estudar o sentimento de honra na sociedade Cabília, procurou levantar que a honra para os cabílios estaria relacionada a um código comum e íntimo que julga as suas ações e as dos outros indivíduos, a honra seria no caso desse grupo o verdadeiro fundamento da política. Para o grupo um homem de honra seria,

“O que faz face (gabel), que enfrenta os outros olhando-os na cara; gabel é também receber alguém como hóspede e recebe-lo bem, honrá-lo” (Bourdieu, 1965:187).

O grupo estudado por Bourdieu (1965) encara a honra como um fundamento ligado à moral própria do indivíduo que é medido sempre pelo olhar dos outros. Nesse sentido é preciso a existência dos outros para existir, isso porque a imagem que forma de si próprio não pode ser diferente da imagem de si que lhe é devolvida pelos outros. “*O homem é homem pelos homens, só Deus, diz o provérbio, é Deus por si mesmo*” (idem, 1965:164).

Pitt-Rivers (1971) ao estudar a reputação conclui que honra e vergonha seriam sinônimos, porque a falta de vergonha seria algo desonrável. Além disso, a honra em seu último nível seria o lugar de esclarecimento para os conflitos na estrutura social. Uma pessoa de boa reputação teria os dois valores, assim elas se constituiriam como virtudes.

Numa noite fui convidado a beber com eles na casa deles, chegando lá fui muito bem recebido, percebi que eles já estavam bastante embriagados, mas conversaram, cantaram e contaram histórias sobre as suas vidas, sobre a família que já tiveram, sobre a vida no acampamento e no assentamento e sobre a solidão que era viver no assentamento, sem família, sem mulher e sem sexo. O depoimento de um integrante desse grupo ajuda a entender como essa situação se da.

“Aqui no assentamento não tem nada, então tem que beber para passar o tempo. (...). Aqui nós bebe por causa do desgosto, não tem mulher, não tem dinheiro, não tem diversão, não tem nada só solidão”. (Sr.Z, assentamento Vereda I, 2006).

Foi nesse dia que eles me revelaram que entre eles *não existia tempo ruim*; que eles se sentiam como irmãos e que um dava conselho para o outro para sair daquela vida. Mas ninguém conseguia porque viver num assentamento sozinho era muito difícil e a solidão fazia com que a pinga fosse à única companhia, apesar de saber que isso os levaria para uma outra vida. Outra condição que pude perceber em relação a eles era a condição física em que se encontravam, pálidos e bastante magros, efeitos de dias a fio bebendo e se alimentando mal.

3.4. Religiosidade e a importância das práticas religiosas

As práticas religiosas e os templos representam um espaço relativamente importante na sociabilidade dos assentados, e é apontado como um dos principais locais de união e reunião dos assentados. A principal forma de manifestar essas práticas é através dos cultos que acontecem nas igrejas de orientação evangélica⁵¹ ou através das novenas promovidas pelos assentados católicos, sobretudo no assentamento Vereda II.

“A gente faz as novenas sempre, cada noite é na casa de um assentado que é católico, porque a igreja só tem na cidade e para ir fica difícil, às vezes até no culto dos evangélicos a gente participa, mas o comum é ficar rezando os terço nas novenas” (Assentada do Vereda II, 2006).

Com os depoimentos dos assentados católicos, foi possível perceber que poucas famílias costumavam ir à missa aos domingos, quando estavam em Brasília. Já no assentamento a condição que inviabilizava essa ida constante era o fato de morarem distantes da Igreja. Em outros depoimentos, os assentados entrevistados do Vereda II narraram que já existia um local, um projeto de construir uma igreja católica na região, que seria erguida no assentamento Vereda II; enquanto isso não acontecia, as novenas faziam o papel de ritualização da fé católica nos assentamentos. É importante ressaltar que entre os assentados católicos geralmente são as mulheres que procuram organizar os grupos de novena e organizar as festas dos santos, como a folia do Divino Espírito Santo que será descrita ainda nesse capítulo.



Foto: 19 – Igreja Assembléia de Deus, assentamento Boa Vista.



Foto: 20– Igreja Missão de Cristo Mundial, assentamento Vereda I.

⁵¹ Na região apesar de ter um número grande de católicos, ainda não existe igreja católica, nesse caso os assentados realizam novenas em suas casas para suprir a necessidade das missas.

No caso das mulheres evangélicas a igreja tem um papel muito importante de socialização, pois são elas que limpam os templos e quando o fazem, acabam conversando entre si sobre os problemas do cotidiano de suas vidas.

Em relação aos assentados evangélicos, pode ser considerado como o de maioria entre os assentados até a presente data da pesquisa (julho de 2006). Existiam na região cerca de cinco igrejas evangélicas, conforme tabela 8 logo abaixo. Entre elas Assembléia de Deus (assentamento Boa Vista) e Missão de Cristo Mundial (assentamento Vereda I).

Tabela 8. Número de Igreja Evangélicas nos assentamentos da região

Assentamento	Número de igrejas
Boa Vista	2
Vereda I	2
Água Quente	1
Total	5

Fonte: pesquisa de campo, julho de 2006.

Uma característica importante das igrejas evangélicas é que a maioria de seus pastores são moradores dos assentamentos, tendo inclusive ocupado cargos na diretoria das associações, como no caso do Vereda I em que o seu primeiro presidente era o pastor da igreja. Que logo depois que saíram os créditos, abandonou a associação para cuidar dos interesses da igreja.

Além do culto e “de cuidar das almas” dos fiéis, as igrejas têm um papel importante: servem também como uma atividade de lazer e de comunhão entre aqueles que participam. Geralmente, as atividades realizadas pelos grupos religiosos não estão voltadas para trabalhos referentes à política ou à dinâmica de produção, mas sim para reuniões religiosas. No entanto, é comum durante os cultos que os assentados discutam alguns problemas da comunidade. E em determinados casos resolvem realizar campanhas para ajudar assentados com dificuldades, arrecadando alimentos para estes, ou até mesmo para aconselhamentos para quem tenha algum problema.

“Nos cultos, são comuns as pessoas comentarem, a preocupação com os irmãos que estão passando necessidades (não só da igreja, mas de toda a comunidade), aí a gente arrecada algum alimento para aquela família necessitada. (Pastor no Vereda I, 2006).

Para entender um pouco da importância da igreja no cotidiano dos assentados, trago uma experiência que tive a oportunidade de acompanhar, que foi alguns cultos realizados na Igreja Missão de Cristo Mundial, durante o aniversário de um ano de construção do templo, em fevereiro de 2006.

3.4.1. A igreja Evangélica Missão de Cristo Mundial

A igreja Missão de Cristo Mundial foi construída no assentamento Vereda I, com dinheiro de doações de membros da cidade, pois a sua principal sede fica na Ceilândia no DF. A mão-de-obra para a realização da construção foi dos assentados que são membros da igreja, que foi construída em regime de mutirão. Segundo um dos pastores, responsável pela igreja, ela levou 60 dias para que ficasse pronta. Para ele, o mutirão simbolizava a participação de todos e o envolvimento e a fé daqueles que acreditam na obra de Deus.

“Se um pastor falar que vai construir com o dinheiro dele, não é legal porque tem que ter a participação de toda a comunidade” (Assentado do Vereda I, 2006).

Nos primeiros anos a igreja funcionava em um barracão improvisado, que com o tempo foi destruído. Depois desse período os cultos passaram a ser realizados na casa dos fiéis, que faziam a solicitação ao pastor responsável. Com o passar do tempo os fiéis viram a necessidade de se construir o templo, que foi erguido na área comunitária do assentamento.

Os participantes da igreja são famílias dos diversos assentamentos da região, mas, sobretudo, do Vereda I e Boa Vista. Além disso, no culto da sexta-feira é constatada a presença de membros que moram na cidade, que são parentes de assentados que vão passar o final de semana na região e aproveitam para assistir o culto.

Para os assentados a igreja seria um ponto de encontro e de união importante entre os assentados, representando um espaço de sociabilidade importante entre estes. A dinâmica envolvida para que as pessoas possam ir aos cultos é bastante interessante. Um membro da igreja tem um caminhão, fica responsável por pegar e levar os fiéis de suas casas até a igreja nos dias que tem culto que geralmente são sexta-feira e domingo. Esse assentado faz um trajeto nas áreas próximas aos assentamentos vizinhos ao Vereda I, além do próprio Vereda I. Segundo um membro da igreja essa foi uma forma que a igreja arranjou para conseguir manter os fiéis participando dos cultos.

O combustível para o assentado faça esse serviço é doado pela igreja, que retira das oferendas dos fiéis para que o serviço aconteça. Além de toda parte espiritual, a igreja desenvolve trabalho com os alcoólatras, aconselhando que os assentados que estão no mundo da pinga. De acordo com um membro da igreja,

“A gente aqui na igreja tem um trabalho de tentar tirar o pessoal da pinga, muitos desses pinguços são abandonados pela família aqui tá dando trabalho lá na cidade, aí o pessoal manda eles aqui para roça, para vê se dá sossego para família. Porque a família acha que se o camarada vem para roça, ele vai melhorar, as vezes, ele até pode melhorar, porque sai daquele pessoal que bebe muito lá né? Mas vai depender da força de vontade do camarada e do apoio que ele tiver”.
(Representante da Igreja Missão de Cristo Mundial, assentamento Vereda I, 2006).

No caso do Vereda I, como a igreja Missão de Cristo é a que tem cultos freqüentes, foi possível perceber a presença de assentados de outras religiões participando dos cultos. Para um assentado essa participação é explicada porque ali seria um local para ouvir a palavra de Deus, então a religião não importava, ali seria um local de estar bem com o sagrado.

Os cultos iniciam-se com um som geralmente de violão, com algum cântico e depois o pastor agradece a presença de todos e pede a Deus saúde e proteção. Em seguida é lido um trecho da bíblia e é feito o debate com a comunidade. Nesse momento, é comum que algum assentado faça uma relação entre o que foi lido com algum problema do cotidiano que esteja enfrentado.

Quando existe a presença de algum visitante esse é convidado a dar algum testemunho. Além disso, aqueles assentados que tem algum problema como alcoolismo e participam dos cultos são recebidos com carinhos e vistos como pessoas que estão tentando se livrar do vício. E os membros da comunidade procuram incentivar a participação na igreja, pois, na visão deles, só assim que eles ficariam longe do álcool.

Nesse primeiro aniversário da igreja foram realizadas diversas cerimônias, envolvendo assentados da região e fiéis vindo da cidade da Ceilândia-DF, que acompanharam todo o evento. No final das celebrações foi realizado um almoço comunitário na casa do pastor. Para o almoço foram convidados todos assentados, participantes ou não da igreja. Segundo os entrevistados esse tipo de evento seria importante para integração dos assentados e deveria acontecer mais vezes.

3.4.2. Festa do Divino Espírito Santo

Uma das características marcante das populações rurais é a fé em Deus e o nos santos. No caso dos assentamentos estudados essa característica não é diferente. Diversos autores que trabalham com o meio rural (Candido, 1987, Brandão, 1981, e outros) dão destaque para a importância das festas religiosas dentro da organização social desses grupos.

Antonio Candido (1987) ao estudar comunidades caipiras no interior de São Paulo demonstra que as festas são, ao lado da ajuda mútua, um dos elementos de definição da solidariedade vicinal que liga os moradores a uma dada localidade, a um determinado espaço. Essas atividades acontecem num complexo conjunto de relações que ultrapassam o espaço familiar.

Assim, a própria localidade seria a unidade de referência da manifestação. Para concretizá-las, entram em jogo formas sutis e bem desenvolvidas de cooperação vicinal, consciência de grupo e coordenação de atividades. As festas, dessa maneira, envolveriam toda a localidade e seria uma forma de integrá-la.

No município de Padre Bernardo estas festas religiosas são: a folia de Reis e do Divino, festa do Muquém, as festas dos Santos como a da Padroeira da Cidade Nossa Senhora da Abadia e na Igreja do Divino realiza-se, entre maio e junho, a tradicional quermesse, com folias, novenas e missas dominicais.

Nos assentamentos da região, uma forma de expressar essa fé é através da comemoração da folia do Divino Espírito Santo, que é marcada por um lado, pelo caráter religioso como as novenas, as ladainhas ou o pagamento das promessas e por outro, pela festa que é realizada na casa da festeira⁵² onde se reúnem vários assentados da região e convidados que moram na cidade e vem para participar do evento. Na última festa em 2006 foram cerca de 400 pessoas que participaram do festejo.

Segundo Prado (1977), as festas dos Santos representam a maneira mais forte de se provocar o milagre do Santo. Geralmente os mais escolhidos para esse tipo de “contrato” são Santo Antônio, São Benedito, São João e o Divino Espírito Santo.

A festa do Divino nos assentamentos da região começou há cerca de quatro anos, quando uma assentada estava muito doente e com risco de morte, resolveu fazer uma promessa ao Divino Espírito Santo, em que ela se dispunha a organizar a folia por sete anos nos assentamentos da região. A partir dessa promessa, ela relatou que sua melhora foi acontecendo e em pouco tempo saiu do hospital. Retornando ao assentamento ela resolveu pagar a promessa.

“Eu fiz a promessa de organizar a folia e fazer a caminhada durante sete anos, mas eu pretendo fazer a festa até morrer. E espero que os meus filhos quando eu morrer continuem a festa. (...) há primeira festa do Divino que aconteceu aqui a gente fez uma novena levantou a bandeira, mas não foi feita a caminhada, isso já tem uns quatro anos. Mas a caminhada mesmo tem uns dois anos” (Festeira do Assentamento Vereda II, 2006).

Durante a minha estada no assentamento tive oportunidade de acompanhar um trecho da folia, que ao todo visitou mais ou menos 16 casas dos assentamentos Vereda II e Boa

⁵² Festeira designação dada àquela pessoa que organizada, todos os preparativos para folia do Divino Espírito Santo, seria o administrador da festa.

Vista. Segundo a festeira, a cada ano que passa mais casas são visitadas e a esperança dela é que em breve todos os assentamentos tenham casas visitadas.

A festeira, para organizar a folia, conta com ajuda de outras famílias dos assentamentos, sobretudo daquelas de orientação católica, que acreditam na fé do santo e por isso fazem questão de ajudar na organização da folia, tanto no ponto de vista de logística como em doações para que a festa possa acontecer.

Em seus estudos Brandão (1981) procura mostrar que a folia seria um grupo consolidado de trabalho ritual que durante o período que antecede a festa arrecadaria contribuições para a realização desta e, em troca, a folia distribui bênçãos, auxilia no pagamento de suas promessas, atualiza a devoção ao Divino e contribui para a reunião de pessoas em torno de lanches, almoço e do jantar e baile de encerramento da folia. Assim, a folia seria construída como um empreendimento coletivo por parte dos assentados católicos, e que envolveria vários outros assentados.

A rigor esse evento pode ser entendido, como classificou Mauss (2003), como um grande sistema de prestações totais, nos quais assentados e famílias são inscritos a uma corrente obrigatória em que bens de natureza econômica, social e religiosa são dados, recebidos e retribuídos.

“(…), essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma, sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar tudo isso o *sistema de prestações totais*” (idem, 2003:191).

De acordo com Brandão (1981), a folia tem um papel importante dentro do espaço do camponês. Para ele, a folia seria um espaço que é reconstruído simbolicamente, dentro de um espaço de tempo, através de rituais que possibilitam a realização de trocas de bens e serviços entre um grupo fixo de moradores e um grupo de foliões.



Foto: 21 – Altar na casa de um devoto.



Foto: 22 Camisa representando o setes dons do Divino Espírito Santo.

No caso aqui em questão a folia seguiria aqueles espaços do cotidiano da vida dos assentados, como as casas, as estradas, os atalhos; a trajetória da folia é realizada a partir de

uma lista feita pela festeira que convida aquelas famílias que são devotas do Divino, ou até mesmo algum devoto que entra em contato com a festeira, solicitando a presença da folia em sua casa.

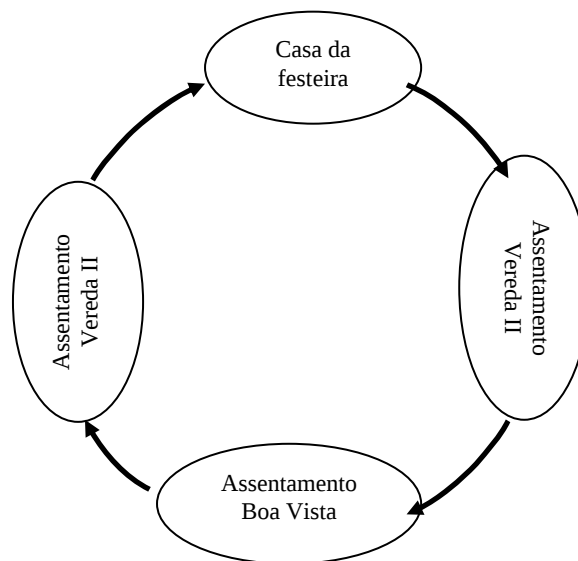
Na região, a folia sai da casa da festeira que fica no assentamento Vereda II. A jornada inicia na alvorada rezando o terço e invocando saúde e proteção ao Divino Espírito Santo ou a outros santos que os foliões são devotos. Isso ocorre num altar improvisado na casa da festeira. É importante ressaltar que em todas as casas que a folia visita, também são feitos altares improvisados que geralmente ficam na sala.

A folia do assentamento Vereda II, tem a seguinte formação:

- Festeira: quem organiza tudo, fica responsável pela organização da folia. No caso dessa folia é a festeira quem carrega a bandeira. Além disso, a folia sai de sua casa e no final do dia retorna, momento em que é hasteada a bandeira, solta a pomba e encerrada a Folia;
- Folião de Guia: é aquele que vai puxando os cantos;
- Folião de Contra-Guia: vai ajudando o folião Guia geralmente são dois;
- Intercessor: Fica responsável por rezar o terço durante todo o trajeto
- Tocadores: Os tocadores são aqueles que vão tocando bumbo, caixa e outros instrumentos;
- E os demais que acompanham a folia são os componentes da folia, que ajudam na “cantoria”, é comum a folia ir aumentando à medida que se vai passando nas casas.

Durante todo o percurso a intercessora continua rezando o terço em voz baixa, e os cantadores vão entoando cantigas saldando o Divino Espírito Santo. A folia vai seguindo a trajetória previamente acordada, ou seja, indo de casa em casa segundo o trajeto estabelecido para cumprir a jornada. De certa forma a Folia do Vereda II teria um esquema circular como pode ser visto na figura 3 logo abaixo.

Figura 3: Representação da folia do Divino Espírito Santo na região Pé de Serra



Fonte: Pesquisa de campo 2006, elaborado pelo autor.

A jornada aqui pode ser compreendida como um conjunto de visitas rituais às casas dos moradores dos assentamentos que tem devoção ao santo. Por causa das distâncias serem muito grandes de uma casa a outra, maior parte do trajeto é feito de camionete e caminhão e os foliões vão em cima desses carros.

Para Brandão (1981), a folia contribuiria para estabelecer um amplo ritual religioso por onde circularia um conjunto de dádivas entre um grupo de assentados cujas casas ela passa. Desta forma a folia pode ser vista como um conjunto de rituais onde os assentados se relacionam entre si e com o Divino Espírito Santo num amplo sistema de trocas.

É importante ressaltar que na Folia de 2006 foram visitadas 16 casas incluindo a da festeira e todas as casas visitadas eram de famílias da religião católica, envolvendo devotos dos assentamentos Vereda II e Boa Vista. No entanto, durante a festa de encerramento que acontece na casa da festeira, todos os moradores dos assentamentos da região são convidados, católicos ou não, e os assentados de outras religiões acabam participando. No relato da festeira logo abaixo essa posição fica mais bem explicitada,

“Aqui todo ano depois que hasteada a bandeira, e que a festa começa vem todo mundo, católico, crente, macumbeiro, quem vier será bem recebido (...) eu acho que esse ano deve vim umas 400 pessoas, que comem, dançam até o dia raiar” (Festeira, assentamento Vereda II, 2006).

Além disso, os foliões relataram que a folia é um momento de integração entre católicos e não católicos e também entre pessoas de outros assentamentos e da cidade que vão para o assentamento no final de semana da folia.



Foto: 23– Festeira carregando a bandeira do Divino.



Foto: 24 – Foliões louvando o Divino em uma residência do assentamento Boa Vista.

A chegada da folia na casa é considerada um dos momentos mais importantes da folia. Nesse instante a folia é recebida com foguetes e cantoria. O primeiro ritual está relacionado com quem carrega a bandeira, que vai até o dono da casa que geralmente recebe os foliões na porta da sala, e lhe é perguntado se ele aceita a folia; aceitando a folia, o dono da casa beija a bandeira e convida a folia para entrar em sua casa, então os foliões agradecem e entram na casa cantando e louvando.

“Na casa, o proprietário oferecesse uma oferta, que no final é destinado para alguma igreja. (...) essa celebração é importante porque também é uma

evangelização. E cada família da aquilo que pode e não é obrigado a dar, mais praticamente todo mundo dá alguma coisa para o Divino” (Sr. JB. Assentamento Boa Vista, 2006).

A bandeira simboliza um dos elementos mais importante da festa, nela contém os dizeres dos sete dons do Divino Espírito Santo, que são: Sabedoria, Inteligência, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade e Temor a Deus. Esses dons segundo a festeira foram tirados da Bíblia. Para um participante da folia, um caminho a ser buscado seria o desses dons que o Divino representa.

Brandão (1981) chama atenção que todo esse ritual funcionaria numa seqüência de pedidos, ofertas e agradecimentos. Nesse sentido,

“Receber a Folia em casa é muito bom, porque traz saúde, aumento de produção e fartura para a minha família. (...) Já é dois anos que eu ofereço o almoço para os foliões” (Sr. A. Assentamento Boa Vista, 2006).

“Eu faço questão que a folia passe na minha casa, porque sempre da proteção e benção, para toda a minha família. (...) o que eu puder fazer para que a festa aconteça todos os anos eu vou fazer” (Sra. P. Assentamento Vereda II).

Um dos momentos de mais emoção da festa é o hasteamento da bandeira e a soltura de uma pomba branca que simboliza o Divino; esse é um instante de muita emoção na festa, quando os devotos procuram agradecer ao santo as graças alcançadas. Depois desse momento, os foliões juntamente com os convidados vão dançar a catira, uma dança típica da região. Nesse sentido, é possível perceber que o Sagrado e Profano andam de mãos dadas nessas celebrações.



Foto: 25 – tocadores da folia animando a catira.



Foto: 26 – Foliões louvando o Divino em volta da mesa de jantar.

E antes de iniciar o baile todos vão para o redor da mesa de jantar, rezam e agradecem ao Divino por mais um ano com saúde e fartura. Depois dessa celebração inicia-se o jantar e a festa se encerra com um forró e um bingo que dura a noite toda. Durante a festa é possível perceber assentados de todos os credos que se juntam e participam das comemorações dessa festa, além da participação de moradores da cidade.

3.5. Organização associativista e grupos de afinidades nos assentamentos

Com a definição de quais famílias seriam assentadas na região, foi necessário formar as associações e constituir as diretorias de cada assentamento da região. Essa medida era uma exigência do INCRA, que determinava que os assentados se organizassem segundo um modelo específico de representação, ou seja, através das associações de assentados.

Essa medida visava evitar a pulverização das reivindicações e facilitaria na visão do órgão a negociação com um grupo de representantes dos assentamentos constituídos legalmente. Assim, o órgão evitava tratar reivindicações individuais ou de cunho pessoal. Ademais, as associações tiveram o incentivo do superintendente da SR (28) da época, que explicou para os futuros assentados a necessidade de se fundar uma associação para facilitar a relação com o INCRA, pois pouparia trabalho e tempo na visão dele.

Para Castro (1995), o reconhecimento por parte do órgão dessas associações seria uma forma do Estado perceber os assentados como beneficiários e não como agentes. Desta forma, o órgão acaba considerando estes como incapazes de definir quais os benefícios que eles querem receber, e assim o Estado liberaria o mínimo e evitaria maiores conflitos.

“O PNRA propunha algo que parecia novo, baseado num suposto diálogo do qual sugeria o atendimento às demandas dos assentados. No entanto, o diálogo se efetiva concretamente, não de forma geral, mas através de canais que o próprio INCRA define como legítimos e que geralmente são as associações e em casos extremos, as lideranças dos movimentos.” (idem, 1995:141).

Diante dessa exigência legal por parte do INCRA, os assentados não tiveram alternativas a não ser reunirem-se e definir uma diretoria para representar cada assentamento. Depois de constituição das associações, o INCRA passou a atender apenas as reivindicações dos representantes eleitos pelos assentados. Esses representantes passaram a ter um peso grande nos assentamentos. Normalmente cada assentamento formou apenas uma chapa para representar cada assentamento.

No entanto, é importante ressaltar que no caso do assentamento Vereda II houve uma disputa entre dois grupos que pretendiam representar o assentamento: o primeiro, daqueles acampados que tinham ficado quase todo o período na área; e o segundo, de um grupo que reivindicava o direito de representar os demais por julgarem acampados excedentes⁵³ nas outras ocupações. Esse grupo formou a Associação dos Trabalhadores Rurais do Vereda II, enquanto o primeiro formou a associação das famílias acampadas no Vereda II. Por causa dessa disputa o assentamento rachou e duas associações foram formadas. Essa situação no Vereda II levou desconfiança e desrespeito entre eles, ocasionando sérios conflitos de convivência que os entrevistados atribuem a esse período conturbado de formação do assentamento.

É importante ressaltar que nas reuniões que tive a oportunidade de acompanhar nos quatro assentamentos, percebi que a participação das mulheres nas assembleias acontece de forma bastante ativa na hora da tomada de decisões. Além disso, muitas mães vão para as reuniões com os filhos menores no colo e participam intensamente. Essa participação, segundo elas, é algo que existia desde o período de acampamento, pois as mesmas não ficavam responsáveis só por atividades do lar, mas em muitos casos, em participar das negociações com o INCRA.

⁵³ *Excedente* é um termo muito comum utilizado pelos assentados e técnicos do INCRA para definir as pessoas cadastradas como beneficiários da reforma agrária, que não foram contempladas num determinado assentamento e que, pela menor pontuação obtida, ficaram na lista de espera para serem assentadas.



Foto: 27 – Reunião no assentamento Vereda I.



Foto: 28 – Reunião entre os assentamentos na Escola da Boa Vista com o INCRA e outras autoridades em 2006.

Os modelos de estatuto seguido pelos assentados foram basicamente o mesmo, e tinham como objetivo principal,

“Parágrafo Único – A Associação é a única e legítima representante dos pequenos produtores, cabendo levar as reivindicações e soluções, junto às autoridades competentes, nas instâncias: locais, estaduais (regionais) e federais” (Estatuto da associação P.A. Vereda I, 2000:1).

Passados quase oito anos de constituição dos assentamentos, os assentados reconhecem que os estatutos que foram apresentados à época eram impróprios para as atividades deles.

“Marcelo hoje que eu vejo que o nosso estatuto era um estatuto que tinha clausulas de condomínio, ai que a gente descobriu que na época o modelo de estatuto que circulou aqui era de condomínios” (Assentada do Vereda I, 2004).

Segundo foi levantado nos quatros assentamentos foram realizadas reuniões para que o estatuto fosse modificado e que se permitisse a inclusão e ou a supressão de parágrafos que melhor atendesse os interesses dos assentados.

3.5.1. As associações ao longo dos anos

Nos primeiros anos, a união entre os assentados e a participação nas assembléias era grande. Com o passar do tempo, as associações foram quase desmobilizadas. Para os assentados a explicação estaria relacionada a dois fatores: o primeiro, por causa do período que viveram no acampamento onde o hábito de fazer reuniões era freqüente; E por outro, apontado como o mais importante, estava relacionado com a liberação dos créditos, tanto o crédito habitação quanto o PRONAF A e PRONAF A/C, pois quem levava e trazia notícias sobre a situação dos créditos eram os representantes das associações. Para Zimmermann (1989), isso aconteceria porque com a efetivação no assentamento, os assentados acabavam ficando desmobilizados.

Esse período de definição dos créditos é apontado como um dos mais tensos nas assembleias, pois nos assentamentos pesquisados existiam assentados que queriam uma assistência técnica que favorecesse a utilização dos créditos para outra finalidade que não fosse aquela aplicada na propriedade. Para exemplificar essa situação, apresentarei os casos dos assentamentos Vereda I e Vereda II que tive a oportunidade de acompanhar o desfecho dessa história.

Para os assentados do Vereda I, um período de muito embate nas assembleias da região foi na época de definição da assistência técnica: de um lado, existia um grupo apoiado pela maioria dos membros da diretoria da associação, que queria que a assistência técnica fosse feita por uma empresa particular (SINUELO), e do outro um grupo de assentados que queriam que assistência fosse feita pela EMATER-DF.

Depois de muitas reuniões e embates o grupo que queria a empresa SINUELO acabou ganhando, pois a empresa tinha prometido aos assentados que facilitaria a utilização dos recursos conforme os assentados desejavam, ou seja, eles poderiam utilizar os recursos em outros locais e não somente em seus projetos⁵⁴. Atualmente os assentados, reconhecem que a escolha da empresa particular foi um desastre, pois não houve acompanhamento; e essa decisão só aconteceu porque os assentados foram influenciados por aqueles que queriam facilidade para aplicar o dinheiro em outra coisa, principalmente àqueles que tinham interesse de vender seus lotes ou os que não ficavam no assentamento.

No caso dos assentamentos estudados a organização econômica e da assistência técnica foram as mais tensas, o que me leva a pensar no estudo de Silva (2001), que percebeu que o momento de organização econômica dos assentamentos poderia refletir relações conflituosas, que são vivenciadas historicamente no cotidiano de consolidação da organização social e política dos assentamentos.

A EMATER por sua vez alegou que não poderia trabalhar com o assentamento dividido: assistia a todos ou a nenhum. Isso porque, segundo um técnico da EMATER, os trâmites com o INCRA seriam mais fáceis. Esse caso mostra que a decisão do órgão de tratar os assentados como grupo coeso e que teriam que ter uma representação única mostra a ineficácia desse modelo imposto de cima pra baixo, ou seja, da constituição das associações sem uma prévia discussão do que isso significa.

Sobre essa questão os próprios assentados reconhecem o desconhecimento do que seria associativismo ou como deveriam fazer para constituir uma associação. Mas, na época, a exigência por parte do INCRA para que as associações fossem formadas fez com que os assentados aceitassem essa regra sem nenhum questionamento.

“A única discussão que houve foi igual a eu te falei ninguém, entendia o que era associação o que era um estatuto, como a associação é uma exigência do Incra para facilitar a conversa com a comunidade, ai ele exige uma associação para se organizar, ai quando tem problema o assentamento, associação que vai lá resolver. E na época como o Incra tinha pressa para assentar ai, que conhecia um pouco que era a Iv e o P foi lá e arrumou um estatuto e trouxe. (...) Então as pessoas aqui quando montou essa associação aqui nem sabia o que era, foram no cartório pegaram um estatuto, copiou o que achavam o que era bom para o assentamento, e não discutiram com a gente, ninguém teve direito de discutir uma clausula se quer. É tanto que até hoje o estatuto nosso é grande muita gente leu mas ninguém entendeu o documento. Agora que começamos esse negócio de associativismo no curso, que vimos que todo mundo dos outros assentamentos no curso tem

⁵⁴ Segundo as normas do financiamento do PRONAF, cada assentado teria que apresentar um projeto, com acompanhamento da assistência técnica. Por outro lado, essa ficaria responsável de acompanhar os projetos e ganharia 10% do valor total dos projetos, ou seja, no caso dos assentamentos da região a empresa ganhou cerca de R\$ 1.200,00 por projeto.

dificuldade no assunto de associação. Então, agora que a gente está começando a entender o que é uma associação, pra que serve, como agir, como ela deve ser montada”. (Assentada do Vereda I, 2004).

Na narrativa acima é possível depreender que, só depois de alguns anos vivendo no assentamento e passando por todo ritual de constituição do assentamento, os assentados tiveram a dimensão da importância da associação. Além disso, o desconhecimento do que seria uma associação está associado à trajetória desses atores que, ao longo de suas vidas, não tinham se deparado com a necessidade ou a importância de se organizarem para conseguir aquilo que necessitam.

3.5.2. As outras formas de organização

Ao longo dos anos, os assentados passaram a perceber que as associações de representação dos assentamentos eram muito importantes como instrumento de representação dos assentados. No entanto, estas não atingiam os benefícios que os assentados queriam, por isso com o passar do tempo foram se formando grupos de afinidades⁵⁵ e até mesmo outras associações e cooperativas de produção com objetivos distintos, indo desde a organização, a comercialização dos produtos produzidos nos assentamentos da região. Até julho de 2006 na região existiam cerca de cinco associações⁵⁶ e duas cooperativas voltadas para produção (uma delas do assentamento Boa Vista, foi criada por produtores de arroz desse assentamento, denominada de COOPERANSA na época da pesquisa ela tinha cerca de 35 cooperados, segundo dados de um de seus associados).

No caso dos grupos de afinidade, basicamente eram formados por pessoas que diziam compartilhar das mesmas opiniões e para se produzir ou trabalhar em parceria, através de mutirão ou através de alguma experiência coletiva. Bauman (2003) chama atenção para o tipo de contrato que se estabelece entre esse tipo de comunidade, centrado na idéia de ajudar uns aos outros para, quando precisar, obter a ajuda necessária.

Nos assentamentos da região esse tipo de contrato cunhado por Bauman (2003) se deu a partir das experiências com os grupos de afinidades, formados por membros dos assentamentos que têm objetivos em comuns.

“Bom depois do curso que a gente está fazendo na escola agrícola, a gente veio com a idéia de grupo de afinidades, (...) esses grupos são formados por pessoas aqui do assentamento que trabalham na forma de mutirão e na base da troca de dias, ou que tem plantado ou criado alguma coisa em comum. Assim todo mundo acaba ajudando todo mundo. Mas não é todo mundo que participa não, só aqueles que têm uma visão mais coletivista que aderiram a idéia” (Sra. Ar. Vereda I, 2004).

⁵⁵ Segundo os assentados o termo afinidade estaria relacionado a objetivos e a semelhanças em comuns.

⁵⁶ As associações a que me refiram nessa seção são aquelas constituídas não com interesse de representação do assentamento mais para a representação de grupos de assentados como a Associação dos Produtores da agricultura familiar solidário do cerrado e APFSAC, entre outras.

A idéia dos grupos de afinidades surgiu no curso Técnico de Unaí,⁵⁷ onde alguns assentados da região eram alunos. A concepção dos grupos de afinidade seria organizar os assentados para que produzissem de forma coletiva algumas culturas que fossem de prioridade para a alimentação da família, como no caso do arroz.

Desta forma, alguns grupos foram se formando nos assentamentos da região e a experiência mais bem sucedida foi no Vereda I, que formou um grupo de assentados para plantar arroz e constituir uma casa de farinha. Para formação do grupo, todos os assentados foram convidados; no entanto, a participação no início foi pequena, mas com o tempo chegou a 20 famílias, em sua maioria daquelas famílias que ficam direto no assentamento. Outra característica desse grupo é que em sua maioria os participantes são mulheres do assentamento.

Na justificativa deles, por um lado, as mulheres gostariam de trabalhar mais no coletivo do que os homens e por outro, as mulheres que participam do grupo de afinidade construíram uma amizade durante o período de acampamento ou até mesmo anterior a essa fase, pois muitas já foram vizinhas em cidades satélites de Brasília.

Para Carvalho (1999), é muito comum nos assentamentos rurais que as interações entre grupos aconteçam considerando a socialização construída anteriormente à fase de assentamento - como no caso do Vereda I, onde os assentados tinham construído na cidade as relações sociais que se reproduziram no assentamento.

A partir da experiência do grupo de afinidade os assentados participaram de um concurso promovido pela Comunidade Solidária, sagrando-se vencedores através de um projeto que previa a utilização do prêmio em ações coletivas, coordenado pelo Grupo de Trabalho e Apoio a Reforma Agrária da Universidade de Brasília. No capítulo cinco voltarei a esse assunto.

O grupo de afinidade na época da pesquisa era visto como um instrumento que proporcionava a união entre os assentados. Isso porque, depois dessa experiência do plantio e da casa de farinha, os assentados passaram a buscar outras formas de integração, como a realização de jogos de futebol e almoço coletivos, trazendo para participar dessas ações não só as famílias que participam do grupo, mas até mesmo assentados dos outros assentamentos.

“O campo de futebol da Boa Vista foi uma boa idéia porque vem o pessoal jogar e também vem à família assistir o campeonato é uma festa que vem todo mundo, o campo foi uma boa”. (Assentado do Vereda I, 2006).

O trabalho no grupo coletivo envolveu tanto homens quanto mulheres no preparo do solo e no plantio das culturas que eram cultivadas, sobretudo arroz. Foram escolhidas duas áreas para plantar o arroz, e essas áreas foram cedidas por duas famílias de assentados que participavam do grupo. Para escolha da área o critério adotado foi o *parâmetro técnico*. Em fevereiro de 2006 o grupo tinha definido uma escala de trabalho para que não houvesse o problema de uns trabalharem mais do que os outros.

Na visão do grupo de afinidades esse seria um dos principais elementos para que atividades de natureza coletiva como o mutirão não desse certo, ou seja, a preocupação de se trabalhar mais do que o outro. E na hora da divisão do produto, quem trabalhou mais, ser prejudicado. Para evitar essa situação, definiram escalas de trabalho para todos os participantes do grupo de afinidade de forma que ninguém fosse prejudicado. Segundo eles, essa escala foi exaustivamente discutida para se chegar num ponto que satisfizesse a todos.

A problemática de se calcular um tempo justo ou uma forma de se remunerar os participantes do grupo de afinidades também foi observado por outros autores que estudaram mecanismo de associação interna de grupos de assentados em outras regiões.

⁵⁷ No capítulo cinco falarei do curso técnico de Unaí.

Nesse sentido, cito os estudos realizados por Zimmermann (1989), em que a autora observou que uma das principais dificuldades encontradas pelos atores estudados por ela foi a forma de definir a equivalência entre a força de trabalho empregada e a remuneração que os indivíduos participantes dos grupos teriam direito. Para ela essa seria um das principais motivos para que as famílias abandonassem esse tipo de organização.

De acordo com os participantes do grupo de afinidade a idéia de se organizar em grupos foi despertada a partir da experiência com a elaboração dos PDA's na região e com algumas práticas realizadas durante o período de acampamento. Mas a orientação principal foi a partir da inserção do Grupo de Trabalho de Reforma Agrária da UnB, que passou a incentivar esse tipo de organização nos assentamentos da região. É importante ressaltar que GT-UnB é o principal e talvez o único mediador que incentiva a prática de organização coletiva nos assentamentos da região.

No caso da casa de farinha, as mulheres são as responsáveis por quase toda a fabricação da farinha; a exceção seria arrancar a mandioca, que é considerado um trabalho pesado e, assim, essa parte do trabalho é realizada pelos homens do grupo. A casa de farinha tem sido considerada um espaço não só destinado à produção, mas também como um espaço de discutir os problemas das famílias, isso porque as mulheres trabalham em grupos, como gostam de dizer, estão sempre falando de seus problemas em casa e do assentamento.

“(...) Às vezes alguém está com problema em casa, de saúde, de alguma coisa. Aí uma conversa com a outra. Aí é um momento de desabafar. De trocar idéias, e a gente faz isso quando esta aqui na casa de farinha” (Assentadas do Vereda I, 2006).

Com o passar do tempo, as assentadas responsáveis pela fabricação da farinha acabou formando um grupo à parte, e é comum encontrá-las juntas. Segundo uma assentada, a casa de farinha tinha passado a ser a extensão de sua casa e as companheiras eram como irmãs.

Heredia (1979) já tinha observado situação semelhante no sertão brasileiro, onde é grande a importância da casa de farinha como um espaço que reforça as relações sociais, além de ser um importante ponto de encontro das comunidades sertanejas.



Foto: 29 – Assentadas torrando farinha.



Foto: 30 – Assentadas ensacando farinha.

Na fase da pesquisa, o grupo que trabalhava com a casa de farinha tinha começado a tirar as primeiras farinhadas, termo usado pelos nativos para descrever o produto produzido. O excedente da farinhada estava sendo comercializado com comerciantes da região e já existia

uma proposta da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de comprar o produto produzido na casa de farinha. Além das famílias que participavam do grupo de afinidade, aqueles assentados da região ou até mesmo do próprio assentamento que não participavam do grupo de afinidade poderiam utilizar a casa de farinha, mediante a percentual da farinhada, que ainda estavam em processo de discussão de quanto seria. Essa taxa seria revertida em melhorias para a casa de farinha.

Além do grupo de afinidade do Vereda I, outras experiências na região caminham para um modelo de organização centrado principalmente na produção. Como exemplo o caso da cooperativa dos produtores de arroz do assentamento Boa Vista, criado com objetivo de apoiar os assentados daquele assentamento que resolveram produzir arroz. A cooperativa contou com apoio da CONAB, que fica com toda a produção dos assentados. Segundo um dos representantes da cooperativa, seria uma forma de evitar atravessadores, porque a CONAB, por ser uma companhia do governo, daria mais apoio aos assentados.

Assim, para o representante da cooperativa entrevistado, um dos objetivos da cooperativa seria o desenvolvimento de atividades que lhes garantam a inserção no mercado e que visem também à reprodução da unidade familiar. Nesse sentido a pesquisa de Silva (2001) mostra que cooperação pode ser entendida como um dos caminhos de organização que proporcionaria a viabilidade econômica dos assentamentos.

Além dessas experiências existentes, outras formas de organização estão surgindo nos diversos assentamentos da região. Neste bojo, pode-se citar a associação de mulheres do cerrado, que abarca sócias de todos os assentamentos da região, inclusive da fazenda Baixão, que é um assentamento do Banco da Terra.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar destas novas associações ou cooperativas de produção estarem surgindo com o intuito de auxiliar os assentados em seus interesses, ainda é possível perceber que algumas destas organizações teriam, sobretudo, o interesse de promover, sobretudo politicamente, alguns assentados da região, causando inclusive prejuízos, como foi o caso de uma cooperativa fundada no assentamento Vereda II, que tinha o objetivo de coordenar as áreas coletivas como o mangal e represas. No entanto, a diretoria acabou desviando o dinheiro das mangas e destruindo as represas. Essa situação acabou contribuindo para a desconfiança com esse tipo de modelo de organização no assentamento Vereda II.

3.6. As áreas de reserva dos assentamentos

As áreas de reservas foram constituídas em todos os assentamentos como reservas legais e permanentes, uma exigência dos órgãos ambientais principalmente o IBAMA. Normalmente essas áreas são as matas ciliares, matas fechadas e os 20% de áreas exigidas por lei para cada chácara. Nestas áreas de reservas podemos encontrar aroeiras, jatobá, angicos, sambaíba, jacaré, buriti, pau-d'alio, capitão, macambeira, landim, sangra-d'água, pindaíba, imbé, capão de pindaíba, barú, samamabaia, cupuaçu, jequitibá, articum, pequi, amoreiro, cajueiro, pitomba, jangada, angá e canzileiro. Animais como tatu, mutum, jaó, perdiz, ema, sirriema, veado, papagaio, arara, ararinha, lobo-guará, macacos, tamanduá bandeira, morcegos, entre outros.

Na época da demarcação dessas áreas, os assentados questionaram muito o critério utilizado entre o IBAMA e o INCRA. Na visão deles algumas áreas destinadas a reservas permanentes seriam propícias para exploração das chamadas culturas.

Seguindo essa ótica, as reservas legais seriam de responsabilidade de todo o assentamento, e em caso de algum problema com o órgão ambiental todos teriam que se responsabilizar e a exploração a essas áreas seria vedada. No entanto, em setembro de 2004

quando retornei à região para iniciar essa pesquisa, percebi que essas áreas estavam sofrendo intensa exploração, principalmente através da ação de carvoeiros.

Essa ação, de acordo com o que pude apurar só era possível porque alguns assentados que faziam divisas com as áreas de reservas permitiam essa exploração. Naquela época esse evento era um dos principais motivos de tensões entre os assentados, pois alguns carvoeiros e até mesmo assentados que estavam explorando as áreas já haviam ameaçado de morte os assentados que estavam ameaçando denunciar o fato. Eu mesmo tive a oportunidade de presenciar um assentado ameaçando o outro de morte caso ele entrasse na sua área para retirar madeira da mata sem sua autorização.

Entretanto, de acordo com os assentados, várias denúncias foram feitas, principalmente por assentados que queriam preservar essas áreas por acreditar que sem a mata seria difícil a manutenção das famílias na região. Alguns acreditavam até que as mudanças climáticas que estavam acontecendo na região estavam associadas ao desmatamento e as queimadas que estavam sendo feitas.

“Marcelo, depois que o pessoal começou desmatar isso aqui, o clima foi ficando mais quente, a chuva passou a demorar vim, e tem mais teve uma praga de morcegos que começou atacar os animais, depois que a mata começou a ser explorada” (Assentado do Vereda I, 2004).

Esse desmatamento era visível, eu que conheci boa parte dessas áreas como mata fechadas me surpreendi ao adentrar na mata e perceber o desmatamento e o grande número de fornos de carvão. Uma estratégia adotada pelos carvoeiros era desmatar o miolo da mata e deixar as bordas, desta forma numa visão pela periferia da mata não seria possível perceber o estrago causado pela ação destes.

Mesmo sofrendo ameaças, os assentados continuaram denunciando as ações dos carvoeiros, mas nada que efetivamente resolvesse o problema, até aquele momento, tinha sido feito. Essas denúncias foram confirmadas pelo funcionário do INCRA responsável pelo recebimento de tais ocorrências, que configuram como as mais comuns dentro de um assentamento. Ainda segundo o funcionário do órgão, essas denúncias eram mais frequentes nos assentamentos Vereda I e Vereda II, áreas que ainda contavam com uma mata propícia para exploração dos carvoeiros. De acordo com o funcionário do INCRA, logo assim que as denúncias eram feitas, ele transferia a notificação para o IBAMA, que seria o órgão responsável pela fiscalização e que atuava em parceria com o INCRA.

Esse evento das tensões provocadas pela exploração das áreas de reserva me remete a perceber de que forma o conflito por disputas relacionadas ao espaço não apenas físico-territorial, mas também simbólico está relacionado a elementos componentes de lógicas classificatórias distintas. A relação com a natureza em sociedades como a camponesas é marcada por uma exploração da terra e dos recursos naturais com práticas pertencentes a uma gama de justificativas que não aquelas dos espaços institucionais, modernos e detentores de um saber científico específico.

Da mesma forma, no interior de um mesmo grupo (principalmente um grupo heterogêneo como os assentamentos compostos por famílias de migrantes) a forma de apropriação do espaço e feito de forma diferenciada, o que tem ocasionado diversos conflitos na região. Diante dessa situação foi possível identificar tipos de conflitos distintos que seriam aqueles dos assentados com o INCRA/IBAMA e aquele entre assentados carvoeiros com assentados não-carvoeiros.

Durante o trabalho de campo, os embates maiores caíam entre os assentados carvoeiros versus os assentados não carvoeiros. A principal disputa se dava em preservar as áreas de reserva e que apropriação daquele espaço seria importante para a manutenção do assentamento. Já os que aderiram aos carvoeiros viam aquela área como um local para se tirar

uma renda extra, uma vez que os assentamentos ainda não estavam produzindo o suficiente para comercializar.

Essa divisão, certamente, nos diz bastante coisa acerca das disputas por interesse e identifica de que forma essa variedade de percepções e representações podem nos auxiliar a explicar os conflitos advindos nas disputas pelo uso do espaço físico.

Para Romano (1994), o entendimento desses mecanismos funcionaria como princípios de orientação da conduta da visão de mundo dos atores, agregando interesses, demarcando e delimitando grupos sociais nos assentamentos.

No ano de 2005, o IBAMA, juntamente com o INCRA, fez uma blitz na região e vários assentados foram multados por terem desmatado as áreas de reservas ou por terem permitido que utilizassem sua chácara como rota de saída dos carvoeiros.

3.7 Considerações finais do capítulo

Esse capítulo teve por objetivo apresentar um debate dos diferentes planos de relações sociais que são construídos pelos assentados na região. Essas reflexões me conduzem a pensar os assentamentos sem isolá-los de outros universos sociais. Sendo assim, é possível afirmar que os assentamentos rurais estão em contínua relação com outros espaços. Isso porque a maioria dos assentados não são da região, já chegaram ali com relações sociais pré-constituídas e que mesmo estando em outros universos sociais - os assentamentos - essas relações ainda continuam existindo. Prova disso é a relação que buscam na cidade, através dos trabalhos temporários e em alguns casos até do trabalho permanente. Nesse caso o ônibus seria um elemento importante dessa relação, pois como foi dito seria o principal elo entre esses dois universos.

Outro elemento importante apontado é o processo de organização que esses assentados buscam nos espaços da igreja, do bar, do campo de futebol e das festas religiosas, como um meio de promover uma reunião entre vizinhos e contribuir para as atividades recreativas dos assentados. Para Queiros (1973), eventos como as festas religiosas são importantes para integração e união dos moradores de uma comunidade.

Ao longo da pesquisa outro ponto desse processo de organização que ficou claro foi o desafio dos assentados em organizar suas entidades mais formais, reflexos que influenciaram inclusive no processo de produção dos assentamentos, como foi no caso da escolha da assistência técnica. No entanto, os assentados desenvolvem outras formas de ajuda mútua que contribuem nas relações de trabalho e produção. Esses pontos, ou seja, as relações de trabalho e a organização da produção nos assentamentos serão analisadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

“(...) a casa de pé, cada um de nós estaria também de pé, e que para manter a casa erguida era preciso fortalecer o sentimento do dever, venerando os nossos laços de sangue, não nos afastando da nossa porta, respondendo ao pai quando ele perguntasse, não escondendo nossos olhos ao irmão que necessitasse deles, participando do trabalho da família, trazendo os frutos para casa, ajudando a prover a mesa comum, e que dentro da austeridade do nosso modo de vida sempre haveria lugar para muitas alegrias, a começar pelo cumprimento das tarefas que nos fossem atribuídas, pois se condenava a um fardo terrível aquele que se subtraísse às exigências sagradas do dever (...)”

Lavoura Arcaica -Raduan Nassar

Neste capítulo pretende-se apresentar uma caracterização geral das relações de trabalho e da organização da produção. Além disso, apresentar o perfil tecnológico adotado pelos assentados, bem como a utilização dos créditos e assistência técnica prestada nos assentamentos da região. Para tanto, o capítulo está dividido em cinco seções.

4.1. As similaridades entre os assentamentos e o sítio

De uma forma geral, os assentados, sobretudo aqueles que vivem e produzem nos assentamentos reproduzem nesse espaço relações com a terra e o trabalho bem próximas daquelas estabelecidas por Woortmanns (1997), ao estudar os sítios no sertão, que os autores definiram como um espaço designado como local da vida e do trabalho do agricultor sertanejo – *o chão da morada*, “um marco simbólico” acionado pelo morador ou pelo agregado para legitimar sua presença na terra onde vive e trabalha.

Além disso, no seu sentido mais estrito, o vocábulo *sítio* possui três significados diferentes que correspondem, como escrevem os autores, “a espaços simultaneamente físicos e sociais” (idem:1997:248). Primeiramente, *sítio* refere-se ao conjunto “casa-quintal” e é um espaço fundamentalmente feminino, da *mãe da família*.

Num segundo sentido, o vocábulo *sítio* evoca um conjunto de espaços articulados entre si. Ele é a somatória “(...) dos seguintes espaços: o mato, a capoeira, o chão de roça e/ou malhada, o pasto, a casa de farinha, a casa e o quintal” (Ellen Woortmann e Klass Woortmann, 1997:27).

O mato é uma área de cobertura vegetal que nunca sofreu derrubada ou que, em caso afirmativo, tenha ocorrido há muitas décadas. A capoeira é um espaço de vegetação aberto onde há a presença de gramíneas, que pode servir de pastagem para o gado ou para plantar uma roça. A organização do espaço do sítio obedece a uma lógica de preservação e de exploração da área buscando-se o equilíbrio com a natureza.

Ao contrário da casa, esse é um espaço predominantemente masculino, lugar do trabalho do *pai da família*, do “homem da casa”. Nesse contexto, o sítio pode ser entendido e vivido como um momento fundamental no “ciclo evolutivo da família”. Pois, a rigor o sítio é o lugar de uma família elementar ou nuclear (conjunto formado pelos pais e filhos). Ao longo do tempo, contudo, os filhos deste casamento podem depois de velhos e já casados, obter um espaço no território para construir sua própria casa (o seu chão da morada).

Quando há terras suficientes, o pai pode ceder algumas tarefas para que seus filhos possam construir suas próprias roças. Quando o espaço é restrito, entretanto, eles são obrigados a plantarem suas roças em terras alheias através do sistema de parcerias, por arrendamento ou meação. O valor do arrendamento é pago de acordo com a produção e pode variar do pagamento do quinto ou do quarto, conhecidos como “um pra cinco” ou “um pra quatro”, respectivamente. É importante ressaltar que esses percentuais de pagamento da renda são variáveis por produtos, por regiões e até mesmo de um sítio para o outro. E em alguns casos, foi possível perceber que alguns produtores que criam gado abrem mão dessa percentagem para ficarem com a palhada para o gado pastar. Outra forma de arrendamento se dá quando o dono do terreno entra com a terra, sementes e insumos e o arrendatário entra com a mão-de-obra da família. Nestes casos, o mais comum é que a produção seja dividida.

O terceiro sentido atribuído ao termo *sítio* é aquele referente a um conjunto de várias famílias elementares unidas entre si e ao território por laços de vizinhança e auxílio mútuo. Algumas famílias, sobretudo, no assentamento Vereda I que foram juntas para os assentamentos, mesmo havendo sorteio das chácaras, acordaram que aqueles grupos familiares que estavam presentes no acampamento deveriam ser beneficiados com parcelas próximas uma das outras.

4.2. As relações de trabalho e produção

Essa relação com a terra e o espaço de produção similar ao sítio estabelecido pelos Woortmanns (1997), na realidade aqui estudada, pode ser entendida a meu ver por duas referências. A primeira é a sua relação com a terra, que se deu no período em que a maioria morou no campo, principalmente em regiões do nordeste brasileiro onde essa relação com esse tipo de configuração e ocupação do espaço é muito comum, na qual a base da produção era familiar em pequena parcela de terras da família ou até mesmo arrendada. Esse tipo de relação de certa maneira está sendo reproduzida no assentamento, uma vez que a maioria das famílias que estão plantando utiliza a mão-de-obra familiar ou ajuda mútua (troca de dias), o que será abordado mais a frente.

Em alguns casos, principalmente aqueles que compraram chácara recorrem à utilização de mão-de-obra extra, nesse caso acabam contratando assentados da própria região. Os mecanismos de contratação são de duas formas: a primeira é a seca (sem refeição). Neste sistema, a diária varia de R\$ 15,00 a 20,00⁵⁸. A segunda é quando se fornece a refeição ou (diária com merenda) está em R\$ 12,00 a 15,00. O valor também pode variar de acordo com o tipo de atividade desenvolvida, com o período do ano ou da necessidade de mão-de-obra extra. Por exemplo, no plantio de arroz que é feito com matraca o dia de serviço normalmente é mais remunerado porque somente alguns assentados dominam a técnica do uso da matraca.

A segunda relação está ligada com as necessidades alimentares que visavam assegurar a alimentação direta e imediata da família. As principais culturas produzidas eram: milho, feijão, arroz, abóbora e mandioca. O excedente da produção na medida do possível é destinado à venda ou à troca em feiras ou atravessadores. No assentamento, essa situação é observada onde a prioridade é plantar para o consumo familiar; em média são plantados cerca de dois hectares por família, podendo variar de acordo com o tamanho da família e as condições financeiras destas, sendo esta a situação mais preponderante.

Nas entrevistas realizadas com as mulheres, foi possível perceber que nos períodos de chuva, quando se tem maior disponibilidade de água para produzir, o trabalho das mulheres é mais intenso na roça. Além disso, é o período ideal para se realizarem mais tarefas. É importante ressaltar que em algumas chácaras, de que a mulher é a proprietária, todo o trabalho é realizado por ela com ajuda de filhos ou até mesmo através da utilização de algum mecanismo de ajuda mútua.

“Aqui, eu trabalho quase que sozinha, quando eu preciso de um serviço mais pesado eu pago um dia de serviço para o fulano ou eu entro no mutirão” (Sra. Assentada no Vereda I, 2004).

Autores como Giacobbo (1994) mencionam que a participação da mulher na roça depende de vários fatores, entre eles, o ciclo de vida familiar, ou seja, idade, número e sexo dos filhos, a possibilidade ou não de contratar mão-de-obra, dentre outros. Dessa forma, o trabalho da mulher não fica restrito apenas ao serviço doméstico.

“A mulher trabalha juntamente com o homem na ‘roça’, desempenhando tarefas muitas vezes específicas do processo produtivo. Mas sua participação nessas atividades é vista como ‘ajuda’” (idem, 1994:85).

Na rotina diária das mulheres que moram nos assentamentos é possível observar que no período de chuvas se exige um tempo maior para a lavoura, isso porque segundo elas o período do verão é muito quente e *não tem muito que fazer*, época que vão buscar trabalho na cidade.

⁵⁸ Valores pagos em julho de 2006

Tabela 9- Rotina diária de mulheres nos assentamentos Pé de Serra

Tempo em horas	Época do verão (Maio a setembro)	Época do inverno (Outubro a abril)
1 – 4	Dormir	Dormir
5	Dormir	Acorda, se arruma, escova os dentes
6	Acorda, se arruma e prepara o café	Prepara o café
7	Pega água, arruma a casa	Pega água, arruma a casa
8	Faz o almoço	Lava roupa
9	Roça	Lava roupa
10	Roça	Cata o feijão e prepara o almoço
11	Roça	Almoça
12	Almoço	Limpa as vasilhas e descansa
13	Descanso	Roça
14	Pega lenha	Roça
15	Lava roupa	Roça
16	Lava louça	Roça
17	Prepara a janta	Volta
18	Toma banho	Toma banho e prepara a janta
19	Janta	Janta
20	Arruma a cozinha	Arruma a cozinha e se prepara para dormir
21*	Se prepara para dormir	Dormir
22 - 24	Dormir	Dormir

Fonte: pesquisa de campo outubro de 2004.

* com a chegada da luz em 2006 os assentados passaram a dormir mais tarde por causa da televisão.

Esse quadro expressa a dependência que os assentados têm das condições climáticas às quais estão sujeitos. Diante desse contexto, Garcia Jr. (1989), em seu estudo no Nordeste, aborda essa relação de dependência entre o calendário agrícola e as condições climáticas, principalmente no período das chuvas, sendo o planejamento das atividades afetado diretamente por essa relação.

No caso dos homens a maioria trabalha na roça no verão até as 14 horas porque o sol é muito quente e no período de plantio eles aproveitam o dia ao máximo. Dessa forma a vida dos assentados segue uma rotina diária, semanal e anual, muito próxima da rotina de trabalho do caipira, observada por Candido (1987):

“O ritmo de trabalho ou a rotina de trabalho segue o ritmo de sua vida, determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela ‘revolução da lua’, que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência das festas e o contato com as povoações; pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas. A vida do caipira é fechada sobre si mesma, como a vida destas” (idem, 1987:123).

Nos assentamentos da região também foi possível observar alguns tipos de ajuda mútua como a troca de dias ou o mutirão e, em alguns lugares, o batalhão⁵⁹, que é uma prática muito comum nesse tipo de agrupamento e que consiste em:

“A troca de dia é o seguinte: um vizinho ou parente vem para mim e trabalha na minha roça hoje, e depois eu fico devendo o dia para ele, aí eu vou e trabalho na

⁵⁹ Batalhão termo muito utilizado por assentados que vieram principalmente do sertão de Pernambuco.

roça dele depois é assim, sem dinheiro só é pago com o trabalho” (Assentado, Boa Vista, 2006).

Essa relação do mutirão é apontada por diversos autores que estudam o campesinato como uma forma de ajuda mútua. Dentre estes, podemos citar Antonio Candido (1987) que classificou o mutirão em comunidades caipiras como uma das manifestações de solidariedade mais importantes na sociedade caipira que, para ele,

“Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc.” (idem, 1987:68).

Além disso, o mutirão nas comunidades camponesas pode ser visto como ação integradora, que através de obrigações subentendidas regenera os laços de solidariedade. Ainda segundo a autora, o mutirão consiste em uma forma cooperativa de trabalho e é convocado quando se trata da realização de benfeitorias de interesse coletivo (caminhos, capelas etc.), ou quando tarefas têm de ser realizadas com rapidez, ultrapassando os limites do trabalho doméstico (plantio, colheita, derrubadas, construção de casa etc.).

Assim sendo, a relação de vizinhança ou de parentesco é importante para as comunidades dessa natureza, pois os vizinhos e parentes participam das diversas atividades do cotidiano como troca de bens e troca de dias, que auxiliam não só na realização dos trabalhos, mas nas diversas formas de sociabilidade. É importante ressaltar que esse tipo de ajuda mútua só acontece com pessoas dos círculos de confiança do indivíduo, como podemos observar na fala logo abaixo:

“Eu só troco dia de serviço com que eu confio, sei que não vai me deixar na mão porque com desconhecido você nunca sabe o que ele pode fazer, então é melhor trocar dia com que a gente conhece mais” (Assentado, no Água Quente 2006).

Para Weber (1999), esses laços de solidariedade existentes na comunidade podem ser classificados como um “empréstimo de favor”, que se refere a empréstimos sem juros de bens, de uso e de consumo. Seria um trabalho de favor não remunerado, ou prestação de serviços auxiliares em caso de necessidades urgentes. Assim, ações dessa natureza, como o mutirão, estão vinculadas a uma relação de contrato popular que Weber (1999) definiu como ética popular, em que os membros da comunidade poderiam chegar a uma situação em que precisariam da ajuda dos outros.

“Quando se realiza uma troca, rege o princípio: ‘entre irmãos não se regateia’, que exclui o princípio de mercado’ racional para a fixação de preço” (idem, 1999: 247).

Esse tipo de ajuda é encarado de forma voluntária pelos participantes do mutirão. Entretanto, ele poderia ser observado como um conjunto de obrigações como *dar, receber e retribuir*. Quem troca dia tem a obrigação de retribuir o favor recebido. Esse ciclo, que pode ser chamado de *dádiva*, foi analisado por Marcel Mauss (2003)⁶⁰ em sociedades tradicionais, nas quais o autor analisou a presença da *dádiva* como um valor que estabelece conexões entre indivíduos e grupos. A *dádiva* representa uma forma de contrato denominado de *sistema de*

⁶⁰ O autor (2003) procurou expressar sua formulação em cima de regras de sociabilidade fundamentadas na reciprocidade característica de determinado tipo de sociedades chamadas de “primitivas”.

prestações totais (potlatch), que são feitas, sobretudo, de forma voluntária, por presentes, regalos, embora sejam no fundo obrigatórias.

Segundo Mauss (2003), esse conjunto de valores contido no *potlatch* (honra, prestígio, rivalidade, combate e destruição), representa um *sistema de prestações totais* do tipo agonístico, que possui dois elementos essenciais propriamente ditos, que seria o elemento da honra, do prestígio, de *mana* que confere a riqueza, e o da obrigação absoluta de retribuir essas dádivas sob pena de perder o *mana*, a autoridade, o talismã e esta fonte de riqueza que é a própria autoridade.

“Para compreender completamente a instituição da prestação total e do potlatch, resta buscar explicação em outros dois momentos que são complementares destes; pois a prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõem duas outras igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro. A teoria completa dessas três obrigações, desses três temas do mesmo complexo, daria a explicação fundamental satisfatória dessa forma de contrato entre clãs polinésio.” (Mauss, 2003: 200-201).

Ainda, recusar-se a dar, deixar de convidar ou recusar-se a receber equivale a declarar guerra, é recusar a aliança e a comunhão. Mauss (2003) expressa também que o presente recebido é trocado, cria uma obrigação. Assim, o fato da coisa recebida não ser inerte, mesmo abandonada pelo doador, ela ainda é algo dele. Por meio dela, o doador tem uma ascendência sobre o beneficiário, da mesma forma como o proprietário tem, por meio da coisa, ascendência sobre o ladrão.

Para Mauss (2003), essa mistura de direitos e de deveres simétricos e contrários deixa de parecer contraditório se pensamos que, e antes de tudo, há uma mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que são em certa medida alma, e os indivíduos e os grupos, que se tratam em certa medida como coisas.

4.2.1. A roça: lugar do trabalho e de saber

Podemos afirmar que a roça é eminentemente o lugar do trabalho agrícola no interior de uma chácara. Normalmente, ela é construída através do trabalho masculino; no entanto, o trabalho da mulher também deve ser considerado. A roça é o resultado final de um processo amplo que se inicia com a derrubada do “mato” (natureza plena) ou da “capoeira” (natureza regenerada) etapa que aconteceu nos primeiros anos de formação dos assentamentos, onde diversas roças foram formadas entre os tocos, as chamadas rocas de toco. E por fim esse processo termina com o plantio das culturas mais comuns nos assentamentos: arroz, milho e mandioca.

Essa relação construída entre o espaço e a natureza Ellen e Klass Woortmann (1997) observaram em regiões de Sergipe. Nessa as áreas os espaços naturais e os espaços cultivados de um sítio se sucedem e mantêm-se ligados num processo temporal: mato-capoeira-pastagem; mato-capoeira-palma. Entre cada um destes momentos, a *roça* sempre aparece como um termo de mediação. Noutros termos, eles se sucedem mediados pelo trabalho.

“O mato é o ponto de partida de qualquer dos espaços do sítio. Após derrubado, torna-se roça, que se torna capoeira fina. Que evolui para a capoeira grossa, que novamente se torna roça, até que, inviabilizado o rodízio de terras, o solo excessivamente “esmorecido” é coberto de pastagens ou palma” (Woortmann & Woortmann, 1997:29).

	
Foto: 31 – Roça de Toco, mandioca plantada em mata recém desmatada, nos primeiros anos do assentamento Vereda I.	Foto: 32 – Abacaxi plantado em área recém desmatada assentamento Boa Vista.

A roça é, no geral, um espaço contíguo ao chão da morada. Contudo, uma roça também pode ser plantada em espaços alheios ou distantes através de parcerias, como o caso de alguns assentados que cultivam hortaliças em parceria no assentamento Vereda II, com outros assentados que estão próximos às fontes de água como rios ou veredas.

Para Garcia Jr. (1989), a roça se refere ao espaço físico onde são produzidas as condições sociais necessárias para a realização dos cultivos destinados tanto ao auto-consumo, quanto à venda eventual por grupos familiares de pequenos produtores.

Heredia (1979) classifica a roça como o lugar do trabalho dos membros da família e de onde se tira o sustento. Também é o local onde o pai ensina ao filho as técnicas agrícolas, necessárias para o trato com a roça. Portanto, um local de aprendizado.

Na região é muito comum depois da escola encontrar crianças ou adolescentes ajudando os pais nas atividades realizadas na roça. A participação dos filhos nas atividades agrícolas é assim definida por um assentado,

“(...) os meus filhos eu quero que eles estudem, mas também quero que aprendam a lidar com a terra, porque a gente nunca sabe o dia de amanhã e também quando eu morrer essa chácara vai ficar para eles e eles têm que saber fazer o serviço” (Assentado na Boa Vista, 2004).

Assim, a roça além de ser um local de trabalho é um local da reprodução de saber em que os pais repassam para os filhos os conhecimentos necessários para lidar com a terra.

4.3. Cultivar, criar e comer

Na região, o calendário agrícola está associado a dois grandes períodos. O primeiro é marcado por uma estação de chuvas e é quando estão contidos os meses de maior intensidade de trabalho. Geralmente esse período está relacionado às atividades que antecedem ao plantio, que normalmente inicia-se com as primeiras chuvas, conhecidas na região como a *chuva do caju*. Essa chuva serve para fortificar a florada do caju e amacia a terra para o plantio; normalmente a chuva começa no início de setembro. Assim, o calendário agrícola da região estaria relacionado a essa chuva.

Antes dessas chuvas os assentados não preparam a terra para plantar. Nessa etapa, que se inicia no último trimestre do ano, acontece o preparo do solo, aração, gradagem e o plantio do arroz, feijão e do milho. Em alguns casos só ocorre a aração porque o dinheiro não possibilita realizar a gradagem.

No primeiro trimestre do ano acontecem os tratos culturais capinas e adubação. Entre março e maio são realizadas a colheita e a limpeza do arroz e feijão. Em maio e junho, dobram o milho e preparam-se para a colheita desse no mês seguinte. Nos meses de junho e julho, colhem o milho manualmente, às vezes em algumas famílias por meio de mutirão característico pela troca de dias.

De julho a final de setembro, realizam-se outras atividades, como consertar uma cerca, tratar do gado, tirar leite (atividades do cotidiano), ou dos caprinos.

Esse segundo período é marcado por um clima seco e com escassez de chuvas. Aqui nesse período, em que o trabalho é menos intenso no assentamento, os assentados vão procurar trabalho nas cidades satélites de Brasília, deixando a família no assentamento, e em alguns casos, é a mulher que acaba se assalariando na cidade, como empregada doméstica ou diarista.

Em final de setembro, recomeça todo o calendário agrícola. É possível concluir que o planejamento das atividades de trabalho na região está diretamente relacionado com o ciclo agrícola, que por sua vez está relacionado com o ciclo de chuvas da região. Na Tabela 10 observa-se um calendário agrícola das principais culturas cultivadas nos assentamentos.

Tabela 10. Calendário agrícola referente às principais culturas dos assentamentos (arroz, milho e feijão).

Meses	Período de chuva	Preparo do solo	Plantio	Colheita	Tratos culturais	Período de menor intensidade de trabalho nos assentamentos
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Maio						
Junho						
Julho*						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						

Fonte: Essa tabela foi elaborada junto com os assentados da região em fevereiro de 2006

* Ressalta-se que de julho a outubro o volume de trabalho no assentamento é menor, pois é o período de maior escassez de água.

Legenda:

	Período com mais intensidade chuvas na região
	Meses de maior intensidade de trabalho agrícola
	Meses de menor intensidade de trabalho agrícola

Essas condições climáticas atreladas a condições financeiras e de infra-estrutura fazem com que a agricultura da região seja pouco diversificada, ocupando pequenas áreas, visando basicamente o consumo das famílias. Em alguns casos o excedente da produção é negociado em pequenas quantidades. No entanto, até a presente data da pesquisa a maior parte dos assentamentos ainda não está produzindo o suficiente para uma comercialização constante.

4.3.1. As culturas mais cultivadas nos assentamentos da região

Arroz: o arroz é o produto mais plantado de uma maneira geral nos assentamentos, chegando a serem plantados dois hectares em média. A produção fica em torno de 20 sacos de 50 kg na palha por hectares. Do preparo de solo que inicia-se em outubro mais ou menos (dependendo das chuvas do cajueiro) o arroz será colhido de 100 a 120 dias depois. Utilizam no plantio quando podem o adubo 4-14-8 e na cobertura a uréia. As pessoas utilizam cerca de um saco de 50 kg de adubo nos plantios e na cobertura, mas o necessário seriam sete. O plantio é feito manualmente através da matraca - nesse sistema de produção são necessários três dias de serviço de um bom matraqueiro para plantar um hectare de arroz. Tem época de plantio que a

secretaria de agricultura do Estado de Goiás doa a semente. O dia de serviço é de 08h às 11h e de 13h às 17h. Em julho de 2006 um saco de arroz de 50 kg com palha estavam sendo vendidos por R\$ 20 a 22. Normalmente o proprietário da máquina (na região existem quatro beneficiadora de arroz) que beneficia o arroz compra o excedente, que posteriormente é vendido para a CONAB. Para beneficiar o produto o dono da máquina cobra R\$ 4,00 por saco, mais o farelo deste. No assentamento da Boa Vista existe um grupo de 35 assentados que vende o arroz direto para a CONAB.

	
Foto: 33 – Assentados plantando arroz com a matraca.	Foto: 34 – Paiol para armazenar milho.

Feijão: (ciclo de 80 dias aproximadamente) na região, cultivam-se diferentes variedades de feijão (leguminosa), como feijão de corda, mulato, vermelho e a fava, a partir do período das águas. Quem tem água pode plantar o ano todo, tudo aqui é na chuva a única coisa que não depende só do período da chuva são as frutíferas. No entanto, a preferência dos assentados é pelo feijão de corda porque ele é menos exigente em adubação e dá pouca praga. Assim, fica mais fácil por causa dos poucos recursos que os assentados têm e no caso dos outros feijões dão muita praga.

Abóboras vermelhas (ciclo de 70 dias) plantam junto com a lavoura, (arroz, milho, feijão). A abóbora é plantada entre linhas de um metro de distância uma da outra, e não atrapalha a lavoura. A abóbora serve para comer e para cuidar das criações como porco, vaca. Quem não tem criação vende o excedente para quem tem.

Mandioca: (ciclo de oito meses e a outra de 14 meses) plantam em novembro porque em outubro ainda estão preparando a terra, a capina mais forte é nos três primeiros meses (duas capinas). Ela é usada principalmente para fazer farinha, tem gente pensando fazer da mandioca amarelinha (ciclo de oito meses) como carro chefe do assentamento. A mandioca teve um empréstimo específico de custeio; as pessoas pegaram o empréstimo e plantaram cerca de três hectares mais ou menos cada família. A colheita é feita se arrancando o tubérculo - essa operação é feita manualmente, utilizando enxada ou enxadão. A mandioca quando é colhida precisa ser consumida imediatamente ou caso contrário ela não serve para o cozimento. A maior parte da mandioca está sendo utilizada para a fabricação de farinha ou polvilho. Estão pensando fazer um banco de rama com a variedade ou cultivar chamado

mandioca de mesa e industrial. Esse banco será plantado em cinco hectares no assentamento Vereda I, para a formação do banco a EMBRAPA vai doar as ramas.

“A gente vai trazer várias variedades para ver qual se adapta melhor a nossa terra e região. Tem gente que planta a mandioca para melhorar o solo porque ela facilita a aeração e facilita o manejo do solo. (Assentada do Vereda I, 2006)

Milho: época de plantio novembro (ciclo do milho quatro meses), planta para comer (pamonha, milho verde, cural e mingau) e o excedente vai para as criações. Geralmente na hora do plantio é feita uma oração, pedindo boa colheita. Tanto o plantio quanto a colheita são feitos manualmente, geralmente através de troca de dias. A colheita é feita manualmente, espiga por espiga; quebra-se o talo da planta para evitar que a água apodreça e deixa o milho no roçado por alguns dias para ser colhido posteriormente. Quando a safra é boa chegam a produzir duas espigas grandes por pé. Segundo os entrevistados normalmente se colocam cinco sementes por cova que é aberta por enxada. Normalmente, grande parte do milho é utilizada na alimentação das criações, uma parte é destinada ao plantio do ano seguinte e a outra na alimentação da família, quando este é colhido verde, a forragem é destinada ao gado.

Hortifrutigranjeiros: cultivados por alguns assentados que moram perto de córregos de água, sobretudo, no assentamento Vereda II e Boa Vista. Cultivam principalmente tomate, hortaliças, e outros legumes. Essas culturas são plantadas em canteiros, formando fileiras - no caso do tomate é usada a técnica da estaquia. Esses produtos são produzidos o ano todo e são comercializados no CEASA de Brasília. O principal produtor são assentados do Vereda II ligados a Hortibraz.

Cana-de-açúcar: A cana-de-açúcar, nome comum de uma herbácea vivaz, planta da família das gramíneas, espécie *Saccharum officinarum*, originária da Ásia Meridional. É cultivada, principalmente, em clima tropical onde se alternam as estações secas e úmidas. Sua floração, em geral, começa no outono e a colheita se dá na estação seca, durante um período de 3 a 6 meses. A cana é cultivada para a alimentação animal e serve de complemento na alimentação desses animais e nos períodos de seca é uma das principais fontes energéticas desses animais. Geralmente a cana-de-açúcar é plantada em pequenas moitas próximas à moradia.

Banana: é cultivada principalmente para a venda. Segundo os assentados a banana tem um mercado bom. “*Tem gente que vem de Brasília para comprar (...). Cítrus; mais para o consumo*” (Assentado do Vereda I, 2006).

Sistema Agroflorestal SAF⁶¹: no assentamento Vereda I, como parte do projeto patrocinado pela Comunidade Solidária e coordenada pelo GT da UnB, existe uma área no espaço coletivo do assentamento destinado ao plantio de mandioca, abóbora, aroeira, angico, jatobá, tingi, pau do'óleo, pau de jacaré, banana, feijão, milho. Nos moldes do Sistema Agroflorestal, essa forma de cultivo múltiplo, tem por objetivo desenvolver no assentamento experiências que busquem mecanismos sustentáveis de produção nos assentamentos da região. Essa experiência segundo os assentados e um técnico do GT é uma proposta de tentar melhorar a qualidade do solo, isso porque as terras dos assentamentos em sua maioria são de baixa qualidade, sendo necessário muito investimento para que elas possam alcançar condições favoráveis de produção.

⁶¹ Segundo Cardoso et al (2004), os SAF's é uma forma de cultivo múltiplo, onde pelo menos duas espécie de planta se interagem biologicamente, em que uma é planta arbórea e se interagem com outra planta destinada a produção agrícola ou pecuária.

Farinhada: A farinhada é como os assentados chamam o produto da mandioca processado. Dá origem à farinha de mandioca e ao polvilho. Essa atividade fica praticamente sob responsabilidade das mulheres dos assentamentos. A principal casa de farinha da região fica no assentamento Vereda I. Segundo uma assentada, eles estariam com uma idéia de comprar uma máquina de empacotamento da farinha. Isso seria uma exigência para poder comercializar o produto. A CONAB já se propôs a comprar a produção dos assentados, caso esses consigam alcançar os padrões necessários. Além da farinha, o polvilho é outro produto que os assentados valorizam muito por servir de ingrediente para a preparação de biscoitos e pães.

4.3.2. Principais criações encontradas nos assentamentos da região

De modo geral entre os principais animais domésticos encontrados nos assentamentos figuram as criações de suínos, caprinos, aves, asininos, e em menor escala, bovinos e eqüinos. Os eqüinos são criados extensivamente e utilizados principalmente para o transporte de água do poço artesiano até as moradias. Normalmente as criações menores são de responsabilidades das crianças e das mulheres.

Galinha e Cocar ou galinha de Angola: Segundo os assentados, a galinha e a cocar dependem basicamente do milho - no ano de safra ruim as galinhas sofrem pela escassez do milho. As aves são criadas soltas no terreiro ou nas ruas do assentamento. Durante a noite muitas voltam para casa para dormir em cima das árvores pertos das casas ou até mesmo nas cumieiras das casas.

Porco: Os porcos criados são os caipiras de pelagem preta e com a cara esticada. Constata-se que o porco se alimenta de restos de comidas como lavagens, soros, sabugos e milho. Não observei a utilização de ração. Em muitas casas que visitei os porcos são criados soltos nas roças e nas proximidades das casas. O porco é engordado para as festas do final do ano. A alimentação usada para o tratamento dos porcos são os restos de comida e forragem natural.

Caprinocultura: assentados principalmente do Vereda I, investiram os seus créditos na compra de caprinos como o bode, a cabra e a ovelha também. Esses animais se alimentam basicamente de capim e milho. Por causa do manejo inadequado e da falta de experiência com a criação, muitos perderam seus animais. Além disso, a criação de caprinos exige que a propriedade seja bem cercada, pois como os assentados gostam de falar, são animais que destroem tudo o que vêm pela frente e as cercas são a única forma de evitá-los, longes das plantações.

“(...) tudo que é pau torto eles comem, precisa de cercas altas para não comer as plantações, eu vivia falando aqui com o seu fulano para ele cerca porque os bodes dele vinha aqui e comia minha roça” (assentado no Vereda I, 2004).

Gado: No caso da pecuária bovina, assentados dos quatros assentamentos acabaram utilizando os créditos do PRONAF A para adquirir gado misto e gado de corte. No entanto, a escolha do gado hoje é avaliada pelos assentados como um erro, pois,

“Eu acho que a única coisa que o pessoal aplicou mal foi à forma de mexer com gado porque nos tivemos o que a gente deveria aplicar o nosso dinheiro e todos fizeram projetos. E tem gente que colocaram gado lá naquela serra e lá não consegue água nem para as pessoas tomar, imagine para a criação de gado,

imagina o tanto que elas consomem. Até mesmo nós que compramos vacas por R\$ 750,00 e não conseguimos vender nem por R\$ 300,00. Tivemos de desfazer de algumas vacas, porque o pasto que a gente formou, olha como ele está? Ficou o pasto pouco a gente não tinha a base de como seria para tantas cabeças de gado, não tivemos uma instrução” (Assentada do Vereda I, 2004).

Aqueles que optaram pelo gado adquiriam poucas cabeças, por causa da limitação de pastagem, e tinham como objetivo, sobretudo, o gado de corte e de leite. No caso da produção de leite, essa é muito pequena, não só pelo tamanho do rebanho, mas também pela qualidade do gado, que está mais para corte do que para leite, o mais comum é o gado *pé duro*.

Além da questão da produção, o gado é um elemento cultural importante para os assentados, pois, na maioria dos casos, são apenas os homens que trabalham com o gado, o que lhes confere determinado *status social*, além de constituir uma poupança garantida, pela sua liquidez imediata.

A escolha do gado é explicada por ser um animal que dava *status* e que poderia servir de poupança para uma possível emergência. Sobre essa questão, Heredia (1979) aponta que o gado seria um elemento central em termos de acumulação e que possibilitaria o aumento da renda da unidade de produção.

Para Brainer et al (2002), que estudaram o significado da bovinocultura para o produtor rural do semi-árido nordestino, conclui-se que a bovinocultura serviria de atividade de reserva de valor, na qual sempre existe animal reservado para a venda nos momentos de dificuldade da família. O gado também teria o significado simbólico da atividade, que tanto pode apresentar como status ou poder diante da sociedade local, quanto o elo afetivo com os antepassados.

4.3.3. Alimentação e saúde dos assentados

Nesta seção pretendo falar da alimentação⁶² como um elemento importante no cotidiano dos assentados. De uma maneira geral, a dieta dos assentados é pouco variada. Consiste basicamente de farinha de mandioca, feijão, arroz, macarrão, milho, abóbora, “merenda” (biscoito, bolo ou cuscuz), café. Poucas chácaras possuem hortas, o que acaba refletindo na dieta desses assentados. A ausência desse tipo de produto é justificada pela dificuldade de se conseguir água para irrigar. Além da ausência de hortaliças, as frutas são pouco presente na mesa dos assentados, as mais comuns são o caju e a banana.

De acordo com os entrevistados, o mais comum é fazerem três refeições diárias: café, almoço e janta. Entretanto, as famílias que têm condições financeiras melhores fazem mais de três refeições. É possível dizer que os assentados como os caipiras observados por Candido (1987) têm uma alimentação que garanta um mínimo social. Assim, de um modo mais generalizado é possível considerar a alimentação dos assentados da região como deficiente, pela ausência de carnes, frutas e vegetais folhosos.

As crianças e os adolescentes que estudam ainda têm uma alimentação mais balanceada porque fazem refeições na escola do assentamento da Boa Vista. Lá, além da merenda ou do café da manhã, as crianças almoçam.

Boa parte dos produtos é comprada nas cidades do Distrito Federal, onde estes procuram aproveitar as promoções existentes nos supermercados da cidade, sobretudo no

⁶² É importante ressaltar que aqui não me proponho aprofundar no tema da alimentação, pois já existe uma série de pesquisadores trabalhando com essa temática.

Supermercado do Tatico⁶³. As compras são levadas no ônibus como foi apontada em capítulos anteriores.

As carnes estão presentes na dieta de algumas famílias nos finais de semana, nos almoços de domingo ou em eventuais festas. As festas e os almoços coletivos também são vistos como um ponto importante de integração, porque nesses almoços tanto o preparo de comida quanto a realização das refeições são feitos em momentos conjunto.

	
Foto: 35 – Mesa preparada para almoço coletivo.	Foto: 36 – Assentados se servindo em almoço coletivo durante a festa do Divino.

Esse tipo de comunhão acontece quando tem alguma reunião coletiva, promovida por algum mediador ou quando os assentados se reúnem para celebrar algum acontecimento, como no caso da celebração de um ano da igreja Missão de Cristo no assentamento Vereda I, em 2006, ou na festa do Divino da região. Logo abaixo um assentado explicou a importância desses almoços coletivos como forma de atrair os assentados para participarem de reuniões ou atividades coletivas.

“Dona Lea falou uma coisa que eu não tinha lembrado ainda, quando a gente estava fazendo reuniões e tinha comida [almoço], as pessoas também iam, igual na reunião da EFA, o pessoal ia porque tinha almoço, tinha bolo, aí tem também a festa junina, que a gente fez duas vezes e também foi muito legal” (Assentado do Vereda I, 2006).

No entanto, é importante ressaltar que a participação dos assentados nesses almoços coletivos estaria relacionada a uma estratégia de sobrevivência, porque, como relataram, tem dia que algumas famílias não têm o que comer, e esses almoços seriam importante para suprir as necessidades básicas de sobrevivência deles.

Quanto aos aspectos relacionados com a saúde, os assentados relataram que as doenças mais frequentes nos adultos são; a hipertensão, o alcoolismo, verminose e a diabetes. Em alguns casos ocorreu picada de cobras. Já nas crianças, a verminose e desnutrição. Um dos elementos causadoras dessa verminose é a falta de água potável que exerce influência decisiva nas condições de saúde dos assentados. Além disso, os assentados reclamam que as mulheres que residem nos assentamento não teriam acompanhamento médico, como exames de câncer de mama ou o exame de Papa Nicolau. As campanhas de vacinação também são criticadas porque essas campanhas acontecem na escola do assentamento do Boa Vista, mas não

⁶³ No capítulo cinco voltarei a falar do supermercado Tatico.

atenderiam a necessidade dos assentados, porque a distância de algumas chácaras até a escola são muito grande e isso acabaria inviabilizando a ida da mãe e da criança até o local de vacinação. Essa explicação é apontada por um assentado da região.

“As crianças daqui muitas não tomam vacinas. Vem a campanha de vacina, mais devido a distância aonde esta sendo o posto de vacinação, a pessoa não vai, falta informação para essas pessoas aqui” (Assentado, do Água Quente, 2004).

Outra reclamação em relação à água consumida pelos assentados é o excesso de sais, o que pode causar problemas de rins. O Grupo de Trabalho da reforma agrária da UnB em 2001 realizou uma análise na água rio Quente que os assentados consumiam e constatou-se que a água estava contaminada com coliformes fecais e excesso de sais. Um assentado do Água Quente definiu muito bem a situação da água do rio.

“O rio tem muito calcário e a bauxita que é muito prejudicial a saúde e nos temos aqui já oito casos de pessoas no assentamento [Água Quente] com casos de problemas nos rins, causado pela água. Isso principalmente no período de estiagem. O PH da água é altíssima chega a oito. Durante a época do acampamento faleceu uma criança por causa da água salobra e do calor que fazia nas barracas” (Assentado no Água Quente, 2004).

No segundo semestre de 2006, a prefeitura colocou cerca de quatro agentes de saúde para acompanhar os assentados e abriu um posto de saúde na escola da Boa Vista para o atendimento aos assentados com a presença de uma enfermeira e de um médico nos dias de segunda e quarta-feira.

Além dos remédios alopáticos, alguns assentados utilizam as plantas medicinais como capim santo, hortelã, puejo, babosa, boldo, carqueja, chapéu de coro e erva cidreira, para a realização de alguns tipos de tratamento. Em caso de necessidade de atendimento médico, a maioria das famílias recorre ao atendimento médico em alguma cidade satélite do Distrito Federal, por acreditarem que os hospitais da capital teriam melhores condições de atendê-los.

No caso de uma doença vocês fazem como?

Aqui é bastante precária quem quiser uma assistência médica tem que correr para Brasília ou para a cidade de Padre Bernardo, em lá na cidade a saúde não é tão eficiente porque hospital não tem todas as especialidades à maioria das mulheres aqui não faz prevenção de nada. As crianças não tomaram as vacinas por causa das distancias e por falta de informação. Além disso, têm muita gente com diabetes, hipertensão e vermes. Sem contar que na época da chuva as estradas são muito ruins, não tem cascalho isso acontece principalmente no nosso assentamento ai fica difícil até para você pegar um carro e levar um doente para o hospital. (Assentada no Vereda I, 2004).

No assentamento Vereda I, os assentados contaram quem em 2004 uma mãe deu a luz a uma criança em casa no próprio assentamento. Isso só teria acontecido porque a mãe entrou em trabalho de parto e a família não teria tido condições de levá-la ao hospital. Na minha última ida a campo o posto de saúde já estava funcionando em horário parcial. Para os assentados isso já seria considerada uma conquista importante para a melhoria nas condições de vida das famílias que vivem na região.

4.4. Perfil tecnológico dos assentamentos da região

O padrão tecnológico adotado pelos assentados acompanha a diversificação cultural e de origem dos assentados, ou seja, as relações que os assentados procuram reproduzir na região estão intrinsecamente relacionadas com suas trajetórias, principalmente no que diz respeito aos valores de lidar com o espaço ou até mesmo com as formas de produção; o que sua maioria praticava quando estava na roça era um padrão semi-tecnificado⁶⁴.

Portanto, a maioria não possuía informações adequadas sobre sistema de produção de base tecnológica intensiva, apesar de almejavam o uso desses recursos tecnológicos. Em oito anos de criação dos assentamentos, as principais plantas cultivadas foram aquelas consideradas desbravadoras, que lhes proporcionam sustento quase que imediato, que foram o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, associadas à criação de pequenos animais. No entanto, alguns assentados optaram pela criação de gado misto, com aptidão para o corte.

Essa tendência já havia sido apontada por Pereira et al (2001a), durante a elaboração dos PDA's de dois assentamentos da região. Os autores identificaram que as áreas de constituição dos assentamentos eram ocupadas no passado, principalmente, por grandes extensões de pastagem de capim *braquiária*, *andropogon*, *kikuo* e nativo que podem ter operado com altos índices de produtividade pecuária. No entanto, os autores chamam atenção que essa realidade constituiria um sistema de produção frágil com relação a sua sustentabilidade.

“A fragilidade desse sistema de produção pode ser intensificada pelo parcelamento e conseqüente número de famílias assentadas na área, pois os recursos serão utilizados em maior quantidade e com maior intensidade. A água é um exemplo típico. Embora haja bastante água na área, que era suficiente para o desenvolvimento das atividades da fazenda, torna-se escassa para o atendimento das atividades produtivas e de saneamento de famílias na mesma área” (Pereira, et al, 2001b:25).

Essa realidade fez com que os assentados precisassem de adoção de um padrão maior de tecnologia como correção de solo, adubação e utilização de máquinas agrícolas, para preparar a terra para produzir, além de uma infra-estrutura que desse suporte às necessidades dos assentados. No entanto, o que pude perceber é que essa realidade acabou não acontecendo como deveria.

Sobre essa questão, Leite et al (2004) mencionam que fatores como crédito, infra-estrutura e informação, influenciariam de forma significativa nas possibilidades produtivas nos assentamentos. Para os autores não bastaria apenas o acesso à terra e a contribuição da mão-de-obra familiar nas atividades, seria necessário também condições de infra-estrutura que amenizassem as dificuldades adicionais encontradas pelos assentados.

De um modo geral os assentados que tiveram condições nos primeiros anos com a liberação dos créditos de fomento e PRONAF A, procuraram utilizar tratores no preparo do solo e plantio. Apesar de não possuírem máquinas e equipamentos para produção, existe na região disponibilidade de aluguel desses equipamentos. É importante ressaltar que alguns desses equipamentos ou máquinas foram adquiridos por alguns assentados individualmente com intuito de alugar para serviços nos assentamentos.

“Com o dinheiro do PRONAF A e com um outro que meu filho me emprestou eu comprei esse trator para fazer o meu serviço e alugar para fazer o serviço dos outros assentados aqui da região” (Assentado do Vereda I, 2004).

⁶⁴ Um padrão tecnológico semi-tecnificado ao qual me refiro estaria relacionado à ausência de máquinas agrícolas ou até mesmo a utilização de fertilizantes químicos.

A informação do número de assentados com tratores não foi possível de levantar com precisão porque, segundo eles, sempre tem gente vindo e indo para a região. Sobre rotatividade nos assentamentos abordarei no próximo capítulo. No entanto posso afirmar que até presente data da pesquisa não existia nenhum equipamento dessa natureza adquirido de forma coletiva.

	
Foto: 37 – Área queimada destinada à preparação do plantio de arroz e ou mandioca.	Foto: 38 – Trator arando área destinada ao plantio de arroz.

Aqueles que não fizeram essa opção por falta de recurso ou por terem sido contemplados com chácaras já trabalhadas, utilizam à tração animal para auxiliar na aração e no plantio. Apesar dos solos do cerrado serem considerados ácidos e com baixa fertilidade, poucos fizeram análise de solos e conseqüentemente não realizaram a calagem desses solos. Outro problema em relação ao solo, que já é pobre, é o uso da queimada, que é utilizado para a limpeza da área, antes do preparo do solo.

Os insumos mais utilizados são sementes híbridas, mudas compradas, agrotóxicos e fertilizantes químicos como adubos de plantio e cobertura a base de nitrogênio. O uso de adubos orgânicos ou compostagem é muito baixo ou quase inexistente. Atualmente alguns assentados do Vereda I, através do incentivo de universidades e da Embrapa, tem tentado formar um banco de sementes crioulas e ramas de mandioca, com intuito de reduzir os custos de produção.

Na parte veterinária as vacinas e os vermífugos são os mais comprados, além de alguns medicamentos para caprinocultura, que é encontrada em algumas chácaras da região. A irrigação é adotada principalmente por aqueles assentados que tiveram suas chácaras contempladas em áreas próximas a rios ou veredas e que se dispuseram a produzir principalmente hortaliças, que proporcionariam um retorno quase que imediato dos investimentos. Essa verdura é comercializada nas cidades satélites do Distrito Federal. No entanto, esse grupo apesar de pequeno é um dos mais estruturados da região e está presente principalmente nos assentamentos Vereda II e Boa Vista.

Em relação à infra-estrutura produtiva, pode-se dizer que as instalações que existem até a presente data da pesquisa são ainda precárias ou parciais e foram construídas com recursos dos próprios assentados. As mais comuns de serem encontradas são paiol e depósitos rústicos, casa de farinha e em determinadas chácaras é possível encontrar piquetes para tratos com gado, que seriam herança anterior à constituição dos assentamentos. Além disso, algumas chácaras foram parcialmente cercadas, o que sempre causa problema porque o gado, como é

criado solto, acaba entrando nessas áreas em busca de alimento. Essa situação causa intrigas entre dono da chácara e o dono do animal. Para usar uma expressão de um informante, o dono tem que cercar a sua chácara porque se o animal do vizinho entrar é briga na certa.

Em relação à aplicação dos créditos e da própria assistência técnica pode-se dizer que houve várias falhas na utilização desses recursos, como falta de acompanhamento, recurso liberado fora da época do calendário agrícola e uma assistência técnica virtual. Nas seções seguintes eu passo a discutir esses elementos.

4.4.1. Utilização dos créditos

Na região dois tipos de recursos foram liberados para os assentados: os individuais (Fomento, PRONAF A e PRONAF A/C, Custeio e Moradia) e os coletivos. Esses últimos eram destinados para a infra-estrutura dos assentamentos (estradas e poços artesianos). O dinheiro da infra-estrutura passava por um caminho: o INCRA repassava para a Caixa Econômica Federal, que por sua vez repassava para a prefeitura. Essa por sua vez ficava responsável pela contratação das construtoras que fariam os poços artesianos e abririam as estradas nos assentamentos, essas últimas ficaram sob a responsabilidade da própria prefeitura.

De acordo com os assentados nos quatros assentamentos foram perfurados cerca de sete poços artesianos e abertos vários quilômetros de estrada. No entanto, alguns assentados acreditam que, como não houve acompanhamento na fiscalização dos recursos, a prefeitura teria desviado parte dos recursos para aplicação em obras na cidade. Mas sobre esse assunto não foi possível comprovar as denúncias. Entretanto, é possível afirmar com pequena margem de erro que esse boato teria fundamento, visto que a grande quantidade de óleo diesel disponibilizado para esse fim seria maior que a quantidade de estradas abertas.

Em relação aos poços artesianos, eles foram construídos em áreas com pouca declividade, o que dificultou a distribuição de água para as casas; e outros, pouco depois de terem ficados prontos, não tiveram vasão de água suficiente. Esse problema contribuiu para agravar a situação da falta de água nos assentamentos. O problema da utilização dos recursos é, assim, determinado pelos assentados.

“Sabe na época a gente avisou para o engenheiro que, a gente tinha que ter colocado a caixa lá naquele morro porque aí atendia todo mundo. Eu avisei se nós não tomássemos essa decisão a gente ia ficar prejudicado. Então hoje nós estamos aí prejudicado porque aquele poço lá esta perdido. Mas isso também é um pouco culpa do INCRA, que não acompanhou os trabalhos para instalação dos poços”(Assentamento Vereda I, 2004).

Além do problema na escolha dos locais de instalação dos poços, outro problema foi a forma de manutenção destes. Como os poços eram movidos a óleo diesel, quase sempre faltava o produto e os assentados não tinham dinheiro para comprar o produto, o que acaba sempre em interrupções no funcionamento dos poços. Essa realidade só mudou com a instalação da energia elétrica no início de 2006 nos assentamentos da região, quando os poços passaram a ser movidos a energia elétrica.

Em se tratando dos créditos individuais, o PRONAF A⁶⁵ e o PRONAF A/C⁶⁶, em 2004 quando realizei a primeira viagem de campo, em sua maioria já havia dois anos que os

⁶⁵ A maioria dos créditos do PRONAF saiu entre 2002 e 2003 com valores médios de R\$ 12.500,00.

⁶⁶ O PRONAF A/C foi um crédito de custeio que saiu depois do PRONAF, para que os assentados produzissem apenas a cultura da mandioca.

créditos tinham saído. E percebi que, de certa maneira, para a liberação desses recursos os assentados não tiveram problemas, sendo contemplados dentro do prazo de orçamento previsto.

Durante a pesquisa, a maioria dos assentados comentava que tinham perdido todo o investimento feito, seja por problemas climáticos, ou por aplicação errada dos recursos; além disso, culpavam a assistência técnica por ter sido ausente ou deficitária.

Passei então a observar e a conversar com os assentados para tentar entender o que aconteceu. Aos poucos os relatos colhidos apresentavam certa unanimidade nos discursos dos assentados, nos quais a maioria afirmava que não soube aplicar os recursos do crédito. Isso porque na época não receberam orientação adequada, e a ânsia de ter o dinheiro fez com que os assentados aplicassem os recursos de forma errada, ou mesmo o montante liberado era insuficiente para aplicar numa terra considerada como ainda virgem.

“O dinheiro do PRONAF A, para realizar um sonho e o dinheiro saiu na época errada. Porque quem chegou aqui é acampou, não tinha recursos pegou os recursos que recebemos e o que fizemos? Aplicou porque quando chegou aqui a terra não tinha nada, você tem que desbravar plantar tudo, cercar, comprar tudo, então o dinheiro ficou todo enterrado aqui na terra. Ai falta dinheiro para continuar, o trabalho porque hoje no braço as coisas não vão. Uma hora de trator hoje é R\$ 50,00. A cada ano que passa o pessoal vai ficando mais pobre. Então que ta levando é quem tem condições ou tem mais condições”. (Assentado da Boa Vista, 2004).

Além disso, em alguns casos o dinheiro foi desviado para outras finalidades, sendo aplicados na compra de veículos, bebidas ou mesmo aplicado em outros bens na cidade. Mas a proposição do uso do crédito para outros fins foi justificada pela autonomia para gastarem com que quisessem, ou até mesmo pelo sonho dos assentados de possuírem um carro ou uma moto. Nesse sentido, o dinheiro não estaria inserido numa lógica de uso racionalizado, como sugere a aplicação dos créditos.

Outro elemento que justificaria a utilização dos recursos de outra forma está relacionado com o atraso na liberação dos créditos, o que teria provocado o atraso no plantio, por isso optaram em não utilizar esse para o plantio e sim para outros fins.

“Muita gente gastou o recurso de outra forma, porque os recursos eram para sair numa determinada época, no período do plantio que a terra deve ser preparada, mas não saíram. Os recursos acabaram saindo depois da época do plantio, o que acabava inviabilizando a utilização do recurso no tempo adequado. [questão da dependência do ciclo da chuva]. Ai o povo ficou indignado mesmo, porque tinha passado da época do dinheiro sair e acabou pegando o dinheiro e metendo o pau. (...) Eu quero plantar, por exemplo, feijão em novembro ai o dinheiro vem em fevereiro, ai não tem jeito mais né? Passou da época. Acho que foi por isso que aconteceram essas irregularidades, aqui na região”. (Assentado do Vereda II, 2006).

Segundo Leite et al (2004), o atraso na liberação dos créditos agrícolas é apontado como um problema grave que comprometeria significativamente os resultados de produção de um assentamento. Uma vez que as atividades da roça obedeceriam a um calendário agrícola (ciclo de chuvas, clima, disponibilidade de mão-de-obra e etc.) próprio, a liberação dos recursos deveria acompanhar esse calendário. Na região do entorno do Distrito Federal, esse atraso na liberação dos créditos agrícola é apontado por mais de 60% dos assentados entrevistado na pesquisa de Leite et al (2004).

A utilização dos recursos para outra finalidade foi justificada como um mecanismo para servir de fortalecimento de outra atividade que o assentado tinha ou almejava. Aqui surge um exemplo do campo de possibilidades; ou seja, só a partir da condição de assentados que estes puderam conseguir um financiamento, mesmo que esse tenha sido desviado para aplicação em outro ramo. Alguns assentados desviaram o crédito para investir em oficinas e ou bares na cidade e até mesmo nos assentamentos, por acreditarem que esse seria o melhor destino dos créditos conseguidos.

Esse tipo de explicação me faz refletir que a reforma agrária surge para essas pessoas como um campo de possibilidades, como um *up grade* para um outro degrau socioeconômico. E assim, a utilização dos recursos para outros fins não significaria para alguns assentados um fracasso e sim uma possibilidade de ascensão.

Durante o trabalho de campo, os assentados não poupavam críticas ao INCRA e ao próprio Banco do Brasil, que na visão deles não os orientaram e nem acompanharam de perto a aplicação dos recursos. No caso do INCRA, durante os trabalhos de campo, foi levantado que na SR (28) existia apenas uma funcionária responsável pela fiscalização dos créditos em toda a área da superintendência. Para ela, seria impossível acompanhar a aplicação desses recursos em todos os assentamentos do entorno. Por isso, ela agia por denúncia⁶⁷ ou por amostragem. O método da amostragem também era utilizado pelo Banco do Brasil para verificar se os assentados estavam aplicando os recursos de acordo com os projetos. Nesse caso, alguns assentados eram escolhidos e tinham as suas chácaras visitadas por técnico do banco.

No início do ano de 2006 já se aproximava o vencimento das primeiras parcelas dos créditos e para evitar problemas maiores os assentados estavam buscando através de uma negociação com o Banco do Brasil, uma forma de negociar a dívida. E para isso, as associações estavam se organizando em comissões e se reunindo com os representantes do banco para tentar uma alternativa.

No entanto, existem assentados que estão esperando que o governo perdoe a dívida. Alguns se arrependem de ter endividado, e avaliam que aqueles que não pegaram empréstimos estão em melhores condições que os que pegaram, pois não estariam devendo ao banco.

4.4.2. Assistência técnica

Em relação à assistência técnica, posso afirmar, com pequena margem de erro, que foi a empresa particular SINUELO⁶⁸ Planejamento técnico LTDA, da cidade de Formosa-GO, que assistiu todos os assentados da região. A escolha dessa empresa, como foi mostrado no capítulo anterior, deveu-se principalmente à facilidade que essa daria, caso algum assentado quisesse utilizar o crédito para outra finalidade.

A empresa, para acompanhar os assentados, ganharia um percentual de 10% do valor dos créditos liberados de cada assentado, em contrapartida ela ficaria responsável pela elaboração dos projetos, liberação de laudos para o banco liberar o dinheiro e o acompanhamento da execução desses projetos.

⁶⁷ As denúncias eram feitas pelos próprios assentados que denunciavam algum desafeto que estivesse desviando os créditos.

⁶⁸ De acordo com uma normatização do INCRA, era necessário que a empresa para prestar assistência técnica deveria estar cadastrada na superintendência.

Segundo o que foi levantado em campo, houve falta de acompanhamento técnico e falhas na elaboração dos projetos, pois muitos desses projetos não consideraram a aptidão dos assentados ou das áreas em que foram implantados. Teria sido uma das principais falhas da empresa. Logo abaixo apresento o relato de assentados⁶⁹, feito em 2004, que definiram a atuação da empresa na região.

Como foi a história de vocês com a SINUELO?

Assentado (1): tinha uns que queriam a SINUELO por causa, da possibilidade de pegar o dinheiro e teve gente que queria a EMATER. Mas no final acabou ganhando mesmo a SINUELO.

A SINUELO então criou uma forma para que vocês pegassem o dinheiro vivo, certo?

Assentado (2): Ela facilitou que a gente pegasse o dinheiro, mas o assentado que decidiu como queria gastar. [ou seja, no projeto ou desviado]

Mas a SINUELO ganharam para fazer a assistência técnica?

Assentada (1): Ganharam para cada projeto eles ganhavam! De cada parceiros eles ganharam R\$ 1.250,00 [10% do valor total do crédito].

Que dizer que a SINUELO facilitou que as pessoas pegassem o dinheiro, certo?

Assentada (1): Isso, ela deu o dinheiro coisa que a EMATER não ia fazer, a EMATER ia acompanhar o projeto e a pessoa. E a SINUELO não! Ela facilitou para que cada um pegasse o seu dinheiro, teve gente que colocava no nome de outro, com a maior facilidade e quem não estava sabendo bem o que ia fazer? Como diz a L, às vezes passando necessidades, com tanta coisa para fazer ele aplicou da melhor forma uns aplicou e outros fizeram o que eles quiseram. Só que assim, o dinheiro entrou, mas, ela não teve compromisso com essa comunidade, ela vem aqui como fiscal e não como assistência, depois veio para ver como aplicou só que ela não instruiu como aplicar, não fez treinamento, ela só veio para fiscalizar para dizer que o projeto esta 100% ou 80% só para dar o laudo de conclusão e esse foi o erro.

Assentada (2): A SINUELO, não acompanhou os projetos dos assentados, teve projeto que eles planejaram o numero de cabeça de gado, mas não planejaram o pasto.

E como foi essa história do gado que a SINUELO orientou?

Assentado (2): Foi a gente, que teve que ir até Corumbá-Go, comprar o gado!

Assentado (3): Gado que valia R\$ 300,00 nós compramos por R\$ 500,00. Todo mundo doido com dinheiro na mão querendo gastar.

Assentado (4): Não! É porque a SINUELO falou que quem não comprasse o gado o dinheiro voltava pra trás, aí foi apertando a gente, aí teve que comprar, porque já tinha feito o projeto, e tinha que acompanhar o projeto né.

Assentado (1) agora o pessoal que investiu em gado esta arrependido, porque gado não dá tanto e o gado vai morrendo porque o pessoal não dá conta de buscar água. Os projetos foram mal planejados.

⁶⁹ Eram aproximadamente 10 assentados do Vereda I e Vereda II que estavam reunidos comentando a atuação da empresa Sinuelo nos assentamentos da região. Essa reunião foi proposta por mim para tratar o tema dos créditos e da inadimplência dos assentados.

Na explicação citada, observa-se que os assentados da região priorizaram uma empresa que facilitasse a aplicação dos recursos em outros investimentos ou gastos que não estivessem relacionados às atividades da chácara.

Além disso, grande parte dos projetos não contemplava a realidade do lugar, como no caso do gado. Foram adquiridos animais acima do preço de mercado e não havia condições de infra-estrutura (número de animais que excederam os pastos formados e ausência de água nas chácaras para esses animais) para a manutenção desses animais.

Por outro lado, a assistência técnica se demonstrou ausente⁷⁰, servindo mais como papel de desburocratização para que os assentados conseguissem os créditos do que propriamente empresa de acompanhamento técnico. Sobre a ausência de uma assistência técnica freqüente nessa região, autores como Leite et all (2004) em sua pesquisa já haviam apontado que essa realidade atinge grande parte dos assentamentos do entorno do Distrito Federal.

“(...) Os maiores índices de projetos de sem assistência técnica (ausente) encontram-se no entorno do Distrito Federal e no Sul da Bahia” (idem, 2004:212).

Essa ausência da assistência técnica de qualidade nos assentamentos da região de Pé de Serra pode ser explicada por um lado, porque os assentamentos do lugar não estão até a data da pesquisa associados aos movimentos de luta pela terra, que poderiam oferecer uma assistência técnica de melhor qualidade como as cooperativas de técnicos do MST. E por outro, a própria vontade dos assentados de terem a possibilidade de transferirem os créditos para outras finalidades e para isso precisariam contar com a convivência dos técnicos que fossem assisti-los.

Outra informação importante sobre a assistência técnica diz respeito ao próprio INCRA que, como pude apurar, não teria técnicos suficientes para acompanhar os trabalhos da empresa, e por isso, a ausência desse acompanhamento facilitaria a atuação de empresas que não tinham compromissos com os assentados. No entanto, por receberem várias denúncias sobre a SINUELO, o INCRA estaria investigando, e, caso fosse comprovada alguma irregularidade, a empresa seria descredenciada e ficaria impossibilitada de prestar serviços para os assentamentos da região do entorno do Distrito Federal.

Ainda em relação à assistência técnica o que foi possível de observar é que, com a formação dos assentados na região, algumas empresas foram formadas com objetivo de atender aos assentamentos. Mas é importante ressaltar que algumas empresas estavam interessadas, sobretudo, no percentual que ganhariam para atender aos assentados, e muitas não tiveram o compromisso de acompanhar de perto os projetos elaborados.

Além disso, dentro desse bojo podemos citar alguns produtores da região que aproveitaram o emalo dos créditos liberados para ganhar dinheiro em cima dos assentados. Não é incomum ouvir histórias de animais que valiam R\$ 300,00 serem vendidos pelo dobro ou até mais.

Desta forma as ações da SINUELO, aliadas à convivência dos assentados e à falta de fiscalização do INCRA, foram elementos importantes que ajudam entender os baixos resultados na aplicação dos recursos nos assentamentos da região. Durante ao trabalho de campo constatei que o INCRA estava tentando fazer uma parceria com a agência rural do município para que a mesma prestasse assistência técnica aos assentamentos do município. Além disso, existia a proposta de tentar absorver os assentados da região que estavam sendo formados como técnicos agrícolas na escola de Unaí-MG, como técnicos desses assentamentos. Era uma tentativa do INCRA de encontrar um caminho para amenizar os problemas técnicos entre os assentados.

⁷⁰ Ressalta-se que durante todas as minhas idas a campo nunca encontrei um técnico da empresa na região.

4.5. Considerações finais do capítulo

Neste capítulo procurei apresentar como os assentados buscam se relacionar com sistema produtivo na região. Foi possível perceber que apesar do esforço que os assentados têm de produzir utilizando seus recursos disponíveis como o aporte da mão-de-obra familiar para o trabalho na chácara, ou os mecanismos de ajuda mútua não foram suficientes para que os assentados alcançassem um padrão produtivo constante.

Como foi discutido ao longo do texto, elementos tais como condições climáticas (dependência do ciclo de chuvas), áreas com baixo padrão de fertilidade, padrão tecnológico baixo, dificuldade em administrar os créditos e assistência técnica de baixa qualidade, foram fatores preponderantes para essa realidade em relação à produção que os assentamentos se encontram.

Assim, nas narrativas apresentadas pelos próprios assentados, percebe-se que eles tiveram dificuldades para exercer essa nova condição de produtores. Isso porque, apesar de terem vivido uma parte de suas vidas em contato com a terra, a maioria nunca tinha estado à frente de algum estabelecimento de produção. Os assentados expressaram que tinham uma experiência muito grande, mas com outras atividades como pedreiro, carpinteiro, motoristas, diarista, empregadas domésticas, caseiros e etc. A experiência com a roça estava limitada ao período que passaram morando com os pais na infância ou adolescência, sobretudo em regiões dos estados do nordeste brasileiro.

Essa situação fez com que a maioria tivesse problemas para administrar sua chácara, sobretudo, no que tange à aplicação dos recursos como os créditos do PRONAF A e até mesmo de lidar com as terras do cerrado. Hoje os assentados têm dificuldades de entender como será feito o pagamento dos créditos, como será a negociação das dívidas.

Além disso, outra constatação se refere ao problema de assentar famílias em lugares impróprios para agricultura ou que requeiram grandes investimentos. Isso porque as terras da região são consideradas terras com baixa fertilidade, geralmente as terras do cerrados tendem a ter uma acidez muito elevada e necessitam de grandes tratamentos culturais como adubação, correção de solo, dentre outros, o que necessitaria de calagem e adubação constante, algo que não foi feito pela maioria dos assentados.

Os assentados expressam também a dificuldade de lidar com as terras do *Goiás*, como eles gostam de falar. Para aqueles que são naturais do Nordeste, a forma de produção, lá era diferente, não se adubava e no período de chuva conseguia produzir o suficiente para o sustento da família, coisa que não ocorre com tanta facilidade nos assentamentos da região.

“Eu boli [mexer] com roça toda vida, só que na época que a gente bolia com roça na minha infância no Piauí, a moda da gente trabalhar era diferente e lá a gente não conhecia adubo e essas coisas, o que você plantava aquilo dava e aqui eu vim ver trabalhar com adubo, com terra arada e lá não tinha disso lá produzia mesmo se chovesse bem. Aqui se não cuidar bem da terra não produz nada”. (Assentado do Vereda I, 2004).

Essa falta de experiência com as terras do cerrado, o desconhecimento técnico e a falta de infra-estrutura e de acompanhamento da assistência técnica são apontados como um dos principais motivos dos baixos resultados na utilização dos créditos e de não estarem efetivamente produzindo.

Sobre essa questão da utilização dos créditos, da assistência técnica e até mesmo das formas de produção nos assentamentos, os assentados contavam com a mediação e a intervenção de outros atores, como Estado, agentes financeiros, universidades e políticos locais. Portanto, é sobre esses atores e as formas de atuação destes na região que tratará o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

OS ATORES EXTERNOS AOS ASSENTAMENTOS

E o senhor acha que essas promessas das eleições vão ser cumpridas?

“Eu acho muito difícil, porque apareceu candidato aqui que eu nunca vi na minha vida, olha o candidato que sempre andava por aqui era a vereadora Maristela, mas outro eu nunca vi, e pelo jeito eles não gosta de assentados do INCRA não, da reforma agrária, porque eles lembram da gente só na época das eleições. Na câmara lá é aquela discussão porque o povo fica falando que o prefeito deixa de fazer benefício lá na cidade para fazer lá para o sem-terra. Mal sabiam eles que os recursos que o prefeito usa são nosso, que o INCRA manda via prefeitura” (Assentado do Vereda I, 2004).

Esta seção aponta para a necessidade de compreender os assentamentos para além das fronteiras sociais locais, que possibilitam trocas e disputas entre os assentamentos, as instituições, mediadores ou até mesmo a política que estão diretamente ou indiretamente relacionadas com esse espaço. Para isso, o capítulo está dividindo em seis seções.

5.1. O contexto institucional

Os assentamentos da região não estão isolados, eles fazem parte de uma complexa rede de relações sociais que os liga a outras esferas das sociedades. É importante ressaltar que apesar deles terem vindo de vários lugares isso não quer dizer que eles chegaram ali atomizados. Vieram de vários lugares, mas a partir de relações familiares, políticas até mesmo de vizinhanças pré-constituídas, onde estes faziam parte destas unidades e ainda continuam fazendo parte.

Diversos autores como Candido (1987) e Queiroz (1973) já haviam chamado atenção que as comunidades rurais brasileiras não vivem num isolamento e a relação entre o campo-cidade seriam complexa e rica. E que essas viveriam num complexo jogo de relações com diversos outros atores sociais.

Segundo Da Ros (2003), existem diversos trabalhos que têm buscado entender a constituição dos assentamentos como um espaço de construção de relações sociais e políticas que podem ser redigidas por afinidades e por conflitos entre os assentados e os diferentes mediadores envolvidos, sendo necessário entender as múltiplas determinações que estão envolvidas na constituição dos assentamentos. Nesse sentido, chama a atenção para as ações de diversos atores, como os mediadores, em diferentes momentos, sejam eles anteriores ou posteriores à criação do assentamento.

Como vimos ao longo da tese, a cidade mais próxima seria o município de Padre Bernardo, no entanto, para onde eles se deslocam com frequência são as cidades do Distrito Federal. É na cidade que eles costumam comprar os seus bens de consumo imediato, além de buscar o que necessitam. Também é em Brasília que os assentados reivindicam melhorias para os assentamentos, pois a sede da superintendência fica no Plano Piloto no setor gráfico da capital. Além do INCRA, outros mediadores importantes têm as suas sedes no DF, como é o caso do GT-RA da UnB e da Universidade Católica de Brasília.

Já na cidade de Padre Bernardo, a prefeitura faz o principal papel de interlocução local com os assentados. Na prefeitura, eles têm, nos últimos anos, reivindicado melhorias nas estradas rurais e na própria infra-estrutura dos assentamentos. No entanto, enfrentam resistência do poder público local, que diz não reconhecê-los como moradores do município enquanto os assentados não transferirem os seus títulos para Padre Bernardo, numa clara relação de “toma lá da cá”. Também é no município de Padre Bernardo onde os assentados mantêm uma dependência dos financiamentos através da agência do Banco Brasil.

Nesse bojo de relações ainda existem os políticos locais e até mesmo do Distrito Federal que aparecem na época das eleições prometendo melhorias para região em troca de votos. Essa relação é marcada por um clientelismo local, no personalismo do político e comerciante da região do Distrito Federal José Fuscaldi, ou simplesmente Tatico.

Para ilustrar melhor essas relações construídas entre os diversos atores com os assentamentos da região, além das entrevistas, utilizei o Diagrama de Venn ou Jogo das Bolas para procurar interpretar melhor essas relações. O Diagrama foi elaborado para ajudar na compreensão das relações que as instituições têm com os assentamentos.

Usando a técnica: em primeiro lugar foi pedido para os assentados listarem todas as entidades ou instituições que eles achassem importantes para o grupo. Procurei não influenciar o grupo, deixando-os sempre à vontade para fazer a listagem das instituições. Ao se iniciar o jogo, deixei claro que a bola de referência ou a unidade chave era a bola do assentamento, que ficou no centro do jogo.

A partir da bola de referência as demais bolas foram jogadas considerando duas regras: **a primeira** relacionada com a importância, ou seja, o tamanho da bola - quanto maior a bola mais importante será a organização; e a **segunda** regra, relacionada com a distância da bola em relação à bola que representa o assentamento: assim, quanto mais perto da bola do assentamento mais atuante ou mais contato a instituição tem com os assentados, e quanto mais distante, indica pouca atuação ou contato nenhum que a instituição tenha com o assentamento.

Para ilustrar essa representação tomo como exemplo o diagrama construído junto aos assentados do Vereda I. É importante ressaltar que o diagrama serviu de instrumento que possibilitasse estimular o debate entre os assentados, procurando compreender como são construídas as relações com as instituições que atuam na região de Pé de Serra. Assim, os atores sociais foram listados espontaneamente pelos assentados na seguinte ordem:

1. UnB;
2. Prefeitura
3. INCRA-SR 28
4. Agencia Rural
5. Banco do Brasil
6. Universidade Católica;
7. Sugestões minhas (Família, cidade e ônibus).

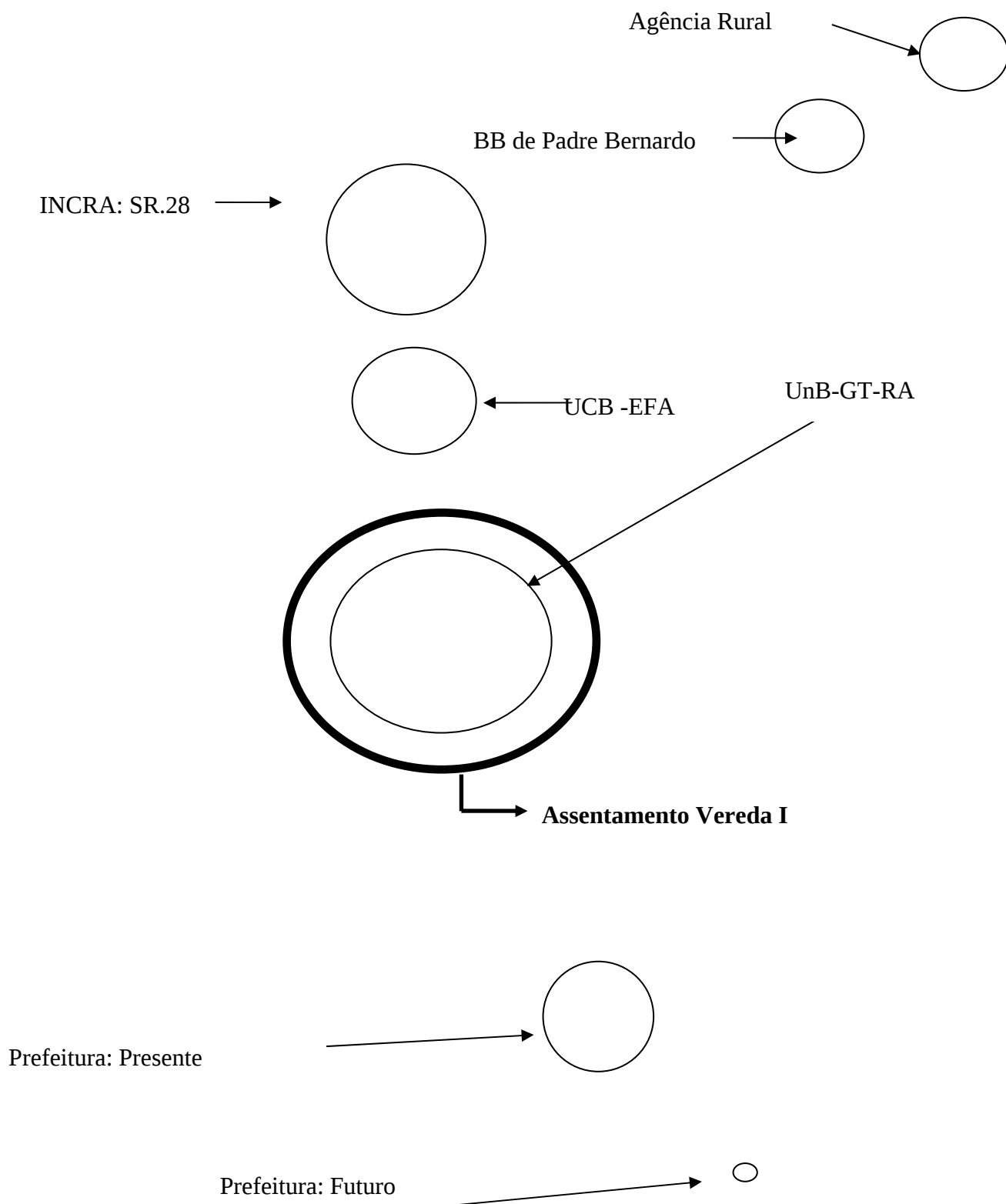
Durante a construção da dinâmica foi perguntado como eles se relacionam, com esses atores além de procurar entender como é a relação dos assentados com a cidade e com os parentes que moram na cidade.

Assim, no diagrama a baixo, é possível perceber que na região estudada existe uma série de atores sociais que formam uma rede de relações que, a meu ver, estão em constante transformação, inseridas num jogo complexo de disputas e interação social.

A partir, do diagrama abaixo farei uma discussão de cada instituição levantada pelos assentados. É importante ressaltar que para considerar essas análises também foram utilizadas entrevistas, com representantes citados no jogo ou em entrevistas com outros assentados que não participaram da dinâmica.

É importante destacar, que por uma questão de organização do capítulo, a discussão sobre as instituições não seguirão a ordem listada pelos assentados participantes do Diagrama de Venn, pois a ordem escolhida de apresentação das instituições neste capítulo segue um caminho mais cronológico da presença delas na região.

Figura 4. Diagrama de Venn (“Jogo das Bolas”) - assentamento Vereda I



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2006.

5.2. Superintendência Regional do Distrito Federal e entorno – SR (28)

A primeira instituição a ser abordada é o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que na visão dos assentados, apesar das falhas e das dificuldades pelas quais passam ainda, é uma das instituições que está ligada a eles. Antes de entender essa relação é preciso fazer uma pequena abordagem histórica sobre a criação da Superintendência, da região do Distrito Federal e entorno.

A sede da Superintendência Regional do Distrito Federal e entorno – SR (28) fica na cidade de Brasília no setor Gráfico da Capital Federal. Segundo informações de técnicos do órgão, a idéia inicial era que ele funcionasse ali por um tempo e depois fosse transferida para outro lugar, com mais infra-estrutura.



Foto: 39 – Placa indicando a SR (28).

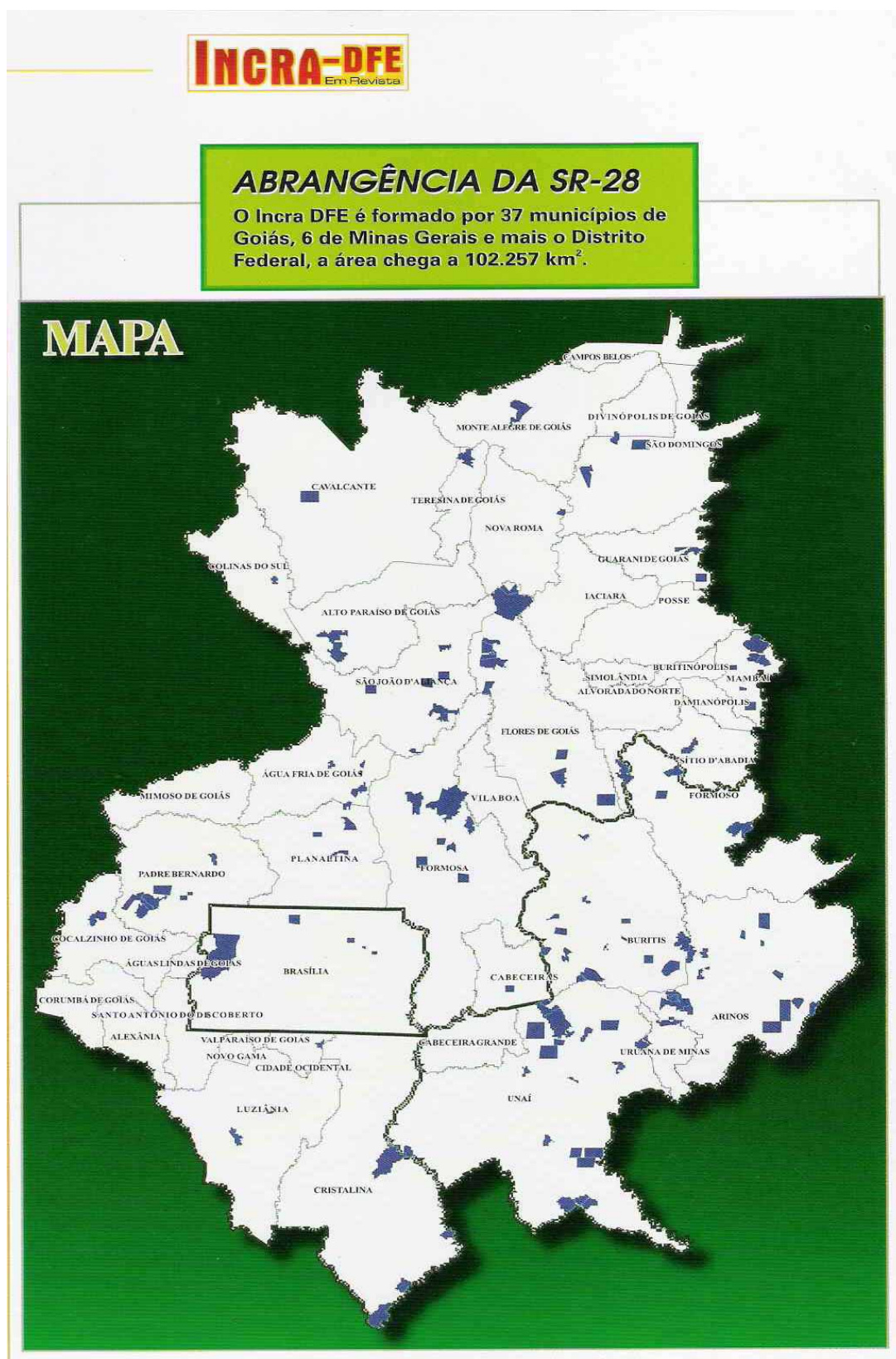


Foto: 40 – Sede da SR (28) em Brasília.

A SR (28) foi criada em 23 de dezembro de 1997, formada por 37 municípios de Goiás, seis de Minas Gerais e mais o Distrito Federal. Até 2005 eram 8.959 famílias atendidas pela superintendência (INCRA-DFE, 2005). Sua criação foi fruto do aumento do número de ocupações de terra promovidas pelos movimentos sociais, especialmente o MST, na região de Brasília e entorno. Essas ocupações tinham como objetivo pressionar o INCRA a acelerar o processo de reforma agrária na região. Com isso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foram “forçados” a criar a Superintendência do DF entorno, por considerarem:

“(...) a incontestável exigência, decorrente falta de estrutura e os conflitos agrários existentes que em muito vem prejudicando os processos de Reforma Agrária na Região do Distrito Federal e entorno” (INCRA, 1997).

Figura 5. Área de Abrangência da SR (28)



Fonte: Superintendência Regional do Distrito Federal e entorno – SR (28)

Com esse ato, o governo cria uma Superintendência com mais “autonomia”, com objetivo de amenizar a situação fundiária da região. A Superintendência “adotou” municípios pertencentes à região do entorno no estado de Goiás e municípios da região noroeste de Minas Gerais: Arinos, Buritis, Formoso e Unaí.

Para os técnicos da SR (28) entrevistados, um dos principais desafios que esta tem é procurar romper com a estrutura fundiária que beneficia os grandes especuladores de terras e a da monocultura modernizada associada à pecuária melhorada, que beneficia as grandes propriedades. Além disso, a região por sua localização estratégica, recebe todos os anos migrantes de várias regiões do país que vêm em busca de trabalho e terra. Essa preocupação foi apontada pelo presidente do INCRA, em outubro de 2004. Durante a posse do Superintendente Regional do INCRA SR (28), o presidente do Instituto, em seu discurso⁷¹, afirmou que a região do entorno do Distrito Federal é considerada uma das regiões mais delicadas do país e um dos principais desafios a serem enfrentados pelo INCRA.

“Com o avanço dos grãos, a valorização do preço da soja, os complexos agroindústrias estão atraindo muita gente pra cá. (...) Todos os dias milhares de pessoas chegam na Rodoferroviária em busca de terras” (Presidente do Incra, Rolf Hackbart, outubro de 2004).

Ainda em seu discurso, Rolf considera o entorno do DF como uma região explosiva⁷², o que favorece em muito os conflitos agrários na região. Além disso, a região do entorno é conhecida pela concentração fundiária. Paralela a essa situação, segundo Aguiar et al (1994), é cada vez mais freqüente os sítios de finais de semana que substituem áreas de agricultura de subsistência, consideradas essenciais por manterem um equilíbrio mais compatível com o meio ambiente.

Além disso, com o estabelecimento dos sítios de lazer ou de final de semana, parte da população se desloca para os centros urbanos em busca de emprego. Para Leite et al (2004), a associação entre migração, concentração fundiária e modernização conservadora da agricultura da região favoreceu a abertura de três modalidades de conflitos:

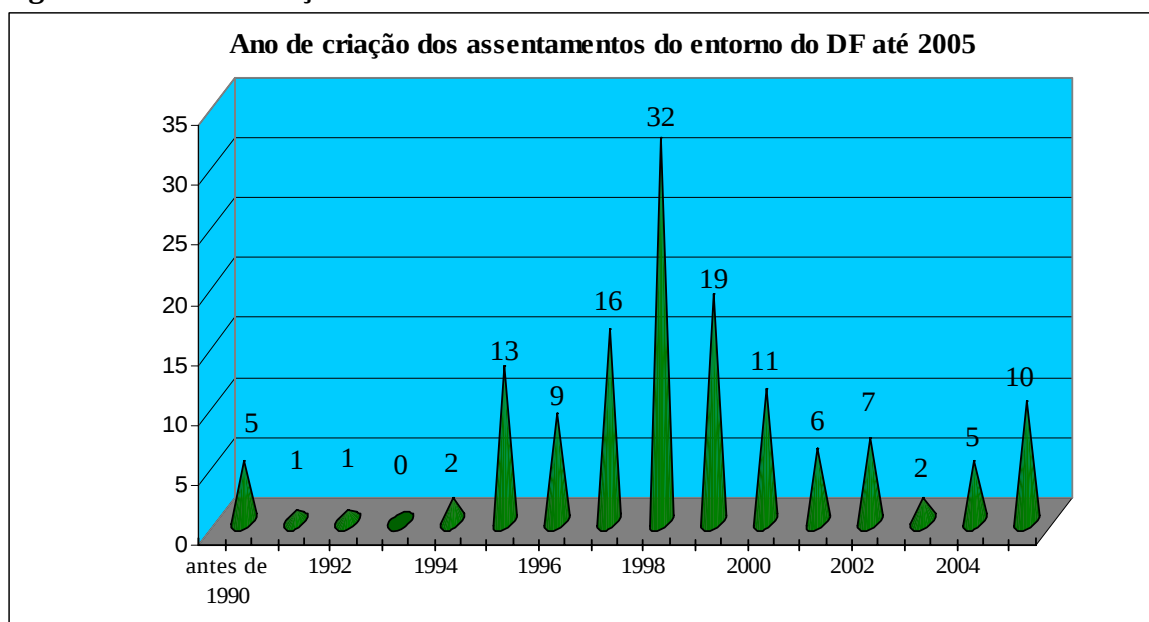
“Uma entre posseiros e grileiros, ambos interessados em ampliar o controle sobre as terras valorizadas pelo processo de modernização; outra entre colonos e moradores, de um lado, e proprietários, de outro, resultante do rompimento de contratos de parceria; e uma terceira, provocada pela intensificação da presença de trabalhadores rurais sem terra e sem trabalho nas periferias das cidades da região” (idem, 2004:50).

Em fevereiro de 2006, eram 139 assentamentos com 9.312 famílias assentadas, sob jurisdição da SR (28), divididos da seguinte forma: 84 assentamentos no Estado de Goiás e 55 assentamentos no estado de Minas Gerais. Na superintendência o destaque é o município de Unaí com 22 assentamentos sob a jurisdição da SR 28.

Na figura 6, podemos observar que na região do entorno do DF existe um número expressivos de assentamentos, criados principalmente na segunda metade da década de 1990, com destaque para o ano de 1998, com 32 assentamentos novos.

⁷¹ Eu estava presente na posse do novo Superintendente da SR (28), o senhor Renato Lordello, que aconteceu no dia 18 de outubro de 2004, na sede da Superintendência em Brasília.

⁷² Em seminário realizado em maio de 2006, no Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ, Rolf reiterou a problemática da região do entorno, definido-a como *explosiva e delicada*, ou seja, pelo grande número de migrantes que chegam na região todos os anos e pela valorização das terras dos cerrado para o plantio de soja.

Figura 6. Ano de Criação dos assentamentos do entorno do Distrito Federal. SR 28

Fonte: INCRA, SR (28), fevereiro de 2006, elaborado pelo autor.

A partir dos dados apresentados, podemos formular alguns caminhos que favoreceram a criação de vários assentamentos na década de 1990 na região:

- A grande presença de movimentos sociais na região, principalmente a do MST, que promoveu uma campanha nas cidades satélites do DF, *convidando* as pessoas a ocuparem terras. É interessante ressaltar que, na década de 1990, Brasília passou uma grave crise relacionada à falta de emprego. Isso favoreceu que aquelas pessoas que estavam desempregadas ou que tinham acabado de migrar para Brasília entrassem na luta pela terra e vissem na ocupação de terras mais uma possibilidade de trabalho;
- A criação de uma superintendência em 1997 para agilizar a reforma agrária na região, atrelada ao plano de metas da superintendência. Segundo os técnicos do INCRA, na época do governo Fernando Henrique, ficou definido que nas fazendas desapropriadas deveria ser assentado o maior número de famílias possíveis, não importando como seriam as condições que essas famílias fossem assentadas.

Todavia, em pesquisa de campo realizada em 2004 e 2006, ficou evidente que o grande número de assentamentos criados na região não significou a qualidade para eles. Isso fica claro principalmente no que tange à infra-estrutura como água, estradas, energia elétrica⁷³ e assistência técnica.

5.2.1. A relação do INCRA com os assentamentos da região de Pé de Serra

A Superintendência Regional do Distrito Federal e entorno SR (28), iniciou o seu trabalho na região de Pé de Serra, no município de Padre Bernardo, em 1998, a partir da

⁷³ Na região a eletrificação rural chegou ao final de 2005 e início de 2006, através do Programa Luz para Todos do Governo Federal em Parceria com a Companhia Elétrica de Goiás.

solicitação das lideranças do sindicato dos trabalhadores rurais do município e de representantes do MST de Brasília, para que fosse realizada a vistoria dos imóveis rurais considerados improdutivos. Na mesma ocasião foi feito o cadastramento de famílias acampadas na região.

Assim, o primeiro contato dos assentados com a SR (28) se deu durante o período de acampamento, época que foi feito o cadastro de relação de beneficiários a chamada RB. O cadastramento fez parte do processo necessário para a classificação e seleção dos beneficiários. Com a homologação da lista, o próximo passo foi a assinatura do contrato de assentamento.

Nessa etapa da seleção dos beneficiados houve algumas divergências entre INCRA e assentados, pois havia mais demandante por terra do que a capacidade dos assentamentos. Isso fez com que os assentados desconfiassem do processo de seleção, achando injusta a escolha de uns e a eliminação de outros. Essa desconfiança foi mais marcante no assentamento Vereda II.

Segundo explicações de Marques (2004), a seleção dos assentados segue critérios como idade, experiência de trabalho no campo, tamanho da família, renda, e é vedada a seleção de funcionários públicos.

“O objetivo de inserção social defendido por essa política pressupõe uma situação de exclusão e, por isso, são considerados seus beneficiários potenciais todos os candidatos que se apresentem numa situação de carência comprovada e que possuem capacitação mínima para a atividade agrícola” (Marques, 259:2004).

Para Neves (1997), o processo de seleção de um candidato a um lote em um assentamento constitui um dos espaços onde se ilustra a relação de poder entre os técnicos sobre os futuros assentados. *Pois que se confrontam os que dominam e criam as regras e os excluídos dessa alternativa, mas delas submissos.* (idem, 1997:101).

O termo assentamento rural no Brasil data de meados dos anos 60, principalmente como referência aos relatórios oficiais para designar a transferência e alocação de grupos de famílias para um imóvel rural considerado improdutivo. Desta maneira, para o Estado brasileiro, a reforma agrária é uma maneira de inserção de famílias sem-terra numa economia capitalista, a partir de distribuição de terras feita, sobretudo, na forma de unidades familiares.

Segundo Leite (1994), para o Estado, a característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades rurais em terras que, na maioria das vezes, se encontravam totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola, onde as famílias assentadas estariam sujeitas à gestão e à ingerência do Estado.

“O termo tem carregado, historicamente, um confronto de projetos políticos opostos. Se, da perspectiva do Estado, a referência básica era o programa de colonização conduzido sob um esquema de segurança nacional, do prisma dos movimentos sociais e entidades de apoio à luta pela terra, a conquista de novas áreas traduzia um movimento mais geral de afirmação e visibilidade desses segmentos, dando nova conotação política a um termo tido pelas agências governamentais como eminentemente técnico” (idem, 1994:203).

De acordo com Marques (2000), os principais mecanismos legais em que o INCRA se baseia para a política de Reforma Agrária são o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de novembro de 1964) e o decreto relativo à Colonização e outras formas de acesso à propriedade (Decreto nº 59.428 de outubro de 1966), apesar de algumas modificações recentes na legislação. A idéia da política do Estado é a inserção dos sem-terra na

economia capitalista, partindo da distribuição de terras. O beneficiário é pensado como um indivíduo genérico que é enquadrado na comunidade de assentados; assim, os seus aspectos do ponto de vista sociocultural não são considerados na hora de assentar um indivíduo.

Geralmente o assentamento é pensado em duas etapas: a fase de pré-assentamento e a fase do assentamento propriamente dita. Para Justo (2005), a fase de pré-assentamento é fase que compreende do momento de desapropriação, da escolha das famílias a serem assentadas, à formação da infra-estrutura necessária, construção das casas e liberação dos créditos. Essa fase duraria na visão do autor em média dois anos. No entanto, nos assentamentos da região de estudo, passados quase seis anos, os problemas como a falta de infra-estrutura ainda são recorrentes na região. E a última etapa seria o assentamento propriamente dito, em que as famílias já estariam instaladas e produzindo.

Segundo Marques (2000), ao serem assentados, os sem-terra ainda não se tornam donos definitivos da terra, recebendo apenas um documento de concessão de uso da terra, pois o verdadeiro proprietário é o INCRA. Segundo a mesma autora, com a definição das famílias no assentamento, os assentados passam por um novo ritual, nesse caso, um ritual burocrático estabelecido pelo INCRA.

“Os assentados são introduzidos no ritual técnico burocrático estabelecido pelo INCRA, ao longo do qual, a posse e o uso da terra estão submetidos ao cumprimento de determinadas regras, que restringem sua autonomia e pesam sobre eles como uma ameaça de retomo à condição de sem-terra. Enquanto eles permanecem sob a tutela desse órgão, vivem uma situação na qual elementos de autonomia e dependência se alternam” (idem, 2000:118).

A relação do Estado com os assentados inicia-se antes da assinatura do contrato, quando da definição de quem será assentado, pois os mesmos passam por uma seleção de beneficiários, baseada em critérios definidos pelo próprio INCRA. Entretanto, essa relação com o Estado acontece, sobretudo, quando da criação do assentamento ou ainda na manutenção de projetos, tais como financiamentos, infra-estrutura necessária e assistência técnica.

Essa relação por parte do INCRA faz com que os assentados se tornem sujeitos do Estado, fazendo com que estes passem a prestar contas de quase tudo que fazem no assentamento e, em alguns casos, da formalização das próprias relações interpessoais no assentamento ou até mesmo na autonomia em relação a determinadas decisões. Como a compra de material de insumo utilizando o crédito apoio ou a escolha da assistência técnica⁷⁴:

“Como foi com a compra do nosso material [arames, ferramentas e adubos], a gente tinha que sempre estar sobre o controle da associação, que por sua vez tinha que ficar prestando conta para o Incra” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2004).

“Até para casar você precisa ter permissão do Incra é um absurdo!” (Sr.J, assentamento Vereda I, 2004).

Na fala acima o assentado se referia à possibilidade dele se casar com outra assentada que tinha um lote em seu nome. De acordo com os técnicos do INCRA isso não seria permitido a não ser que um dos beneficiários abrisse mão de um dos lotes. E isso para

⁷⁴ A pessoa ou empresa para oferecer assistência técnica precisa ser cadastrada na Superintendência regional do INCRA.

o assentado seria um absurdo, pois se o casamento não desse certo um dos dois ficaria no prejuízo, então ele preferia levar uma vida “clandestina” com a companheira.

Em alguns casos isso acontece porque o técnico do INCRA, na maioria das vezes, considera o assentado como um despreparado em relação ao perfil de produtor desejado. O assentado acaba sendo pensado como um ator que precisa ser modelado e o assentamento seria o espaço privilegiado desse processo. Provavelmente, episódios desta natureza devem-se ao desconhecimento, por parte dos técnicos do INCRA, das características socioculturais dos assentados.

Depois da definição dos beneficiários o INCRA realizou a demarcação das chácaras, fez os sorteios destas e providenciou a assinatura dos contratos. Na época, o principal elo entre os assentados e o órgão era o técnico do INCRA, denominado *empreendedor social*⁷⁵ que, para autores como Macedo (2003), tem o papel de acompanhar os processos de assentamentos. Este seria o funcionário diretamente responsável pelo encaminhamento dos problemas dos assentados até o órgão.

No entanto, a relação entre o empreendedor social e os assentados da região foi muito conflituosa porque, na visão dos assentados, este era uma pessoa “arrogante” e insensível aos problemas que os assentados viviam, além de ser considerado um técnico que circulava nos assentamentos apenas para punir e para disseminar a fofoca.

“(...) aquele trabalho do empreendedor que o cara estava aqui constante direto no assentamento, isso era uma mentira, ele chegava aqui olhava para cara de um para cara de outra e dizia eu não vou com a cara daquele porque aquele tem a cara feia, aí marca no laudo dele sem querer saber. Não estava nem aí para os problemas da comunidade, só pensava em punir e promover as denúncias”. (Sr. Ad, Vereda I, 2006).

Assim, a relação do INCRA e assentamentos desde o início foi tumultuada, por um lado pela insensibilidade dos primeiros técnicos do INCRA que atuaram na região e por outro, pelo próprio processo da reforma agrária que é burocrático e lento.

Um evento que é considerado pelos assentados da região como legitimador da relação entre o INCRA e os assentados foi a assinatura dos contratos e a liberação do crédito fomento ou crédito instalação, entre os anos de 2000 e 2001. Após isso, que a maioria dos assentados se sentiu contemplada na conquista das chácaras. É importante ressaltar que para alcançar esse momento houve uma mobilização intensa entre assentados. Essa mobilização ocorreu principalmente nos assentamentos Vereda I e Vereda II.

“Foi debaixo de muita pressão que o INCRA entregou os créditos e os contratos. Foi preciso a gente filmar todo o assentamento e baixar na porta do INCRA com mais de 50 famílias e ameaçar o pessoal que nós íamos levar a fita no Ratinho. Foi que o superintendente apareceu e assumiu o compromisso com a gente, mais só acreditamos quando foi feita uma ata de compromisso e assinada pelo Sr. Manuel, superintendente do INCRA, na época” (Sra. Ar, Assentamento Vereda I, 2004).

Com assinatura dos contratos, o passo seguinte foi a articulação para a liberação do crédito habitação e o PRONAF A. A liberação desses recursos aconteceu de forma menos conflituosa porque, segundo explicações de um técnico do INCRA, os recursos já constavam no orçamento da superintendência.

No que se refere ao PRONAF A, passados quase quatro anos de sua liberação, os assentados fazem uma avaliação que os recursos foram poucos para começar o trabalho

⁷⁵ Segundo Macedo (2003), o cargo de empreendedor social foi criado durante o governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Já no governo do Presidente Lula esse cargo não existe mais.

numa terra nua e que faltou acompanhamento e orientação por parte do INCRA em relação ao trabalho da assistência técnica terceirizada, que seria responsável pela orientação para aplicação dos recursos. Desta forma, para os entrevistados, liberar os poucos recursos sem acompanhamento acabou facilitando a utilização errada destes e consequentemente no insucesso na utilização dos créditos.

Outro elemento importante, que os assentados responsabilizam o órgão, é a falta de infra-estrutura ou a demora por realizar melhorias nos assentamentos como: poço artesiano, estradas, luz entre outras. E quando os recursos chegam via Caixa Econômica Federal para a Prefeitura, o órgão acaba não acompanhando a execução das obras.

“Além disso, outros fatores, a responsabilidade de água, que ele poderia estar junto fiscalizando junto com a caixa, os recursos que vão para prefeitura. Porque no caso do poço aí ele foi furado tem água tem tudo, mas não está atendendo as necessidades da comunidade. A gente foi lá no engenheiro para conversar para que ele fizesse um estudo ele veio aqui e só olhou. O problema do INCRA, é dar atenção de mais nas fofocas”. (Sr.S. Assentado Vereda I, 2006).

Assim, a falta dessa infra-estrutura é motivo utilizado pelos entrevistados para justificar a rotatividade nos assentamentos. Para os técnicos do INCRA, essas observações dos assentados são pertinentes, mas não seriam justificáveis para o abandono ou a venda das chácaras. Além disso, os técnicos reconhecem que o sucateamento do órgão e a falta de infra-estrutura, de orçamento, e de pessoal contribuem para que o atendimento seja prejudicado.

Essa observação das dificuldades encontradas no INCRA e, conseqüentemente nos assentamentos brasileiros, é comungada por outros autores, como Marques (2000), que aponta a dificuldade de se criar condições tanto institucionais quanto financeiras para a estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos.

“Não há de fato uma política conseqüente para os assentamentos. O Estado distribui terra, mas não investe capital necessário num planejamento a longo prazo, pondo em risco os objetivos de produção e produtividade por ele próprio estabelecido” (idem, 2000:107).

É interessante observar que os funcionários que compuseram os quadros da SR (28) no início foram em sua maioria técnicos que trabalhavam principalmente na sede Nacional do INCRA em Brasília, e muitos técnicos não tinham experiência de lidar diretamente com os assentados, pois eram considerados funcionários mais burocráticos. A contratação de novos funcionários para atuar na superintendência só ocorreu por concurso público em 2004.

Mais recentemente (julho de 2006) outro entrave entre os assentados da região e o órgão diz respeito às vendas das chácaras e à chegada de outros assentados na região. Esse entrave se dá porque, no olhar dos entrevistados, o INCRA não faria a fiscalização necessária,

“A gente não é contra que o INCRA coloque as pessoas, o que é preciso primeiro o INCRA vim conversar com as pessoas e procurar saber por que as pessoas não estão morando, precisa saber quem vai assumir quem não vai assumir, porque é preciso colocar outras famílias que estão precisando de uma parcela” (Assentados da Boa Vista, 2006).

Em algumas chácaras que foram abandonadas, os técnicos têm colocado outros assentados sem consultar a comunidade, algo que era comum acontecer no início dos

assentamentos. Antes de qualquer pessoa ser assentada na área, os técnicos do INCRA apresentavam a pessoa na assembléia do assentamento, consultavam os assentados e só depois disso que a família era assentada.

“O INCRA traz pessoas de tudo o que é lado e vai colocando aqui e não comunica com as pessoas que moram aqui. Porque nós, aqui já viramos uma família e todo mundo conhece todo mundo. E então antes o INCRA chegava aqui com uma mudança no caminhão ele precisa reunir a gente e dizer que esta vindo uma família para cá e a procedência dessa. Igual era feito no início do assentamento só que isso não esta sendo feito mais” (Assentados do Vereda I, 2006).

Na narrativa acima, os assentados estão preocupados com a chegada⁷⁶ de mais pessoas estranhas no lugar. Essa preocupação estaria relacionada principalmente com o aumento de violência que acontece na região, ocorrendo nos dois últimos quatro anos casos de assassinatos. Por isso, uma preocupação a mais que os assentados têm se deparado é com a violência na região.

De uma maneira geral os assentados são unânimes em dizer que quase todas as ações que se fazem necessárias nos assentamentos estão ligadas ao órgão e que este tem um papel importante no contexto da reforma agrária e que na atual gestão da SR (28) o diálogo tem melhorado. Porém, o órgão ainda é demorado em suas ações e estas são distantes dos assentados e da realidade em que estes se encontram. Segundo os entrevistados faltaria ao INCRA mais sensibilidade para lidar com o seu público; ele funciona mais como um órgão punitivo, de fiscalização, do que educativo ou de apoio.

5.3. Academia

5.3.1. Grupo de Trabalho e Apoio a Reforma Agrária da Universidade de Brasília

Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária – GTRA foi criado no ano de 1996, ligado ao Decanato de Extensão – DEX como centro de custo e ao Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS da Universidade de Brasília como unidade acadêmica (GTRA/DEX/CDS). Em seu histórico de fundação, consta que os objetivos do GTRA são, por um lado, potencializar as ações da UnB, e por outro, sinalizar ao conjunto das instituições de ensino superior as inúmeras possibilidades de atuação que as universidades têm com relação à questão agrária.

“Os trabalhos são desenvolvidos em parceria com departamentos da universidade e instituições externas. Envolve estudantes e professores com agricultores dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para a sustentabilidade da Reforma Agrária. Este envolvimento tem o papel de fomentar e disseminar a reflexão sobre a importância crescente do espaço rural na sociedade brasileira” (GTRA, 2005:1).

Desde a sua fundação, o GTRA desenvolve várias ações e projetos ligados tanto à promoção da educação no campo como à organização social e da produção dos assentamentos. Segundo informações de técnicos do GTRA, em fevereiro de 2006, eram mais de 16 projetos.

1. Projeto - Curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável;

⁷⁶ No capítulo seis abordarei um pouco mais da chegada de outros assentados.

2. Projeto Vereda Sustentável: pensando a segurança alimentar, geração de renda e manejo ambiental no assentamento Vereda I, município de Padre Bernardo – GO. (projeto vitorioso no ano de 2005, na Comunidade Solidária);
3. Projeto de Implementação e Consolidação do Acompanhamento dos Agentes de Desenvolvimento nos Assentamento de Reforma Agrária – Bolsa Estágio;
4. Projeto – Curso de Formação em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável;
5. Projeto – Tecendo a Rede Territorial de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno: Capacitando para Integrar Agricultores Familiares, Técnicos e Instituições na Construção de um Projeto de Base Sustentável e Solidária;
6. Projeto – Centros de Formação Técnica e Profissional de Jovens e Adultos da Reforma Agrária – CEFFAs;
7. Projeto – Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento;
8. Seminário Nacional de Educação do Campo;
9. II Conferência Nacional de Educação do Campo;
10. Projeto – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável no Município de São João D’aliança – GO;
11. Projeto – Elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos de Reforma Agrária, Levantamento Topográfico, Assistência Técnica e Capacitação das Famílias Assentadas;
12. Projeto – Curso de Extensão em Administração de Cooperativas – CEACOOB;
13. Projeto – Formação de Jovens Assentados em Agroecologia, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Rural Sustentável;
14. Projeto – Educando para a Sustentabilidade: Ampliando a Experiência dos Viveiros Florestais Comunitários de São João D’aliança para os Assentamentos de Reforma Agrária dos Municípios de Sítio D’abadia e Mambai – GO;
15. Projeto – Educando para a Sustentabilidade: Horta Orgânica e Viveiro Florestal Comunitário como Instrumentos de Organização Social, Preservação Ambiental e Geração de Renda para as Famílias do Assentamento Colônia I em Padre Bernardo – GO;
16. Projeto – Adaptação e Utilização de Dispositivo Metodológico Participativo para Apoiar o Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos de Reforma Agrária

Fonte: GTRA, fevereiro de 2006.

Na região de Pé de Serra, o GTRA começou seus trabalhos no início do ano de 2001, através da elaboração de Plano de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA- nos assentamentos Vereda I e Vereda II, realizados por uma equipe de estudantes e professores. Esse primeiro contato fez com que assentados, sobretudo do assentamento Vereda I, se aproximassem da UnB com intuito de desenvolver projetos com os assentamentos da região.

Essa aproximação concretizou-se no ano de 2003, com a entrada de seis assentados, quatro do assentamento Vereda I e dois do assentamento Vereda II como alunos do curso técnico agrícola da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira-Unai/MG, com a coordenação do GTRA. Em seção mais à frente, voltarei ao tema.

Para os assentados, essa parceria está sendo fundamental para que algumas ações que dizem respeito principalmente ao caráter organizativo aconteçam.

“Eu acho a presença da UnB aqui na região muito importante, porque ela sempre vem discutindo com todos nós dos assentamentos da região a importância de trabalhar unido e de sempre querendo que a gente busque a união” (assentado do Vereda II, 2006).

“A UnB é como uma árvore frutífera ela se plantou aqui e esta se frutificando. Foi através dela que vocês vieram, ela esta nos alimentando, alimentando aqui não é só dar alimento é dar instrução e ensinar é mostrar o que deve fazer é orientar as pessoas e mostrar como deve se fazer” (assentado do Vereda I, 2006).

Dentro do escopo de ações do GT, na região de Pé de Serra foi elaborado um projeto em parceria com os assentados do Vereda I, para concorrer ao Prêmio Banco Real - Universidade Solidária: com o seguinte enfoque: *Projeto Vereda Sustentável: pensando a segurança alimentar, geração de renda e manejo ambiental no assentamento Vereda I, município de Padre Bernardo – GO*. Tal projeto tinha como objetivo promover ações de apoio ao desenvolvimento sustentável local no assentamento Vereda I que envolvessem a conservação ambiental, geração de renda e a segurança alimentar com a participação de alunos e professores da Universidade de Brasília, sendo coordenado pela Professora Cláudia Valéria de Assis Dansa, do departamento de educação da UnB e uma das coordenadoras do GTRA.

Esse projeto acabou-se sagrando um dos vencedores do prêmio e no início do ano de 2006⁷⁷ um grupo de cerca de 20 assentados que se dispôs a trabalhar no coletivo para plantar cerca de 20 hectares de arroz, construir um viveiro, e a formar um Sistema Agro florestal (SAF), além de uma casa de farinha que começou a produzir farinha em junho de 2006. Esse grupo já vinha trabalhando no coletivo anteriormente conforme foi discutido no capítulo três, que ficou conhecido nos assentamentos da região como grupo de afinidades.

De acordo com os assentados a escolha do plantio da cultura do arroz deveu-se a esse ser um alimento considerado essencial para alimentação das famílias do assentamento. “*Nós pensamos no arroz porque ele é um dos alimentos da nossa segurança alimentar*” (Assentado do Vereda I, 2006). Os assentados entendem por segurança alimentar aquilo que é importante cultivar ou comprar para a manutenção diária da alimentação da família. A idéia de segurança alimentar também está inserida na proposta de sustentabilidade que o Grupo do GT defende e que também era a tônica do prêmio.

⁷⁷ O projeto previa um valor de R\$ 20.000,00 que foram investidos no arroz, na construção de uma casa de farinha, numa horta e num viveiro de mudas nativas.



Foto: 41 – Viveiro de mudas da área do projeto.



Foto: 42 – Casa de farinha construída com dinheiro do projeto.

Segundo informações dos assentados e de uma monitora do projeto (aluna do curso de Agronomia da UnB) a escolha do assentamento Vereda I deveu-se pelo envolvimento dos alunos assentados no curso de Unaí, dos alunos da UnB e dos coordenadores do GT, que sentiram a necessidade de dar continuidade a um trabalho mais efetivo no assentamento. Por isso, surgiu a idéia de escrever o projeto.

Outro momento marcante em relação ao projeto foi na cerimônia de premiação, que ocorreu em São Paulo. Na história narrada pela assentada que foi representar o assentamento havia muita emoção em lembrar do momento da entrega simbólica do cheque,

“(...) foi à primeira vez que eu andei de avião. Foi tão emocionante levar o nome da comunidade para São Paulo, eu senti que a gente era importante. Que viver aqui, era importante e que nós não somos filhos sem pai como muitos pensam” (Assentada do Vereda I, 2006).

O prêmio, por um lado, serviu de estímulo para que os assentados trabalhassem no coletivo, despertou neles a vontade de buscar novas possibilidades. E por outro, a fala da assentada acima desperta o caráter de importância simbólica de reconhecimento e orgulho de pertencer a um assentamento que quase sempre é marginalizado ou estigmatizado. Nesse sentido, o que se tem percebido é que o GT da Universidade de Brasília tem contribuído muito para o reconhecimento e valorização desses atores dentro das esferas da sociedade, apesar das ações ainda serem incipientes, e como dizem os assentados:

“(...) pena que só um grupo de estudantes e alguns professores, que acreditam na gente e na reforma agrária, outros setores como as áreas de saúde e educação deveria estar mais presente, então no meu pensamento acho que deveria ser assim” (Assentado do Vereda I, 2004).

O envolvimento do GT da UnB com os assentamentos da região tem proporcionado aos assentados a capacitação em determinadas áreas através de cursos e visitas técnicas realizadas por estudantes da UnB aos assentamentos. Por outro lado, também, os alunos dos cursos de graduação da UnB que tem participado desses projetos relataram que a experiência prática que passaram a desenvolver com os assentados está sendo fundamental para a formação e o aprendizado dos mesmos como pessoas e profissionais.

Dentro da experiência de campo e das entrevistas realizadas, foi possível perceber que a proposta de trabalho que o GT desenvolve nos assentamentos está relacionada a uma proposta de modelo de agricultura de base sustentável em contraposição à idéia de uma agricultura centrada na monocultura como defendem algumas autoridades do município. Acredito que essa idéia ajude a entender alguns elementos contidos nas falas dos assentados como sustentabilidade, agro-ecologia, segurança alimentar entre outros, que estariam baseados no discurso desses atores que compõem o GT-RA.

Ademais, o GT procura incentivar a prática da organização dos assentados em atividades coletivas e de desenvolvimento comunitário. Essa filosofia de trabalho está relacionada com a idéia de apoio às questões agrárias e promoção do desenvolvimento sustentável para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do campo, um dos objetivos de atuação do GT. (GT-RA, 2005)

5.3.2. Curso Técnico em Unaí

Outra ação marcante do Grupo de Trabalho da Reforma Agrária na região foi a criação, em 2003, do Curso Técnico em Agropecuária, com duração de três anos e multiseriado. O curso é realizado em parceria com a Faculdade de Educação da UnB, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados, PRONERA, Superintendência Regional (28) do INCRA e a Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira-Unaí/MG. A coordenação cabe ao GT de Reforma Agrária da UnB.

O curso atende cerca de 60 alunos provenientes dos assentamentos localizados na área de atuação da SR (28). Da região de Pé de Serra, são seis alunos: dois do assentamento Vereda II e quatro do assentamento Vereda I. A escolha desses assentamentos deveu-se a uma estratégia do GT em dar continuidade aos trabalhos de PDA nos assentamentos pelos quais o GTRA tinha ficado responsável. A escolha dos alunos foi uma indicação dos moradores dos assentamentos.

Segundo informações levantadas em campo, o objetivo do curso é capacitar alunos que residam em assentamentos para atuar nos assentamentos em que residem com vistas a trabalhar com a idéia de sustentabilidade produtiva, organizativa e social das famílias. A primeira turma se formou em janeiro de 2006. Durante o curso, os alunos eram acompanhados por monitores dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Geografia e Pedagogia da UnB. Cada aluno da UnB ficava responsável por até quatro assentamentos. No caso da região de Pé de Serra, uma aluna do curso de Agronomia acompanhou os seis alunos durante os três anos.

O curso era ministrado da seguinte forma: 15 dias na escola em Unaí-MG e 45 dias os alunos ficavam no assentamento desenvolvendo suas atividades, procurando sempre o foco de atuação junto às outras famílias do assentamento. A idéia era que se desenvolvessem formas coletivas de trabalho. Durante o período em que os alunos estavam nos assentamentos, a monitora passava às vezes o final de semana ajudando nas lições e também articulando com os outros assentados projetos e atividades, de preferência coletivos. Por isso que os assentados creditam os avanços na organização dos assentamentos da região à presença do GTRA da Universidade de Brasília.

Cada aluno recebia uma bolsa no valor de um salário mínimo para as despesas relacionadas com o curso, transporte até a escola e material escolar. Na escola, os alunos ficavam alojados num galpão improvisado para receber esses alunos, uma vez que a escola já tinha outros alunos regulares que não eram assentados.

A experiência do curso, segundo os assentados, foi muito boa para os assentamentos, porque na visão deles, depois que eles se tornaram alunos do curso, as coisas ficaram um pouco mais fáceis, ao menos no que diz respeito ao tratamento.

“Hoje eu sou bem recebida no INCRA porque nós ganhamos um nome, porque somos aluno do curso técnico de Unaí. Porque antes? Quantos chás de banco a gente passou ali, quanta fome a gente passou ali para resolver problemas da comunidade” (Assentada no Vereda I, 2004).



Foto: 43 – Alunos do curso técnico em aula prática na escola técnica de Unaí.



Foto: 44 – Atividade coletiva no assentamento Vereda I, com a presença dos alunos da UnB.

Em Fevereiro de 2006, ocorreu a formatura da primeira turma do curso. Dos seis que se formaram, um assentado do Vereda II mudou-se definitivamente para cidade, um está dando aulas na Escola da Boa Vista, outro está trabalhando com o GT na elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos na região de atuação da SR (28), e os outros três, do assentamento Vereda I, estão tentando negociar com o INCRA a possibilidade de pelo menos dois deles serem contratados via Agência Rural para trabalhar na assistência técnica dos assentamentos da região. Segundo informações levantadas em campo, uma promessa do INCRA era que os alunos que se formassem no curso seriam aproveitados para prestar assistência técnica em seus respectivos assentamentos. Isso porque eles seriam as pessoas mais indicadas para tratar com as questões referentes à organização e assistência técnica dos assentamentos onde vivem.

“(...) depois que a gente terminasse o curso técnico, o INCRA contrataria a gente para dar assistência técnica nos assentamentos, vamos ver o que acontece.” (Formando do Vereda I, 2006).

Em audiência pública realizada em fevereiro de 2006, na escola do assentamento Boa Vista, o superintendente da SR (28) parabenizou os formandos enaltecendo suas conquistas, prometendo verificar a possibilidade de convênio com a Agência Rural do município para contratar esse os formandos para trabalhar como técnicos nos assentamentos da região⁷⁸.

5.3.3. Escola Família Agrícola

A introdução na região da possibilidade de se trazer uma Escola Família Agrícola partiu de iniciativas da Universidade Católica de Brasília, da Universidade de Brasília e de assentados envolvidos principalmente no curso técnico da Escola Agrícola de Unaí. A discussão começou no início de 2003, quando iniciaram os primeiros contatos entre as universidades e assentados da região. O local escolhido para abrigar a escola foi a sede do

⁷⁸ Eu estava presente durante a audiência pública, e mais a frente discutirei o teor dessa audiência.

assentamento Vereda II, por sua infra-estrutura⁷⁹ ser considerada a mais adequada da região e de não precisar fazer grandes investimentos. Os investimentos iniciais para o projeto vieram do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, CNPq, e do Programa Fome Zero, com apoio do Núcleo de Estudos Agrários da UnB. Além disso, o INCRA destinou uma verba para que a escola começasse a funcionar.

A escolha da sede causou no início disputas internas dentro do assentamento Vereda II, isso porque existiam assentados interessados nas áreas coletivas contrários à chegada da EFA. Esses assentados pretendiam usar a sede do assentamento como instalações de uma cooperativa, que estava sendo formada por cerca de 20 assentados do Vereda II. Segundo relatos, esses assentados estavam interessados em assumir as principais áreas coletivas do assentamento, que no caso incluiria a sede da fazenda, local então destinado a receber as instalações da EFA.

Assim, os assentados contrários à instalação da EFA tentaram de várias formas evitarem a presença da EFA no lugar, organizando inclusive um abaixo assinado, forjando assinaturas de assentados, para que a EFA não viesse para o assentamento. A principal justificativa que o grupo contrário a vinda da EFA usava era que aquele espaço pertencia aos assentados e eles deveriam usar da maneira que achassem melhor. E ainda, se a EFA ocupasse a área coletiva do assentamento, os assentados perderiam esse espaço. Mas para os entrevistados as razões desses assentados eram outras; o que apurou foi que eles estavam interessados no mangal com 10.000 pés de manga que fazia parte da área coletiva e, caso a EFA assumisse a área coletiva, essa renda não poderia ser reivindicada por esses assentados contrários a instalação da escola.

Depois de embates, foi necessária a intervenção do INCRA para definir que a sede do assentamento Vereda II e seis hectares do seu entorno (a área do mangal ficou de fora), deveria ficar para a EFA. Assim, o INCRA na visão dos assentados se posicionou de forma correta ficando do lado da maioria e não de um grupo menor. A liderança do grupo que pretendia fundar a cooperativa na sede foi expulsa do assentamento em 2005 acusado de roubo e tráfico de drogas.

Segundo relatos de um técnico do INCRA, essa “liderança” desde o início do assentamento vinha causando problemas na região, principalmente pela utilização de entorpecente e o aliciamento de menores moradores dos assentamentos para a realização de furtos na região.

Segundo relatos dos assentados, a EFA atenderá as comunidades dos Angicos, os quatros assentamentos do Pé de Serra (Vereda I, Vereda II, Água Quente e Boa Vista), Colônia I e II, Jacinto Durães e o assentamento do Baixão (Banco da Terra). A proposta do projeto é seguir a pedagogia da alternância, conjugando prática com teoria, diretrizes propostas pelo PRONERA e por outras EFA's existentes no país.

Por estar à frente do projeto da EFA, a Universidade Católica de Brasília⁸⁰ é vista pelos assentados como uma grande parceira, pois para eles qualquer ação que signifique a possibilidade de *desenvolver a comunidade é bem vinda*. Além disso, a proposta da EFA é de integrar os assentamentos da região com outros assentamentos e com a comunidade dos Angicos, um conjunto de moradores da região que não pertencem a nenhum assentamento.

⁷⁹ Na fazenda Vereda atual assentamento Vereda II, existe uma casa sede muito grande, que poderia servir de local para escola, além de pomar e outras infra-estruturas necessárias para abrigar a Escola Família Agrícola.

⁸⁰ A universidade Católica de Brasília tomou a frente do projeto por se a Universidade que tinha experiência de trabalho com a pedagogia da Alternância, uma das características centrais das Escolas Famílias Agrícolas (EFAS).

“A preocupação da Católica aqui na região é desenvolver na forma de educação. Ela uma das coordenadoras do projeto da EFA, ela tem trazido os cursos de capacitação. A preocupação dela é com os assentamentos não só aqui da região, mas como outros assentamentos do município como o Colônia. Ela tem procurado valorizar a gente, levando a gente em reuniões em Padre Bernardo e depois que a Católica passou a participar das reuniões com a gente aqui foi que nós passamos a ter um reconhecimento em Padre Bernardo, na prefeitura, na secretária de Educação e na secretária de saúde. A Católica esta sempre preocupada com o desenvolvimento aqui da região”. (Assentados do Vereda I e Boa Vista, 2006)

Outra vantagem da discussão da EFA apontada pelos assentados é o reconhecimento, da prefeitura do município, que os assentados estão trazendo alguma coisa de bom para a cidade. Entretanto, durante a campanha para prefeito em 2004, os candidatos ao cargo de prefeito utilizaram a EFA como uma proposta que seria trazida por eles para o município. Isso causou questionamentos por parte dos assentados e coordenadores do projeto.

“Tem gente aqui usando o nome da EFA, para conseguir as coisas, mas eles não vão conseguir usar o nome da escola porque a EFA, não tem compromisso político com ninguém, ela é composta pelo conselho fiscal e conselho deliberativo, que somos nós moradores dos assentamentos” (Assentado do Vereda II, 2006).

Segundo relatos dos assentados, em uma reunião com os candidatos a prefeito em 2004, foi questionada a utilização do nome da EFA por parte destes e estes esclareceram que o discurso se referia ao apoio à EFA e que a conquista da escola era algo que tinha partido dos assentados. Essa preocupação por parte dos assentados se referia a dois elementos: o primeiro deles, era deixar bem claro que a chegada da EFA era uma conquista dos assentados e não de político nenhum. E o segundo elemento, era o temor de vincular a EFA a algum candidato e caso esse perdesse, o vencedor não apoiasse futuramente o projeto da escola.

No ano de 2005, a escola realizou nove cursos de capacitação nas áreas de plantio de horta orgânica, cooperativismo, comercialização, criação de animais silvestres dentre outros. Segundo dados fornecidos pelos assentados responsáveis pelo conselho deliberativo da EFA, 270 assentados participaram desses cursos.

Com a experiência do curso de cooperativismo, 20 assentadas criaram a associação das mulheres do cerrado dos assentamentos de Padre Bernardo. Em 2006 foi inaugurada a biblioteca da escola que tem o nome de sala verde. Seu principal intuito é discutir a questão ambiental. A biblioteca vai receber o apoio do Ministério do Meio Ambiente, que ficou de enviar material para biblioteca de seis em seis meses.

Entretanto, em julho de 2006 existia um impasse entre o a UCB e o INCRA, no que diz respeito ao reconhecimento do certificado dos cursos. O curso que será oferecido pela EFA é Técnico em Agroecologia, será um curso de dois anos, para 30 alunos dos assentamentos e 10 alunos da comunidade de Angicos que tenham o segundo grau completo. O curso será de 15 dias na escola e 15 dias em casa, aplicando as técnicas aprendidas no curso.

A reitoria da UCB não quer cumprir uma cláusula do contrato que diz respeito aos registros dos diplomas, e sem isso o INCRA não libera o dinheiro, inviabilizando o início do curso. Esse impasse tem causado frustrações por parte dos assentados, uma vez que as aulas deveriam ter iniciado em julho de 2005.

“Sabe Marcelo, hoje a gente fica descrente desse povo que vem aqui, faz promessa, mobiliza a gente para sair de casa, vim para reunião, e depois por coisas burocráticas as coisas não acontece, isso eu fico chateado, porque a gente está desiludido com a Católica, tem gente achando que a EFA vai acabar nem saindo, vai ficar mesmo só a biblioteca Verde” (Assentados, do Vereda I, 2006).

Na fala acima pode-se perceber que existe uma descrença em relação à Universidade Católica. Essa explicação estaria relacionada à atuação desta instituição com a EFA. Isso porque, o impasse entre a UCB e o INCRA estava atrasando o início das aulas e por causa dessa situação os assentados estavam desacreditados em relação à atuação da UCB.

No entanto, os assentados resolveram se organizar e no segundo semestre de 2006 as atividades começaram na EFA. E com a perspectiva que em 2007 o INCRA e a Católica acertem os problemas burocráticos e a escola passe a receber o dinheiro do convênio.

5.4. A relação dos assentados no contexto do poder local

5.4.1. Prefeitura municipal de Padre Bernardo

Dentro do jogo de relações sociais existentes na região, a prefeitura, na visão dos assentados, tem um papel importante no contexto dos assentamentos, uma vez que todo o dinheiro destinado pelo INCRA para infra-estrutura passa pela prefeitura, além das questões básicas como saúde e educação que são de responsabilidade do município. No entanto, esses recursos têm sido disputados por outra clientela do município, ou seja, alguns vereadores e secretários recorrentemente costumam propor aplicação de recursos destinados aos assentamentos em melhorias na infra-estrutura de bairros dentro da cidade. Além disso, a utilização dos recursos nos assentamentos por parte da prefeitura é usada como propaganda de obras conquistadas pela prefeitura para os assentados.

Entretanto, é interessante notar que os assentados com o passar do tempo passam a ter uma postura de cobrança de seus direitos junto à prefeitura, e que os recursos que ali são empregados não são da prefeitura e sim do INCRA.

“A prefeitura fica falando que ela quem faz, mas esquece que a gente vai ter que pagar por essa infra-estrutura aí” (Assentado da Boa Vista, 2004).

Os assentados identificam que falta a eles um processo de organização maior para cobrarem os seus direitos junto à prefeitura. Nos assentamentos se cogita a possibilidade de eleger um assentado da região como vereador para acompanhar de perto na câmara os seus interesses.

“(…) é preciso eleger um vereador que seja envolvido com a comunidade, que não pense só nele, precisa conhecer a realidade nossa. Mas a gente precisa e muito fazer um vereador nosso. E por isso que eu acho que agente precisa se unir e na próxima eleição fazer um vereador daqui dos assentamentos” (assentados do Vereda I, 2006).

Assim sendo, em 2004 três⁸¹ assentados se lançaram como candidatos a vereadores pelos assentamentos da região, no entanto não obtiveram apoio dos assentados. Nessa

⁸¹ Um candidato obteve 50 votos, o outro obteve 48 votos e o terceiro desistiu da candidatura, todos os três candidatos eram do assentamento Boa Vista.

situação, se considerarmos que o município tem pouco mais de 12 mil habitantes e só na região de Pé de Serra, somando com o assentamento do Banco da Terra teria cerca de 600 famílias, assim, os assentados teriam uma força política muito grande caso resolvessem eleger vereadores dos assentamentos - e quem sabe, talvez, até mesmo prefeito.

No entanto, como ocorre em outros lugares do país que têm assentamentos, essa situação até o momento da pesquisa não aconteceu. As explicações dadas pelos assentados de uma maneira geral, caminham para as seguintes questões, a saber,

- A falta de apoio estava relacionada à falta de recursos para comprar votos, porque segundo eles sem dinheiro para comprar votos dificilmente alguém se elegeria. A relação da compra e venda de voto, comum em outras regiões do país;
- Já para outros a explicação é que os assentados ainda não tiveram a consciência de se unirem e apoiarem os candidatos saídos das fileiras dos assentamentos, por isso só aqueles que estavam cientes dessa proposta tinham votado em candidatos da região;
- O próprio *racha* entre os assentados da região com a saída de três candidatos é apontado também como fracasso; pois para os entrevistados eles deveriam ter escolhidos apenas um candidato, desta forma o escolhido teria tido mais chance de ter sido eleito;
- Outros assentados defendem que o fracasso nas eleições de candidatos oriundos dos assentamentos estava relacionado à relação que a maioria das famílias assentadas mantém com Brasília, inclusive com os seus títulos eleitorais ainda registrados na capital Federal. E por isso, pouco se importavam com quem era eleito no município onde estavam assentados.

No que refere-se à prefeitura, os assentados são vistos como potenciais eleitores do município que votam em Brasília e que deveriam transferir o título para o município. Isso ficou claro durante uma conversa com o secretário de governo⁸² que se queixou do fato de que a prefeitura não tem como brigar por mais recursos para os assentamentos da região porque os assentados não votam no município. Um dos caminhos para facilitar o diálogo entre prefeitura e os assentados seria a comprovação de que os mesmos são moradores do município, portanto, o instrumento que legitimaria esse reconhecimento seria a posse do título de eleitor. E o próprio secretário do governo local ficou responsável pela articulação da transferência dos títulos para o município, como se pode observar na fala de um assentado.

“Marcelo, aí, o pessoal lá da prefeitura né, principalmente o **Duarte** [secretário da prefeitura], foi um que sabe, cuidou bastante dessa movimentação da transferência do título, aí organizou da seguinte forma: chamou né, os presidentes de associação e pediu pra eles ir divulgando quem queria mudar né, aí veio, eles trouxeram o pessoal do cartório no colégio Boa Vista então muita gente foi lá no colégio Boa Vista, então muita gente transferiu aqui no colégio Boa Vista, aí ficou uma semana aqui. Tá, o pessoal do cartório vinha todos os dias aí o pessoal foi lá transferir. Aí, quem não conseguiu transferir aqui, que ainda queria transferir, aí foi lá em Padre Bernardo. No dia de entregar o cartório veio entregar aqui no Boa Vista o título. Aí o pessoal foi no ônibus da escola, e tudo, ia lá” (Assentado do Boa Vista, 2006).

Outro assentado esclarece que para cobrar seus direitos na prefeitura precisariam ser eleitores do município; essa justificativa é vista na fala de uma assentada.

⁸² Em julho de 2006 o secretário de governo também ocupava a secretaria de agricultura, como interino.

Quais são as justificativas que eles deram, pra vocês transferirem, os títulos?

“Pra você cobrar tem que estar dentro da lei. Se você não é eleitor do município você fica já com impossibilidade de cobrar, então, por exemplo, assim, eles querem ajudar a organizar os assentamentos e tudo, mas tem muita gente que vai lá pressionar, cobrar e tudo, mas é eleitor de Brasília, então, se você é eleitor do local, e tudo, se você votou você está consciente, você sabe em quem votou, e tudo, depois você tem um direito a mais pra cobrança. Essa era o argumento dele [Secretário de governo da prefeitura] que o pessoal transferisse” (Assentada do Vereda I, 2006).

Assim, para facilitar o deslocamento desses assentados durante as eleições foi criada, a pedido da prefeitura junto à justiça eleitoral, uma seção na escola da Boa Vista, onde foram cadastrados 485 eleitores na escola da Boa Vista, quase todos assentados da região. Essa relação da prefeitura com os assentados, em que eles seriam reconhecidos a partir dos títulos, é uma relação comum na região do DF. Como em Brasília que, para se conseguir um lote nas cidades do DF, é preciso comprovar que vota no Distrito Federal (Borges, 2004).

Em Padre Bernardo a situação não é diferente, pois, a prefeitura reconheceria os assentados a partir do momento em que eles forem eleitores do município. Caso contrário a relação de barganha vista pelos envolvidos não aconteceria, ou seja, essa relação do voto como troca legitimada ficaria comprometida.

Essa relação de barganha se aproxima, guardadas as devidas proporções, a exemplos encontrados na história das relações políticas brasileiras: elementos como coronelismo ou clientelismo já haviam sido apontados por autores como Leal (1975) ou Graham (1997)⁸³, que ilustram um tipo de legitimação do poder em que se juntam diferentes lógicas de reprodução social, sobretudo, no caso da idéia da representação política.



Foto: 45 – Prefeitura municipal de Padre Bernardo.



Foto: 46 – Agência do Banco do Brasil ao lado da Prefeitura de Padre Bernardo.

⁸³ Em seu estudo o autor procura enforçar a política interna do Brasil no século XIX, mostrando dois níveis de clientelismo, o local e o nacional.

Em entrevista realizada em 2004 com a antiga secretária de educação, a mesma revelou que quando se formaram os assentamentos na região, o município não se encontrava preparado para o grande número de famílias que passou a morar no local. E a infra-estrutura – escola, posto de saúde, estradas - necessária não foi suficiente para atender essa demanda. Essa colocação foi feita em tom de críticas à política de reforma agrária, que em sua visão não consideraria essas nuances características do município. De certa maneira, essa posição colocada pela antiga secretária é comungada pela atual gestão da prefeitura.

“O modelo de reforma agrária que o INCRA desenvolveu no município não atende as necessidades dos assentados. O Incra é muito lento para acompanhar e orientar os assentados, a política de reforma agrária do país é desapropriar e colocar o assentado ali sozinho na terra. E o município não estava preparado para atender essa demanda, até sei que a prefeitura é co-responsável por esses assentamentos, mas a prefeitura não tem recursos para atender a todas essas demandas” (Secretário de administração e governo da prefeitura, 2006).

Além disso, segundo o secretário, a maioria das famílias selecionadas para ocupar os assentamentos não teria um *metier* para trabalhar com agricultura, e isso é um complicador na visão dele, pois, sem o mínimo de conhecimento da terra onde são assentados, de assistência técnica eficaz e sem um acompanhamento por parte do INCRA, a tendência é que estes assentados acabem fracassando como agricultores e tornando-se inadimplentes perante o banco do Brasil.

A visão do secretário é semelhante àquele modelo de agricultor proposto pelo processo de modernização da agricultura do final da década de 1960, ou seja, tecnificação e mecanização da produção. Esse pacote tecnológico ficou conhecido como Revolução Verde⁸⁴. Esse modelo foi caracterizado pelo processo de expansão das fronteiras agrícolas e com poucas mudanças no padrão de distribuição da posse da terra e com um padrão tecnológico fixo. Além de privilegiar grandes produtores, determinadas regiões e produtos da pauta de exportação.

Em se tratando de programa de governo da prefeitura para a agricultura, o assessor explicou que as políticas agrícolas voltadas para o município centraram-se na ativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) como instrumento que possibilitasse captar recursos para a agricultura do município e que fortalecesse principalmente a agricultura familiar.

Entretanto, segundo um membro do CMDR que é assentado na região, foi realizado até julho de 2006 apenas três reuniões e que o CMDR teria sido uma reivindicação das associações de assentamentos e de agricultores familiares do município, atrelado à política do PRONAF A. Por isso o prefeito reativou o conselho, com objetivo de conseguir a vinda de investimentos para o município.

No entanto, até a presente data da pesquisa, o assentado representante no CMDR concluiu que o conselho serviu apenas para pretensões políticas do prefeito e para conseguir que alguns projetos fossem aprovados, que necessitariam da existência do CMDR. Para que o prefeito conseguisse que a maioria dos membros do conselho fosse da prefeitura, foi feita uma manobra política que garantisse essa maioria indicando inclusive o atual presidente que também ocupa o cargo de diretor da Agência Rural, cargo esse indicado pelo prefeito.

⁸⁴ Esse modelo tinha como objetivo central o aumento da tecnificação do campo, através da utilização de máquinas e insumos modernos, aumentando a produção por unidade de área e produto a ser colhido. Favoreceu principalmente as indústrias de máquinas agrícolas e insumos.

Dentro do contexto de política agrícola do município, a Agência Rural tem como objetivo a estruturação da agricultura local e a elaboração de projetos que captem recursos. Atualmente, a principal cultura que a prefeitura vem incentivando os agricultores a plantarem é a mamona. Assim, quase todos os esforços agrícolas da prefeitura estão direcionados para atender essa demanda.

Na visão do secretário de governo, a Agência Rural foi uma parceria entre governo municipal e governo estadual para que possibilitasse a criação de mecanismo de fortalecimento da agricultura do município, principalmente aquelas de ponta como o caso da mamona para a produção de biodiesel.

Na Agência, existem divergências sobre essa política porque para o técnico entrevistado e os assentados o papel da Agência seria de desenvolver programas que atendessem à demanda dos agricultores familiares locais. Nesse contexto, estariam inseridos os assentamentos. No entanto, o que se percebe é que os projetos que estão sendo desenvolvidos ainda não chegaram aos assentados do município. Por isso, os assentados entrevistados, mesmo sabendo das dificuldades da Agência como falta de material, de funcionários e recursos, acreditam que a mesma tem servido apenas de interesses dos grandes produtores do município como aqueles que têm o projeto de plantar mamona.

“Hoje ela [Agência Rural] esta voltada para os grandes produtores ela tem uma visão só do grande ela não tem uma estrutura voltada para o agricultor familiar. Mas ela tem muita dificuldade porque praticamente não tem funcionário. Os que têm são despreparados para trabalhar com a gente” (assentados do Vereda I, 2006).

A conquista da Patrulha Rural⁸⁵ pela Agência é visto como uma vitória por parte dos assentados, pois durante a elaboração do projeto, técnicos da Agência contaram com a colaboração de assentados estudantes da Escola de Unaí que estavam estagiando na Agência durante o período em que o projeto foi encaminhado para o PRONAF A. No entanto, essa conquista é vista hoje com ressalvas, isso porque a política agrícola no município tem a monocultura como prioridade. E, portanto, isso seria contrário à proposta que tinha sido elaborada pelos técnicos da Agência junto com os assentados. A proposta feita pelos técnicos e assentados era que essa patrulha atendesse principalmente os assentamentos para plantio de lavouras de subsistências e para as chamadas lavouras comunitárias, e não para o plantio de monocultura principalmente a mamona como a prefeitura queria.

Em minha última ida a campo, soube que existia uma proposta que o INCRA estaria passando a assistência técnica dos assentados do município para a Agência Rural. Essa sinalização traz preocupação por parte das associações dos assentamentos da região. Isso porque, na visão da maioria dos assentados, a Agência Rural não estaria preparada para atender o assentado, uma vez que eles defenderiam uma proposta de agricultura centrada na monocultura, sobretudo da mamona. O que para os assentados poderia ser um caminho se não fosse a realidade em que os assentamentos ainda se encontram.

Ao conversar com uma técnica da Agência, a mesma relatou que um dos problemas da relação da Agência com a prefeitura é porque grande parte dos funcionários incluindo o diretor é da prefeitura e é indicação do prefeito, o que acabava provocando um desconforto entre técnicos e diretoria, pois os funcionários da prefeitura estariam subordinados a uma política agrícola defendida pela prefeitura, que naquele momento estava centrada no plantio da mamona para a produção de biodiesel. Por essa relação incipiente os assentados

⁸⁵ A patrulha rural é um conjunto de implementos agrícolas cedidos pelo governo do Estado para atender a pequenos produtores rurais (consistem em trator, arados, grade e plantadeira).

ainda não conseguiram visualizar quais os benefícios que a Agência traria para eles, uma vez que eles sabiam que as condições para o plantio da mamona eram desfavoráveis a eles.

Ainda dentro do escopo da política agrícola do município, outros três caminhos são seguidos pelo poder público municipal, que são eles,

- As Lavouras comunitárias (plantio de arroz), a serem desenvolvidas de forma coletivas em algumas áreas carentes do município. No ano de 2006 serão plantados 100 hectares de arroz;
- Horta comunitária, através de kits de irrigação doados pelo governo do Estado, para desenvolver hortas comunitárias no município; tem a mesma filosofia das lavouras comunitárias;
- Plantio de mamona para atender a empresa Planalto Biodisel. Ltda: Indústria de biocombustíveis. Na visão do secretário, no curto prazo, o plantio de mamona é a alternativa principal para os produtores da região.

Esse último, como foi apontado anteriormente, é o mais polêmico entre os assentados e a prefeitura porque o principal incentivo da prefeitura é justamente no plantio de mamona, só que para os assentados a mamona por ser uma monocultura, seriam necessários muitos investimentos e de retorno duvidoso. Além disso, vender para um único comprador que seria a Planalto Biodisel, era um risco de pagar o preço que quisesse, podendo levar prejuízos aos assentados.

Já na visão do secretário, o único caminho que os assentados têm para sair da inadimplência em que se encontram, ou seja, devendo os empréstimos do PRONAF A, seria plantar mamona, e na atual gestão, todos os recursos da agricultura seriam centrados nessa cultura, inclusive com proposta de auxiliar os assentados na negociação das dívidas junto ao banco do Brasil, credor dos assentados.

Além disso, outra polêmica é a utilização do maquinário recém adquirido junto ao PRONAF A pela Agência Rural para desenvolver trabalhos com a agricultura familiar do município. A utilização do maquinário no plantio da mamona, segundo o secretário, é possível porque 10% da produção de mamona têm que ser de agricultores familiares, assim, ele acredita que, ao utilizar o maquinário somente para o plantio de mamona desses agricultores familiares, estaria cumprindo as especificações do PRONAF A.

Essa posição da prefeitura é ponto de embate entre os assentados e técnicos da Agência Rural que acreditam que o maquinário tem que ser utilizado para a preparação de áreas destinadas ao plantio de culturas como arroz, milho e feijão e não mamona. Mas na visão da prefeitura, os assentados precisam ser integrados ao mercado de produção e *a mamona é o futuro do município* e seria a porta de entrada para esse mercado.

A conclusão que os assentados tiram dessa relação com a prefeitura e de sua política agrícola é que ela não estaria preparada para tratar com os interesses dos assentados, pois estaria mais comprometida com questões que não contemplam os interesses deles. E isso faz com ela se torne cada vez mais distante dos assentados. Segundo informações dos assentados, a única presença incisiva da prefeitura na região seria a escola localizada no assentamento Boa Vista e a inauguração na região do posto de saúde em 2006.

5.4.2. Banco do Brasil de Padre Bernardo

Outro ator importante na região é o agente financeiro representado pelo Banco do Brasil, responsável pelos recursos monetários que circulam através do PRONAF A. Desta forma, o banco é lembrado como aquele financiador dos recursos utilizados pelos

assentados. Também é lembrado como uma instituição que não está preparada para atender os assentados, pois o banco não os vê como clientes e por isso não receberam tratamento adequado na agência do município. Essa afirmação é unânime quando estes se remetem ao período em que saíram os créditos. Nessa época, a marca que ficou segundo os entrevistados foram as humilhações que o banco os fez passar, durante a assinatura dos créditos na agência do banco de Brasil em Padre Bernardo. Esse episódio é narrado por uma assentada que definiu a situação da seguinte maneira,

“(...) o banco do Brasil de Padre Bernardo, quando esses agricultores aqui foram tirar o PRONAF A, aí foi nós todo mundo tirar o dinheiro, fomos ao banco e o gerente disse que não poderia receber todo mundo de uma vez, aí pediu para a gente fazer uma lista de pessoas para que fosse de 15 em 15. Aí foi dividido assim, aí quando o pessoal chegou em Padre Bernardo já tinha um carro de polícia esperando, os assentados para ir para o banco e a gente foi escoltado até o banco e tivemos que ficar esperando na rua. Chegou no banco o gerente não deixou que a gente entrasse no banco porque a gente iria atrapalhar o movimento dos clientes do banco e o banco é pequeno tem muito cliente importante e a gente teria que esperar a vez lá fora. Aí foi feita uma fila do lado de fora do banco para que a gente esperasse, parecia uma fila do INSS, todo mundo sentado do lado de fora do banco. Aí eu resolvi entrar e o guarda me barrou falou que eu era sem-terra e não podia entrar, mas eu mostrei que eu tinha um cartão do banco e que era cliente, aí ele deixou entrar, quando cheguei lá dentro o banco estava vazio não tinha ninguém lá dentro, quando sai encontrei com uma assentada do Vereda II, que estava indignada, isso foi uma humilhação que o gerente fez a gente passar” (Assentada do Vereda I, 2006).

Na fala acima, como foi discutido no capítulo 2, temos um exemplo claro de discriminação e de estigmatização vivido pelos assentados na hora de receber os seus créditos. Talvez isso ajude a entender porque eles querem ser reconhecidos como agricultores familiares e não como sem-terras. A fala acima também ajuda a refletir na seguinte questão: será que o gerente do Banco do Brasil ou até mesmo o Banco como instituição financeira discrimina os assentados só porque eles não têm dinheiro? Será isso? Bem, acredito que essa discriminação está relacionada, sobretudo, à imagem de reforma agrária que os agentes financeiros têm ou até mesmo pelo despreparo desses atores de lidar com um público como os assentados.

Em 2004, ao participar de uma reunião entre presidentes de associações⁸⁶ dos assentamentos e a gerente do banco do Brasil, ao indagar se o banco estava preparado para lidar com um público como os assentados⁸⁷, sua resposta foi de que realmente o banco não estava preparado para atender a um cliente que muitas vezes não tinha costume de lidar com instituições financeiras, e isso era uma preocupação que ela tinha, uma vez que, naquele momento, quase todos os assentados da região já caminhavam para a inadimplência. É importante ressaltar que essa gerente não era a mesma do evento narrado acima pela assentada do Vereda I.

⁸⁶ Nessa reunião, estavam presentes representantes dos assentamentos Vereda I, Vereda II, Boa Vista, Água Quente e assentamento Baixão.

⁸⁷ Essa pergunta tinha sido feita na frente dos assentados. No entanto a gerente recusou-se em responder, mas depois da reunião ela me chamou num canto e respondeu a minha pergunta.

Assim, como instituição que tem por objetivo principal visar o lucro, e como os assentados estavam inadimplentes, cada vez mais estes eram tratados com indiferenças por quase todos os gerentes que passavam por essa agência.

“Eles atende a gente com muito descaso e até hoje essas pessoas aqui não tem credibilidade no banco saiu o gerente entrou outro e a situação continua a mesma. Já teve gente que já foi lá negociar a dívida foi pagar para não ficar inadimplente, e vê se tirava outro crédito, mas não teve jeito” (assentados do Vereda I, 2006).

Para Martins (2003), um dos principais problemas dentro do processo de reforma agrária é a questão do sistema financeiro,

“(...) mesmo quando atua como agente do programa federal de reforma agrária atua autonomamente, com diretrizes próprias, e de mercado (financeiro), orientadas para o lucro. Atua, portanto, como fator de concentração fundiária, em direção oposta às diretrizes da reforma. É possível que parte dos desistentes e dos que optam pela revenda de terras, mesmo sendo ela ilegal, no fundo revelem uma compreensão desse conjunto de dificuldades.”. (idem, 2003:39-40).

No estudo de Pereira (2005) sobre a utilização de crédito em assentamentos do Rio de Janeiro, o mesmo aponta que, os instrumentos burocráticos, como a demora na liberação do recurso e o descompasso entre liberação do recurso e períodos para a utilização dos mesmos, e de questões naturais, como época para preparo de solo e plantio, tem causado sérios problemas para os assentados.

Apesar da rigidez do banco em tratar os seus clientes assentados, o mesmo não teve esse cuidado na hora de acompanhar a aplicação dos recursos. O dinheiro era liberado a partir do laudo técnico fornecido pela empresa de assistência técnica SINUELO⁸⁸, e muitas vezes esse laudo acabou sendo forjado pelos próprios assentados para aplicar os recursos em outras atividades, conforme foi abordado em capítulos anteriores sobre a utilização dos créditos.

O que se percebeu em Padre Bernardo, segundo os assentados, foi que o Banco do Brasil se limitou, à verificação do atendimento dos projetos, às exigências formais, não fazendo um acompanhamento de cunho técnico para a verificação da aplicação desses recursos. Isso não teria sido possível segundo informações de gerente da agência porque o banco não teria técnicos suficientes para essa tarefa. Assim, portanto o banco se limitou à realização de uma pequena amostragem dentro do universo dos assentados, para verificar a aplicação dos recursos em seus projetos. A partir dessa amostragem, o banco teria generalizado as suas opiniões a respeito da situação da utilização dos créditos pelos assentados. Situação que causou desconforto e insatisfação por parte dos assentados, principalmente daqueles que utilizaram os recursos em suas chácaras. Um assentado me relatou que,

“O rapaz do banco veio aqui, olhou o vizinho ai da frente o que ele tinha plantado ou feito com o dinheiro do PRONAF A e foi logo dizendo que a gente estava desviando o dinheiro sem olhar as outras chácaras que aplicaram o recurso aqui. (...) você sabe que teve gente que desviou o dinheiro, mas também teve muita gente que pegou o crédito e jogou aqui na terra e isso o

⁸⁸ Segundo Pereira (2005), a prestação de assistência técnica está diretamente vinculada à concessão do crédito aos assentados. E por sua vez às empresas de assistência técnica cabem elaborar projetos técnicos de desenvolvimento econômico dos assentamentos.

banco não quis ver, foi logo julgando todo mundo, é aquele ditado os justos pagaram pelos pecadores” (Assentado do Vereda II, 2006).

Segundo Pereira (2005), um papel importante que os agentes financeiros teriam seria o de avaliar e acompanhar os projetos técnicos, mas como os riscos de concessão dos créditos não recaem sobre os bancos pouco lhes interessa a avaliação econômica dos projetos.

Ainda segundo o autor, a falta de interesse e motivação por parte dos bancos para trabalhar com os assentados faz com que os seus métodos de trabalho e exigências sigam o mesmo padrão burocrático submetido a outros clientes.

Essa observação fica visível como foi mencionado anteriormente, quando a gerente do banco reconheceu o total despreparo da agência para tratar com um público diferenciado. E por fim um elemento que não é consenso entre INCRA, Banco do Brasil e assentados sobre quem seria o responsável por acompanhar o processo de aplicação dos recursos e como isso deveria ter sido feito.

5.4.3. A atuação dos políticos no local

A política pode ser entendida, como aponta Comerford (2003), dentro de um contexto mais amplo de relações sociais, que envolve prestígio pessoal, parentesco, sociabilidade, família, religião, troca de favores. É nesse sentido que proponho analisar nesta seção a relação entre políticos locais e os assentados da região de Pé de Serra. Para isso, serão analisados dois eventos presenciados durante a pesquisa de campo. O primeiro foi uma audiência pública promovida por um deputado federal do PT de Goiás, realizada em fevereiro de 2006, que tratou de vários assuntos de interesses dos assentados. E o segundo foi um diálogo de um candidato a vereador que foi eleito com 338 votos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com assentados da região, ocorridos em setembro de 2004, nas vésperas das eleições municipais daquele ano.

5.4.3.1. Audiência Pública⁸⁹

Durante os anos da realização dessa pesquisa foi possível perceber que os políticos da região têm procurado os assentados com promessas de busca de melhorias na qualidade dos serviços oferecidos, o que significa na visão dos assentados a troca por votos.

“Muitos candidatos a vereador de diversos partidos como do PTB, PSDB, PP, PL vêm aqui prometendo arar as terras, criar o posto de saúde, mas isso só acontece se a gente votar neles, e mesmo assim a gente não tem garantia nenhuma que as coisas vão acontecer” (Assentado do Água Quente, 2004).

Essa observação da troca de favores entre políticos e eleitores é comungada por pesquisadores como Heredia e Palmeira (2005), que apontam que as ações envolvendo políticos e eleitores estariam inseridas num contexto de ações recíprocas de troca entre candidato e eleitor. Os autores ressaltam que uma ajuda de um político é de difícil retribuição.

“Elas se enquadram no modelo do favor/ajuda. Assim, mesmo quando não há compromissos preexistentes, as ações políticas são capazes de gerar

⁸⁹ A audiência pública é uma proposta de prestação de conta do mandato do Deputado Federal, pelo PT por Goiás Paulo Otoni. No caso dessa, o objetivo era discutir o Programa Luz Para Todos, do Governo Federal.

compromissos. E boa parcela da arte do político consistira em conquistar adesões por meio de compromissos criados por sua própria ação na *época da política*” (idem, 466:2005).

Assim, foi possível identificar que a presença dos políticos na região é marcada por diversas formas de atuação, dentre estas se pode citar a audiência pública promovida, no caso aqui apresentado, por um deputado federal do PT de Goiás, Paulo Otonni. Na visão do deputado, a audiência foi criada com objetivo de discutir junto ao povo as necessidades e os caminhos do seu mandato, procurando ouvir as críticas, as sugestões.

Em fevereiro de 2006, estive presente numa audiência dessa natureza que aconteceu na escola do assentamento Boa Vista. O seu principal objetivo era discutir o Programa Luz para todos, discutir o programa junto com os assentados e esclarecendo de onde vinham os recursos para a instalação de energia elétrica que estava acontecendo nos assentamentos da região.

“Hoje, em Padre Bernardo, essa audiência é a de número de 172, cada reunião discute um tema diferente. E nessa será discutida o programa Luz para todos. É uma reunião de trabalho e não uma reunião política” (Deputado Federal, Paulo Otoni – PT-GO, 2006).



Foto: 47 – Assentados reunidos na audiência pública de fevereiro de 2006, na escola do assentamento Boa Vista – Padre Bernardo.



Foto: 48 – Superintendente do INCRA ao lado de outras autoridades discursando na audiência pública, em fevereiro de 2006, na escola do assentamento Boa Vista – Padre Bernardo.

Na fala do deputado está presente à contradição com o objetivo das audiências e a sua negação à política, uma vez que ele coloca que seria uma reunião de trabalho e não uma reunião política. Acredito que essa negação foi uma estratégia adotada pelo deputado, pois ele sabia que o público que o assistia estava descontente e descrente com os rumos da política ali naquele local e se a reunião fosse tratada como uma reunião de trabalho, ele teria mais prestígio junto aos assentados que assistia a reunião. É importante ressaltar que o ano de 2006 era um ano destinado às eleições para deputados, e claro que o deputado estava de olho naqueles possíveis votos, de quem o assistia.

Além do deputado, estavam presentes nessa audiência autoridades regionais e políticos federais, estaduais, municipais, além do superintendente do INCRA, que tratou de questões voltadas ao Programa Luz Para Todos e das novidades como a compra de 320 km

de canos para fazer o trabalho de distribuição de água nos assentamentos da região, além de outras ações que órgão tinha planejado para o ano de 2006.

No entanto, percebi que a audiência serviu também como um espaço de reivindicação dos assentados junto ao INCRA e à prefeitura. A cobrança se referia principalmente, a um óleo diesel que tinha sido doado para a prefeitura pelo órgão para que esta consertasse as estradas dos assentamentos. Entretanto, para os assentados a prefeitura ainda não tinha efetuado o serviço e os mesmos tinham dúvidas se o faria, mostrando uma relação de desconfiança dos assentados perante a prefeitura.

Na ocasião, o superintendente esclareceu aos assentados que o INCRA teria doado no ano de 2005 cerca de 40.000 litros de óleo diesel para a prefeitura de Padre Bernardo, para realizar a manutenção das estradas dos assentamentos. Os assentados teriam a obrigação de fiscalizar a aplicação desse óleo. No calor do debate o secretário de governo que representava o prefeito pediu a palavra para esclarecer que o óleo tinha todo sido gasto com os assentamentos. No entanto, sua fala não convenceu a maioria dos assentados, que continuaram ao longo da audiência cobrando o paradeiro desse óleo diesel.

O caso do óleo já era objeto de disputa entre a prefeitura e os assentados há alguns meses. O que foi possível perceber é que os assentados viram, naquela audiência, uma oportunidade de cobrar seus interesses, deixando inclusive o secretário de governo numa situação delicada perante as autoridades, pois, para os assentados presentes, ele não passava de mentiroso; e o superintendente acabou sabendo da situação que se passava no município e prometeu que iria apurar os fatos.

Em oportunidades como essas reuniões que envolvem diversas autoridades os assentados acabam se organizando e passam a reivindicar seus direitos perante esses indivíduos. No entanto, conforme os assentados relataram, o problema é que depois que todos vão embora para suas casas, a situação tende a voltar como era antes, ou seja, a cobrança ficaria restrita àquele momento em que estavam reunidos com as autoridades. Isso aconteceria segundo eles pela falta de articulação e de organização dos próprios assentados.

Ao sair do meu último trabalho de campo em 2006, os assentados, com ajuda de mediadores (técnicos do GTRA) e das associações dos quatro assentamentos junto com a associação do Baixão, estavam articulando uma reunião conjunta para tratar a questão do pagamento da dívida dos créditos que começavam a vencer naquele ano. Essa atuação conjunta era vista como um passo para que os assentados passassem a se organizar melhor na região.

5.4.3.2. Reunião com um candidato a vereador

Com objetivo de entender mais da relação entre os políticos do município com assentados, resolvi fazer uma investida a campo no *Tempo da política*. Expressão cunhada por Moacir Palmeira (2000) para designar o período eleitoral, no caso aqui, as eleições municipais de 2004. Segundo o autor, é nesse período que outros tipos de relações podem ficar mais visíveis, pois nesse período também os vínculos sociais, as alianças e os acordos estão mais explícitos. Portanto, propositalmente escolhi esse período para fazer um dos trabalhos de campo, procurando entender essa relação entre os políticos locais e os assentados da região.

É importante ressaltar que, quando se questionava sobre as questões ligadas à política, quase todos eram unânimes em tratar os políticos locais como aqueles que foram fazer campanha em busca de votos no ano de 2000, em troca do apoio à criação dos assentamentos. Nessa época os assentados ainda se encontravam acampados.

“Na época do acampamento teve uns candidatos a vereador, que passou por aqui distribuindo cestas básicas e pedindo o povo para transferir o título para o município, faziam promessas que iriam agilizar a nossa situação perante ao INCRA e que quando fossemos assentados, eles iriam fazer as coisas pela gente, mas eu não vi isso acontecer, e teve até uma candidata a vereadora, que recebeu todo apoio do pessoal, ganhou mas não cumpriu nada que falou para gente” (Assentado do Vereda II, 2004).

Em 2004, quando retornei ao campo no período das eleições, a expressão que mais se ouvia, em se tratar de alianças política na região, era os chamados *currais fechados*, termos utilizados pelos nativos para tratar do número de votos que uma liderança local conseguia para um determinado candidato. Assim, pude perceber que as alianças que eram constituídas entre os políticos do município e alguns assentados da região que tinham alguma influência entre os assentados era aquela que girava em função principalmente dos interesses pessoais desses assentados.

“Fulano aqui esta prometendo um monte de votos para o candidato sobrinho do Tático (...) e em troca ele prometeu ajudar esse assentado dando dinheiro ou outro favor. Que ele precise” (Assentado, do Vereda II, 2004).

É importante ressaltar que essas alianças são medidas principalmente, pelo prestígio que o assentado tem em seu assentamento ou na região, ou seja, estão relacionadas com o número de votos significativos que pudessem ser transferidos para o político que ele apoiasse ou indicasse. Desta forma, os interesses desse assentado que oferecia um curral fechado estava atrelado a este tipo de pacto político.

Esse tipo de fazer política ajuda há entender um pouco porque os assentados têm dificuldades de eleger um candidato deles, uma vez que, quem tem influência política nos assentamentos geralmente trabalha por interesse próprio e não por interesses dos assentados. Dentro desse jogo de relações esse assentado dono do curral acaba trabalhando na campanha do candidato com o qual foi feito o acordo.

É possível perceber que essa relação favorece o surgimento de uma análise fundada na prestação e contra-prestação, na dádiva e contra-dádiva (Mauss, 2003). No caso aqui as obrigações morais do favor do candidato seriam revertidas em votos para esse. Essa situação ajuda a entender um pouco a relação de poder na região.

Agora, caso o assentado não cumpra com o número de voto prometidos, ele perde o prestígio perante os políticos e até mesmo perante os assentados. Em alguns casos essas pessoas se tornam cabos eleitorais ou até mesmo tem outros assentados trabalhando como cabos para os candidatos apoiados pelo dono do curral.

Nesse contexto, tive a oportunidade de presenciar uma visita de um cabo eleitoral com um candidato a vereador no assentamento Vereda I. Essa visita aconteceu a um grupo⁹⁰ de assentados que estavam reunidos para a realização de uma conversa que eu tinha convidado semanas antes da eleição de 2004, para tratar do tema das eleições na região.

Para entender um pouco essa relação dos políticos locais com os assentados da região reproduzirei abaixo o diálogo que presenciei entre candidato, cabo eleitoral e assentados do assentamento Vereda I.

⁹⁰ Eram cerca de 10 assentados reunidos na casa de uma família do assentamento Vereda I, em setembro de 2004.

Diálogo do candidato a vereador Paulinho Tatico⁹¹ e seu cabo eleitoral junto aos assentados da região de Pé de Serra

Cabo eleitoral moradora do assentamento Boa Vista: Oi gente, tudo bem? Como vocês estão? E você não é daqui não? Certo! [pergunta direcionada para mim, nesse momento o candidato a vereador chega e me questiona o que um rapaz do Rio de Janeiro estava fazendo ali, pesquisando].

Cabo eleitoral: a gente veio pedir apoio para ele, fala aí? Fica à vontade, ele não sabe falar bonito, mas tem as costas quentes, [risos] ele é sobrinho do Tático [deputado Distrital] e tem todo apoio dele.

Candidato: oi gente, meu tio já mandou falar que, esse ano ele vai mandar cortar as terras [termo usado para tratar do preparo da terra].

Assentada B: deixa eu entender, você é sobrinho do deputado Tático?

Candidato: isso.

Assentado A: deixa eu, entender porque eles tinham mandado o trator aqui o Daniel [candidato a prefeito apoiado pelo vereador e seu tio], segundo eu fiquei sabendo, as pessoas que mandaram o trator é o pessoal que esta apoiando o Daniel? Como vai ser isso.

Candidato: é isso mesmo, eu vou explicar e você vai entender. O Daniel arrumou 10 coligação⁹², aí ficou mais fácil, certo, inclusive os Samarone [políticos da região] e tem mais alguns que araram a terras deles fizeram bonitinho.

Assentado A: deixa eu, perguntar uma coisa, mas vai ter trator para Vereda, para o Baixão, para Boa Vista e para o Sindicato [assentamento Água Quente]. Certo, mas a onde você vai arrumar tanto trator? Porque eu preciso entender isso, porque está todo mundo querendo trator, e isso é uma promessa de campanha, do tempo da política? Você não precisa se comprometer aqui, eu só quero entender porque todo mundo vai precisar desses tratores quase ao mesmo tempo e a onde é que você vai arrumar tanto trator?

Cabo: bom, essa pergunta sua é importante, porque eu para trabalhar com o Paulinho eu peguei e sentei na mesa redonda junto com Tatico Deputado, e falei: olha, eu não gosto de fazer papel de moleca, de mentirosa, sair de casa em casa falar de um candidato, fazer promessa e depois passar por mentirosa, porque esse compromisso que depois das eleições esses tratores vem, porque se for em todas as fazendas esses tratores não vêm, aí eu quero saber como vai ser isso, o Deputado, aí ele respondeu que na fazenda dele ele não tem dois tratores ele tem seis inclusive tem dois em Goiânia que está concertando para vim logo, para poder não atrasar e que tem trator aqui nas fazendas, será contratado para não atrasar em todos assentamentos, porque tem tratorista que vai ser contratado para trabalhar para fazer o serviço nos assentamentos aqui.

⁹¹ O candidato a Vereador Paulinho Tatico foi eleito em 2004, em quarto lugar pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com 338 votos, 3,13% dos votos válidos.

⁹² O candidato eleito Daniel Tatico foi eleito com 5.516 votos, 53,52% dos votos válidos pela pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com a coligação (PP / PTB / PMDB / PSL / PSC / PL / PFL / PSDC / PRP / PT do B).

Assentada B engraçado o pessoal falava Paulinho Tatico eu achava que você fosse um homem grandão.

Candidato: pois é eu sou sobrinho é o modo de falar porque a mãe dele é irmã do meu pai, então ele é meu primo.

Assentada B Tatico é apelido?

Candidato: não Tatico era o nome do meu vovô, e era um homem muito bem, que quando morreu deixou a herança para a família e seu nome foi incorporado no nome da família. Então, na verdade é nome da minha família que é mineira lá da zona da mata de Teixeira.

Cabo: então gente a família Tatico e toda dele. Agora Daniel Tático [candidato a prefeito, que acabou sendo eleito] não é parente não e se ele fizer alguma sujeira, o tio tira o nome Tatico dele.

Assentado A: quer dizer que colocaram Daniel Tatico por causa da campanha?

Candidato: é por causa, da campanha, e você sabe que titio é deputado distrital.

Cabo: então gente, da uma força aí para nós vai ser uma força muito importante para nós aqui na região. Isso gente, agora Paulinho, a gente precisa ir embora. Vocês não esquecem de dar uma força pra gente e fica com Deus, aí.

Durante o diálogo observei a forma que a mulher, cabo eleitoral olhava para mim, ela estava sempre me fitando com os olhos e prestando atenção no gravador, porque quando eles chegaram, eu estava gravando a entrevista com os assentados e propositalmente não desliguei o gravador. Entretanto, a presença do gravador não intimidou a apresentação do candidato ou o compromisso em realizar certos benefícios para os assentados como o uso do trator.

Nas falas do candidato e de seu cabo fica clara a idéia de compromisso que eles estariam assumindo com os assentados da região. No entanto, em minha última ida a campo em 2006, os assentados relataram que depois da eleição Paulinho sumiu da região e não cumpriu as promessas feitas durante a campanha daquele ano e nenhum trator tinha aparecido para preparar as terras dos assentados.

“A gente encontra com ele na prefeitura e ele logo sai correndo, faz de conta que a gente nem existe. Teve um dia desses que eu encontrei com ele, na prefeitura, aí perguntei oh! Rapaz! Você parece que está com medo? Aí ele falou: que estava com pressa porque estava passando mal, [risos]” (Presidente da associação do Vereda I, 2006).

Já o seu cabo eleitoral que o acompanhara na região dos assentamentos, no ano seguinte tinha vendido a sua chácara e, segundo informações de outros assentados, ela tinha voltado para Brasília.

Também no diálogo acima algumas classificações importantes aparecem que ajudam a entender a relação entre políticos locais e assentados. Dentre estas podemos citar o personalismo, ou seja, a idéia tanto do cabo eleitoral quanto do candidato de relacionar o

nome do candidato a vereador ao deputado Federal pelo Distrito Federal⁹³ na época, José Fuscaldi Cesílio, mais conhecido como Tatico.

Segundo informações do seu site, Tatico tinha sido deputado distrital de 1989-2002 e deputado federal pelo DF de 2003-2006. Além disso, é empresário da área de supermercados em Brasília e têm como sua principal base eleitoral as cidades do DF e entorno, local de origem da maioria dos assentados da região.

Tatico tem uma boa reputação juntos aos assentados. Essa reputação teria sido construída mesmo antes de terem vindo para os assentamentos. Além disso, o supermercado de propriedade do deputado Tatico na Ceilândia é onde a maioria dos assentados realiza suas compras. E, segundo eles, é um local onde as famílias encontrariam preços melhores. Uma observação interessante é que o ônibus que vai para o assentamento tem o seu ponto em frente ao supermercado Tatico na Ceilândia.

“Foi no Tatico que a gente conseguiu preços melhores para gastar o Crédito Fomento, ele fez um preço bom e ainda entregou nos assentamentos” (Assentado do Vereda I, 20006).



Foto: 49 – Placa indicando o supermercado Tatico na Ceilândia.



Foto: 50 – Mantimentos transportado no ônibus que vai para os assentamentos - comprados no Supermercado Tatico.

Essa relação construída em Brasília fez com que vários candidatos a vereadores e o candidato a prefeito eleito de Padre Bernardo procurassem associar seus nomes à imagem do deputado Tatico. Um fato importante a se destacar é que o candidato eleito a prefeito Daniel⁹⁴ era capataz das fazendas do deputado Tatico, por isso ele utilizava o nome do seu padrinho político e também contava com o apoio do deputado. Acredito que o fato da maioria dos assentados ter vindo de Brasília despertou nos políticos do município o interesse em personalizar os seus nomes ao do deputado Tatico que gozava de prestígio junto aos assentados.

⁹³ Já nas eleições de 2006 Tatico foi eleito deputado Federal pelo Estado de Goiás, pelo PTB com 84.633 votos, ou seja, 2,98% dos votos válidos.

⁹⁴ O Prefeito Daniel Tatico foi eleito em 2004, para o seu primeiro mandato com 53,52% dos votos, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Além disso, é importante relatar que os assentados comentaram que o deputado Tatico estava apoiando outros candidatos a prefeito nas cidades do entorno, principalmente em Goiás. Essa especulação ajuda a entender porque o deputado no ano de 2006 saiu candidato a deputado federal pelo estado de Goiás. Isso leva a crer que nas eleições de 2004, ele já estava arrumando a sua base eleitoral para sair por outro estado e não mais pelo DF, local que ele foi deputado tanto distrital como federal por vários anos.

O motivo talvez de sua mudança para outro domicílio eleitoral seja porque em Brasília ele já se encontrava desgastado; havia rumores de sonegação fiscal dos seus supermercados, mas não se conseguiu provar nada.

Essa articulação do deputado entre as eleições de 2004 e 2006 nos municípios da região pode ser entendida por aquilo que Palmeira (2000) aponta como um termômetro entre eleições,

“As eleições para cargos estaduais e federais tendem a funcionar nos municípios pequenos e médios como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais” (idem, 07:2000).

Podemos especular que essa estratégia do deputado de apoiar candidatos a prefeito nos municípios limítrofes de Brasília estava associada à idéia dele sair candidato a deputado federal por Goiás, o que acabaria acontecendo. Assim sendo, essa situação do deputado Tatico mostra que esses rearranjos só podem ser compreendidos levando-se em consideração essas tramas e compromissos que são delineados no período entre as eleições.

5.5. Sindicato dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo

A atual gestão do sindicato dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo é vista com muita desconfiança por parte dos assentados, isso porque na visão deles o atual presidente que está no cargo há mais de cinco anos só tem interesse em procurar os assentados, estimulando-os a filiarem-se ao sindicato interessados na mensalidade que cada associado paga. Por outro lado, o próprio sindicato não reconhece os assentados como clientes uma vez que, na interpretação de seu presidente, a quase totalidade não é filiada ao sindicato, então não sendo filiada ao sindicato, o problema das dificuldades que eles passariam seria de responsabilidade deles, e o sindicato estaria muito ocupado tratando dos problemas dos associados. As pessoas que não são associadas não seriam de responsabilidade deles. A visão do sindicato é tão incipiente que durante o Diagrama de Venn os assentados nem o citaram, durante o jogo.

Um fato interessante é importante destacar: apesar de um dos assentamentos da região, o Água Quente, ter sido organizado pelo sindicato, a maior parte de seus moradores não pertence ao sindicato. Uma explicação que me deram foi que em 1998, quando o sindicato mobilizou as famílias, as lideranças que estavam à frente do sindicato eram outras, que acabaram saindo e como não tinham o compromisso de sindicalização acabaram deixando de pagar o sindicato.

Outro ponto importante de ressaltar é que a bandeira levantada pelo sindicato para que as pessoas se filiem se resume à idéia de que esse trabalhador precisaria comprovar ser agricultor e por consequência dar entrada na aposentadoria. E esse documento só poderia ser emitido pelo sindicato. Esse tipo de visão é comungado também pelos assentados, uma vez que a maioria dos entrevistados vê o sindicato como a possibilidade de obtenção da aposentadoria como trabalhadores rurais.

Segundo Barbosa (2002), isso passou a acontecer a partir de 1988 com a universalização da Previdência Social Rural⁹⁵, através da extensão dos direitos previdenciários aos agricultores em regime de economia familiar, aos pescadores e garimpeiros artesanais. É caracterizada pela dimensão igualitária e universalizante, na medida em que incorpora segmentos marginalizados do mercado formal de trabalho, que não necessitam de contribuição ao sistema previdenciário para acesso à política e que determina o piso de um salário mínimo por benefício. Para que seja feito esse encaminhamento, o idoso (a) rural assina um documento autorizando o desconto mensal, que é de 2% do benefício, que será repassado ao STR a título de contribuição como sócio do sindicato⁹⁶.

No entanto é importante ressaltar como a maior parte dos assentados não se encontra em fase de aposentar-se, e ainda mantém algum tipo de vínculo de trabalho com a cidade de Brasília, por isso não aderiram à sindicalização do sindicato dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo.

Durante entrevista realizada em outubro de 2004 com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo, o que foi possível perceber em sua fala foi um preconceito em relação aos assentados da região; a todo o momento ele se referia,

“Aquele povo dos assentamentos, eu não tenho nada a ver com eles, já fiz campanha lá para eles se filiarem e eles não quiseram. Por isso eu não sei nada deles não!” (Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Padre Bernardo, 2004).

Tentando entender essa postura do presidente dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Padre Bernardo, descobri que o mesmo tinha sido candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, e não havia recebido apoio dos assentamentos do município, durante o pleito de 2004; ele recebeu 1,37% dos votos, ou seja, 141 votos.

Além disso, ele via os assentados como estranhos que vieram de Brasília para o município e não quiseram participar do seu sindicato. O termo seu sindicato, era como ele se referia ao falar do sindicato que presidia. Assim, o sindicato tinha a idéia de personalização na pessoa do presidente. Os assentados também se referem, ao falar do sindicato dos trabalhadores rurais, como se fosse dele.

“Qual sindicato? O sindicato do Edimarzão? Ah! Sim esse eu não sou filiado. Lá esse só que dinheiro”. (Assentado, do Boa Vista, 2006).

Outra hipótese para as preocupações do presidente do sindicato em relação aos assentados é porque, como a maior parte dos assentados veio de fora do município, isso poderia comprometer a sua liderança junto aos agricultores da região, uma vez que a chegada de novas lideranças rurais pode potencializar novas forças políticas que poderiam disputar o sindicato com ele. Conforme foi apurado, o presidente está no cargo há mais de

⁹⁵ Garantida pela Constituição de 1988, trata-se, na verdade, da extensão dos direitos previdenciários aos agricultores em regime de economia familiar sem empregados permanentes, aos pescadores e garimpeiros artesanais. Nesse regime especial de previdência o candidato a beneficiário não precisa ter contribuído ao sistema previdenciário, como ocorre com as demais categorias de trabalho. O requisito básico é que ele se enquadre nas categorias acima descritas.

⁹⁶ A Lei 8.213, através do inciso V do artigo 115 permite que seja descontado dos aposentados/pensionistas e demais beneficiários da Previdência Social, valor referente a mensalidades de “associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados”. Ver Barbosa (2002).

cinco anos e não largou o cargo nem para disputar o cargo de prefeito pelo município nas eleições de 2004.

5.6. Considerações finais do capítulo

Ao longo desse capítulo, procurei apresentar algumas características em relação à forma como os diversos atores se relacionam com os assentados. A partir dos relatos e das observações feitas em campo é possível formular algumas questões importantes que perpassaram pelo capítulo que ajudam a entender essa relação na região.

No caso da atuação de mediadores como as universidades, foi possível perceber que esses desempenham um papel importante no que diz respeito principalmente à qualificação e à capacitação desses assentados, através dos cursos como o técnico de Unaí e agora com a implantação da Escola Família Agrícola. Além disso, a universidade traz para os assentados novos valores, como a idéia de sustentabilidade e de trabalho em atividades coletivas. Esses valores representam à política de atuação desses mediadores.

Já no caso da atuação atores ligados ao estado, como o INCRA e a prefeitura, acabam tendo uma atuação discreta e quase que ausente. Ou até mesmo quando essa atuação começa se delinear, estaria calcada na troca de favores.

No caso da política, o que se percebe por parte dos políticos locais é a idéia que os assentados, para serem reconhecidos como tal, precisariam ser eleitores do município. Fica bem nítida a relação de “vota aqui que eu faço ai”, relação essa estabelecida principalmente pela prefeitura. Além disso, a idéia do personalismo na política é muito forte no lugar, principalmente na imagem do deputado Tatiko.

Essas relações que são construídas no lugar entre os atores externos e os assentados, a dificuldade de se adaptar em terras do cerrado, a falta de infra-estrutura ou até mesmo a reforma agrária dentro de um campo de possibilidades são o que permite aos assentados galgarem outras posições sociais, corrobora para entender a rotatividade nesse local. Essa temática será abordada no próximo e último capítulo.

CAPÍTULO 6

A ROTATIVIDADE NOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO

Uma questão por vezes tida como polêmica, ao tratarmos do tema reforma agrária é a rotatividade nos assentamentos rurais. No estudo aqui referido, um dos principais desafios de se traçar uma aproximação sobre a rotatividade nos assentamentos está relacionado à falta de um levantamento de dados precisos que apontem essa situação. De acordo com técnicos do INCRA, até a presente data da pesquisa não havia nenhum dado estatístico que pudesse apontar com precisão esse percentual na região. No entanto, ao percorrer os assentamentos é possível encontrar chácaras fechadas e até mesmo com uma placa indicando *vende-se*. Como eu já conhecia a região há alguns anos, pude perceber esse fenômeno, sobretudo na presença de novos moradores.

É importante ressaltar que neste capítulo não pretendo fazer generalizações dessa situação para as demais regiões do Brasil, pois essa situação aqui estudada é específica dessa região de Pé de Serra no município de Padre Bernardo.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar os mecanismos de rotatividades nos assentamentos da região. Para isso, procurarei apontar algumas variáveis que contribuíram para essa dinâmica no lugar. Nesse sentido, utilizarei o termo rotatividade nos assentamentos por acreditar que esse termo abarca elementos tais como evasão, venda, campo de possibilidades, e relação com os compradores.

É possível afirmar que, após a luta por conquistar a terra, outros desafios surgem para essas famílias, que são a luta para permanecer na terra, encarar os desafios da falta de infraestrutura, falta de recursos, convivência com pessoas de origem diferentes e os problemas relativos à adaptação num outro espaço. Por causa desses elementos, muitos desistem, vendem e partem para outro espaço. Nesse sentido é que esse capítulo tem o objetivo de procurar descrever e analisar esse fenômeno. Além disso, serão apontados alguns caminhos para entender como é construída a relação com os que compraram e conseqüentemente não fizeram parte do processo de ocupação. Para apresentar os resultados o capítulo está dividido em cinco seções.

6.1. Rotatividade pelo problema da falta de infra-estrutura

Na região, após meses e anos debaixo da lona, algumas famílias que conseguiram as chácaras, venderam e muitas voltaram para Brasília. Segundo narrativas dos entrevistados, a venda e o abandono dessas chácaras ocorreram principalmente nos três primeiros anos de formação dos assentamentos, sobretudo, logo após a saída dos créditos (habitação e PRONAF A e PRONAF A/C). No entanto, a falta de infra-estrutura (água, energia elétrica, estradas e etc.) é apontada como um dos principais motivos para as vendas das parcelas.

“Você vê a gente está aqui há quase seis anos e até hoje vivemos o problema de falta da água, a terra não é boa para produzir, e o que produz mal da para o gasto. Então o sujeito que não é muito animado faz o que? Vende e volta para a cidade” (Assentado, Vereda I, 2006).

Na fala do assentado acima é possível observar que o problema de falta de infra-estrutura é apontado como a maior causa desse abandono. E dentre estes a falta de abastecimento de água ou até mesmo a falta desta é a mais difícil que os assentados enfrentam.

Figura 7. Entrevista realizada em 2001 referente aos problemas causados pela falta de água.

P: Quais as dificuldades de viver aqui?

R: “Bom, a principal dificuldade, a número um, é a falta de água. Isso aí é primeiro lugar em tudo. (...)” (Sra. E, 2001).

P: Na opinião do Sr., qual a sua principal dificuldade?

R: “Aqui tudo é dificultoso para nós, mas no momento o que tem mais dificuldade para nós é água, porque você criar animais aqui e carregar água nas costas, seis quilômetros não é fácil. E o mais difícil é água, porque se tiver luz é bom, estrada é bom, mas sem água não dá, porque água é a cabeça de tudo” (Sr. D, 2001).

P: Quais são as principais dificuldades encontradas aqui no assentamento?

R: Pra mim é água que é a dificuldade maior o resto a gente dá um jeito, mas sem água é difícil.

P: Como você faz para arrumar água?

R: “Eu busco na base de carroça, uns sete quilômetros mais ou menos. Então quem pode vai buscar na carroça, quem não pode vai pagar R\$ 10,00 por carroça, uns 300 litros de água mais ou menos. Então a água chega para nós cara. E muitos bebem sem filtrar. Eu ainda tenho um filtro que eu uso. E a gente sabe que é uma água comprovada que não é boa, que não é potável. Eu também aproveito a água da chuva (...)” (Sr. F, 2001).

Por ser um bem público, a água é de todos e deve ser utilizada de acordo com os interesses comuns da sociedade. Entretanto, a realidade que encontrei na região do estudo é bastante diferente, ou seja, não há água em quantidade e qualidade suficiente para suprir as necessidades básicas locais.

“Uma dificuldade de viver nos assentamentos da região ainda continua sendo a água. Que não chega ser suficiente nem para beber a gente sempre acaba tendo

que pagar uma pessoa para buscar pra gente. Além disso, a pouca água quem tem não pode ser destinada à irrigação”. (Assentado do Vereda I, 2004)



Foto: 51 – Caminhão utilizado pelos assentados para transportar água.



Foto: 52- Chafariz⁹⁷ aonde os assentados precisam buscar água.

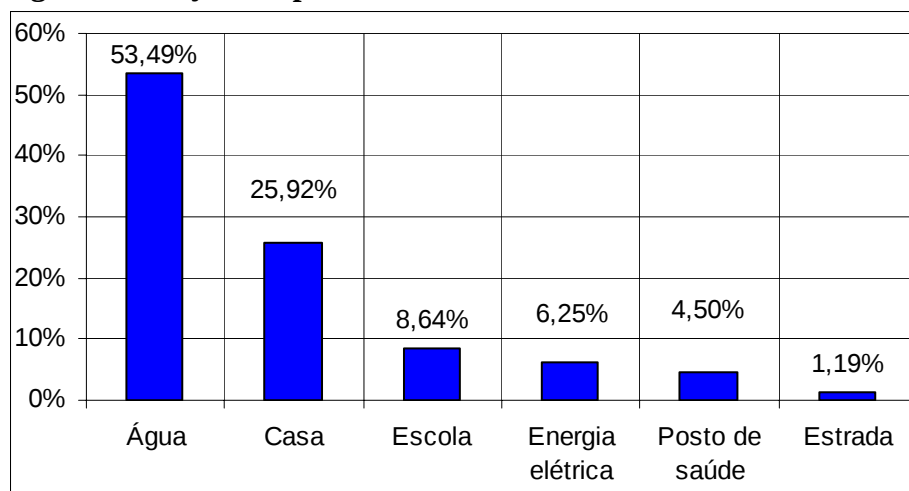
Na região, o problema da escassez de água até para o consumo humano tornou-se um dos principais desafios das famílias ao serem assentadas. Nesse sentido, o impedimento de se viver nos assentamentos é creditada às dificuldades em conseguir que a água chegue a suas casas. Até a presente pesquisa os assentados que moram longe das fontes de água precisavam andar distâncias grandes para levar água do chafariz até as casas, um serviço penoso e às vezes caro; em alguns casos se paga cerca de R\$ 10,00 por dois tambores de 200 litros. Essa situação foi retratada durante a realização do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) Vereda I e Vereda II, no qual os assentados colocavam que um dos principais desafios que os assentados viam era o problema referente à dificuldade em se viver num local com escassez de água.

Na época de elaboração PDA, no ano de 2001, realizou-se uma eleição de prioridades⁹⁸ para perceber quais as principais prioridades dos assentados em seus primeiros anos de assentamento e o resultado pode ser observado nas figuras oito e nove logo abaixo.

⁹⁷ O Chafariz é uma torneira pública instalada nos assentamentos para as famílias coletarem água.

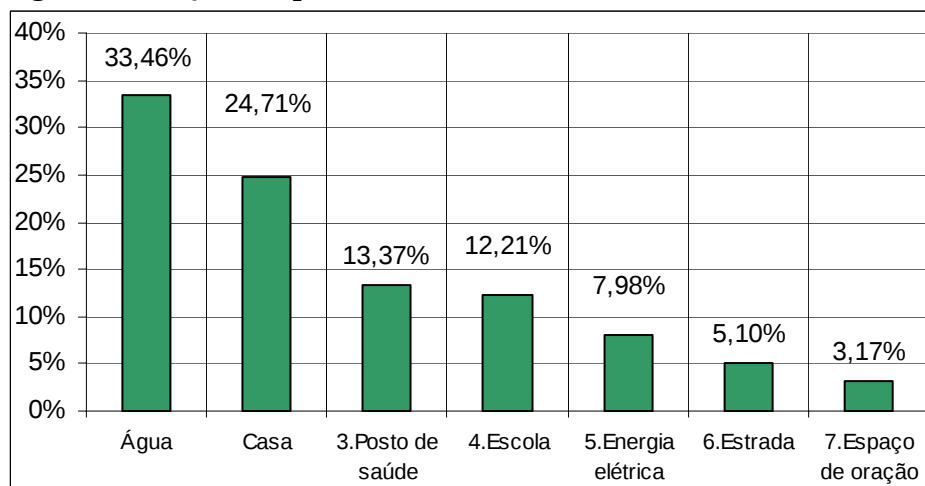
⁹⁸ Esta técnica visa conhecer as demandas prioritárias existentes na comunidade tendo como objetivo elegê-las em ordem crescente de prioridade. A eleição é feita através de uma simulação, utilizando-se de cartolinas coloridas que representam pontuações.

Figura 8. Eleições de prioridades do Assentamento Vereda I



Fonte: Oliveira (2002)

Figura 9. Eleições de prioridades do Assentamento Vereda II



Fonte: Adaptado de Pereira et al (2001b)

Em fevereiro de 2006, em uma audiência pública realizada na escola do assentamento Boa Vista em que trataria do Programa Luz Para Todos do Governo Federal, um dos principais questionamentos dos assentados aos técnicos do INCRA e ao superintendente era justamente o problema referente à água que, mesmo depois de quase oito anos dos assentamentos criados, persistia.

Os assentados acusavam as empresas que tinham ficado responsáveis de fazer os poços artesanais que o trabalho não tinha sido feito direito, pois, alguns poços tinham sido furados em declividades que não favoreciam a queda d'água até as casas. O superintendente rebateu que estava cuidando da situação, mas que os assentados deveriam ter a responsabilidade de acompanhar o serviço das empreiteiras.

Além do problema da falta de água para o consumo humano o outro problema se refere à própria água para plantio. De acordo com os entrevistados, os assentados acabam ficando à mercê do tempo, dependendo quase que exclusivamente do período das chuvas para a realização dos plantios.

“Aqui Marcelo teve gente que perdeu a lavoura quase toda porque não choveu direito e não tinha água para irrigar. (...) isso desanimou o povo que acabou indo embora” (Assentamento, Vereda II, 2006).

Outro problema ocasionado pela questão da água antes da chegada da energia elétrica (em 2006) estava relacionado com a manutenção dos poços artesianos, cujas bombas eram movidas a diesel, e quase sempre as bombas paravam de funcionar por problemas referentes à falta do combustível. No assentamento Vereda I os assentados resolveram organizar uma lista para contribuições que girava em torno de R\$ 20,00 mensais (em 2004) para a compra do produto, no entanto, poucos pagavam.

“Esse diesel é um problema para nós porque nunca tem óleo para tocar o motor e (...) é tem gente que paga, mas tem gente que não paga. Mas na hora de usar todo mundo usa e o pior é que às vezes paga quando vai buscar água no chafariz a água acabou!” (Assentamento, Vereda I, 2004).

No caso do assentamento Vereda I essa lista da compra do diesel ficava no bar do assentamento, para que todos os assentados pudessem acompanhar quem fazia as doações. Além da “vaquinha” para a compra do combustível outra forma de conseguir diesel era através de negociação com a prefeitura que às vezes fornecia o produto para a manutenção dos poços. Além disso, a prefeitura passou a pagar um assentado para que ficasse responsável pela manutenção das bombas dos poços artesianos.

6.2. Rotatividade pela dificuldade de adaptação ao novo espaço

Além da falta de infra-estrutura, outro entrave foi o problema de adaptação na terra. Nesse sentido, os entrevistados relataram que não tinham experiência em cultivar no cerrado, pois vieram de outras regiões do país, como o Nordeste.

“Muitos assentados não têm experiência com a terra: eles têm a ilusão que se tiver terra já é suficiente, é preciso ter dinheiro para poder investir nela, porque sem dinheiro não tem condições”. (Comprador de uma chácara no assentamento Vereda I, 2006).

Outra questão apontada pelos assentados para que algumas famílias desistissem das chácaras estaria relacionada à dificuldade em viver num modelo de comunidade construído com atores vindo de vários lugares e com a imposição de regras aos assentados. Isso tem provocado conflitos das mais diversas naturezas, o que tem servido de estímulo para a desistência da chácara.

“(...) aqui tem muita gente que é individualista que não gosta de trabalhar no coletivo e ainda fica fazendo fofoca por aí, esse pessoal que atrapalha o assentamento eles tinham que ir embora para vê se a coisa melhora”(Assentada do Vereda II, 2006)

Nesse sentido, Mello (2006) ao estudar a evasão em assentamentos do Rio Grande do Sul, conclui que a desagregação de laços sociais por conflitos tornaria elemento essencial para entender o problema da venda e o abandono dos lotes em assentamentos rurais.

Outros autores como Bruno, Medeiros (1998) e Zimmermann (1989) também já haviam apontado os conflitos de cunho organizativos, de convivência e até pessoal como elementos que podem estimular a evasão nos assentamentos rurais.

Já para autores como Marques et al (2002), a saída ou abandono das parcelas ocorreria, principalmente, na fase de implantação dos assentamentos, ou seja, ao término dos dois primeiros anos. Isso ocorreria por causa da falta de adaptação dos assentados à parcela, além da falta de experiência no trabalho agrícola e da dificuldade de adaptação no novo espaço.

Na região de Pé de Serra, como vieram da cidade e lá desenvolviam atividades consideradas urbanas e, portanto, existam muitos anos que não tinham contatos com a terra, essa explicação pode ajudar entender que não estavam preparados para essa nova realidade de trabalho. No entanto, isso não quer dizer que eles não estejam aprendendo e tocando as suas chácaras.

Além da dificuldade de adaptação num novo ecossistema, eles reconhecem que a experiência com a roça se deu principalmente na época de infância e de certa forma esse primeiro contato se restringiu a modelos de produção semi-mecanizados conforme foi apresentado no capítulo quatro. Outra coisa que pesa nessa análise é o desconhecimento sobre reforma agrária, principalmente no que diz respeito a créditos, pagamentos e negociação das dívidas. Além disso, a assistência técnica não foi adequada e não acompanhou os assentados durante a implantação de seus projetos, o que acabou dificultando as formas de produção pretendidas.

“O meu marido saiu da roça com nove anos. Ai ele voltou agora e eu não tinha experiência nenhuma. Eu creio que eu não sabia o quanto de pasto é para cada cabeça de gado e foi o que aconteceu com varias pessoas aqui. Eles imaginaram uma coisa e não deu certo não funcionou. Mas o problema principal por não ter dado certo foi à água” (Assentada do Boa Vista, 2004).

Na visão dos assentados outro elemento referente à falta de experiência com a terra e com reforma agrária diz respeito à falta de seriedade do INCRA em assentar famílias em lugares impróprios para agricultura, sem água ou que requeiram grandes investimentos.

“Aqui na região eu vi falar que o INCRA pegou e trouxe gente para morar nas parcelas que estavam vazias, certo. Mas essa pessoa vai ficar até sair os recursos, e vai embora porque a terra não tem condição. Porque a maior parte dessa terra aqui da região, é para quem tem dinheiro essa terra não é para pobre. Porque tem que gastar muito dinheiro para que ela possa produzir” (Comprador no Vereda I, 2006).

No entanto, reconhecem hoje [2006] que acabou existindo ingenuidade por parte dos assentados em aceitar essas terras ruins ou necessitadas de grandes investimentos para produzir.

“A gente veio da cidade a gente não tinha mais, noção de como trabalhar na roça, no meu caso da minha família a gente não tinha noção de quantos hectares de pastos era para cada vaca, o tanto de água como deveria de ser para o gado tomar, criação de suínos, porque eu tive porquinhos e morreu achou que foi a forma errada de criar, faltou água e não sei o que faltou mas não deu muito certo” (Assentada no Vereda I, 2006).

Sobre essa questão da falta de seriedade do INCRA, em julho de 2001, ouvi da boca do técnico que o INCRA Nacional tinha estipulado metas⁹⁹ para as superintendências, ou seja, não importasse a capacidade ou as condições das fazendas desapropriadas, o que importava era assentar o maior número de famílias possíveis. Essa política do quanto *mais melhor* fez com que muitas chácaras fossem cortadas em locais impróprios para agricultura, por mais tecnicizada que essa fosse.

No assentamento Vereda II chegou-se ao absurdo de chácaras serem formadas com grande parte de sua área com mais de 90 graus de declividade, onde seria quase que

⁹⁹ Essas metas estariam relacionadas com o assentamento do maior número de famílias possíveis em um curto espaço de tempo.

impossível de se produzir qualquer cultura ou até mesmo criar algo. Como bem diz um assentado, na parcela dele não dava para criar nem Calango.

Outra questão importante de se ressaltar é que antes de viverem para o acampamento a maioria não era de produtores, era de desempregados que tinham o sonho de chegar ao assentamento e ganhar muito dinheiro com a terra. *Hoje é que estamos entendendo o que é ser agricultor.*

A falta de experiência com a terra não desmotivou aqueles acampados em participar das ocupações. Isso me faz levantar que, como foi dito no capítulo um, a reforma agrária surgiu para esses assentados como mais um campo de possibilidades dentro de um contexto de dificuldades em que se encontravam quando entraram na luta, independente do *metier* para lidar com a terra.

Por outro lado, morar no assentamento, mais do que ter um local para viver, significa ter um espaço para morar e criar a família, objetivo que buscaram ao longo de suas vidas. Nesse caso, mais que um espaço para morar, o assentamento surge como um espaço em que podem deixar suas raízes para as gerações futuras. Neste sentido, a fala de dois entrevistados ilustra muito bem esse sonho.

“O meu desejo é quando eu partir desse mundo, deixar o meu filho bem localizado, pra ele falar que isso aqui foi o meu pai quem deixou. Porque eu não tenho nada para falar que isso aqui foi do meu pai. Porque eu saí de casa com uma idade de mais ou menos 16 anos, eu não tenho nada pra dizer” (Assentado do Vereda I).

“(...) Para mim eu quero fazer uma riqueza aqui, para os meus netos. E que eles aproveitem isso aqui muito bem (...) os meus netos adoram isso aqui. Gosto de roça, gosto disso aqui. Então a minha riqueza é isso aqui. O meu futuro é esse aqui. É esse aqui que vai ser o meu futuro, e deixar isso aqui para os meus netos” (Assentado do Vereda I).

A vontade de construir um espaço para viver, deixar de herança e nele produzir é algo latente naqueles assentados que ainda estão nos assentamentos. Para eles, a chance de ter uma terra possibilitou a realização de sonhos como também de continuar a sonhar *com nossas criaçõzinhas*, o que na cidade seria mais difícil, por causa das condições financeiras em que viviam ou até mesmo pela falta de escolaridade ou pela idade avançada, o que dificultaria na hora de conseguir uma recolocação no mercado de trabalho.

6.3. As chácaras dentro do mercado de terras do Distrito Federal

“O problema da grilagem está em todo o Brasil, mas é grave no DF. Aqui, há conivência e incentivo à grilagem até por parte do governo local”,
Deputado Pedro Celso (PT-DF, 2005)

Para entender a rotatividade nos assentamentos da região é preciso entender que, além dos problemas referentes à falta de infra-estrutura nos assentamentos ou de adaptação do assentado no novo ambiente, as vendas das chácaras podem estar relacionadas como um instrumento local que faz parte do cotidiano da região desde o período da construção de

Brasília, que seriam as invasões de lotes em cidades satélites de Brasília e o mercado da grilagem de terras no DF.

Como foi abordado no capítulo um, a quase totalidade dos atores que participaram das ocupações na área de estudo tinham morado antes em cidades satélites de Brasília e já haviam participado do processo de invasão em lotos urbanos no Distrito Federal, sobretudo em cidades como Samambaia, Céu Azul, Braslândia, Recanto das Emas, Ceilândia, dentre outras. Nesse sentido, para entender essa dinâmica recorro a alguns elementos históricos que poderão ajudar a entender essa prática das negociações das chácaras.

A construção de Brasília está sedimentada numa prática espacial que procurava centrar a nova cidade num modelo de instrumento de desenvolvimento com a confirmação de um país novo e industrializado. Para Gouvêa (1998), a concepção urbanística de Brasília vinha ao encontro dos princípios modernistas da Carta de Atenas, em que a cidade e cada residência deveria ser uma “máquina de morar”.

Brasília foi idealizada de maneira a ordenar o espaço urbano como forma de combater a “desordem” da cidade tradicional e a dificuldade do controle social que existiam, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro. Criou-se, nesse processo, todo um racionalismo “messiânico” que, segundo o autor, escamoteava suas verdadeiras intenções, que era de instrumentalizar o espaço e colocá-lo a serviço do capital.

Esse processo “messiânico” provocou uma onda de migração para a região, de pessoas que vinham sobretudo do Nordeste, com o objetivo de alcançar dias melhores e contribuir para a construção da nova capital. Na entrevista abaixo é possível perceber quais os motivos que levaram um migrante a vir para Brasília.

P: Qual foi o motivo do senhor sair do Ceará?

R: O motivo de eu sair de casa foi a influência para construir Brasília. A influência era muito grande. Aí eu resolvi e eu falei com papai. E tinha umas empresas que formavam os paus-de-arara, onde davam a passagem para a gente vim e o dinheiro das despesas na estrada, para gente vim trabalhar na construção. Foi por isso que eu resolvi vim embora pra cá (...).

P: Mas porque o senhor resolveu deixar o Ceará?

R: Foi caçar melhorar de vida, porque lá nunca teve melhora de vida, porque o Nordeste só é bom para quem tem dinheiro e nunca saiu de lá. Porque, mesmo quem tem dinheiro e sai de lá para vim para o Sul, acha coisa melhor.(...) E a imagem de Brasília que eu tinha, era das pessoas que vieram pra cá em 1957, que voltava para o Ceará e falava que Brasília era muito. Era o lugar de ganhar dinheiro. Então a imagem que eu tive foi a de melhorar de situação. É por isso que eu me afastei da minha terra, dos meus pais. Foi para melhorar a minha situação. Quer dizer, quando eu cheguei em Brasília eu comecei a ganhar dinheiro, coisa que eu não tinha no Ceará. [Sr. A, veio para Brasília em 1959, com 20 anos, trabalhar na construção civil].

Dessa forma, Brasília nasceu como um símbolo de urbanismo quase perfeito de controle espacial e social. Para aqueles que se deslocaram de seus locais de origem para construir Brasília, a capital do Brasil, restou-lhes apenas o apelido de candangos e, o sonho do eldorado acabou não se realizando. Na década de 1990, a região se consolidou como grande atração de mão-de-obra, em especial de nordestinos¹⁰⁰, que vinham em busca de emprego e de acesso a serviços públicos.

¹⁰⁰ Segundo Garda (1999), entre 1991 e 1996, foram aproximadamente 200 mil pessoas que saíram do Nordeste para viverem em cidades do entorno de Brasília ou arredores de Goiânia, que são as duas principais cidades da região.

Essa onda de migração para a nova capital por um lado, passou a demandar uma quantidade cada vez maior de moradias e por outro, a cidade passou a sofrer um intenso processo de favelização e degradação da moradia. Com isso passaram a surgir as chamadas cidades satélites, sendo a primeira o Núcleo Bandeirante, em 1956, depois Paranoá em 1957, Taguatinga em 1959 em seguida a cidade do Gama e do Sobradinho em 1960 entre outras. Em 2006 já eram 29 regiões administrativas¹⁰¹ que compunham o Distrito Federal, conforme pode-se observar em tabela abaixo.

Tabela 11. Evolução no aumento das regiões administrativas no DF

Ano	Número de regiões
1964	08
1989	12
1994	19
2004	27
2005	29

Fonte: SEPLAN-GDF (2006)

Esse aumento das regiões administrativas está diretamente ligado ao processo de invasão de terras urbanas no DF e conseqüentemente à grilagem de terras públicas. Isso fez com que o aumento na demanda por moradia favorecesse o surgimento da especulação imobiliária e a ocupação clandestina de terras públicas.

Além disso, essa corrida para a região do entorno do DF fez com as cidades do Estado de Goiás e Minas Gerais próximas ao DF fossem ocupadas. Essa situação contribuiu para desequilíbrios econômicos e sociais na região, visto que os investimentos são insuficientes, por parte dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal, em infra-estrutura e nos setores produtivos de tais municípios para absorver essa demanda de mão-de-obra excedente que chega à região.

Esses desequilíbrios econômicos e sociais da região do entorno do Distrito Federal motivaram o Governo Federal a criar através de Lei complementar nº 94, 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada por decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1999, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno (RIDE). A RIDE está vinculada ao Ministério da Integração Nacional, e tem como propósito desenvolver ações integradas entre União, Distrito Federal, Estados e municípios¹⁰² que integram a região, a implantar soluções imediatas e em médio prazo para os problemas existentes na região.

No final dos anos 1990, um outro elemento consolidou-se na região, que são as ocupações de terras em cidades do entorno do DF. Essa nova realidade é organizada principalmente pelos movimentos sociais de luta pela terra como o MST, CONTAG e outros que fizeram com que essa prática de ocupações de áreas urbanas no DF fosse estendida também para áreas rurais das cidades do entorno.

Além desses elementos que podem ser considerados mais técnicos e da falta de infra-estrutura, outros fatores importantes podem ser apontados como condicionantes que fazem

¹⁰¹ As regiões foram criadas com objetivo de facilitar a administração das localidades do Distrito Federal.

¹⁰² Com 55.574 quilômetros quadrados, essa região é composta pelo Distrito Federal e outros 22 municípios - três são de Minas Gerais (Unaí, Buritis e Cabeceira Grande) e 19 são de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirinópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa).

com que os assentados entrem no mercado de venda de suas chácaras. Estes seriam: a especulação imobiliária e a grilagem de terras muito comuns na região do Distrito Federal, grilagem essa incentivada e acobertada por determinados governos locais.

Para Campos (1998), a partir da década de 1970 foi que o mercado de terras e de especulação passou a se constituir, principalmente com o surgimento dos loteamentos na orla do Lago Paranoá. *Período em que se verifica a separação entre a propriedade fundiária e o capital imobiliário.* (idem, 1998:107).

Para entender um pouco desses mecanismos, recorro aos estudos realizados por Borges¹⁰³ (2004) e por intermédio de relatos dos assentados da região, procurando sempre entender como funciona esse mercado de terras que se apresentou como muito comum nos assentamentos da região.

Esse olhar sobre a negociação das chácaras revelou-se uma estratégia adotada pelos assentados que foram ocupar terras na região, ou seja, o trinômio **invadir - conseguir - vender** era uma estratégia já bem conhecida, pois muito já haviam participado de ocupações de lotes no Distrito Federal em cidades satélites como Recanto das Emas, Samambaia, Brazlândia, entre outras¹⁰⁴. Nos relatos foi muito comum ouvir histórias de assentados que tinham conseguido o lote em uma dessas cidades e posteriormente vendido, procurando ocupar outro local.

Nesse sentido Borges (2004), em seu estudo na cidade satélite do Recanto das Emas, observou que essa prática de ocupar e vender o lote fazia parte de certa maneira do cotidiano dessa região. Em uma de suas entrevistas a autora aponta essa tendência.

“A sua casa não era mais uma invasão e a sua casa não era mais um barraco. ‘Mas não são todos que ficam no lote não (...) muitos já o vendem por R\$ 3.000,00 e voltam pra baixo da ponte, até invadirem num outro lugar’ Benedito referia-se à massa que movimenta o problema social nomeado localmente como *grilagem*: ‘Estas pessoas que estão aqui hoje... você vem aqui daqui uns poucos anos... Você vai encontrar só algumas.’ (Borges, 2004:43).

Esse exemplo ajuda entender que por um lado, essa prática de certa forma faz parte de uma estratégia de sobrevivência que muitas famílias que migraram para o entorno do Distrito Federal buscam em seu cotidiano para conseguir uma moradia, e por outro, segundo Borges (2004), esse mercado de terra na região do DF serve também para o interesse de políticos do Distrito Federal e entorno que ganham com essa expansão territorial e populacional, uma vez que essas famílias “são obrigadas” a transferir seus títulos eleitorais para esses novos domicílios.

“(...) aquele que se interessasse em participar da corrida por um lote deveria ser eleitor do Distrito Federal, ou seja, possuir seu título de eleitor na capital. Todavia ser eleitor das cidades não fazia parte dos requisitos legais exigidos pelo governo para concessão desse tipo de benefício. Essa obrigatoriedade não consta das leis publicadas em textos do *Diário Oficial* (...) Porém, o mero fato de estar destacada naquele panfleto de divulgação à caneta, indica o quanto essa exigência sustenta o processo, tanto ou mais que aquelas outras condições, impressas.” (Borges, 2004:32).

¹⁰³ Antonádia Borges (2004) em seu estudo *Tempo de Brasília: Etnografando lugares e eventos da política*, procura descrever o cotidiano dos moradores do Recanto das Emas Cidade Satélite de Brasília, destacando elementos como a política, o lote, tempo de Brasília dentre outros.

¹⁰⁴ Todas são cidades satélites do Distrito Federal.

A transferência dos títulos eleitorais seria um requisito que está incluso nas entrelinhas exigido pelas normas para contar o chamado *Tempo de Brasília*. Os assentados entrevistados relataram que tinham vindo para Brasília porque o Roriz¹⁰⁵ estava dando lotes em cidades de Brasília; no entanto, um dos requisitos para pleitear os lotes era que o candidato provasse que votava em Brasília, por isso ainda hoje os assentados mantêm seus títulos eleitorais na capital federal. Além disso, recebem benefícios do governo do DF.

“Sabe Marcelo tem muita gente que ainda tem esses negócios de bolsa escola, alguma coisa, ai não transfere porque se transferir vai perder o benefício que a família ganha.” (Assentada do Vereda I, 2004).

Na percepção dos entrevistados, os lotes que o Roriz dava seria uma dádiva que os governantes locais ofereciam aos migrantes; no entanto, presumiam que iriam pagar apenas uma parcela pequena.

“Era dado porque era muita gente querendo e só alguns ganhavam como um concurso, muitos se inscrevem e poucos passam. Aqui na terra [assentamento] também foi assim, tinha muita a gente acampada e só esses que você esta vendo que conseguiram” (Assentado do Vereda I, 2004).

O significado de “dado” é importante porque demonstra a relação característica entre governo e população local. O lote dado torna-se dívida de gratidão com o doador, mesmo que a pessoa que tenha “ganhado” o lote pague por ele.

“Eu ouvi falar que estava dando lote em Brazlândia, ai fiz a inscrição para ganhar um lote. Ai eu ganhei o lote foi dado pelo Roriz (sic). Isso foi no período da saída do outro governo do Roriz, em 1994. O Roriz, pra min, sempre foi um ótimo governo, porque tinha gente que nunca teve um lote e ele deu” (Assentada do Vereda I).

“Desde que eu cheguei a gente mudou duas vezes, morei de 1971 até 1974 em Taguatinga Centro e, de 1974 até 1978 morei em Taguatinga norte. Depois de 1979 mudei para Guariroba, Ceilândia Sul. Essa casa eu ganhei, acho que foi do governador Zé Ornelas. A casa foi o governo que me deu antes eu estava morando de aluguel, esse governador foi e me deu a casa, que eu pagava pouquinho de prestação” (Assentado do Vereda II).

Nos relatos acima é possível perceber que os assentados que foram beneficiados por essa política habitacional do Governo do DF, sobretudo do Roriz, nutrem uma dívida de gratidão pela conquista de um local para morar, que será retribuída em votos a candidatos que o político indicar. Para Borges (2004) essa relação entre o lote que é ofertado para aquele que o deseja seria o que animaria a participação das pessoas na vida política da região.

“A invasão seria uma dessas ocasiões de encontro e troca e, por isso, deve ser compreendida como um lugar-evento. A invasão não é apenas um palco para o confronto, ela é também um objeto que está sendo classificado no próprio embate. Essa luta particular nos conduziu pelas searas das disputas políticas locais.” (idem, 2004:51).

¹⁰⁵ Diversas denúncias apontam o ex. governador Joaquim Roriz e políticos ligados a ele como os principais incentivadores dessas grilagens no Distrito Federal.

Gouvêa (1998) chama atenção que a estratégia de distribuição de lotes nas cidades satélites do Distrito Federal, como o Programa PROMORAR¹⁰⁶, estava atrelado a interesses eleitorais e de desmobilização de movimentos de trabalhadores que buscavam melhores condições de habitabilidade.

Programas dessa natureza, que visavam suprir a escassez de habitação, tornaram-se um grande cabo eleitoral que estabeleceu uma relação entre políticos e moradores carentes, sendo visto como uma grande moeda eleitoral. De acordo, com Peluso (2003),

“Em 1989, um ano antes da primeira eleição direta para governador e assembleia distrital, a população carente significava votos e a terra pública em mãos do governo tornara-se uma importante moeda eleitoral.” (idem 2003:18).

Peluso (2003) aponta que a oferta de moradias nas cidades satélites do DF no final da década de 1970 e início de 1980 foi um grande incentivo às migrações para Brasília. A cidade prevista para abrigar 500 mil habitantes, chegou ao ano 2000 na casa de dois milhões de habitantes, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE 2000, apresentados na Tabela 12, logo abaixo.

Tabela 12. Evolução do número de habitantes em Brasília

Ano	Homens	Mulheres	População Total
1960	87.202	52.963	140.165
1970	270.389	267.103	537.492
1980	573.724	603.211	1.176.935
1991	768.550	832.544	1.601.094
1996	873.914	948.032	1.821.946
2000	977.781	1.065.388	2.043.169
2005	?	?	2.333.168

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001), SEPLAN-GDF (2006)

Segundo Peluso (2003), o aumento da população de forma desordenada favoreceu a favelização no DF. De acordo com os dados apresentados pela tabela acima, é possível afirmar que Brasília não estava preparada para um crescimento tão desordenado como este. Esse crescimento tem provocado impactos na oferta de emprego, habitação, meio ambiente e na qualidade de vida da maioria das pessoas residentes na região. Além disso, essa situação contribui para o aumento das ocupações, o que gerou um clima de tensão e ocupação de terras na região.

Na época de acampamento eles achavam que no caso da reforma agrária o processo seria o mesmo, por isso entraram na ocupação achando que passariam por um processo semelhante ao executado no processo de seleção dos candidatos a um lote nas cidades satélites de Brasília. Dessa forma, entraram na luta achando que logo que tivessem conseguido a chácara poderiam negociar como bem entendessem.

“(...) eu mesmo achei que depois que saísse a chácara eu poderia vender quando quisesse, porque lá em Brasília eu, tive lote na Ceilândia, Recanto das Emas e agora em Brazlândia e vendi quando quis” (Sr. Ch, Assentamento Boa Vista, 2004).

Durante as entrevistas foi possível perceber que em diversas situações os assentados no DF tinham utilizado a estratégia de tirar lotes em vários lugares utilizando o nome de

¹⁰⁶ “O Programa PROMORAR, em Brasília era utilizado como instrumento para legitimar, junto à população, a candidatura do governador José Ornellas ao Senado Federal, o que de fato ocorreu em 1986” (Gouvêa, 1998:89).

parentes próximos que tivessem mais *tempo de Brasília*. No caso da concessão das chácaras muitos usaram o nome¹⁰⁷ de esposas ou de outro parente de confiança para que isso acontecesse, pois sabiam que poderiam sofrer algum problema caso o INCRA investigasse as suas condições - como, por exemplo, serem funcionários públicos, empresários ou até mesmo por passagem pela polícia. No trecho de uma entrevista pode-se perceber a idéia que ocupar e vender seriam algo presente no cotidiano dos assentados, como podemos observar no trecho logo abaixo.

Eu queria saber por que as pessoas que venderam as chácaras?

M: Eu acho que as pessoas que venderam porque vem pra cá com esse plano, porque eles vêm só para pegar o dinheiro e sair fora saiu os créditos aí você já viu.

N: é igual muita gente faz na cidade, pega os lotes do Roriz e vende. **M:** Marcelo tem gente que vem aqui pra sofrer não, pra pegar no cabo da enxada não, entendeu? Então ele vem com aquele propósito, ele fala em pegar a terra, pegar um dinheirinho e depois sai fora, o cara fica com o nome sujo, mas ele não está nem aí. Que dizer tem muita gente faz isso, **N:** o pessoal faz igual com carro, você compra carro sem documento, depois você passa pra frente e aí vai assim. Então muitas vezes é isso. **K:** engraçado como tem gente que planeja isso né.

As respostas dos assentados sugerem que muitos já tinham intenção de participar das ocupações com intuito de vender as chácaras. Por isso, acredito que procurar entender como se dá o processo de negociação das chácaras na região seria um elemento importante para entender essa dinâmica na região.

Desta forma, procurarei trazer alguns casos representativos para compor um mural da realidade dos assentamentos da região, no que diz respeito a esse mercado de terras e à própria negociação como um campo de possibilidades dos assentados. Construirei esse mural a partir de elementos que são compartilhados e que se repetem nos assentamentos da região de Pé de Serra em Padre Bernardo.

De antemão é possível colocar que, apesar das vendas das chácaras serem um negócio ilícito - como bem um assentado colocou que seria como comprar um carro roubado, ou seja, ter a chacara não significaria ingerência sobre a mesma, não seria legalmente possível vender a chacara sem a documentação que os assentados ainda não possuem o negócio com as chácaras é habitualmente praticado pelos assentados. Isso foi constatado não só através dos relatos feito por eles como também através das denúncias que são feitas na Superintendência do INCRA (SR-28), órgão responsável pelos assentamentos da região.

Caso 1: De agregada-assentada-a moradora na periferia de Padre Bernardo:

O primeiro caso se refere à dona Maria, viúva e agregada na fazenda Serra Feia há mais de 20 anos. Vivia plantando feijão, milho, mandioca e tomando conta da fazenda para o antigo proprietário. Com a desapropriação da fazenda, a senhora Maria não recebeu indenização por parte da proprietária. O único “privilegio” que ela teve foi que, na hora do sorteio das chácaras, teve a prioridade de escolher em qual parcela queria morar no assentamento Vereda I. Sua chacara como as outras tinha 20 hectares. Com isso dona Maria escolheu uma propriedade próxima à beira do rio e com uma mina de água em sua propriedade – ou seja, uma chacara privilegiada pela disponibilidade de água potável oriunda da mina.

¹⁰⁷ No jargão da região isso seria uma tática de uso da figura do laranja, que no dialeto da grilagem em Brasília é aquela pessoa que empresta o nome para ocultar o verdadeiro interessado em determinado negócio.

Pela propriedade estar próxima ao rio Quente e com a mina de água, sua propriedade passou ser procurada por interessados em comprar sua chácara. É importante ressaltar que, depois da constituição dos assentamentos, especuladores de terra da região, sobretudo das cidades satélites de Brasília passaram a frequentar os assentamentos tentando convencer os assentados a vender as chácaras, em alguns casos inclusive com a participação de funcionários públicos de ministérios de Brasília. A região é considerada privilegiada, pois está há pouco mais de 100 km de Brasília. Isso fez com que a corrida por uma chácara de final de semana fosse intensa na região.

Cerca de quatro anos depois que o assentamento foi criado, com a sua casa de alvenaria construída, diga-se de passagem, a primeira em toda sua vida - a anterior era de sapé - e com a liberação dos créditos, dona Maria passou a sofrer pressão de alguns interessados em comprar sua propriedade. Além disso, os seus filhos passaram a pressionar para que ela vendesse ou trocasse a sua chácara por um negócio.

“(...) ela vivia reclamando que os filhos não a ajudavam na roça. Eles não queriam saber mais da roça, porque na roça não estava dando mais para viver. Eles viviam perturbando a coitada para vender, e comprar carro velho, moto essas coisas. Hoje eu sei que ela esta arrependida, porque esta na cidade sem casa e sem nada, estava até morando de favor.” (Assentada do Vereda I, 2006).

Diante dessa situação, e sem a ajuda dos filhos para tocar a propriedade, dona Maria acabou cedendo e trocou a sua chácara por um ferro velho na cidade de Padre Bernardo, dando a um dos seus filhos para tomar conta. Como é de costume a venda da chácara acaba sendo celebrada com um acordo de boca ou algum papel que garantiria a transação. No entanto, como foi abordado anteriormente, esse documento para o INCRA não teria valor nenhum, pois o negócio como diz um técnico do INCRA seria ilegal e imoral.

Em minha última ida a campo em 2006, a chácara da dona Maria já tinha sido negociada duas vezes e dona Maria já tinha perdido tudo o que tinha conseguido na troca da chácara. Segundo relatos ela estava morando de favor e tinha ficado doente por causa do que tinha acontecido. Os seus filhos tinham perdido o ferro velho e dois dos seus filhos acabaram trabalhando em fazendas do município e até mesmo para assentados da região.

Caso 2: *Aqui mais da metade já vendeu!*

Essa frase *aqui mais da metade já vendeu* foi muito comum de ser ouvida ao indagar como andava a rotatividade nos assentamentos. Essa associação estava atribuída ao sofrimento passado desde a época de acampamento, a falta de água e até mesmo o fracasso em utilizar os recursos conseguidos através de financiamentos, fizeram com que muitos assentados vendessem as suas chácaras e voltassem para Brasília. Pude constatar que depois da saída dos assentamentos teve indivíduos que foram participar das invasões urbanas no DF, e o principal destino foram às invasões da Itapoá e da Estrutural, uma área surgida em meados da década de 1990, próxima a uma área nobre de Brasília, que despontava como um dos principais focos de ocupação urbana do DF no final do século XX.

Arelada a esses elementos vem a especulação imobiliária nos assentamento da região que nos últimos anos vem sendo alvo de interesses de compradores de terras da região e até mesmo de funcionários públicos de Brasília. É importante ressaltar que como oficialmente a terra não pode ser vendida, os valores pagos acabam sendo insignificantes, pois para quem vende quem correria o risco de perder era o comprador.

Para ilustrar essa situação de venda procurarei retratar o caso do senhor X¹⁰⁸, que participou da ocupação da região desde o início em 1998. Como foi *persistente* conseguiu tirar uma chácara em um dos assentamentos. Já na fase de acampamento conheceu uma acampada que passou ser sua companheira, que também conseguiu uma chácara no mesmo assentamento onde o senhor X foi assentado.

Senhor X e a sua companheira construíram uma casa, cada um em sua chácara. O romance segundo ele tinha que ser mantido em segredo porque se o INCRA descobrisse, um dos dois teria que entregar a chácara. Isso fazia com que eles vivessem um amor clandestino.

Segundo um técnico do INCRA, não era permitido entregar duas parcelas a pessoas que viviam juntos, por isso um dos dois teria que renunciar a parcela e caso o romance fosse descoberto e confirmado os dois perderiam o direito à terra. Por isso, foi comum ouvir casos de assentados que tinham um romance, mais não assumiam. É importante ressaltar que isso só acontecia quando os dois estavam com a propriedade em seus nomes.

Pouco antes de receber os créditos do PRONAF A, senhor X passou a receber propostas de pessoas de Brasília para que vendesse a sua chácara. No primeiro momento ele disse que recusou, mas com o passar do tempo, começou a perceber que não levava jeito para trabalhar como produtor, pois tinha passado a vida quase toda trabalhando na cidade, a sua companheira também seguia o mesmo caminho. Com a liberação dos créditos uma das primeiras ações do casal foi comprar um carro. Para isso foi necessário simular a compra falsa de gado, pois só assim que o banco liberaria o recurso que foi desviado para a compra do veículo.

Mesmo antes de gastar todo o dinheiro do PRONAF A e com medo que o INCRA descobrisse a sua situação com a parceira, aceitou a proposta e os dois venderam as suas chácaras indo morar na casa de parentes em uma cidade satélite de Brasília.

Casos como o do senhor X e sua parceira foram muito comuns de acontecer na região, principalmente após a liberação dos créditos, situação que procurarei retratar no caso três logo abaixo.

Caso 3: Os créditos saíram num dia e na semana seguinte venderam e foram embora

Na ida a campo em 2004, passado mais de dois anos do meu último contato na região, uma coisa dentre as novidades que pude perceber foi o grande número de pessoas que conheci ausentes nos assentamentos ou de casas fechadas. Ao começar a vasculhar sobre o tema, comecei a descobrir que algumas chácaras estavam abandonadas, pois seus donos estavam morando na cidade, ou que algumas tinham sido negociadas depois que os créditos haviam saído principalmente o crédito do PRONAF A.

Como a questão dos créditos me interessava passei a procurar entender o porquê da relação rotatividade nos assentamentos – saída dos créditos. Pois, na lógica a saída dos créditos era o que possibilitaria os assentados a começarem a produzir e a construírem as suas casas.

Em diversas entrevistas realizadas que frisavam sobre essa questão, a que mais me chamou atenção foi de um funcionário da Escola do Assentamento Boa Vista. Segundo o seu relato ele começou a perceber que muitas crianças estavam faltando às aulas sem uma explicação muito plausível. Quando resolveu investigar o que estava acontecendo, descobriu que essas crianças tinham voltado para Brasília, pois as suas famílias haviam vendido as chácaras, pegado tudo e indo embora. Isso ocorreu segundo ele com bastante frequência logo após a liberação dos créditos do PRONAF A. Foi quando ele me disse,

¹⁰⁸ Neste caso optei por omitir o nome e o assentamento do informante por questão de ética, pois o mesmo havia me pedido que daria a entrevista se o nome não aparecesse.

“(...) aqui teve pai de aluno que ficou sabendo que o crédito tinha saído num dia e se mudou para a cidade na semana seguinte, muitos eu sei que já estão até em invasões lá no DF” (funcionário da Escola da Boa Vista, 2004)

Essa percepção da relação das vendas das chácaras com a saída dos créditos é compartilhada também por outros assentados. Para eles, mesmos aqueles que não venderam as chácaras foram embora para cidade logo em seguida que os créditos saíram. Foram utilizar o dinheiro do crédito em negócios na cidade como oficinas, bares e outros pequenos estabelecimentos, ou até mesmo na compra de carros de aluguel.

“(...) Pois é você lembra do senhor Y que consertava geladeira e ar condicionado, ele pegou o dinheiro do PRONAF A e investiu tudo na oficina dele lá na Ceilândia.” (Assentado do Vereda II, 2004)

Diferente da questão da especulação imobiliária, uma análise que é possível se fazer nessas situações é que a reforma agrária surgiu para esses assentados que utilizaram os créditos para outra finalidade como um campo de possibilidades de se conseguir acesso a créditos que dificilmente conseguiriam nas condições em que se encontravam.

Nesse sentido, os entrevistados me confessaram que participaram das ocupações já sabendo que, assim que os créditos saíssem, eles venderiam tudo e iam embora e que ali seria uma oportunidade para conseguir dinheiro para algum empreendimento na cidade. Relatos daqueles que utilizaram os créditos para outra finalidade demonstram essa outra face que as ocupações de terras tiveram na região.

Caso 4: Chácaras de final de semana

Outra questão que favorece a transação das parcelas na região são as chácaras de final de semana. Essas chácaras são formadas por assentados com mais condições materiais que estavam interessados em participar das ocupações para conseguir um lugar para a família passar o final de semana. É importante ressaltar que os assentamentos da região estão há pouco mais de 100 km de Brasília, o que seria ideal para construir uma área de lazer.

“Aqui no Vereda II tem 164, famílias agora que mora aqui direto deve ser 40%. Eu acho que nem isso deve ser no máximo 30%, você dar uma andada que você vai ver isso que eu estou falando. A maioria mora na cidade. (Assentado do Vereda II, 2006).

Aqueles que não participaram das ocupações geralmente compraram depois da criação dos assentamentos. Nesse caso, estariam entre aqueles que passaram a *rondar* os assentamentos e a comprar terras dos assentados. Nesse bojo é possível encontrar uma infinidade de pessoas, de empresários a funcionários públicos, que têm nessa chácara uma área de lazer para passar o final de semana com a família.

Em determinada situação¹⁰⁹, ao comprar a chácara, o proprietário coloca logo um caseiro para que a casa não fique abandonada e coloca alguma plantação para constar que o proprietário daquele imóvel mora ali. Isso porque segundo os assentados ter roça na propriedade para o INCRA significaria que a propriedade não está abandonada, que ali teria gente trabalhando.

Na análise dos assentados esses proprietários dessas chácaras de final de semana acabam prejudicando o assentamento, porque na hora das decisões coletivas eles influenciam

¹⁰⁹ Isso ocorreu principalmente entre os compradores que não vão residir no assentamento e tem naquele espaço um local de lazer para passar as férias ou final de semana com a família.

muito nas decisões que lhes melhor convêm. Pois nas assembleias eles teriam direito a voz e voto.

“O problema do pessoal de final de semana é que eles não participam da vida do assentamento e quando vem nas assembleias sempre tumultuam querendo aprovar o que melhor lhe convém, como foi na assistência técnica que escolheram aquela que facilitava por mão no dinheiro”. (Assentado do Vereda I, 2004).

Num caso interessante narrado por um técnico do INCRA, ele descobriu através de denúncias que em um dos assentamentos da região cerca de cinco propriedades contíguas tinham sido adquiridas por uma só pessoa que era empresário em Brasília e teria utilizado nomes de parentes para driblar a fiscalização. Segundo o técnico estavam fazendo um latifúndio dentro do assentamento.

O que mais me chamou atenção é que na hora da transação da terra as pessoas utilizam de vários recursos para realização do negócio, como a chamada *gambira* ou troca. Nesse bojo entram carro velho, moto, lote na cidade e uma parcela em dinheiro.

Os valores são os mais variados; teve o caso de um assentado que estava endividado aceitou cerca de R\$ 2.000, 00 por sua parcela. Esse assentado¹¹⁰, que tive a oportunidade de entrevistar, se dizia envergonhado pelo o que tinha feito, pois tinha passado tanto sofrimento para depois jogar fora. Segundo ele, não conseguia olhar mais na cara de seus companheiros por causa da vergonha. Além disso, se sentia enganado pelo seu comprador que aproveitou um momento em que ele estava bêbado para fazer o negócio. Histórias dessa natureza, por mais estranhas que se pareçam, estiveram presentes em outras situações nesse jogo de venda das chácaras na região.

Ao tentar entender porque as pessoas estavam vendendo as suas chácaras por preços tão módicos, as explicações é que, como a chácara não havia sido comprada, apesar do sofrimento que passaram para conseguir a chácara, as pessoas não davam valor porque não tinham ainda pagado por elas. Além disso, a pressão exercida pelos compradores de terras era muita. E mesmo antes de fecharem negócios, esses compradores procuravam saber quem estava desanimado ou quem estava com vontade de vender a terra. Isso facilitaria a transação, seria mais fácil de persuadir o assentado a vender a sua chácara.

6.4.A relação entre os compradores e os assentados

A relação de negociação com as chácaras traz um outro elemento para os assentamentos da região, que é a relação entre os assentados que ficaram nos assentamentos e aquelas pessoas que compraram a terra. Se uma pessoa desavisada visitar a região num primeiro plano não perceberá diferenças ou conflitos entre esses dois grupos de assentados.

No entanto, ao conviver na região, passa-se a perceber que esses grupos de certa forma formariam dois grupos distintos, ou seja, o grupo dos que comprou as chácaras e o grupo dos moradores mais antigos dos assentamentos. Essa discriminação não chega a ser velada, mas ao conviver nos assentamentos e a conversar com os assentados eles concluem que ela existe, pois a maioria dos compradores classificaria os assentados que estão desde o início na região de *sem-terra*, preguiçosos e pobres que não teriam condições de sobreviverem sozinhos nos assentamentos, ou seja, sem ajuda de parentes que moram na cidade.

¹¹⁰ Ao vender a sua propriedade ele passou a morar com uma assentada no assentamento vizinho e a vender a sua força de trabalho para outros assentados.

Já para os assentados, os compradores seriam individualistas, metidos e que participariam das decisões coletivas apenas para decidir ou influenciar em questões que dizem respeito aos interesses deles. Além disso, não respeitariam a história deles de ocupação da região.

“As pessoas que chegaram agora, não participaram do planejamento do assentamento, não sabe dos acordos que temos [o assentado se referia a uma estrada que tinha sido acordada em ficar aberta um comprador fechou prejudicando a passagem de cinco famílias], não estão acostumados em viver em grupo, não sabe direito o que é um assentamento, quando entra na associação pensam logo em ser presidente porque sendo presidente vão poder mandar, vai ter credibilidade então vêm a associação como um meio de ganhar algumas vantagens, principalmente políticas”. (Assentada, do Vereda I, 2006).

“O pior disso é que eles não conhecem a nossa história, e por isso que acontece muita confusão com eles, eles não sabem da nossa luta na época de acampamento, do PDA a dificuldade com a água. (...) Além disso, eles exploram os assentados aqui não pagando o dia de serviço como deveria ser pago”. (Assentados do Vereda II, 2006).

“Aqui [Vereda I] eu acho que foram compradas cerca de 14 chácaras, (...) os compradores são mais individualistas, teve gente que foi convidado para participar do grupo e não participou porque dizia que ia esperar a gente quebrar a cara para depois participar. Eles também discriminam a gente porque acha que comprou são superiores a nós e não foram sem-terras. Nós invadimos e eles compraram é assim, que eles pensam. Mas eles também dão serviços para nós e acaba ajudando a comunidade” (Assentado do Vereda I, 2006).

Nas falas acima é possível interpretar o descontentamento daqueles que ficaram nos assentamentos com aqueles que compraram. No entanto no trecho final da fala do assentado se apresenta uma das principais respostas para entender porque os assentados toleram os compradores de chacara.

Durante o trabalho de campo, inicialmente, ao indagar sobre aquela circulação de pessoas novas morando ou adquirindo chácaras nos assentamentos, o que percebia era que os assentados acabaram aceitando essa rotatividade por perceberem que aqueles novos moradores poderia ser uma fonte de renda, uma vez que, como foi abordado, seriam essas pessoas que tinham condições de pagar um dia de serviço.

“O pessoal que chegou agora geralmente tem dinheiro para pagar um dia de serviço, e algumas pessoas antigas do assentamento ficam procurando eles puxando o saco para ganhar um dia de serviço”. (Assentado do Vereda I, 2006).

“Se eles tiveram dinheiro para comprar uma chacara eles têm dinheiro para pagar um dia de serviço, pra gente, né?” (Assentado do Água Quente, 2006).

Sobre a percepção de reforma agrária, ao entrevistar quatro compradores eles achavam que os assentamentos tinham uma similaridade com a política do Banco da Terra¹¹¹. É

¹¹¹ O Fundo de Terras e da Reforma Agrária ou Banco da Terra foi implantado pela Lei Complementar nº. 93, de 1998, e pelo Decreto nº. 3.475, de 2000, que possibilita a aquisição de imóvel rural, incluídos os custos da documentação de transferência da propriedade e as despesas cartoriais de registro do contrato de financiamento e também a infra-estrutura comunitária.

importante ressaltar que na região, em 2002 foi constituído um assentamento pelos moldes do Banco da Terra, por isso algumas pessoas que se inscreveram nesse programa e não foram contemplados acabaram comprando chácaras nos assentamentos da região.

Também, ao tentar entender sobre a percepção desses compradores sobre as famílias que estavam assentadas antes deles, eles concluem que eram pessoas que precisariam ter dinheiro para investir na terra, porque como ali era uma terra nua, ela precisaria de grandes investimentos e quem poderia trabalhar nela seria quem tivesse condições para investir.

“Quem veio para cá depois e comprou a terra foi porque tinha um recurso, para se manter aqui, porque sem isso não tem condições mesmo. As pessoas que vêm para cá vêm iludidas, achando que vão conseguir viver da terra” (Comprador no Vereda I, 2006).

Ainda para os compradores, têm assentados que seriam preguiçosos e estão ali porque não querem trabalhar duro ou porque têm uma outra fonte de renda que dá condições de se manter no local. No entanto, aqueles compradores que pude entrevistar reconhecem em que as condições que o INCRA assentou as famílias seriam desumanas e que não deveriam ser assentadas famílias em áreas sem infra-estrutura e numa terra de baixa qualidade. Sobre o que achavam da compra de uma terra que não podia ser negociada, os entrevistados responderam:

“Tem gente que tem uma visão que a terra não pode ser vendida porque a terra é do INCRA, mas terra é de ninguém o título dessa terra que é do INCRA. Mas eu tenho uma visão que a partir do momento que ele partiu e dividiu a terra em parcela. Cada um manda na sua parcela, faz dela o que ele achar melhor, porque isso aqui não é uma prisão do INCRA. Porque ninguém aqui é funcionário do INCRA” (Comprador, no Vereda I, 2006).

“(...) Mas isso tá errado porque se a pessoa vendeu o direito dele é porque aquela pessoa não teve condições de sobreviver, na terra então ele não vendeu terra ele vendeu o direito dele de estar na terra, porque ninguém aqui tem terra” (Comprador, no Água Quente, 2006).

“O INCRA fala que ilegal comprar a terra só que ele não vê que quem compra são aqueles que têm condição de pagar um dia os créditos. Eles não estão investindo para hoje e sim para quando chegar aposentadoria, eles colocam gente daqui de dentro para trabalhar, gera serviços. Porque quem mora aqui e tenta viver daqui, não tem condições de pagar um dia de serviço, quem paga é porque tem uma renda lá fora” (Comprador, no Vereda II, 2006).

Nos depoimentos acima é possível perceber que a transação da terra para aqueles que compram seria uma negociação normal e que o INCRA deveria aceitar esse tipo de negociação. Além disso, eles acreditam que para ficar na terra seria necessário ter condições de produzir e gerar renda.

6.5.Considerações finais do capítulo

Por meio deste capítulo, propus apresentar algumas reflexões sobre a rotatividade ou o abandono das chácaras na região de Pé de Serra. Para isso recorri a um breve resgate histórico dessa prática na região do Distrito Federal, local onde a maioria dos assentados vieram e já conheciam ou praticaram esse trinômio, invadir – conseguir - vender.

Além disso, os quatro casos expostos procuram apontar algumas reflexões que permitem entender, através do material empírico, por que esses atores tomaram a decisão de desfazer de suas chácaras. Com os dados obtidos é possível formular algumas questões importantes que ajudam a entender essa dinâmica na região.

1) Pelo fato dos assentamentos se localizarem numa área bem próxima da Capital Federal, o processo de transação de terra só seria possível por dois motivos principais. O primeiro seria a idéia que já está estabelecida na região desde a construção da capital Federal que seria o trinômio já apontado nesse capítulo: invadir – conseguir - vender. E outro, pela ação de grileiros e mercadores de terras que atuam nas áreas do entorno, que estimulam essa prática e em alguns casos por interesses eleitoreiros, como podemos ver no caso do título de eleitor como condicionante para conseguir um lote em qualquer cidade satélite de Brasília.

2) Apesar de ser considerado um negócio ilegal, a transação da terra aconteceria pela falta de acompanhamento do INCRA na região. No entanto é importante frisar que essa falta de fiscalização ou até mesmo de acompanhamento por parte do órgão estaria relacionada com a falta de recursos e pessoal que o órgão enfrenta.

3) Outro elemento, como a falta de infra-estrutura, não pode ser desconsiderado. Como procurei mostrar ao longo do capítulo que a falta de água, de estrada e até mesmo de condições de escoar a produção, fazem com que os assentados sintam-se desestimulados a continuar na terra e acabam cedendo às pressões das pessoas interessadas em comprar suas chácaras.

4) Outra questão norteadora nas observações em campo foi a falta de aptidão para lidar com a terra. Frases do tipo *só agora que eu sei o que é ser agricultor* eram recorrentes durante as entrevistas. Atrelada a essa questão teve a dificuldade de uma assistência técnica séria e que orientasse os assentados. Essas condicionantes contribuíram para que os assentados se desestimulassem e vendessem as propriedades. Todavia é importante ressaltar que mesmo com esses desafios todos e as pressões exercidas sobre eles, muitos assentados acreditaram e ficaram esperando construir ali um espaço que possam deixar para as suas gerações futuras. E o próprio acesso à chácara já, talvez, possa constituir-se como parte de uma estratégia de mobilidade socioeconômica.

5) No entanto, é preciso ressaltar que o assentamento pode ser um ponto final relativo¹¹² para essas famílias migrantes, uma vez que o assentamento possa ou não garantir alguma permanência desses atores. A idéia do assentamento como um ponto final relativo me conduz a refletir que as experiências vivenciadas nos assentamentos possam servir de subsídios necessários para que as pessoas tornem a migrar novamente, ou seja, é preciso aceitar que as pessoas possam sair do assentamento, que ali pode não ser um ponto final para algumas famílias. E que aquele assentado que vendeu a sua chácara ou utilizou os créditos

¹¹² Tal observação, do ponto final relativo, surgiu das contribuições dos colegas e da professora Leonilde Medeiros, durante a disciplina de Seminário de Tese ministrada no primeiro semestre de 2004, no CPDA-UFRJ.

para outra finalidade pode ter visto neste ato uma possibilidade de um salto para outro degrau socioeconômico.

Assim, essa reflexão do ponto final relativo me conduz a questionar também a idéia de fixação ou de “plantar” as pessoas no assentamento, que os gestores de políticas públicas constroem sobre os assentamentos rurais. Pois, acredito que para garantir a permanência das pessoas no assentamento é necessário que se criem uma série de condições (infra-estruturas, créditos, assistência técnica de qualidade, dentre outras) que permitam que as pessoas de fato possam escolher ficar na terra, além de se considerar as particularidades de cada assentamento.

Nesse sentido, é possível especular que essa situação possa ser um indicador para explicar a evasão e a rotatividade nos assentados rurais. Só para efeito de reflexão, citarei a fala de um assentado do Vereda I que pode ajudar a ilustrar tal situação. *“Eu nunca desanimei da vida. A gente sempre tem que tá correndo atrás, se não está bom aqui pode estar em outro lugar”*.

Assim, a partir da convivência com os assentados da região, foi possível perceber que todo esse mecanismo de invadir – conseguir - vender, os créditos como um campo de possibilidade e a falta de uma política de reforma agrária que não se resumissem basicamente à “distribuição de terras”, têm sido vetores que contribuem para a rotatividade nos assentamentos da região.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Por meio deste estudo, propus em linhas gerais conhecer o cotidiano e as forma de sociabilidade nos assentamentos rurais formados por famílias migrantes da região de Pé de Serra no município de Padre Bernardo-GO, entorno do Distrito Federal. Um dos caminhos escolhidos para entender o que foi proposto foi a observação e a análise do dia-dia nos assentamentos. Nesse sentido, a idéia de entender essa realidade partiu inicialmente das minhas experiências durante o mestrado com os assentamentos da região e foi aprofundada agora no doutoramento. Para isso, o mergulho no cotidiano dos assentamentos foi importante para entender as dinâmicas existentes naquele espaço e compor aquilo que chamo de retrato dos assentamentos da região.

Assim, a partir da minha experiência de pesquisador, do diálogo com a literatura e dos conselhos da orientação, adotei como opções metodológicas acompanhar o dia-a-dia dos meus atores e, a partir de relatos orais de pessoas de carne e osso, procurei descrever e analisar esse cotidiano.

É importante ressaltar que a estratégia de ir a campo várias vezes e com um distanciamento de um campo ao outro proporcionou a geração de novos questionamentos e, além disso, contribuiu para evitar que eu fizesse juízo de valor na realização das interpretações desse cotidiano e afastar-me das pré-noções que me acompanhavam anteriormente a essa pesquisa.

Portanto, a vivência com esses assentados me elucidaram questões importantes que procurei mostrar ao longo da tese, mas também geraram outros questionamentos que me fizeram refletir, principalmente, sobre o processo de reforma agrária na região. Desta forma, nestas considerações finais trarei destaque para algumas destas questões que julgo importantes para o entendimento do processo na região estudada.

Foi possível perceber que a decisão de sair de Brasília e partir para o acampamento surgiu, sobretudo, como um campo de possibilidade que permitiu vários assentados, que não conseguiam re-colocação no mercado de trabalho, de trabalhar. Isso é possível de observar no depoimento de um assentado.

“Quando eu chegava para procurar emprego, iam logo me pedindo os documentos, via a minha idade [62 anos] e logo falava que não tinha vaga não. Rodei por todo canto e a única coisa foi isso aqui [assentamento]. Vim parar nos sem terras, aqui pelo menos planto para comer” (Assentado do Vereda I, 2004).

Situação semelhante a esta também foi observada por Macedo (2003) em acampamentos do Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, onde a entrada nesse espaço era vista como uma aposta, uma saída em busca de alternativa. No entanto o autor conclui que,

“Ao buscá-la, os trabalhadores têm contribuído para a proliferação dos acampamentos e, assim, para o que tem sido interpretado como a luta pela ‘pela reforma agrária’(...) Assim um projetos isolados de obter melhores condições de trabalho ou de livrar-se de uma relação amorosa problemática, quando reunidos, podem vir a transforma-se num projeto de ‘reforma agrária’” (Macedo, 254:2003).

Nesse sentido, o assentamento surge para esses atores como um campo de possibilidades, que garantia trabalho, moradia e créditos. Os assentamentos também podem ser vistos como um ponto final relativo, pois, aquele espaço pode ser visto como um espaço que possibilitará um salto para outro degrau socioeconômico.

Além disso, é preciso deixar claro que na perspectiva desses migrantes saírem de uma situação de assentado para a de morador da periferia da cidade ou até mesmo para uma invasão urbana pode estar na lógica da dinâmica de vida desse atores. Essa idéia ajuda a entender que esses atores estão buscando um espaço que possibilitem um *upgrade* para uma situação de vida melhor, que pode ser o assentamento ou não.

Diante dessa observação, Garcia Jr (1989) entende que migrar pode ser uma estratégia importante para a reprodução social de um determinado grupo. O autor, em seu estudo no Brejo e Agreste da Paraíba, conclui que a migração, no caso para as cidades industriais, significava uma forma de escapar da sujeição, o que passou a ser associado à noção de *liberdade*, porque com o dinheiro obtido no Centro-Sul, podia-se comprar terras para a família cultivar e eles saíam da condição de *sujeitos* para condição de *libertos*.

Isso conduz a observações similares às feitas por Klaas Woortmann (1990) na qual o autor considera que a migração para essas populações faz parte das suas práticas de reprodução. Nesse sentido, o mesmo autor chama à atenção que a migração era o que permitiria a reprodução da família.

Portanto, essa explicação seria contrária à idéia de algumas instituições e de até mesmo do INCRA ou da própria política de reforma agrária que concebem o assentado como um indivíduo que deve ser fixado ou assentado à terra, ao lote, à chácara sendo que sua saída seria considerada uma evasão, ou até mesmo vista como um indicador de insucesso ou fracasso da política de reforma agrária. Essa mentalidade precisa ser revista por esses gestores. Como pode ser observado em diversos estudos, as pessoas sempre buscarão espaços que garantam a sua reprodução e até mesmo sua permanência; são estratégias que esses atores encontram para garantir sua sobrevivência.

Por outro lado, é importante ressaltar que têm assentados que decidiram ficar nesses assentamentos da região e passaram a buscar uma identidade de agricultores familiares que estariam relacionadas a uma série de benefícios, reconhecimento e prestígios que, ser reconhecidos como sem-terras, não teriam. Isso porque o termo sem-terra na região é encarado de maneira geral como forma depreciativa e por isso os assentados rejeitam ser reconhecidos como tal.

Durante a minha presença na região foi possível perceber que, mesmo com dificuldades de se adaptar e tocar as terras do cerrado, a memória de um passado vivido no campo foi reativada para produzir e reproduzir aspectos culturais valorizados por eles, mesclados com os valores culturais adquiridos e acumulados em suas experiências ao longo de suas vidas.

O próprio nome que é dado à parcela que eles recebem sofre influência da cidade por causa desse misto que eles viveram. Normalmente, no seu local de origem, os entrevistados denominavam a terra em que moravam de sítio ou rancho. No assentamento, a parcela é denominada pela maioria de chácara, uma visão clara da influência de Brasília. Essa influência se deve ao fato de terem trabalhado, por algum tempo, como chacareiros ou tomadores de conta de pequenas porções de terras no entorno do DF. Além disso, a própria cidade exerce uma influência na vida deles, sobretudo no que diz respeito à relação com os familiares e como um local que possibilita conseguir trabalho tanto para homens quanto para mulheres - um local que garantiria condições para que os assentados permaneçam vivendo nos assentamentos da região.

Assim, a família que está na cidade passa a desenvolver um papel importante, pois, como disseram, sem o aporte da família que está no Distrito Federal, à vida no assentamento seria quase impossível, pois é geralmente na casa desses parentes que os assentados tendem a ficar durante a semana. E, em muitos casos, são os parentes que estão na cidade que conseguem os chamados bicos ou trabalhos temporários.

Nesse sentido, José de Sousa Martins (2003) já chamava a atenção que a visão de família para o sujeito da reforma agrária é de uma família extensa muito mais além do núcleo familiar, sendo constituído por uma rede de parentesco e agregações. Portanto, um dos pontos cruciais é a capacidade desses atores de formar redes formais e informais de parentesco, amigos ou vizinhança, que servirão de estratégias para que esse migrante se integre no novo universo pretendido ou mesmo para que possam se manter nesses espaços.

A partir dessa idéia de um conjunto de relações que são construídas fora do assentamento podemos perceber tal quais as aldeias balinesas estudadas por Geertz (1998), que os assentamentos possuem um sistema social dotado de um conjunto complexo de relações que extrapolariam as fronteiras desses assentamentos.

Fazendo esse *link* entre o campo e a cidade, temos o ônibus que é apontado pelos assentados como o instrumento principal dessa integração. Assim, o ônibus faria um papel semelhante à canoa¹¹³ do Kula observada por Malinowski (1978); tal qual a canoa, o ônibus seria, além de um instrumento de transporte, também um elemento constituído de emoções e um espaço de trocas simbólicas e materiais que os assentados realizam.

Além disso, foi possível perceber também que após a conquista da terra, os assentados deparam-se com um novo desafio que passa a ser construído coletivamente e também individualmente. Vai desde o fortalecimento da sua organização através de sua associação, do desafio de viverem num modelo de agrupamento diferente ao que estavam acostumados e de até mesmo da obtenção de infra-estrutura necessária para a sobrevivência deles.

Nesse novo espaço diversos mecanismos são acionados. Vão desde o controle social através da fofoca ou da vergonha e passam pelas condições climáticas - como, por exemplo, o ano agrícola determinado principalmente pelo ciclo chuvoso, que se inicia no final de setembro com as chamadas chuvas do cajueiro, que determina o início do processo produtivo nos assentamentos.

Ao longo da tese procurei apresentar que mesmo se passando mais de oito anos de constituição dos assentamentos, esses são carentes de infra-estrutura básica, como acesso a água e estradas. A energia elétrica só chegou ao final de 2005 e início de 2006, mesmo assim através do projeto Luz Para Todos, uma parceria do Governo Federal com a concessionária de energia do Estado de Goiás.

Outro fator agravante é o baixo nível tecnológico que os assentamentos se encontram, com poucos recursos, ausência de assistência técnica e com grande parte de seus moradores endividados. As condições de produção ficam comprometidas, o que tem contribuído para a rotatividade na região.

Sobre essa questão autores como Leite et al (2004), apontaram que a ausência de créditos, assistência técnica e infra-estrutura têm contribuído de forma significativa para impossibilidade das condições produtivas dos assentamentos rurais no Brasil.

No entanto, com ações de parceria de mediadores, sobretudo das universidades, esses assentados têm buscado alternativas de sobrevivência através de ações coletivas e até mesmo individuais, o que tem contribuído para melhorar a vida dessas pessoas na região. Um exemplo disso foi o prêmio Comunidade Solidária – Banco Real conquistado pelo assentamento Vereda I, com a contribuição do GT-RA da UnB. Outra ação que tem contribuído para a organização dos assentados foi à discussão e instalação da Escola Família Agrícola, que vem com a proposta de organizar e contribuir para a capacitação dos assentados do município.

Já a ação dos agentes do Estado, como o INCRA e a prefeitura, tende a ser lenta e burocrática. O INCRA, por falta de pessoal e até mesmo de infra-estrutura, alega não ter

¹¹³ Para os nativos estudados por Malinowski a canoa se constitui num dos principais elos da corrente formada pelos participantes do Kula.

condições de acompanhar mais de perto a situação dos assentamentos da região. Isso tem provocado certo abandono, o que tem facilitado, por exemplo, o comércio de terras na região.

No caso da prefeitura, a relação que vem sendo construída é de um clientelismo, do *vota aqui - que eu faço aí*, ou seja, a prefeitura só reconheceria os assentados a partir do momento que esses votassem no município, ou caso contrário, como diz um membro da prefeitura, eles não teriam direitos de reivindicar nada, pois não seriam eleitores do município e, portanto, não existiriam legalmente.

Essa relação de voto - favor é uma prática comum na região do entorno do DF, oriunda, principalmente, das políticas de distribuição de lotes em troca de votos nas cidades do Distrito Federal, uma prática que acredito que aconteça em outras partes do Brasil e que ali fica muito latente com o chamado *Tempo de Brasília*.

Assim, sendo, como no estudo de Geertz (1998) sobre as aldeias balinesas, foi possível perceber que nos assentamentos da região os diferentes planos de organização social não estão, necessariamente, rígidos e imutáveis. Esses distintos planos de organização, poder, políticos, Estado, família, parentesco, igreja, mediação, em cada um se encontra uma lógica de relação própria.

E por fim, considero que este trabalho contribui para preencher lacunas nos estudos que tratam da questão da migração em assentamentos rurais, da convivência, cotidiano e as formas de sociabilidade desses atores em assentamentos, sobretudo, nessa região do entorno do Distrito Federal, que por excelência é uma região constituída principalmente por migrantes e, que ainda atrai muitas pessoas. No entanto, acredito serem necessários mais estudos etnográficos, buscando reunir outras experiências que ajudem a compreender e a conhecer a realidade social nesses espaços.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGUIAR, Tereza Coni; MAGUAGO, Angélica Alves; BARRUCHO, Roberto de Castro Nóbrega; et al. O entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental. In: **Anais do IX Encontro**, 1994, v.2. pp.131-141. Disponível em: www.abep.org.br Acesso em out./2001.

ALENCAR, Edgar. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras, MG: UFLA, 1999.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997 (Dissertação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

ARIZPE, Lourdes. “Migracion y marginalidad”. In: POLANCO, Hector Dias et al. **Indigenismo, modernizacion y marginalidad una revision critica**. México. Juan Pablos Editor. 1987.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARBOSA, Rômulo Soares. **Universalização da Previdência Social Rural: efeitos para a agricultura familiar e o sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-CPDA, 2002. (Dissertação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1983.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro, Relumê Dumará-NUAP/UFRJ. 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, S.A, 1989.

_____. O sentimento de Honra na sociedade Cabília. In: PERIOTONY, J.G (org). **Honra e vergonha das sociedades Mediterrâneas**. Lisboa. 1965.

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira; et all. O Significado da Bovinocultura Para o Produtor Rural do Semi-Árido Nordeste: **Um Estudo de Caso no Município de Tauá – CE**. XI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Passo Fundo RS. 28 a31 de junho de 2002. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. UPF.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sacerdotes da Viola**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

BRIOSCHI, Lúcia Reis; TRIGO, Maria Helena. **Relatos de vida em ciências sociais: contradições metodológicas**. Ciência e cultura. 39 (7): 631-637, julho de 1987.

BRUNO, Regina; MEDEIRO, Leonilde. **Razões da evasão nos assentamentos rurais.** Projeto cooperação técnica MEPF-INCRA/FAO. Brasília, 1998.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1987.

CAPPELLIN, Paola. A lembrança do Sul. In: **Travessia**, ano 3 n^o 8, set-dez de 1990.

CARDOSO, Irene Maria et all. **Experimentação Participativa com sistema agroflorestais por agricultores familiares: espécies arbóreas utilizadas** Anais: do segundo Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte-Minas Gerais, 2004.

CARDOSO, Roberto de Oliveira. **O trabalho do antropólogo.** Brasília, Paralelo 15, São Paulo. Editora UNESP, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil.** MPF-NEAD-IICA. Curitiba. 1999.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre o rural e o urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro-IFCS. 1995 (Dissertação em Sociologia).

CAVALCANTI, Helenilda. "O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo". In: **Cultura e Identidade perspectivas interdisciplinares.** Organizador: BURTY, Joanildo. Rio de Janeiro, DP&A editora. 2002.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social.** Rio de Janeiro, Relume Dumará, UFRJ, NUAP. 2000.

CHAUL, Nasr Fauad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** Goiânia, Editora da UFG, 1997.

CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. **Guia de informações sócio-econômicas, turísticas e culturais do Distrito Federal.** Brasília: 1999.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. **Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2003.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.

DA ROS, Cesar Augusto. **A Política Fundiária do Governo Olívio Dutra e a constituição dos assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Sul: Um estudo de caso das**

relações entre o Estado, o Mst e os Assentados no município de Tupanciretã. Exame de qualificação de doutorado, CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, dezembro de 2003.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985.** SP/Campinas: Ícone/Edunicamp, 1985.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva S.A., 1978. 3^o parte,

DURKHEIM, Emile, **A Divisão Social do Trabalho**, São Paulo, Editora: Martins Fontes, 1999 (coleção tópicos).

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 1994.

____. **Os estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 2000.

____. **O Processo civilizador vol 1.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1994.

FERNANDES, Durval; CORDEIRO, Lucilene Dias. “Notas sobre o entorno do Distrito Federal”. In: I Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste, 1997. Disponível: <www.codeplan.df.gov.br/pesquisas/nep/publicacoes/cadernos/pgd-encontro-notas-entorno.htm>. Acesso em out./2001.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS. 2000.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo/Brasília: Marco Zero/EdUnB. 1989.

GARDA, Cyntia. Na rota dos imigrantes. **Correio Brasiliense**, Brasília, 11 mar. 1999. Brasil.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978.

____. “Formas e variação na estrutura da aldeia balinesa”. In: **Revista: Mosaico de Ciências Sociais.** Universidade Federal do Espírito Santo, 1998. Ano 2. número 1, volume 1.

____. **O saber local.** Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

____. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

GIACOBBO, Elisa Olívia. **A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de Reforma Agrária.** Porto Alegre, RS: UFRGS, 1994. (Dissertação em Sociologia).

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução: LAMBERT, Mathias. Digitalizado em 2004. Disponível em: www.sabotagem.cjb.net, acesso em outubro de 2006.

GOUVEA, Luiz Alberto. “A capital do controle e da segregação social” In: PAVIANI, Aldo (Org) **A conquista da cidade movimentos populares em Brasília.** Brasília, UnB. 1998.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUILLEN, Isabel. **Seca e migração no Nordeste: Reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica**. Disponível em: www.fjn.br, acesso em abril/2002.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio Jose de Campos. A região metropolitana de Brasília no contexto. In: HOGAN, Daniel. et al (orgs). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologia Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Ed Vozes 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: SILVA, Tomaz Tadeu, Louro, Guaraciara Lopes. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2000.

HELLER, Agnes. “Uma crise global da civilização: os desafios futuros” In: Agnes Heller et al. **A crise dos paradigmas em ciência sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HEREDIA, Beatriz Maria, PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. In: CANÊDO, Letícia. **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo, Estação Liberdade, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria, Política, Família e Comunidade. In: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.

_____. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

IHA, Mônica Hashimoto. **Territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária: os Acampamentos do MST em Iaras (SP)**. (Dissertação em geografia). Unicamp, Campinas – 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo histórico** <www.ibge.gov.br/ibge/estatística/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm>[capturado em maio de 2001].

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Resolução nº. 138, 22 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a criação da Superintendência Regional do Distrito Federal e entorno-SR (28), com jurisdição abrangendo as áreas de atuação do Distrito Federal e municípios do Entorno. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, n.52, p.30863, 23 dez. 1997. Seção 1.

_____. **INCRA-DFE, em revista**. Brasília, 2005.

JUSTO, Marcelo Gomes. **“Exculhidos”: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST**. São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, USP, 2005. (Tese em Geografia Humana).

- LA TAILLE, Yves de. **O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade**. In: Psicologia. Reflexiva. Crítica, 2002, vol.15.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEITE, Cristina. **Pela valorização de nosso território: a região centro-oeste**. UnB-GTRA, [s.d]. (Mimeo).
- LEITE, Sergio. Et all. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, Editora da UNESP. 2004.
- LEMONS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.
- LOMNITZ, Larissa Adler. **Como sobreviver Los marginados**. México. Siglo XXI editores S.A. 1981.
- MACEDO, Marcelo Ernandes. **Zé Pureza: etnografia de um acampamento no norte fluminense**. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental. In. **Os pensadores**. São Paulo. Abril cultural. 1978.
- MARCELIN, Louis. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. In: **Mana, estudos de Antropologia**. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 5/2. 1999.
- MARGOLIS, Maxinel. **Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York**. Tradução ARAÚJO, Luzia e BUGEL, Tália. Campinas, SP, Papirus. 1994.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território campones no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. São Paulo: USP, 2000. (Tese em Geografia Humana).
- _____. “Terras e Modernidade em assentamentos de reforma agrária”. In: **Significados da terra**. Brasília, editora da UnB. 2004.
- MARQUES, Ana Claudia, **Intriga e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro, editora: Relume Dumará, 2002.
- MARQUES, Antonio. Et all. **Análise da evasão nos assentamentos rurais na região de Araçatuba – SP**. Estudo coordenado pelo Grupo de Estudos Agrários-GEA – Toledo/Araçatuba em conjunto com o ITESP. 2002.
- MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis. RJ, Vozes. 1986.
- _____. “O sujeito da reforma agrária (estudos comparativo de cinco assentamentos)”. In: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

- MARTINS, Magno. **O lixo do poder**. Recife. PE. Edições Bagaço. 1999.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.
- _____. O Ofício de Etnógrafo, Método Sociológico. In: **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. Org. Cardoso de Oliveira, Roberto. São Paulo, Ática. 1979.
- MELLO, Paulo Freire. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RG: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006 (Dissertação em Desenvolvimento Rural).
- MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. **Historia de migrantes**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- _____. **Redes e Enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro. Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002.
- MENEZES, Renata de Castro. **A dinâmica do Sagrado: Rituais, sociabilidade e santidade num convento no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, NUAP, 2004.
- MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do santo e o mundo dos engenhos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980.
- MOURA, Margarida. Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- MOREIRA, Roberto José. **Ruralidades e globalizações: Ensaaiando uma interpretação**. Rio de Janeiro, CPDA Ruralidades. 2ª edição, nº 1/novembro, 2002.
- MOREIRA, Vânia Maria Lousada. **Brasília: a construção da nacionalidade um meio para muitos fins (1956-1961)**. Vitória: EDUFES, 1998.
- MUÑOZ, Humberto; OLIVEIRA, Orlandina. “Migrações internas na América Latina: exposição e crítica de algumas análises.” In: MUÑOZ, Humberto. et al. **Las migraciones internas en América Latina. Considerações teóricas**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión SAIC. 1974.
- NASSAR, Raduan. **Lavoura arcaica**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- NEVES, Delma Peçanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói - Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Grapha editora. Rio de Janeiro, 1997.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. A nova dinâmica demográfica da região Centro-Oeste. In: **I Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste**, 1997 Disponível<www.codeplan.df.gov.br/pesquisas/nep/publicacoes/cadernos/pgd-nova-dinamica.htm>. Acesso em out./2001.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de Oliveira. **Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: O caso do Vereda I.** Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2002 (Dissertação de mestrado em Extensão Rural).

OLIVEIRA, Orlandina; STERN, Claudio. “Notas acerca de la teoria de las migraciones internas. Aspectos sociológicos”. In: MUÑOZ, Humberto. et al. **Las migraciones internas en América Latina. Considerações teóricas.** Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión SAIC. 1974.

PALMEIRA, Moacir. **Eleição municipal, política e cidadania.** Tempo e Presença, 310, maio/junho, 2000.

PELUSO, Marília Luíza. Brasília: Do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrada. In: **Espaço e Geografia.** Vol 6, número 2, 2003.

PEREIRA, José Roberto. **De camponeses a membro do MST: os novos produtores rurais e sua organização social.** Brasília, UnB, 2000. (Tese em Sociologia).

PEREIRA, José Roberto; DAVILA, Cláudia Aparecida Romeiro; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco; RIBEIRO, Luciana Maria; ESCOBAR, Maria Inês. **Plano de desenvolvimento do assentamento Vereda I.** Brasília, UnB/UFV, 2001a.

_____. **Plano de desenvolvimento do assentamento Vereda II.** Brasília, UnB/UFV, 2001b.

PEREIRA, Cloviomar Cararine. **Devo Não Nego, Pago Quando Puder. Entendendo A Inadimplência No Assentamento Rural Casas Altas, Seropédica (RJ).** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-CPDA, 2005. (Dissertação em Ciências).

PITT-RIVERS, Julian. Friendship and Authority. In: **The people of the Sierra.** The University of Chicago Press. London, 1971.

POLANYI, Karl **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PRADO, Regina de Paula. **Todo Ano Tem: as festas na estrutura social camponesa.** Rio de Janeiro, UFRJ-Museu Nacional, 1977 (Dissertação em Antropologia Social).

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo, 1983.

_____. **Bairros Rurais Paulistas.** São Paulo, Duas Cidades. 1973.

RAMELLA, Franco. “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios”. In: M. Bjerg, H. Otero (orgs.), **Immigración y redes sociales en la Argentina moderna.** Buenos Aires: CEMLA, IEHS, 1995.

ROMANO, Jorge. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar.** São Paulo, UNESP, 1994.

- ROMEIRO, Ademar. "Reforma agrária e distribuição de renda". In: STEDILE, João Pedro. et all (orgs.) **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- SAYAD, Abdelmalek. "Elghorba: O mecanismo de Reprodução da emigração". In: **A imigração**. São Paulo: Editora da Edusp, 1998.
- SIGAUD, Ligia. "A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana". In: **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP. n^o 58, nov 2000.
- _____. As Condições de possibilidade das ocupações de terra. In: **Tempo Social**. vol.17, n^o 1, USP, São Paulo, Jun 2005.
- SILVA, Maria Moraes. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: **Travessias – a vivência da Reforma Agrária nos Assentamentos**, Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SILVA, José Nunes da. **Mediação Social e estratégias econômicas nos assentamentos do Oeste Potiguar**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2001 (Dissertação em Extensão Rural).
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela Terra: Experiência e memória**. São Paulo, UNESP, 2004.
- SOUSA, Regina Sueli. Terra o calcanhar de Aquiles do Brasil? In: **Estudos** Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 26, n^o 4. 1999.
- STEDILE, João Pedro e GORGEN, Frei Sergio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- TAUBE, Maria J. **De migrantes a favelados estudo de um processo migratório**. Volume I, Campinas, SP: Editora Unicamp, 1986.
- THOMPSON, E. P. São Paulo, Rough music. In: **Costumes em comum**. Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução, OLIVEIRA, Lólio Lorenço. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOENNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (org). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas metodológicos e de aplicação**. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp. 1973.
- TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VIANNA, Aurélio. **Organização social e ação política do campesinato: O caso da 'invasão' da Fazenda Annoni**. Rio de Janeiro, PPGAS/Museo Nacional - UFRJ, 1988. (Dissertação em Antropologia Social).
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da UnB. 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords: A vocabulary of culture and society.** London. Reissued in Fontana Press.1988. verbetes “Community”.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo-Brasília, Hucitec/EdUnB, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “Migração, família e campesinato”. In: **Revista brasileira de estudo de população.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Janeiro/junho de 1990.

___Com Parente não se Negoceia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87,** 1990.

WOORTMANN, Klaas & WOORTMANN, Ellen. **O trabalho da Terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora Unb, 1997.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro, **Depois da conquista da terra, a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo em um assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul.** Brasília: Universidade de Brasília -UnB, 1989. (Dissertação em Sociologia).